

Um toque de voyeurismo:  
o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)

Márcio Couto Henrique

**Belém/Pará**  
**mar. 2008**

*Um toque de voyeurismo:  
o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*

*Márcio Couto Henrique*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Antropologia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), como requisito parcial para obtenção do grau de doutor, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jane Felipe Beltrão.

Belém/Pará  
mar. 2008

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

---

Henrique, Márcio Couto

Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887) / Márcio Couto Henrique; orientadora, Jane Felipe Beltrão. - Belém, 2008

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

1. Magalhães, Couto de, 1837-1898 - Diários. 2. Etnologia. 3. Voyeurismo. 4. Corpo e mente. I. Título.

---

CDD - 22. ed. 306

*Um toque de voyeurismo:  
o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*

*Márcio Couto Henrique*

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), área de concentração em Antropologia, da Universidade Federal do Pará (UFPA) sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jane Felipe Beltrão.

Este exemplar corresponde ao documento final da tese, defendido e aprovado pela comissão julgadora em 25 de abril de 2008.

Banca examinadora:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Jane Felipe Beltrão (PPGCS/UFPA) – orientadora

Prof. Dr. Sérgio Luis Carrara (IMS/UERJ) – examinador externo

Prof. Dr. Ernani Pinheiro Chaves (PPGCS/UFPA) – examinador interno

Prof. Dr. Antonio Otaviano Vieira Júnior (PPHIST/UFPA) – examinador externo

Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira (PPGCS/UFPA) – examinador interno

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Donza Cancela (PPGCS/UFPA) – examinadora suplente

Prof. Dr. Raymundo Heraldo Maués (PPGCS/UFPA) – examinador suplente

Belém/Pará  
mar. 2008

**Um toque de voyeurismo:  
o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)**

Márcio Couto Henrique

**Resumo:**

O trabalho procura analisar o diário íntimo de José Vieira Couto de Magalhães, destacado político e intelectual do Brasil da segunda metade do século XIX, como registro etnográfico que ao mesmo tempo informa sobre questões prementes daquela época e evidencia o esforço de um indivíduo específico no sentido de conferir a si próprio um pouco de consistência, muito embora o diário esteja repleto de sinais de incompletude. A partir da noção do diário íntimo como prática cultural de constituição de si mesmo, faz-se uma discussão a respeito do efeito de verdade presente nesse tipo de escrita e as implicações para uso da fonte nas Ciências Sociais. Discute-se os temas mais evidentes ao longo do registro íntimo do autor: corpo, saúde e doença. Ao escrever sobre si mesmo, Couto de Magalhães evidencia o processo de educação das necessidades e das atividades corporais em muitos homens à época e, como ele dialogava com o ideal de família burguesa e higiênica que marcou o século XIX, registra a leitura de temas como homossexualismo, sonhos, casamento e medicina. O diário mostra ainda a preocupação do autor em encontrar equilíbrio entre corpo e mente, que lhe permitisse alcançar seu ideal de moderação, além do esforço em construir e legar ao futuro uma determinada imagem de si próprio.

**Palavras-chave:** Diário íntimo, Couto de Magalhães, corpo, saúde, doença.

**A Touch of Voyeurism:  
the intimate diary of Couto de Magalhães (1880-1887)**

**Abstract:**

This work intends to analyze the intimate diary of José Vieira Couto de Magalhães, well-known Brazilian politician and scholar from the second half of the 19<sup>th</sup> century, as an ethnographic registration which informs about top issues of that time and simultaneously stresses the efforts of an individual in order to build a coherent personality, although the diary presents itself rather incomplete. By conceiving a private diary as a cultural practice of shaping oneself's personality, it is discussed the effect of truth present in this kind of writing and the implications of its usage in the Social Sciences. The most manifest themes along the diary are discussed: body, health and disease. As a writer about himself, Couto de Magalhães, highlights concern about body education and activities practiced by his contemporary fellow men. Since he was interested on the ideal of hygienic and bourgeois family, typical in the 19th century, it is evoked themes like homosexuality, dreams, marriage and medicine. The diary shows the author's awareness related to the search of balance between body and mind, in order to allow him reach his ideal of self-control, besides the attempt to develop and forecast a self-image to the future.

**Key words:** Intimate diary, Couto de Magalhães, body, health, disease.

## SUMÁRIO

|                             |     |
|-----------------------------|-----|
| Dedicatória.....            | i   |
| Agradecimentos.....         | ii  |
| Índice de abreviaturas..... | vi  |
| Índice de ilustrações.....  | vii |
| Índice de quadros.....      | ix  |

|                                                                |          |
|----------------------------------------------------------------|----------|
| <b>Bisbilhotando a vida alheia, à guisa de introdução.....</b> | <b>1</b> |
|----------------------------------------------------------------|----------|

|                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>I. Diário íntimo: prática cultural de produção de si.....</b> | <b>12</b> |
| Situando o percurso.....                                         | 12        |
| O reencantamento do mundo.....                                   | 15        |
| Os suportes para a escrita de si.....                            | 18        |
| Rousseau: a verdade como sinceridade.....                        | 22        |
| Por que escrever um diário?.....                                 | 30        |
| Como tratar os diários?.....                                     | 45        |
| Diários e história íntima no Brasil.....                         | 54        |
| Do porão à estante.....                                          | 58        |
| O que é que as crianças vão pensar?.....                         | 69        |

|                                           |           |
|-------------------------------------------|-----------|
| <b>II. Corpo, saúde e doença.....</b>     | <b>78</b> |
| O aprendizado da escrita de si.....       | 78        |
| Escolarização e cuidado de si.....        | 81        |
| O médico de si mesmo.....                 | 94        |
| O quadro clínico de um hipocondríaco..... | 113       |
| O equilíbrio entre homem e meio.....      | 140       |

|                                                                 |            |
|-----------------------------------------------------------------|------------|
| <b>III. As batalhas da memória.....</b>                         | <b>145</b> |
| Brincando de soldado.....                                       | 145        |
| A lembrança de um esquecimento.....                             | 149        |
| A batalha da subversão no silêncio.....                         | 154        |
| A batalha maior: construir uma imagem de herói de si mesmo..... | 158        |

|                                                                           |                |
|---------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>IV. Solteirão até morrer.....</b>                                      | <b>192</b>     |
| Faces múltiplas e silenciosas.....                                        | 199            |
| Insatisfação com as mulheres.....                                         | 199            |
| Satisfação com os homens.....                                             | 213            |
| Sonhos eróticos em nheengatu.....                                         | 220            |
| Sonhar com os próprios prazeres.....                                      | 224            |
| A cenografia social dos sonhos.....                                       | 251            |
| Um descuido de Deus?.....                                                 | 260            |
| <br><b>Couto de Magalhães: outro vitoriano, à guisa de conclusão.....</b> | <br><b>282</b> |

## **Referências**

Fontes manuscritas citadas

Fontes impressas citadas

Jornal citado

Fontes eletrônicas

Obras de referência

Bibliografia referida

Para meu pai Antonio Henrique Sobrinho (*in memoriam*)

## Agradecimentos

Vou dividir meus agradecimentos em dois blocos, considerando este momento como o encerramento de um grande ciclo de estudos e de relações humanas.

Inicialmente, os agradecimentos no campo das relações pessoais. Gostaria de agradecer àqueles que me ensinaram as primeiras letras e números, na Vila de Americano: Alaíde Carvalló, Fátima Lindolfo, Maria do Socorro Xavier e Maria do Tota. Também em Americano sou grato aos professores Antonio Lopes, Benedita, Celso, Dinoca, Franciel, Mayza, Terezinha e Zezé. Com todos os limites da educação pública em nosso país, foi com vocês que iniciei o prazer da leitura e da crítica. Divido a alegria do doutorado com vocês que foram meus primeiros doutores das letras! Dos colegas do ensino fundamental e médio, agradeço a meu amigo Kennedy, que sempre acreditou em mim e tantas vezes me ajudou a continuar estudando.

Meus pais Antonio e Leni e meus irmãos Marquinho, Elenice, Eugênia, Marcelo e Elda, mesmo sem entender exatamente o que eu fazia trancado tantas horas no quarto e sem conseguir explicar para os curiosos o que era mesmo um doutorado em Antropologia, sempre foram compreensivos com minha ausência nas conversas da sala, nas reuniões e passeios de família. Meu pai, por exemplo, vez ou outra batia na porta do quarto ou me chamava em voz alta quando não ouvia o barulhinho do teclado por longo tempo. O barulho do teclado era sinal de que tudo estava bem. Por não querer atrapalhar minha inspiração no teclado, ele relutou o quanto pôde até admitir que precisava ir para a emergência médica e não mais voltou para ouvir o barulhinho do teclado no momento em que eu agradeço a ele por uma vida inteira de dedicação aos filhos e à esposa. Mesmo com a 3ª série do ensino básico, ele sempre teve orgulho do filho que ia “ser doutor”, a ponto de contar isto a um paciente que ocupava o leito à esquerda do seu na U.T.I. Obrigado pai! Seu filho agora é doutor!

Meu filhão Arthur Henrique, que entre os quatro e os oito anos de idade, tantas vezes ouviu do pai “hoje não vou poder te dar muita atenção”. Talvez de tanto ouvir que o pai ia ser doutor, perguntou ao diretor de sua escola: “o senhor sabe de quem eu sou filho?”, numa atitude que poderia constar no estudo de Roberto DaMatta.

Na família Linhares, sou grato a Gracy e Márcia pela torcida e incentivo nos momentos difíceis, pela constante alegria e vibrações positivas. Anna Linhares, a minha neguinha, tem sido mais que uma super companheira. Era ela quem lia as primeiras versões de tudo que eu escrevia, ouvia, discutia e apoiava minhas idéias e foi uma companhia fundamental na hora mais difícil, às vésperas da qualificação, por ocasião da perda de meu pai. Gracy me colocou em contato com o serigrafista André Teixeira, a quem parabeno e agradeço pelo belo trabalho na capa da tese.

Com Márcio Cuns e Sheila, Fernando e Lene, Michikó e Neto, Cleodir, Dennys Amorim, Walter, Dinah, Scylla foram inúmeros os momentos de alegria e renovação. Minha amiga Cristina Cardoso, sempre tão longe, tão perto, me enviando cariocas vibrações positivas.

Em São Paulo, tive o apoio fundamental de Rodrigo Linhares e de Marcelo Lopes, que muito gentilmente me acolheram em seu apartamento. Graças aos dois, tive toda a comodidade necessária para realizar minha pesquisa na *terra da garoa*. Rodrigo e Marcelo, vocês contribuíram para uma parte muito importante da tese! Valeu!

Dorotéia Lima foi sempre uma amiga carinhosa e estimulante, por meio das diversas pesquisas paralelas que desenvolvi no IPHAN. Da mesma forma, tive a felicidade de conviver com Zélia Amador na turma do doutorado. Aprendi muito com você, minha amiga, seja por suas intervenções em sala de aula, na indicação de diversas leituras, seja pelo amor de pessoa que você é. Zélia também leu a primeira versão dos dois primeiros capítulos, antes da qualificação. Rachel Abreu também contribuiu com indicação de leituras.

No campo das relações institucionais e acadêmicas, agradeço a prof<sup>a</sup> Jane Beltrão, parceira de muitas pesquisas, mini-cursos, cursos de especialização, artigos, pelo apoio profissional e muitas vezes pessoal que me deu, abrindo muitas portas para o meu trabalho, além da orientação da tese. Foi graças à instigação de Jane que todo esse trabalho começou.

A Secretaria Municipal de Educação de Belém, que me liberou de minhas atividades docentes para cursar o doutorado. Aos professores da Escola Pe. Leandro Pinheiro, Edna Éleres, Washington, Rosilene, Tânia, Lutércio, Lia, Fátima Haase, Fátima “Gatinha”, Joana e

especialmente a diretora Ivana Costa, pelo apoio incondicional de sempre. Na Escola Estadual Príncipe da Paz sou grato ao apoio das professoras Graça Melo e Elizete Ramos.

Agradeço também à professora Iranilse Pinheiro, Diretora de Ensino da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC), por ter me liberado para realizar a pesquisa em São Paulo e a Renato Gimenes, pela compreensão que sempre teve comigo na coordenação do curso de História. Da mesma forma sou grato a Maurício Costa, com quem tive o prazer de trabalhar, pelo apoio que sempre me deu.

Aos professores do PPGCS, pelas discussões durante as aulas, que muito colaboraram para o amadurecimento da tese e para minha formação intelectual. Diversos aspectos da tese puderam ser aprofundados a partir da disciplina Antropologia da Saúde, ministrada pelo prof. Heraldo Maués, a quem sou grato. Agradeço também a eficiência e alegria constante de Paulo e Rosângela na secretaria do PPGCS, assim como a Rosana, Max e Silvana.

Ernani Chaves foi sempre uma presença instigante, aberto ao diálogo e muito amigo. A disciplina sobre a História da Sexualidade foi fundamental para a construção da tese. Não teria como nominar as diversas contribuições que Ernani me deu ao longo destes quatro anos. Sou grato também à leitura atenta da prof<sup>a</sup> Cristina Cancela, por suas contribuições na qualificação da tese. As conversas com Flávio Abreu sempre foram bastante proveitosas.

Aldrin Figueiredo é presença marcante desde minha graduação, sempre me desafiando a pensar as questões de forma mais ampla. Devo a Aldrin minha inserção na pesquisa acadêmica e muitas das habilidades que desenvolvi enquanto pesquisador. Aprendi muito também com Rafael Chambouleyron, Flávio Gomes e Leonardo Pereira.

Luiz Mott (UFBA) me enviou o artigo “Um herói gay na Guerra do Paraguai”, além da leitura crítica que fez do meu artigo “Um toque de voyeurismo”.

Laura Moutinho (UFRJ), pela seriedade das discussões que travamos na realização do CISO em Belém, que resultou na publicação de meu artigo na *Physis*.

Discuti por várias vezes aspectos da tese com alunos e professores do curso de História da ESMAC e da Universidade Vale do Acaraú (UVA), aos quais agradeço. Destaco

ainda minha participação nas *Quartas de Antropologia*, agradecendo mais uma vez a Wilma Leitão pelo convite.

Sou grato ainda ao Arquivo do Estado de São Paulo, especialmente a Sônia Troitino, pelo empenho em me ajudar a localizar o diário de Couto de Magalhães, que ela me disponibilizou depois em CD; ao Museu Paulista da USP e a Biblioteca Mário de Andrade. Agradeço ainda a Júlio César Rodrigues de Castro, do site [www.filatelia77.com.br](http://www.filatelia77.com.br), pelas informações filatélicas que generosamente me prestou.

Por fim, um agradecimento especial a Universidade Federal do Pará, nossa querida UFPA, onde realizei todos os meus estudos acadêmicos, desde a graduação iniciada em 1993, até o doutorado que ora concluo. Para mim a UFPA foi sempre uma grande escola, literalmente uma universidade, ampliando minha compreensão do mundo, pondo-me em contato com um universo de saberes que marcarão para sempre minha vida. Que ela continue pública, gratuita, buscando sempre mais a qualidade, permitindo a muitos outros que, como eu, estudaram a vida inteira em escola pública, tenham acesso ao ensino superior.

## **Índice de abreviaturas**

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

ATL – Academia Tocantinense de Letras

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

MP – Museu Paulista

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

SBPC - Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência

UFPA – Universidade Federal do Pará

## Índice de ilustrações

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1: Cópia fac-similar de página do diário íntimo de Couto de Magalhães. In: COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. <i>Diário do General Couto de Magalhães</i> (1887-1890). Revista de História, São Paulo, 1974, acervo da Biblioteca Mário de Andrade. Reprodução por Márcio Couto Henrique, 2006..... | 65  |
| Figura 2: Quadro a óleo com retrato de Couto de Magalhães, autor desconhecido. In: CRUZ, Ernesto. <i>Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Governo da província do Pará</i> (1864-1866). Belém: Imprensa Oficial, 1968. Reprodução por Márcio Couto Henrique, 2006.....                          | 151 |
| Figura 3: <i>Livro de Aço dos Heróis Nacionais</i> . Disponível em: <a href="http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm">http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm</a> , data da captura: 26/02/2007.....                                                                           | 165 |
| Figura 4: <i>General Couto de Magalhães</i> , por Almeida Jr. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.....                                                                                                                                                                                 | 168 |
| Figura 5: Bandeira do Brasil Império, detalhe do quadro <i>General Couto de Magalhães</i> , por Almeida Jr. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.....                                                                                                                                   | 170 |
| Figura 6: Bandeira do Brasil Império. Disponível em: <a href="http://www.brasilimperial.org.br/bandsbr.htm">http://www.brasilimperial.org.br/bandsbr.htm</a> , data da captura: 26/02/2007.....                                                                                                          | 170 |
| Figura 7: Pedra com dados biográficos de Couto de Magalhães, detalhe do quadro <i>General Couto de Magalhães</i> , por Almeida Jr. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.....                                                                                                            | 171 |
| Figura 8: <i>Prudente de Moraes</i> , por Almeida Jr. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.....                                                                                                                                                                                         | 175 |
| Figura 9: Couto de Magalhães. In: AZEVEDO, Miranda. “Necrologia: General Couto de Magalhães”. In: <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo</i> , vol. III, 1898. São Paulo: Typographia de <i>El Diário Español</i> , 1898, p. 582.....                                               | 179 |
| Figura 10: Couto de Magalhães. In: EGAS, Eugênio. <i>Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889</i> . Publicação oficial do Estado de São Paulo. Comemorativo do 1º aniversário da independência do Brasil. Volume I. 1926.....                                                  | 180 |
| Figura 11: Retrato de Couto de Magalhães, autor desconhecido. Disponível em: <a href="http://www.terraviva.pt/Enseada/8074/Couto.htm">http://www.terraviva.pt/Enseada/8074/Couto.htm</a> , data de captura: 25/10/2002.....                                                                              | 181 |
| Figura 12: Selo comemorativo do centenário do nascimento de Couto de Magalhães. Acervo pessoal de Márcio Couto Henrique.....                                                                                                                                                                             | 182 |
| Figura 13: <i>Álbum de selos do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Ariró, s/d.....                                                                                                                                                                                                                             | 182 |

- Figura 14: Envelope circulado com selo comemorativo do centenário do nascimento de Couto de Magalhães. Disponível em: <http://www.oselo.com.br>, data de captura: 28/8/2007.....183
- Figura 15: Couto de Magalhães. In: COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1946.....184
- Figura 16: Capa de *Viagem ao Araguaia*. In: COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três, 1974.....184
- Figura 17: Couto de Magalhães. In *Nova Enciclopédia de Biografias*. S/c, Planalto Editorial Ltda, 1979, p. 807.....185
- Figura 18: Mausoléu de Couto de Magalhães no Cemitério da Consolação, São Paulo. Foto por Márcio Couto Henrique, 2006.....186
- Figura 19: *O selvagem*, detalhe do mausoléu de Couto de Magalhães no Cemitério da Consolação, São Paulo. Foto por Márcio Couto Henrique, 2006.....187
- Figura 20: Mausoléu de Couto de Magalhães. In: LEITE, Aureliano. *O brigadeiro Couto de Magalhães*. Rio de Janeiro: Sauer Gráfica, 1936, entre as páginas 164 e 165.....188
- Figura 21: Mão da ninfa sem o ramo. Detalhe do mausoléu de Couto de Magalhães no Cemitério da Consolação, São Paulo. Foto por Márcio Couto Henrique, 2006.....189
- Figura 22: Busto de Couto de Magalhães. Detalhe do mausoléu de Couto de Magalhães no Cemitério da Consolação, São Paulo. Foto por Márcio Couto Henrique, 2006.....189
- Figura 23: Emblema da *Macdonalds* visto por trás do busto de Couto de Magalhães, no Cemitério da Consolação, São Paulo. Foto por Márcio Couto Henrique, 2006.....190
- Figura 24: Chácara da Ponte Grande, São Paulo, em que viveu os últimos anos o general Couto de Magalhães. In: LEITE, Aureliano. *O brigadeiro Couto de Magalhães*. Rio de Janeiro: Sauer Gráfica, 1936, entre as páginas 150 e 151.....262
- Figura 25: Diploma conferido a Couto de Magalhães pela Confraria Nossa Senhora dos Remédios. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.....284
- Figura 26: Cópia fac-similar de página do diário íntimo de Couto de Magalhães. In: COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Diário do General Couto de Magalhães (1887-1890)*. Revista de História, São Paulo, 1974, acervo da Biblioteca Mário de Andrade. Reprodução por Márcio Couto Henrique.....286

**Índice de quadros**

|                                                                           |     |
|---------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 1: Método de auto-observação clínica de Couto de Magalhães.....    | 99  |
| Quadro 2: Diário clínico de Couto de Magalhães.....                       | 114 |
| Quadro 3. Referências a banho no diário íntimo de Couto de Magalhães..... | 132 |
| Quadro 4: Definição dos dias felizes.....                                 | 134 |
| Quadro 5: Definição dos dias indiferentes.....                            | 135 |
| Quadro 6: Definição dos dias ruins.....                                   | 135 |
| Quadro 7: Heróis da virada do século.....                                 | 146 |

## **Bisbilhotando a vida alheia, à guisa de introdução**

Por cerca de três anos, uma adolescente conviveu em minha casa na condição de agregada. Extremamente introvertida e lacônica, muitas vezes eu não sabia que atitude tomar diante de alguns dramas típicos de uma garota de 15 anos. Entre as diversas tentativas de aproximação, percebi que ela escrevia um diário. Certo dia, movido pela curiosidade, não resisti e decidi fazer uma consulta solitária às paginas do diário da menina, pensando em vislumbrar a melhor maneira de estabelecer um diálogo que pudesse tornar a convivência mais harmônica. Para meu espanto, vi que a garota concluía suas anotações com a mesma expressão que eu, à época em que tinha sua idade e também escrevia diário, costumava concluir minhas próprias anotações. Um princípio de indignação percorreu minhas veias, por saber que minha intimidade havia sido devassada pela garota, mas logo este sentimento se dissipou, pela súbita lembrança do que estava fazendo com o diário dela em minhas mãos.

Hoje, refletindo sobre essa situação, percebo o quanto fui vítima do “efeito de verdade” presente em qualquer diário íntimo, o quanto me deixei seduzir pela idéia de que encontraria no diário da menina a expressão mais sincera de sua verdade. Afinal, pensava eu mesmo que inconscientemente, se o diário era seu confidente, seu amigo secreto, esperava nele encontrar o que a menina “verdadeiramente” pensava. Talvez a mesma idéia a tenha motivado a devassar minha intimidade, lendo meu diário às escondidas.

Ao elaborar o projeto de doutorado, todas essas questões vieram à tona. Como tratar um diário íntimo? Como se posicionar diante do “efeito de verdade” que esse tipo de documentos produz? Quais as leituras possíveis que um diário íntimo nos permite? É possível compreender para além do indivíduo que escreve? O que motiva alguém a escrever um diário íntimo?

Para o projeto tinha em mãos um diário íntimo específico, escrito por um destacado político que presidiu quatro províncias no Brasil do século XIX: José Vieira Couto de Magalhães.<sup>1</sup> Homem rico, considerado iniciador dos estudos folclóricos entre nós, conhecido como herói da Guerra do Paraguai. Na verdade, ele fazia parte de meu universo acadêmico desde a especialização em História Social da Amazônia, realizada em 2000 na Universidade

---

<sup>1</sup> Cf. COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira (organização Maria Helena P. T. Machado). *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Coleção *Retratos do Brasil*).

Federal do Pará (UFPA) e que resultou na monografia intitulada “Histórias em nheengatú: Couto de Magalhães, entre o inventário e a tradução cultural”,<sup>2</sup> sob orientação de Aldrin Moura de Figueiredo. Levei a discussão iniciada na especialização para o mestrado em Antropologia, na mesma universidade, entre 2002 e 2003, resultando na dissertação “O general e os tapuios: raça, linguagem e mestiçagem em Couto de Magalhães”,<sup>3</sup> trabalho orientado por Raymundo Heraldo Maués. Até então, minhas discussões giravam em torno da principal obra do autor, *O selvagem*, publicada pela primeira vez em 1876.<sup>4</sup>

Em 2003, instigado por Jane Felipe Beltrão, escrevi o artigo intitulado “*E o pulso ainda pulsa: corpo, saúde e doença em Couto de Magalhães (1880-1887)*”,<sup>5</sup> apresentado no XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, realizado em Aracajú, Sergipe. Depois disso, decidi transformar o artigo em minha proposta para ingressar no doutorado em Ciências Sociais/Antropologia, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFPA (PPGCS), sendo orientado pela própria Jane Beltrão.

Depois de aprovado, comecei a apresentar o projeto ou minhas idéias iniciais em mini-cursos ou palestras e a grande procura e debates realizados me fizeram constatar que havia grande receptividade por parte das pessoas. O público presente nestes eventos chamava atenção pela faixa etária e áreas de interesse tão diversos. Muitos destes interessados em refletir sobre “como ler o diário dos outros”, título de um dos meus mini-cursos, eram eles próprios escritores de diários, fossem eles no formato tradicional, em cadernos com folhas de papel, ou no formato mais atual representado pelos *blogs* ou *fotoblogs*, publicados nas páginas virtuais da *internet*. Mas a percepção disso não se dava de forma direta. Sempre que perguntava aos ouvintes “quem aqui já escreveu ou escreve diários?”, a resposta era geralmente um profundo silêncio. Mas no final da palestra ou mini-curso, muitos vinham até mim e informavam o endereço do seu *blog*, *fotoblog* ou relatavam histórias de um diário íntimo em forma de poesias que teria sido escrito à época de um determinado namorado e que hoje a pessoa escondia devido ao ciúme do namorado atual. Durante as discussões, era comum ouvir relatos do tipo “eu tenho uma amiga que tem um diário...”, possível estratégia

---

<sup>2</sup> Cf. HENRIQUE, Márcio Couto. *Histórias em Nheengatú: Couto de Magalhães entre o inventário e a tradução cultural*. Monografia (especialização). Belém: Universidade Federal do Pará, 2001. (mimeo).

<sup>3</sup> Cf. HENRIQUE, Márcio Couto. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)*, Dissertação (mestrado), Belém, Universidade Federal do Pará, 2003. (mimeo).

<sup>4</sup> Cf. COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem*. São Paulo: Cia. ed. Nacional, 1940. 4ª edição.

<sup>5</sup> Cf. HENRIQUE, Márcio Couto. “E o pulso ainda pulsa: corpo, saúde e doença em Couto de Magalhães (1880-1887)”. In: XI CISO. *Anais de Trabalhos Completos*. Aracajú: NPPCS/UFS, 2004. CD ROM.

para desviar a atenção do(a) verdadeiro(a) autor(a). Tudo isso me fez pensar no quanto essa prática continua mobilizando inúmeras pessoas nesse fenômeno que Peter Gay chamou de “peregrinação ao mundo interior”.<sup>6</sup> Além disso, basta um breve olhar em qualquer boa livraria para perceber a grande quantidade de diários íntimos publicados, seja de personalidades famosas ou de pessoas consideradas comuns e desconhecidas do grande público.

A bem da verdade, para além do que escrevi em minha proposta inicial eu não tinha muita clareza do rumo que daria à tese. Passada a euforia da aprovação, a pergunta que não queria calar era: “e agora? Como transformar páginas e páginas de registros íntimos alheios, muitas vezes repetitivos e monótonos, em tese de doutorado?” A resposta para esta questão só veio depois das incontáveis leituras que fiz do *Diário íntimo*, da leitura de diários de outros autores e do contato mais profundo com a bibliografia sobre o tema. As pesquisas iniciais revelaram que o tema era discutido na Europa há um certo tempo, mas no Brasil a discussão ainda era incipiente na academia. Em todo caso, as pesquisas brasileiras evidenciam que o tema vem sendo tratado a partir de várias frentes de abordagens: antropólogos, pedagogos, filósofos, psicólogos, historiadores, críticos literários, sociólogos, entre outros, enfocando aspectos diversos do tema. Entre os antropólogos, as muitas discussões em torno do diário de Bronislaw Malinowski,<sup>7</sup> envolvendo questões como as relações entre o trabalho de campo, a posição adotada pelo antropólogo em sua ‘aldeia’ e o resultado de seu trabalho eram muito instigantes. De um modo geral, as discussões que se deram em torno do *Diário no sentido estrito do termo* procuravam entender até que ponto ele se prendia à metodologia de campo ou aos problemas de teoria antropológica e – constatando-se que ele não se prendia a isso, avaliar se deveria ou não ter sido publicado. Mesmo quando a discussão dos antropólogos era em torno de diários de campo, os debates permitiam estabelecer relações com o estudo dos diários íntimos. Assim, por exemplo, a leitura do diário de campo de Roberto Cardoso de Oliveira mostrou-se bastante instigadora.<sup>8</sup>

A diversidade de áreas de formação dos profissionais que tratam o tema dos diários íntimos, longe de ser um problema, constitui uma grande riqueza para a pesquisa na medida

---

<sup>6</sup> Cf. GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

<sup>7</sup> Cf. MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

<sup>8</sup> Cf. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Os diários e suas margens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

em que são muitos os olhares e as contribuições para uma compreensão mais alargada de uma prática cultural tão antiga entre nós. Além dos profissionais das áreas citadas, acrescente-se ainda os romancistas do século XIX, alguns conferindo destaque aos diários íntimos, como é o caso de Machado de Assis em *Memorial de Ayres* e Aluísio de Azevedo em *Livro de uma sogra*.<sup>9</sup> Em todo caso, existem muitos outros romances da segunda metade do século XIX que podem ser úteis na discussão dos temas presentes ou ausentes no diário de Couto de Magalhães. Na leitura das obras de não antropólogos é importante identificar em que medida eles se aproximam ou se distanciam de um olhar antropológico. Nesse sentido, é interessante perceber como Contardo Calligaris dialoga com a Antropologia, afirmando que

“... de um diário, de uma autobiografia, o que o antropólogo da modernidade pode e deve antes de mais nada esperar é que o escrito informe justamente sobre a modalidade pela qual, naquele momento e lugar, o sujeito moderno consegue se dar um pouco de consistência”.<sup>10</sup>

As historiadoras francesas Dauphin e Pouban,<sup>11</sup> se bem que discutindo correspondências familiares, abordam esse tipo de documento como uma “prática ritualista”, sobre a qual procuram lançar um “olhar antropológico”. Por outro lado, o filósofo francês Michel Foucault analisa a “significação social” dos sonhos em Artemidoro,<sup>12</sup> inspiradora para a leitura do universo onírico de Couto de Magalhães.

Tive mesmo que traçar meu próprio caminho, juntando as contribuições de um ou outro autor, procurando observar o que geralmente os autores observavam quando comentavam diários íntimos ou não de outras pessoas. Depois disso, procurei refletir sobre o que poderia ser útil na análise do diário íntimo de Couto de Magalhães, como identificar os temas, como relacioná-los entre si, como relacionar os registros feitos no diário com a trajetória de vida de Couto de Magalhães. Ainda mais: como relacionar a busca de coerência por parte do general com seus sinais de incompletude que se evidenciam no *Diário íntimo*. Como relacionar os dados da trajetória de um indivíduo específico com o contexto maior em que ele viveu, sem incorrer no erro de simplesmente “inseri-lo” dentro do contexto, o que me

---

<sup>9</sup> Cf. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memorial de Ayres*. São Paulo: Martin Claret, 2003 e AZEVEDO, Aluísio de. *Livro de uma Sogra*. Rio de Janeiro: Ediouro. (Coleção Prestígio). Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>, data da captura: 10/12/2005.

<sup>10</sup> Cf. CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 6.

<sup>11</sup> Cf. DAUPHIM, Cécile. & POUBLAN, Daniele. “Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX”. In: BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

<sup>12</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

faria perder de vista uma das principais riquezas do *Diário íntimo*: o diálogo crítico e tenso que Couto de Magalhães manteve com seu tempo.

As entradas feitas no diário permitem múltiplas abordagens. Os temas são muito variados, razão pela qual é preciso fazer um certo recorte que conduza a pesquisa. No caso dessa pesquisa, estes temas são corpo, saúde e doença. Além de escrever sobre os índios em suas obras destinadas à publicação, Couto de Magalhães dedicava uma considerável parte de seu tempo escrevendo minuciosamente sobre si mesmo em seu *Diário íntimo*, registrando os cuidados que deveria ter para encontrar e manter a perfeita harmonia entre seu regime dietético e seu estado de saúde. Para tal, por conta própria o autor lia tratados de medicina, clássicos gregos e latinos e se submetia a todo tipo de experiências dietéticas e medicamentosas, sem recorrer aos representantes da medicina alopática que neste momento tentavam fazer valer seus conhecimentos sobre as demais artes de curar. O diário também registra a preocupação com o bom funcionamento dos órgãos sexuais e os sonhos homossexuais do autor, cuidadosamente codificados com a utilização do Nheengatú.<sup>13</sup> O desafio será penetrar no mundo íntimo de Couto de Magalhães a fim de perceber, através dos registros feitos no diário entre 1880 e 1887, a maneira peculiar como ele relacionava as categorias corpo, saúde e doença, em busca de um ideal de moderação que lhe era tão caro.

Na verdade, a maioria das entradas do diário fora feitas pelo autor entre julho e novembro de 1880. O “diário de sonhos” e os “extratos de medicina” foram registrados entre janeiro e agosto de 1881. Nos dois referidos períodos, Couto de Magalhães estava morando em Londres, negociando a venda das ações da companhia ferroviária Minas-Rio. De volta ao Brasil, o primeiro registro que aparece no diário, feito em São Paulo, é datado de nove de junho de 1884, portanto, três anos depois do último registro feito em Londres. Não há registros para o ano de 1885 e constam apenas umas poucas notas para os anos de 1886 e 1887.

Talvez alguém que tenha lido o *Diário íntimo* discorde dos temas que considere mais relevantes, das ênfases que foram dadas a uma ou outra questão, da escolha que fiz dos

---

<sup>13</sup> A Língua Geral Amazônica, conhecida a partir do terceiro quartel do século XIX como Nheengatú (do tupi *ie'engatu* – língua boa) desenvolveu-se inicialmente no Maranhão e no Pará, com origem na língua dos Tupinambá que habitavam todo o litoral maranhense no século XVII. Foi utilizada na Amazônia até o início do século XX. Conferir: RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.

fragmentos do diário a serem discutidos ou da maneira como eu os tratei. Nunca tive a mínima pretensão de apresentar uma interpretação *verdadeira* de Couto de Magalhães, nunca pensei possuir as chaves da decifração de seus segredos íntimos ou que estes constituíssem aquilo que o autor *realmente era*. Num esforço constante de lealdade com meu informante de papel que tinha pretensões de sobreviver ao tempo, sempre quis me aproximar de uma leitura de Couto de Magalhães que ele próprio aprovasse caso estivesse vivo. Quis criar uma imagem com a qual ele se identificasse, como o fazem, ou tanto quanto eu, pretendem, os antropólogos que lidam com informantes de carne e osso. Não penso que uma ou outra condição seja mais fácil. A diferença é que meu informante não poderá dar seu parecer sobre a leitura que fiz sobre os segredos que ele involuntariamente me contou. Talvez por ele não ter me autorizado a penetrar em sua intimidade e revelá-la ainda mais ao público, já que o *Diário íntimo* foi publicado antes de minha tese, minha responsabilidade em ser leal deva ser ainda maior. Parafraseando Amiel, outro compulsivo escritor de diários do século XIX, talvez o general dissesse: “[e]u sou um pouco mais feliz, um pouco menos mau, um pouco menos fraco do que o diz e o crê o meu diário”.<sup>14</sup> Em todo caso, o que me interessava unicamente era narrar os registros íntimos de Couto de Magalhães como ele próprio poderia ter feito.<sup>15</sup>

Durante o mês de abril de 2006 estive em São Paulo a fim de consultar o manuscrito original, correspondente ao diário íntimo do general Couto de Magalhães, encontrado fortuitamente pela historiadora Maria Helena P. T. Machado no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo. Infelizmente, apesar dos contatos prévios realizados com funcionários do arquivo, que chegaram a confirmar a localização do manuscrito, o documento original não foi localizado, situação discutida no primeiro capítulo. Muito embora não tenha conseguido ler o diário original, localizei em São Paulo textos importantes sobre Couto de Magalhães, além de algumas imagens, como o quadro de Almeida Júnior discutido no segundo capítulo, localizado no acervo do Museu Paulista. Recebi alguns meses depois uma cópia do diário íntimo do general em CD, com imagens no formato JPEG, reproduzido a partir do microfilme pertencente a Maria Helena P. T. Machado.

---

<sup>14</sup> Cf. AMIEL, Henri-Frédéric. *Diário íntimo*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1947, p. XXXI.

<sup>15</sup> Postura semelhante foi adotada por Hanna Arendt ao escrever a biografia de Rahel Varnhagen. Conferir ARENDT, Hanna. *Rahel Varnhagen: judia alemã na época do Romantismo*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994, p. 11.

Cheguei a pensar em fazer uma leitura compreensiva dos códigos pessoais do autor, dentro do contexto em que aparecem, procurando identificar se havia coincidências nas situações em que ele recorria a códigos pessoais, mas desisti da idéia. Seria grande o risco de errar, de cometer injustiças extemporâneas ou de incorrer em algo que sempre procurei evitar na leitura e discussão do diário: querer interpretar além daquilo que ele me permitia fazê-lo com o mínimo de segurança. Além do mais, fiquei me perguntando até que ponto teria o direito de explorar algo que meu “informante de papel” visivelmente não me autorizava a fazê-lo, por vergonha, pudor, medo ou seja lá qual fosse a razão. Se durante o trabalho de campo o informante silencia, pede para não falar sobre determinados assuntos, para não revelar seu nome, sua imagem, procurei pensar que ao recorrer a códigos pessoais, Couto de Magalhães me indicava um limite, como se me pedisse para não adentrar naquilo que ele julgava indizível. Afinal, o fato de fazermos pesquisas antropológicas ou históricas dialogando com os mortos não nos exime de uma reflexão e de uma conduta ética.

Em todo caso, optei por recortar os trechos de todas as citações do diário original utilizadas nos capítulos e inseri-las imediatamente antes da citação do diário publicado. Assim o leitor pode, de certa forma, manter contato com o original, além de perceber como estou dialogando com ele e, quem sabe, realizar seu próprio diálogo. Esclareço que recortei exatamente o trecho citado, “apagando” no computador o que vinha imediatamente antes e depois, de forma a garantir a coerência textual. Mais do que uma opção estética, trata-se de uma postura metodológica, visando permitir ao leitor o contato com o trecho analisado tal qual ele se encontra no diário original. Assim é possível verificar a compilação e edição feita por Maria Helena P. T. Machado para a publicação do diário, a grafia dos termos no século XIX, possíveis variações nos tipos de letras, os grifos pessoais do autor, além dos códigos pessoais, suprimidos no diário publicado. Com relação aos tipos de letras, não necessariamente eles servem como indicativo do estado emocional do autor no momento do registro, posto que ele costumava fazer exercícios de caligrafia durante a escrita do diário, refletindo, inclusive, sobre a melhor maneira de segurar a pena, a velocidade da escrita e a postura corporal adotada na hora de escrever. Quanto à compilação e edição do diário, além das opções editoriais indicadas pela organizadora, pude identificar pequenas imprecisões, discutidas ao longo do trabalho.

Outra opção foi deixar de lado a “introdução” do *Diário íntimo* feita por Maria Helena P. T. Machado,<sup>16</sup> pelo menos até que os capítulos da tese estivessem mais ou menos consolidados. Longe de querer desqualificar a introdução feita por Machado, a idéia era não me sentir preso ou mesmo inconscientemente ser conduzido pelos argumentos utilizados por ela, desenvolvendo meus próprios argumentos com base no diálogo com o diário e nas leituras referentes ao tema. Assim, inicialmente procurei recorrer à “introdução” apenas quando se tratava de referir algo cuja leitura estava estritamente ligada a ela, tal como dizer que Couto de Magalhães conferia à palavra *sakanga* o significado de “galho”, metáfora para se referir a pênis. Evidentemente que a discussão que Maria Helena P. T. Machado fez na apresentação do *Diário íntimo* de Couto de Magalhães foi fundamental para que eu construísse o projeto de pesquisa, facilitando a identificação das principais temáticas do diário e indicando preciosas leituras sobre os temas. Meu desafio era construir minha autonomia na interpretação do diário, ampliando as questões que a autora apontou nos limites de uma introdução.

Procuro ler o diário íntimo de Couto de Magalhães, enquanto documento histórico que nos remete a uma outra temporalidade, como uma espécie de registro etnográfico, observando uma prática que tem se manifestado comum entre diversos antropólogos e historiadores. Nesse sentido, é bastante inspiradora a atitude de Manuela Carneiro da Cunha, “... analisando antropológicamente material histórico, ou seja, incluindo o implícito, o não-dito, o simbólico, no pensamento político e na estrutura social do Brasil de séculos passados”.<sup>17</sup> Na leitura do diário, procurei dividi-lo em temas, tal como fazem os antropólogos com as informações produzidas no trabalho de campo. Ao longo das várias leituras do diário procurei criar quadros que indicassem os temas principais e onde localizá-los no diário publicado. Depois disso, fiz o cruzamento desses temas com a bibliografia disponível, criando correspondências que permitem acessar o mesmo tema em diversos autores. É como se o diário fosse uma grande entrevista ou uma grande narrativa concedida por meu informante exemplar Couto de Magalhães. Não sendo possível confiar unicamente no que meu informante exemplar diz, procuro confrontar suas revelações com outras fontes, tais como os livros que ele próprio escreveu, os artigos que outros autores escreveram sobre ele e obras que informem sobre o contexto em que ele viveu. Sempre que possível, procurei ler os autores que ele leu, perceber

<sup>16</sup> Cf. MACHADO, Maria Helena P. T. “Introdução”. In: *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (organizado por Maria Helena P. T. Machado).

<sup>17</sup> Cf. CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 8.

como ele os leu e como sua leitura pode ser identificada nos registros feitos no diário. Em alguns casos o resultado foi bastante satisfatório, como no cruzamento da leitura de Tardieu, cuja obra *Attentados contra os costumes* é brevemente comentada por Couto de Magalhães no diário e comentada mais longamente pelo jurista Viveiros de Castro em seu *Attentados ao pudor* alguns anos depois (1894),<sup>18</sup> mas no mesmo contexto de repressão aos “desvios sexuais”. Muito embora se referindo a mesma obra que Viveiros de Castro utilizava para fundamentar seu combate às “aberrações do instinto sexual”, Couto de Magalhães fazia uma leitura diferenciada. O diálogo que ele fazia com as questões do seu tempo ou com as obras clássicas que lia (também com os olhos de seu tempo) é fundamental para perceber sua inserção social no Brasil da segunda metade do século XIX.

No primeiro capítulo, a discussão inicial aborda o efeito de verdade presente nos diários íntimos, para depois discutir o contexto que propiciou o surgimento dessa prática cultural, as dificuldades de suporte para esse tipo de escrita, as razões para se escrever um diário, quais os cuidados que se deve ter ao lidar com esse tipo de documento e qual a visibilidade do estudo de diários íntimos no Brasil. De fato, em grande parte, o número relativamente baixo de discussões sobre diários íntimos tem a ver com a seguinte questão: como tratar os diários? O reconhecimento tardio desse tipo de registro à condição de documentos importantes levou à necessidade de se desenvolver uma reflexão sobre uma série de cuidados que é necessário observar no uso acadêmico. Faço uso de diversos diários, partindo do princípio de que se trata de uma prática cultural de constituição do sujeito moderno que se estende aos dias de hoje. Tanto nos diários do século XIX quanto nos do século XX nota-se o mesmo desejo do sujeito moderno no sentido de constituir uma certa identidade e estabilidade para si, uma forma de conviver melhor com os sinais de sua incompletude e fragmentação.

No segundo capítulo, discuto mais demoradamente as categorias corpo, saúde e doença em Couto de Magalhães. Seguindo a linha iniciada por Marcel Mauss,<sup>19</sup> procuro discutir de que maneira podemos perceber, no registro particular de um personagem do século XIX, as marcas da estrutura social de sua época. De que maneira os registros do *Diário íntimo* evidenciam o processo de educação das necessidades e das atividades corporais em

---

<sup>18</sup> Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1932.

<sup>19</sup> Cf. MAUSS, Marcel. “As técnicas corporais”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, 1974.

Couto de Magalhães. Mais ainda, como o general dialoga com os códigos de sua estrutura social, partindo de sua experiência de escolarização, por meio da qual ele aprendeu muitas das técnicas corporais que informavam a maneira de observar seu próprio corpo. Vê-se então um sujeito preocupado em encontrar a harmonia de seu estado de saúde, e que para isso age por conta própria, observando-se minuciosamente a cada dia, registrando em seu diário todos os sintomas que no corpo indicam a possibilidade de doença, procurando estabelecer para si um regime dietético que lhe garantisse a harmonia entre corpo e alma. Agia como “médico de si mesmo” como muitos outros homens e mulheres de sua época, fazendo uso de automedicação, desconfiado e descrente diante da medicina alopática. De seus registros clínicos sobressaem autores do mundo clássico tais como Hipócrates, Juvenal, Galeno, além de médicos do século XIX como Armand Trousseau. O diário revela o perfil de um homem rico, com receio de ficar pobre e preocupado em descobrir a melhor maneira de fazer uso do tempo e gastar a sua fortuna. Sujeito em busca constante da moderação, da austeridade, preocupado em evitar qualquer tipo de desperdício. No século da industrialização, Couto de Magalhães diz trabalhar como uma “máquina de aço”, e age no sentido de manter o equilíbrio constante de sua maquinaria mental, a fim de não sucumbir diante de uma doença típica daquela época, a “doença dos nervos”. Tarefa árdua para um hipocondríaco assumido, que mal acaba de ler um artigo sobre epilepsia e já começa a sentir os sintomas desta doença, rindo disso depois. Hipocondríaco, sim, cuja fragilidade emocional destoa do perfil traçado por seus biógrafos. Mas a partir dos registros de seu *diário íntimo*, um homem feliz, orgulhoso de si, com a sensação de missão cumprida.

No terceiro capítulo, a análise é feita no sentido de perceber de que maneira a leitura do *Diário íntimo* nos permite identificar os sinais de incompletude no general Couto de Magalhães, habilmente camuflados por ele mesmo enquanto vivo e posteriormente pelos que escreveram sobre ele. Início então discutindo o processo de lembrança-esquecimento de um personagem histórico que foi construído enquanto herói de um tempo considerado passado e que por estar ligado a esse passado – o Brasil monárquico – está inserido na periferia da memória oficial, o que leva muitos de seus biógrafos a realizarem esforços no sentido de trazer sua memória à tona, livrando-o do esquecimento. Outro aspecto importante é a discussão da imagem de herói militar que Couto de Magalhães escolheu como a imagem de si que ele gostaria que ficasse para o futuro e que pode ser constatada nos diversos retratos do general.

O quarto e último capítulo apresenta a discussão de um tema polêmico ligado à biografia de nosso herói: o homossexualismo. Como essa questão aparece no diário no registro que o autor faz de seus sonhos eróticos, a idéia é discutir seu universo onírico procurando, não interpretar os seus sonhos, mas a maneira como ele próprio os interpretou. Trata-se então de situar a concepção sobre o homossexualismo no Brasil da segunda metade do século XIX, atentando para a maneira como a interpretação de seus sonhos ajuda a perceber a maneira como ele se posicionava diante dessas questões. A partir do cruzamento dos registros feitos no *Diário íntimo* com textos de autores que escreveram sobre o general e outras fontes da época, analiso os indícios que apontam para uma forma peculiar de viver a sexualidade construída por Couto de Magalhães. Trata-se de um tema difícil de se tratar, mas que não deve ser evitado em função das dificuldades ou em nome de qualquer tipo de moralismo. Aliás, o que mais surpreende na interpretação que Couto de Magalhães faz de seus próprios sonhos é exatamente a ausência de julgamentos morais. Talvez por essas questões a sexualidade de nossos heróis seja ainda um tema tabu. O desafio é não tratar seus registros como mera curiosidade ou jocosidade. Tanto na análise da postura dele diante de seu próprio corpo como na análise de seus sonhos eróticos, a idéia não é retirá-lo de sua condição de herói, mas mostrar como o processo de heroificação implica muitas vezes na construção de uma “ilusão biográfica”, conforme definição de Bourdieu.<sup>20</sup>

A primeira versão de parte do primeiro capítulo foi publicada em artigo na *Physis* com o título “Um toque de voyeurismo”.<sup>21</sup> A inspiração para este título surgiu depois da leitura do artigo de Sarah Lowe tratando do diário íntimo de Frida Kahlo. Diz Lowe que “ler o diário de Frida Kahlo é sem dúvida um ato de transgressão, um empreendimento com inevitável toque de voyeurismo”.<sup>22</sup> A partir disso, optei por substituir o título anterior por este que usei no artigo da *Physis*. De fato, conforme discutido no primeiro capítulo, a definição que Roberto Cardoso de Oliveira faz do antropólogo como sendo um “bisbilhoteiro profissional” (2002) expressa melhor o exercício que me proponho a fazer na leitura do diário de Couto de Magalhães. Afinal, o que constitui maior bisbilhotice do que ler o diário dos outros?

---

<sup>20</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

<sup>21</sup> Cf. HENRIQUE, Márcio Couto. “Um toque de voyeurismo”. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15(2): 285-303, 2005.

<sup>22</sup> Cf. LOWE, Sarah M. “Ensaio”. In: KAHLO, Frida. *O diário de Frida Kahlo: um auto-retrato íntimo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, p. 25.

## I. Diário íntimo: prática cultural de produção de si <sup>23</sup>

### Situando o percurso

Em novembro de 2005, uma revista de grande circulação no Brasil estampava em sua capa uma manchete polêmica a tal ponto de arregalar os olhos das beatas que se dirigiam à missa matinal e, inadvertidamente, olharam para a banca de revista mais próxima da igreja. Dizia a manchete: “[o] diário de um padre pedófilo”. Como imagem de fundo, uma foto de um adolescente que, com os olhos voltados para o chão, como se fizesse uma prece, segurava uma grande cruz com uma das mãos. À esquerda da cruz, um trecho do diário do padre dava o tom do seu ato autobiográfico, como que convidando o leitor a adentrar às páginas da revista. A matéria intitulada “Confissões obscenas”, assinada por Alan Rodrigues, conta detalhes dos problemas que a Igreja Católica vem enfrentando no Brasil com esse tipo de crime cometido por membros do clero. Chama atenção particularmente o fato de que dois dos padres denunciados por abusos contra crianças escreviam diários íntimos, que o articulista definiu como “diários do pecado”, nos quais os religiosos registravam suas aventureiras amorosas. Um dos diários, segundo o jornalista, faz parte de um processo que transita sob segredo no Tribunal de Justiça de São Paulo e que teria sido entregue por uma religiosa a quem o padre havia entregue seu caderno “por engano”. O delegado que inicialmente recebeu o diário foi taxativo: “[e]ra a *prova* que faltava para podermos prender o padre”.<sup>24</sup>

Para muitos de nós, homens e mulheres do século XXI, pode parecer natural a utilização de um diário íntimo como “prova” documental num processo-crime, afinal, muitos podem dizer, se o padre escreveu aquilo para si mesmo, é porque é “verdade”. Mas, até que ponto podemos acreditar que o que está escrito em um diário íntimo se confunde necessariamente com a verdade factual? O percurso a ser feito a partir de agora tem como um de seus objetivos demonstrar que essa identificação do conteúdo de um diário íntimo com a “verdade”, posto que retirada do interior do indivíduo, lugar de sua sinceridade, possui uma

---

<sup>23</sup> Versão inicial do que discuto parcialmente nesse capítulo foi publicada na *Physis*, conferir HENRIQUE, Márcio Couto. “Um toque de voyeurismo”. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15 (2), 2005, pp. 285-303.

<sup>24</sup> Cf. Revista Istoé, edição Nº 1883, de 16/11/2005. Disponível em [http://www.terra.com.br/istoe/1883/brasil/1883\\_confissoes\\_obscenas.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1883/brasil/1883_confissoes_obscenas.htm), data da captura: 30/11/2005, grifos meus.

longa história atrás de si.<sup>25</sup> Mais precisamente, toda a discussão tem como objetivo fundamentar a análise de um diário íntimo específico, escrito entre 1880 e 1887 pelo mineiro José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), um importante intelectual do Brasil da segunda metade do século XIX, que consta em nosso panteão cívico como herói da Guerra do Paraguai, a partir do que foi condecorado com o título de general. Político de destaque, presidiu importantes províncias brasileiras (Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo). Como muitos homens do século XIX, ele nos deixou um diário, onde anotava cuidadosamente o que considerava os feitos de sua vida dignos de serem registrados. Em outras palavras, seu diário íntimo registrava os feitos que ele considerava dignos de compor a verdade sobre si próprio. Se na dissertação de mestrado (Henrique, 2003) procurei analisar como Couto de Magalhães se empenhou na tarefa de construir uma concepção de identidade nacional brasileira, o propósito aqui será analisar como ele se empenhou na construção de uma identidade para si mesmo. Em todo caso, é possível perceber que identidade nacional e identidade para si ora se aproximam, ora se distanciam em Couto de Magalhães.

Chamo atenção para um fato que considero importante nessa primeira parte do trabalho. Dentro das possibilidades, procurarei manter um diálogo com outros diários escritos no século XIX. Entretanto, como trato a escrita dos diários como uma prática cultural típica da chamada modernidade, farei uso de alguns poucos diários escritos em épocas diferentes, posto que meu interesse é pontuar as principais características dessa prática que se estende aos dias de hoje, seja em diários com o formato tradicionalmente conhecido, seja nos milhares de *blogs* disponíveis na *Internet*. Em linhas gerais, a noção de modernidade será utilizada no sentido conferido por Giddens

“... modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência ...”<sup>26</sup>

A abordagem tem como foco uma prática, um “estilo” ou um “costume de vida” que, tendo surgido em local e época específicos, alcançou uma influência mais ou menos mundial. Assim, as motivações para a escrita de diários devem ser pensadas no tempo da “longa duração”, não podendo ser encerradas num tempo cronológico fechado. Ao analisar a

---

<sup>25</sup> A inspiração para essa discussão inicial sobre a relação entre a verdade como sinceridade e a verdade factual vem de CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

<sup>26</sup> Cf. GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 12. Cabe lembrar que, muito embora o autor dê esta definição de modernidade nesta obra, ele só discutirá um tema próximo ao que me proponho fazer aqui em seu livro *A transformação da intimidade* (1993).

reaproximação entre historiadores e etnólogos, Jacques Le Goff, um dos mais importantes historiadores da chamada Escola dos *Annales*, afirma que a etnologia

“... obriga a recorrer a uma diferenciação dos tempos da história e a dar especial atenção a esse domínio de longa duração, a esse tempo quase imóvel que Fernand Braudel definiu num artigo célebre.

Passeando o olhar etnológico sobre as sociedades que estuda, o historiador compreende melhor o que existe de ‘litúrgico’ numa sociedade histórica”.<sup>27</sup>

A escrita de si nos diários íntimos, que se desenvolve na modernidade, é uma prática “litúrgica” no sentido de que faz parte do “ritual” de construção do sujeito moderno. O indivíduo dos dias de hoje, certamente bastante diferente do indivíduo surgido com a modernidade, tem em comum com este uma certa necessidade de constituir uma imagem de si para si próprio, de conferir a si mesmo uma certa identidade. Longe de querer incorrer em anacronismo, o diálogo com outros diários do século XIX visa a identificação de temáticas afins ou mesmo de especificidades. O diálogo com diários escritos em outras épocas se dá pela possibilidade de identificar semelhanças nos significados atribuídos à escrita de si. Por outro lado, apontar os vínculos dessa prática de escrita de si com o nosso tempo é um proveitoso instrumento de que a Antropologia pode fazer uso numa tentativa de análise ao mesmo tempo diacrônica e sincrônica.

Em todo caso, em linhas gerais, a partir do segundo capítulo o esforço de análise estará centrado na compreensão da construção de uma imagem para si próprio feita por Couto de Magalhães dentro de seu próprio tempo, sendo as possíveis conexões com o mundo atual feitas com a necessária prudência. Afinal, é preciso sempre lembrar que “o passado é um país estrangeiro, e eles fazem coisas diferentes por lá”.<sup>28</sup> Dessa forma, as páginas do diário de Couto de Magalhães permitem um estranhamento do que se configura hoje como diferentes formas de concepção do corpo, diferentes noções sobre saúde, doença e sexualidade. Mas antes de percorrermos as páginas do diário do general faremos um breve passeio pela história

---

<sup>27</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. “O historiador e o homem cotidiano”. In: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 315-316. Fernand Braudel, um dos fundadores da “escola” dos *Annales*, utilizava o termo “longa duração” para se referir a um tipo de História que se movimenta num ritmo mais lento do que a dos eventos. Assim penso a escrita de diários íntimos, cuja prática se estende para além dos eventos históricos que, a partir do século XVI, a tornaram possível. Sobre os *Annales*, conferir: BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.

<sup>28</sup> Cf. HARTLEY *apud* ROWLAND, Robert. *Antropologia, História e diferença: alguns aspectos*. Porto: edições Afrontamento, 1997, p. 7.

da escrita de diários, considerando o contexto em que tal prática surgiu, a evolução de seus suportes e as principais características desse tipo de “escrita de si”.<sup>29</sup>

## O reencantamento do mundo

Diários íntimos, confissões escritas, cartas confidenciais, missivas de amor e todo o tipo de escritura ligada ao que se convencionou chamar de “escrita de si” ou “produção de si mesmo” “produz um ‘excesso de sentido’ que insufla força, convicção e veracidade ...”.<sup>30</sup> Tal como uma carta, o fato de o diário íntimo se apresentar como um discurso espontâneo, marcado pelo registro da intimidade, a princípio produzido sem ter em vistas a publicação ou para ser publicado após a morte e por ser escrito na primeira pessoa do singular acaba por produzir um “efeito de verdade” cuja sedução precisa ser discutida.<sup>31</sup>

Essa intensa preocupação com o “eu” foi um fato marcante em numerosos burgueses na Europa e nos Estados Unidos do século XIX. Peter Gay, em seu livro *O coração desvelado*,<sup>32</sup> mostra com propriedade os sintomas dessa tendência à introspecção, marcada pelo crescente interesse científico pelos sonhos, o conhecimento de si, o uso de drogas, a loucura e as paixões sexuais consideradas desviadas da normalidade, temas comuns na literatura e nos meios de comunicação dos dias de hoje, mas que também possuem uma história. E os indícios dessa peregrinação ao mundo interior podem ser encontrados nos inúmeros diários íntimos, confissões escritas, cartas confidenciais, missivas de amor e ruminações religiosas que os homens e mulheres de letras encontraram para impor ao futuro determinada imagem de si próprios, compondo o quadro da chamada escrita de si.

---

<sup>29</sup> A expressão “escrita de si” tem sido utilizada pelos pesquisadores ligados ao tema como forma de indicar um certo gênero de escritos que compreende diários, correspondências, confissões, biografias e autobiografias. Ou seja, todo os tipos de escritos utilizados pelo sujeito moderno na constituição de uma identidade para si mesmo.

<sup>30</sup> Cf. DAUPHIM, Cécile & POUBLAN, Daniele. “Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX”. In: BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 76.

<sup>31</sup> Cf. BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 89.

<sup>32</sup> Cf. GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

Essa atitude de desvelar o coração fazia parte de um esforço burguês no sentido de “voltar a fazer do mundo um lugar encantado”. O alvo era a razão iluminista, acusada de – com seu cientificismo frio e sua rebeldia contra a fé – ter banido do mundo a idéia de mistério e de maravilhoso. Era necessário, portanto, libertar a imaginação, recuperar a vida interior do homem e desfazer a secularização do mundo, que haveria de ser reencantado. A imaginação liberta marcaria o triunfo dos românticos sobre a Idade da Razão (Gay, 1999).

Contudo, poderíamos recuar até o século XVIII para localizar no tempo os sinais mais característicos dessa preocupação com o registro de uma memória de si. Não existe consenso entre os pesquisadores com relação a data precisa em que surgiram as palavras biografia e autobiografia, mas todos concordam que elas se afirmam na chamada modernidade. Segundo Gay (1999, p. 128), a palavra autobiografia teria sido empregada pela primeira vez em torno de 1800. É nesse século que se torna mais evidente a progressiva relevância do ato autobiográfico, expresso na necessidade do indivíduo moderno de constituir uma identidade para si através de seus documentos. A partir de então, cada vez mais a memória se encarna nos objetos, acompanhando a exacerbação do individualismo ocidental ocorrido em fins do século XVIII.

Fenômeno novo, fotografias, cartões-postais e objetos do cotidiano passam a ser recolhidos e guardados mesmo por homens considerados “comuns”, transformando o espaço privado em um “teatro da memória” (Calligaris, 1998, p. 3). Conforme salientou Gay, o desnudamento dos sentimentos não nasce na modernidade, bastando lembrar a célebre inscrição sobre a entrada do templo de Delfos: *conhece-te a ti mesmo*, convite explícito ao auto-exame na Antiguidade. Se os vitorianos não inventaram a introspecção nem foram os primeiros a refletir sobre ela, o que eles apresentam de novo é “... a circunstância de a haverem oferecido, quase obrigatoriamente, a um público mais amplo. E a maioria dos vitorianos que cultivavam seu ‘eu’ interior eram burgueses” (Gay, 1999, pp. 14-15)

Cada vez mais os homens passam a acreditar que os rumos da experiência humana na terra não estavam absolutamente definidos *a priori* num plano divino exterior e superior ao próprio homem e que parte considerável de sua vida constituía uma aventura a ser inventada e reinventada por ele próprio. Cada vez menos se encontrará “... um indivíduo enquadrado em

solidariedades coletivas, feudais e comunitárias”,<sup>33</sup> sob o olhar vigilante da comunidade rural, da cidadezinha ou do bairro. Estabelecendo um novo diálogo com as regras e os legados da tradição, o indivíduo moderno começa a se constituir enquanto sujeito responsável por seu próprio destino. Deve-se enfatizar que este novo diálogo não se faz sem tensões, posto que o indivíduo moderno reinterpreta a lógica de suas ações fazendo escolhas dentro de um campo de possibilidades que, por um lado, tem certos limites, mas por outro, apresenta alternativas.

Como afirmou Ângela de Castro Gomes, “[s]e o ato de escrever sobre vidas é muito antigo, a idéia de que a vida é uma história é bem mais recente”.<sup>34</sup> Antes dela, Pierre Bourdieu havia defendido que “[f]alar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história ...”.<sup>35</sup> Nesse sentido, o surgimento do romance moderno tem sido definido pelos autores que tratam dessa temática como um elemento que conduziu à possibilidade de escrever a vida de um indivíduo. Conforme Bourdieu:

“[é] significativo que o abandono da estrutura do romance como relato linear tenha coincidido com o questionamento da visão da vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e de direção” (2005, p. 185).

Dessa forma, o surgimento de um novo modo de expressão literária, personificado no romance moderno, acompanha a concepção de que o real é descontínuo, fragmentado. A partir de então, a estrutura dos romances tradicionais, que traduziam a vida como algo coerente e totalizante, vai aos poucos perdendo espaço para um tipo de expressão literária que rompe com as unidades de tempo, espaço e ação. Os múltiplos tempos do romance moderno tornam-se fundamentais para a apresentação de um indivíduo multifacetado, cuja trajetória se desenrola em tempos diversos. Assim, o romance passa a conquistar seu espaço entre os homens e mulheres do século XIX, competindo com as obras de interesse religioso e de poesias, ao mesmo tempo em que se desenvolvem atitudes como a arte de ouvir música e poesia, a encomenda de auto-retratos, a leitura de autobiografias, biografias e obras históricas sobre o caráter das pessoas, bem como a escrita de diários e de correspondência íntima.

---

<sup>33</sup> Cf. ARIÈS, Philippe. “Por uma história da vida privada. In: *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 3, p. 8.

<sup>34</sup> Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 12.

<sup>35</sup> Cf. BORDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 183.

## Os suportes para a escrita de si

Philippe Áries indica três fatores como sendo fundamentais para a compreensão do processo que conduziu a uma modificação das “mentalidades” na Europa moderna, em especial a idéia do indivíduo e de seu papel na vida cotidiana da sociedade: 1) o novo papel assumido pelo Estado, que a partir do século XV passa a se impor cada vez mais e sob modos diferentes no espaço social antes reservado às comunidades; 2) o desenvolvimento da alfabetização e da leitura sobretudo graças à imprensa, que contribuem para uma ampliação da prática da leitura silenciosa, tornando-se uma alternativa para a leitura em voz alta, até então única maneira de ler; 3) as novas formas de religião que se estabelecem nos séculos XVI e XVII, que

“desenvolvem uma devoção interior – sem excluir, muito pelo contrário, outras formas coletivas da vida paroquial – o exame de consciência, sob a forma católica da confissão ou a puritana do diário íntimo” (1991, pp. 9-10).

A expansão da escrita e da alfabetização, ao permitirem ao indivíduo a possibilidade de se isolar, de se conhecer melhor através da escrita, contribuiu decisivamente para o surgimento de uma “literatura autógrafa”, que terá como suporte os diários, as cartas e as confissões de um modo geral. Aos 12 de outubro de 1862, por exemplo, o francês Sully Prudhomme registrava em seu diário íntimo que

“... ler versos num salão sempre me pareceu pretensioso. O livro é uma confidência que se faz, em voz baixa, ao ouvido do leitor; a leitura em público é impertinente, impudica”.<sup>36</sup>

A leitura seria uma espécie de confissão individual em que o autor-confidente sussurrava segredos ao ouvido do leitor-confessor, convidando-o a penetrar e compartilhar sua intimidade. Portanto, leitura, escrita e autoconhecimento passam a se constituir partes integrantes de um mesmo processo.

Se, por um lado, a imprensa favorece o desenvolvimento da alfabetização e a expansão da prática da leitura, por outro, ajuda a superar um dos entraves para a expansão das práticas da escrita de si: a ausência de um suporte adequado. Se hoje qualquer um de nós pode se dar

---

<sup>36</sup> Cf. PRUDHOMME, Sully. *Diário íntimo e pensamentos*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1962, p. 74. René-François-Armand Prudhomme (1839-1907) era membro da Academia Francesa e foi o primeiro escritor a receber o Prêmio Nobel de Literatura, em 1901. Suas poesias eram marcadas pela introspecção, tratando de temas de fundo filosófico, referentes à origem e ao destino do homem. Muitos de seus poemas de cunho confessional são considerados melancólicos, enquanto que os de cunho filosófico ostentam um racionalismo angustiado diante das limitações humanas, da vida e da morte, questões muito em voga em sua época.

ao luxo de entrar em uma livraria e/ou papelaria e escolher entre uma infinidade de cadernos, agendas, blocos de notas, de cores, formas e tamanhos variados, deve-se lembrar que nem sempre foi assim. Imagine-se o que seria para uma pessoa desejosa de escrever um diário íntimo, até pelo menos as primeiras décadas do século XIX, primeiramente comprar as folhas de um fabricante de papel e depois confiá-las a um encadernador, que as trabalharia de acordo com a função e o uso que se desejava fazer delas.<sup>37</sup> Atento ao novo mercado, um encadernador de Londres chamado John Letts, em 1812, começou a vender volumes encadernados próprios para os registros íntimos. O negócio seria ampliado alguns anos depois com o apoio do seu filho, Thomas Letts, a ponto de, em 1839, a firma *Letts & Co* já oferecer cerca de vinte e oito opções de suportes para a escrita de diários, em tamanhos variados (Gay, 1999, p. 362).

Manter as folhas sem a encadernação dificultaria a continuidade textual do diário, comprometendo o muitas vezes desejado “controle” do tempo que passa. Uma alternativa seria numerar as folhas, como muitos de nós ainda fazemos hoje quando em alguma reunião estamos sem algum tipo de caderno ou agenda, com o argumento de que é para “não se perder”. Diante das dificuldades de acesso ou mesmo inexistência de suportes específicos para a escrita de si, muitas pessoas se utilizavam das linhas a mais ou das páginas em branco dos almanaques. Nesses espaços registravam data de nascimento e de falecimento dos familiares, datas de eventos comunitários importantes e tudo o mais que fosse considerado digno de registro. Dessa forma, as pessoas acabavam por estabelecer um verdadeiro diálogo com os almanaques, que abriam interessantes perspectivas para as escrituras pessoais.<sup>38</sup> Em função disso, Hébrard não estranha que “... o texto considerado por Elisabeth Bourcier como ‘o primeiro diário autêntico’ da tradição inglesa – o diário do astrólogo John Dee – tenha sido redigido sobre almanaques” (2000, p. 56). Descoberto no século XIX, o diário de John Dee começou a ser escrito utilizando-se do espaço em branco deixado diante de cada dia no

---

<sup>37</sup> Cf. HÉBRARD, Jean. “Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias, a escritura pessoal e seus suportes”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 31-32.

<sup>38</sup> No Brasil do século XX, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira encontrou indícios de um diálogo semelhante entre os índios Terêna e os almanaques. Em seu diário de campo, na entrada do dia 12 de agosto de 1955, consta o seguinte registro: “[a]nteontem veio um índio ao posto para registrar sua neta, nascida há cerca de um mês. Parece ser uma prática adotada por aqui a escolha dos nomes ser feita pela consulta do Almanaque, talvez a única literatura que chega por esses confins ...”. Conferir: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Os diários e suas margens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 68. Os nomes eram geralmente escolhidos da lista de nomes de santos que os almanaques continham, associados ao calendário do ano. Na ocasião, o índio escolheu o nome “Gilda” para sua neta quando soube que era o mesmo nome da esposa do antropólogo.

calendário. Depois, o astrólogo invadiu as margens, a página das anotações rápidas e dos horóscopos. A partir de 1557, as páginas do almanaque registravam verdadeiros textos. Atualmente, a escrita de si por meio de diários íntimos é uma prática geralmente associada às mulheres, mas as pesquisas sobre o tema indicam que, em seus primórdios, tratava-se de uma prática cultural exercida no espaço do privado, por homens ‘comuns’ (Gomes, 2004, pp. 17-18). Entre os autores de diários no século XIX podemos encontrar figuras conhecidas como o imperador D. Pedro II, André Rebouças, Joaquim Nabuco, Delacroix ou Nietzsche. Somente no século XX o diário íntimo passa a ter a conotação pejorativa de “coisa de mulher”.<sup>39</sup>

Mesmo a leitura dos livros exigia então algo mais do que apenas folhear ou passar as páginas. Registrando em seu diário íntimo, aos 18 de agosto de 1880, os fatos de “um dia indiferente”, José Vieira Couto de Magalhães observava:<sup>40</sup>

“... [p]ouco depois chegou o caixeiro, que trouxe os aforismos de Hipócrates; cortei-os, aprontei o jantar e jantei ...”.<sup>41</sup>

Cortar o livro significava separar suas páginas, posto que até o início do século XX, era comum as folhas dos livros virem emendadas umas nas outras. Couto de Magalhães escreveu seus diários de 1880-1887 em dois cadernos de capa preta dura. Émile Nougier, que escreveu seus diários numa prisão na França, em fins do século XIX, começou seus registros em “um pequeno caderno escolar”.<sup>42</sup>

<sup>39</sup> Lembro da frustração de uma amiga minha ao saber que eu pesquisava um diário íntimo. HorrORIZADA, como que me cobrando estudar algo “mais sério”, ela argumentava que ao falar em diário só pensava “... naquela menininha que se recolhia no quarto com seus complexos e escrevia num caderno: querido diário...”. Talvez tenha sido meu primeiro desafio: convencer meus próprios amigos da relevância de minha pesquisa.

<sup>40</sup> Todas as citações de trechos do *Diário íntimo* (Couto de Magalhães, 1998) serão precedidas do mesmo trecho do diário original. Optei por esta forma a fim de permitir ao leitor proceder junto comigo na leitura do diário de Couto de Magalhães e, ao mesmo tempo, permitir que o leitor caminhe por conta própria.

<sup>41</sup> Cf. COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira (organizado por Maria Helena P. T. Machado). *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 82. Note-se que no original consta “um” caixeiro e, na publicação, “o” caixeiro.

<sup>42</sup> Cf. ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a Própria Vida”. IN: *Revista Estudos Históricas*, CPDOC/FGV, n°: 21, ano: 1998/1, p. 15. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arg/234.pdf>, data da captura: 10/12/2005.

Os diários de Helena Morley, escritos em Diamantina, Minas Gerais, também em fins do século XIX, “enchem muitos cadernos e folhas avulsas”.<sup>43</sup> Ainda no início do século XX, o antropólogo Bronislaw Malinowski escreveu seu polêmico diário numa “cadernetinha preta e grossa”.<sup>44</sup> Mas em 1942, a alemã de origem judia Anne Frank recebia do pai um caderno “com capa em tecido xadrez vermelho-alaranjado” em que ela escreveu seu famoso diário.<sup>45</sup> Se quisermos estender a evolução dos suportes da escrita de si até os dias de hoje, Rubem Fonseca faz seu personagem Rufius, do romance *Diário de um fescenino*, arquivar sua própria vida num computador:

“... após digitar os diálogos junto com uma descrição sucinta do cenário e das circunstâncias em que eles ocorreram, arquivarei tudo na memória do meu computador”.<sup>46</sup>

Enquanto isso, milhares de pessoas no mundo todo escrevem e disponibilizam seus *blogs* e *fotoblogs* nas páginas virtuais da *Internet*.<sup>47</sup> Neste caso, Antonio Viñao aponta para

“... un cambio radical en la noción de privacidad. En una época em que lo íntimo es rentable o, al menos, puede serlo cuando se convierte em público, y en la que la privacidad virtual sustituye a la privacidad real – o esta última deviene virtual –, escribir diarios personales accesibles de un modo general a desconocidos – y conocidos – equivale, en el mundo de la

---

<sup>43</sup> Cf. MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 13. Helena Morley era o pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant (1880-1970). O diário cobre o período de 1893 a 1895 e foi publicado pela primeira vez em 1942. Trata-se de um belo texto, escrito na Diamantina do final do século XIX, quando a autora tinha entre 14 e 16 anos. Apesar da autora afirmar na introdução que, “[n]esses escritos nenhuma alteração foi feita, além de pequenas correções e substituições de alguns nomes ... (p. 14), existem discussões sobre a autoria do diário. Alguns dizem que algum literato hábil teria dado o toque final antes da publicação. Conferir a respeito SCHWARZ, Roberto. “Outra Capitu”. In: *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

<sup>44</sup> Cf. MALINOWSKI, *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 12. O diário de Bronislaw Malinowski (1884-1942) causou muita polêmica quando de sua publicação, em 1967, por revelar facetas inusitadas do antropólogo. Abrange apenas um período muito breve de sua vida, do início de setembro de 1914 ao início de agosto de 1915, e do fim de outubro de 1917 a meados de julho de 1918, cerca de 19 meses ao todo. Segundo Raymond Firth, em sua primeira introdução ao diário, “[f]oi escrito em polonês, como um documento privado, e nunca se pretendeu que fosse publicado” (p. 15). Não trata do trabalho de campo do autor, mas de sua vida pessoal, emocional e intelectual.

<sup>45</sup> Cf. GIES Miep & GOLD, Alisno Leslie. *Anne Frank: o outro lado do diário*. São Paulo: Nova Cultural, 1989, p. 204. Anne Frank viveu entre seus 13 e 15 anos (6 de julho de 1942 a 4 de agosto de 1944) escondida nos fundos de um prédio em Amsterdã, na Holanda, fugindo da perseguição nazista, durante a Segunda Guerra Mundial. Por todo esse período, o diário, que ela recebeu de presente de aniversário, foi seu companheiro inseparável. Anne morreu em fevereiro ou março de 1945, no campo de prisioneiros de Bergen-Belsen, na Alemanha.

<sup>46</sup> Cf. FONSECA, Rubem. *Diário de um fescenino*. São Paulo, Cia. das Letras, 2003, p. 12.

<sup>47</sup> O *blog* “... é um diário *online* no qual você publica histórias, idéias ou imagens”, conforme definição do *site* [http://blog.uol.com.br/stc/passeio\\_virtual.html](http://blog.uol.com.br/stc/passeio_virtual.html), data de captura: 03/04/05. Já o *Fotoblog* “... é um diário fotográfico na Web. Assim como um blog, é um espaço para você contar histórias e exprimir idéias e pensamentos. A diferença é que no fotoblog você usa fotos no lugar do texto ...”. Disponível em: [http://fotoblog.uol.com.br/stc/passeio\\_virtual.html](http://fotoblog.uol.com.br/stc/passeio_virtual.html), data de captura: 28/10/2006. Os internautas podem interagir com os editores do diário on line via e-mail. Para uma análise desse tipo de diário íntimo conferir: MUZART, Zahidé Lupinacci. “Do navegar e de navegantes”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

nueva cultura escrita, al acto de mostrar, em la pantalla televisiva, los sentimientos y emociones más personales e íntimos”.<sup>48</sup>

Dessa forma, o tipo de diário íntimo representado pelos *blogs* e *fotoblogs* ostenta este paradoxo: ele é, ao mesmo tempo, íntimo e aberto a todos os navegantes. Seu desvelamento público faz com que ele perca as características de privacidade, intimidade, do secreto, tal como se pensava até o século passado. Na escrita de si *on line*, os navegantes não só têm acesso a intimidade alheia como também são convidados a participarem da construção da imagem do outro.

### **Rousseau: a verdade como sinceridade**

Em todo caso, a abundância de diários escritos no século XIX que chegaram até nós indica que as pessoas souberam criar alternativas para superar as dificuldades encontradas nos suportes para a escrita de si. Tanto que o que mais chama atenção nos diários da época do Romantismo não é exatamente a intenção para a escrita, posto que as motivações para essa prática variavam muito desde suas origens, recuando até o século XVIII, como já vimos. No século XIX a quantidade de diários escritos é que “salta aos olhos”. Até o século XVIII, a “literatura autógrafa” era composta principalmente por escritos sobre si e para si apenas, sem a intenção de publicação. Mas não seriam as confissões voltadas apenas para si que despertariam o desconfiado interesse dos vitorianos do século XIX pelas práticas de si.

Segundo Gay,

“[a] paixão dos burgueses vitorianos pela auto-revelação – as suas próprias ou a de outras pessoas –, amplamente difundida e compensada apenas por sua reserva prudente e um agudo senso de privacidade, explica a prolongada ressonância das *Confissões* de Rousseau ...”. (1999, p. 122)

Ao assumir uma atitude abertamente confessional em sua autobiografia, publicada após a sua morte, o filósofo francês deixou seus sucessores do século XIX fascinados e, ao mesmo tempo, perturbados. Conforme Franklin Leopoldo e Silva, o empreendimento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) para desvelar-se a si e aos outros inaugura a crença na

---

<sup>48</sup> Cf. VIÑÃO, Antonio. “A modo de prólogo: refugios del yo, refugios de otros”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 14-15.

possibilidade de uma consonância perfeita entre a voz subjetiva e sua repercussão no mundo, razão pela qual o autor define a atitude de Rousseau como “o primeiro episódio moderno que possa ser verdadeiramente designado como autobiografia”.<sup>49</sup>

As primeiras palavras de Rousseau nas *Confissões* procuram não deixar dúvida quanto a sua disposição em desnudar seu íntimo:

“[d]ou começo a uma empresa de que não há exemplos, e cuja execução não terá imitadores. Quero mostrar aos meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza; e serei eu esse homem”.<sup>50</sup>

Rousseau se propõe a fazer “... uma obra única, de uma veracidade sem exemplo, a fim de que, pelo menos uma vez, se pudesse ver um homem tal como ele é interiormente” (1959a, p. 370-1). Tal é sua convicção de que suas confissões encerram sua verdade mais íntima que ele se dispõe a, quando soar a trombeta do juízo final, “com este livro nas mãos, comparecer diante do soberano Juiz” (1959a, p. 12). Segundo ele:

“... o verdadeiro objetivo das minhas ‘Confissões’ é fazer conhecer exatamente o meu íntimo em tôdas as situações da vida. Foi a história da minha alma que prometi; e *para a escrever fielmente não preciso de outras memórias. Basta-me, como o fiz até agora, penetrar em mim mesmo.*”<sup>51</sup>

Nota-se claramente que para Rousseau a verdade não pode ser encontrada fora do indivíduo e, para encontrá-la, deve-se recorrer ao auto-escrutínio. O “efeito de verdade” de suas confissões sustentava-se na idéia de que ele estava sendo absolutamente sincero, falando inclusive na primeira pessoa do singular. Essa postura era bastante diferente da que foi adotada por Santo Agostinho que ao escrever suas memórias, começava invocando a divindade: “És grande, Senhor e infinitamente digno de ser louvado! ...”.<sup>52</sup> Conforme observou Corbin, na modernidade,

“[o] desejo de esclarecimento interior, combinado com o temor do desperdício, suscita aqui uma prática que não subentende nenhum diálogo com o Criador. É em função do olhar sobre si mesmo, e dos olhares dos outros e do mundo, que se estrutura um exame permanente, obcecante”.<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> Cf. SILVA, Franklin Leopoldo e. “Prefácio”. In: DAMIÃO, Carla Milani. *Sobre o declínio da sinceridade: filosofia e autobiografia de Jean Jacques Rousseau a Walter Benjamin*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 12.

<sup>50</sup> Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As confissões*. São Paulo: Atena Editora, 1959a, p. 11.

<sup>51</sup> Cf. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As confissões*. São Paulo: Atena Editora, 1959b, p.11. Nas citações, manterei a grafia original das edições/ou documentos consultados. Grifos meus.

<sup>52</sup> Cf. AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 29.

<sup>53</sup> Cf. CORBIN, Alain. “O segredo do indivíduo”. In: PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 457.

Trata-se de “um indivíduo-no-mundo”, como definiu Dummont,<sup>54</sup> que tem os olhos voltados para o mundo social, não mais preso aos desígnios extra-mundanos da Criação. Em Agostinho, o voltar-se para dentro marca a trajetória espiritualizada de uma busca de Deus dentro de si mesmo. A partir de Rousseau, essa trajetória torna-se secularizada, dada a ausência de mediação religiosa: voltar-se para dentro não significa mais necessariamente a busca de um encontro com Deus. O sujeito que se volta para dentro de si o faz na tentativa de descobrir ou conferir uma ordem qualquer, um significado ou uma justificativa à sua própria vida.<sup>55</sup> Trata-se de conferir a si mesmo um pouco de consistência. Ao afirmar que “... só depois de me haver lido é que poderá alguém julgar se a natureza fez bem ou mal em quebrar a fôrma que me moldou” (1959a, p. 11), Rousseau deixa claro a afirmação incondicional e narcisista do sujeito que se distancia da idéia de uma purificação ou justificação de seus pecados diante da Providência.

Em todo caso, a escolha do Criador como interlocutor confidente do autor de diários não desaparece de todo. Escrevendo seu diário no Rio de Janeiro, entre 1885-1889, Eugénie Leuzinger Masset alterna a interlocução fictícia de seu diálogo ora com seu marido falecido, ora com Deus, mas num certo momento os dois parecem se misturar, como se fossem um só. Consciente disso, ela confessa a seu diário e depois ao padre, em 1886:

“... meu pai, será que é um pecado pensar em Deus quando penso em meu marido que perdi faz quatro anos e meio, será que é uma falta pensar em meu marido cada vez que rezo a Deus, quando peço sua proteção para mim, para meus filhos? Eu os confundo em meus pensamentos e minhas orações, eu me sinto atraída pelo céu desde que ele se foi, eu rezo para mim e meus filhos e entretanto rezo a Deus por ele também”.<sup>56</sup>

Definitivamente, não era a intenção de Rousseau dialogar com o Criador. O leitor que se deixasse seduzir pelas palavras iniciais do filósofo francês, pela promessa de um desnudamento tão intenso, encontraria de fato em suas *Confissões* razões para, no mínimo, se inquietar. Dada a importância dessa obra para minha discussão, posto que ela serviu de

---

<sup>54</sup> Cf. DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. São Paulo: ROCCO, 1993.

<sup>55</sup> Cf. TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 232.

<sup>56</sup> Cf. MASSET *apud* BORGES, Vavy Pacheco. “Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889)”. In: *Pagu* – Núcleo de Estudos de Gênero, crônicas profanas, 2002 (19), pp. 130-131. Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889) ficou viúva aos 34 anos, com sete filhos para criar, no Rio de Janeiro. Começou então a escrever um diário, dedicado à memória de seu esposo, Gustave Masset, que faleceu no Hotel Vista Alegre, no Rio de Janeiro, o mesmo lugar em que faleceu Couto de Magalhães. Eugénie escreveu regularmente de janeiro de 1885 a fevereiro de 1889.

inspiração para muitos autores de diários ao longo do século XIX, insisto um pouco mais nela.<sup>57</sup>

Aqueles cuja curiosidade era maior que a insegurança de seus próprios princípios, superavam o choque inicial da promessa de sinceridade de Rousseau e iam adiante na leitura de suas *Confissões*. Atordoados, liam então a narrativa da “longa cadeia das minhas desventuras” (1959b, p. 119,). Sobre sua infância, confessava:

“[e]u tinha os defeitos da idade: tagarela, guloso, mentiroso às vezes. Roubei frutos, bombons, gulodices; mas nunca senti prazer em fazer o mal, estragos, atormentar os outros, maltratar pobres animais. Lembro-me entretanto de ter uma vez urinado na panela de uma de nossas vizinhas, Mme. Clot, que tinha ido a um sermão ...”. (1959a, p. 18-19)

Sobre a mocidade, Rousseau narra sua primeira relação sexual com Madame de Warens:

“[e] esse dia mais temido que desejado chegou afinal. Prometi tudo e não menti. ... [v]i-me pela primeira vez entre os braços de uma mulher que adorava. Fui feliz? Não, apenas provei o prazer ...”. (1959a, p. 309).

Narra também a história de um padre que tentou abusar dele sexualmente:

“... fingi que não compreendia o que ele desejava; mas mostrando-me muito importunado com as suas carícias e muito decidido a não permitir que se adiantassem mais, procedi com tanto jeito que ele teve de se conter” (1959a, p. 263).

Entre suas “desventuras”, revela seu casamento com Teresa e a entrega de seus cinco filhos à Casa dos Expostos.<sup>58</sup>

“[m]eu terceiro filho foi, pois, entregue à Casa dos Expostos, como os primeiros; e o mesmo sucedeu com os dois seguintes, porque foram cinco ao todo. E essa solução me pareceu tão boa, tão sensata, tão legítima, que, se não me gabava dela publicamente era apenas em consideração à mãe ...”. (1959b, p. 132)

E ainda mais: sua relação conflituosa com Voltaire, D'Alembert, Diderot e, principalmente, Grimm. Segundo Carla Milani Damião, Voltaire teria sido um crítico constante de Rousseau, chegando a revelar, em 1764, em *Sentimento dos cidadãos*, que ele

---

<sup>57</sup> Dizer que as *Confissões* serviram de inspiração para muitos autores de diários ao longo do século XIX não significa dizer que necessariamente todos eles leram as memórias de Rousseau. Refiro-me mais à inspiração quanto à forma de desnudamento, que acabou por instigar a auto-revelação, mais do que a ocultação do “eu”, independentemente dos diários serem destinados ou não a publicação.

<sup>58</sup> A Casa dos Expostos era um local em que se colocavam recém-nascidos ou crianças menores abandonadas pelos pais. Geralmente a criança era depositada numa armação de madeira giratória (a Roda dos Expostos), de forma que os recebedores da criança não viam quem as havia colocado ali. A prática chegou ao Brasil onde também era conhecida como Casa da Roda, Casa dos Enjeitados ou Roda. Conferir: BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 164.

havia abandonado seus filhos. Curiosamente, é nessa mesma data que as *Confissões* começaram a serem escritas.<sup>59</sup> Em linhas gerais, Rousseau constrói de si mesmo a imagem de um indivíduo injustiçado, cujo altruísmo era vítima constante da ingratidão dos amigos.

Para os burgueses escritores de diários no século XIX, que exigiam um estilo mais circunspecto de auto-exploração, as revelações de Rousseau eram vistas com reserva. Mas se suas impropriedades eram consideradas pouco atraentes, seu grande número de leitores mostrava que, de forma ambivalente, elas eram consideradas interessantes. Como disse o ensaísta e biógrafo Augustine Birrel: “[a]s *Confissões* nunca deviam ter sido escritas; uma vez escritas, serão sempre lidas” (*apud* Gay, p. 123). Essa parece ter sido a tônica da postura adotada pelos homens e mulheres do século XIX diante dos diários íntimos não tão circunspectos como previam os ditames da moral da época. Como se o melhor fosse não publicar episódios sórdidos, mas já que alguém decidiu publicar, é melhor dar uma olhada. Ao analisar os escritos autobiográficos de Rahel Varnhagen, uma judia alemã que viveu na época do Romantismo, Hanna Arendt destaca a indiscrição e a ausência de vergonha como fenômenos típicos da época. “Mas”, diz ela,

“... o primeiro grande modelo de indiscrição em relação a si mesmo foram as confissões de Rousseau, expostas até as menores particularidades diante do anônimo futuro leitor, da posteridade”.<sup>60</sup>

Sendo comum afirmar que o ato autobiográfico está ligado a um desejo de autoconhecimento por parte do sujeito moderno, deve-se observar que, no caso de Rousseau, mais importante do que o “conhecimento de si” é o “reconhecimento de si pelos outros”, sendo a busca de reconhecimento a marca principal das *Confissões* e de seus outros escritos autobiográficos (Damião, 2006, p. 87). Caberá a este “anônimo futuro leitor, da posteridade” o julgamento das ações confessadas. Na verdade, mais do que julgar, cabe ao leitor anônimo simplesmente ouvir o confidente. Nesse sentido, sua autobiografia se distancia de diários íntimos como o de Couto de Magalhães, cuja marca principal é a busca do conhecimento de si como forma de alcançar a harmonia entre as mais diferentes esferas da vida.

---

<sup>59</sup> Cf. DAMIÃO, Carla Milani. *Sobre o declínio da sinceridade: filosofia e autobiografia de Jean Jacques Rousseau a Walter Benjamin*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 87.

<sup>60</sup> Cf. ARENDT, Hanna. *Rahel Varnhagen: judia alemã na época do romantismo*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994, p. 28. A biografia de Rahel Varnhagen (1771-1833) foi o primeiro livro escrito por Hanna Arendt. Rahel nasceu na Alemanha, filha de pais judeus e passou toda a sua vida numa luta interna entre afirmação e negação de sua identidade judia, tentando a todo custo apagar pela assimilação a sua origem, que considerava infame. Alguns desses dramas ficaram registrados em seu diário íntimo.

Não se trata aqui de concluir pela veracidade ou não das auto-revelações de Rousseau. Suas confissões expressam, mais do que “a” verdade de sua vida, a imagem que gostaria que a posteridade tivesse dele. Ele próprio se dava conta do aspecto ambicioso e controvertido de seu projeto, ao afirmar que “... [t]alvez tenha imaginado ser verdadeiro o que eu acreditava que o devesse ser, porém jamais o que eu soubesse ser falso” (1959a, p. 12). Em todo caso, apresentava sua idéia de uma total ausência de inibição a fim de configurar a singularidade de sua obra. Se alguém o lembrasse que essa “espécie de introspecção sem piedade” (Calligaris, 1998, p. 5) havia sido notada em Montaigne,

“... o mais desinibido dos auto-analistas, que cerca de trezentos anos antes revelara suas convicções e preconceitos, suas opiniões políticas e literárias, preferências sexuais e até as características de sua digestão” (Gay, 1999, p. 130),

Rousseau respondia:

“[e]u rira sempre da falsa ingenuidade de Montaigne, que, fingindo confessar seus defeitos, tem cuidado em só se atribuir pequenos defeitos amáveis; enquanto que eu, que sempre me supus o melhor dos homens, sempre acreditei que não há interior humano, por mais puro, que não esconda algum vício odioso”. (1959a, p. 370)

Ora, se Rousseau inaugura esse processo de interiorização secularizada, em que a escuta da “voz interior” levará ao extremo o subjetivismo em sua forma mais moderna, é preciso considerar que essa transformação não se dá sem problemas.

Citando Miraux, Carla Damião afirma que “o termo ‘sincero’ vem do latim *sincius*, literalmente ‘sem cera’, cujo significado remete à pureza do mel” (2006, p. 72). No *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa* consta que o termo vem do latim *sincerus*, “1. Que exprime o que pensa e sente, sem disfarce ou artifício. – Que é dito ou feito de modo franco. – 3. Puro, franco, leal, verdadeiro”.<sup>61</sup> O antônimo do sujeito sincero seria o falso, hipócrita, mentiroso. Ser sincero implica, portanto, num desmascaramento, numa retirada do véu ou da cera que encobre a “verdade”, revelando-a em toda a sua “pureza”. Conforme assinalou Carla Damião,

“[a] sinceridade situa-se, portanto, na encruzilhada de diferentes caminhos: o moral e religioso, o estético, ao se associar à expressão literária, e o filosófico, se se tem em vista a relação com a verdade e com a constituição da subjetividade que, ao narrar, se expõe ao outro. É contudo um conceito frágil e, além de pouco definido, sempre sob suspeita. Historicamente, a sinceridade está em geral associada ao culto da espontaneidade”. (2006, p. 74)

---

<sup>61</sup> Cf. PINHEIRO, Gilfredo *et. al.* (ed.). *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, pp. 829-830. Verbete “sincero”.

A fragilidade do ideal de sinceridade presente em Rousseau resulta do fato de que esta noção pode tornar-se um auto-engano ou ser fruto de uma criação artística do sujeito que se pretende sincero. Em todo caso, é preciso considerar que em Rousseau, o critério de verdade não estava associado necessariamente a uma noção de fidelidade aos fatos. Daí ele afirmar em suas *Confissões* a possibilidade de ter imaginado ser verdadeiro o que acreditava que deveria sê-lo, porém jamais o que soubesse ser falso, conforme citado anteriormente. Isso implica em dizer que, se ele afirmou ser verdadeiro algo que não poderia ser comprovado objetivamente, ainda assim não poderia ser chamado de mentiroso, posto que estava sendo sincero. Mais do que encontrar a verdade no sentido da fidelidade aos fatos, o pretendido desnudamento de seu íntimo tem como objetivo encontrar a verdade de seus sentimentos. A sinceridade se apresenta enquanto fala do coração. Daí seu propósito de mostrar “... um homem em toda a verdade da natureza ...” ou dizer que “... sinto meu coração e conheço os homens” (1959a, p. 11). Como definiu Carla Damião, o que ele pretendia era “[s]er verdadeiro não no sentido de ser fiel aos fatos ou às pessoas, mas a uma verdade superior comandada pelo sentimento interior que está mais próximo da natureza” (2006, p. 98). A consciência dessa especificidade da noção de verdade é fundamental, portanto, para que se compreenda a apontada fragilidade do conceito de sinceridade em Rousseau.

De todo modo, o tipo de relato que Rousseau inaugura será amplamente cultivado até meados do século XIX. Muito embora com uma certa reserva, é nas *Confissões* que muitos autores de diários nos oitocentos vão se inspirar para escrever suas próprias confissões. Aos 13 de fevereiro de 1864, Sully Prudhomme refletia sobre as vantagens de se manter um diário íntimo:

“[p]oder escrever exatamente o que se pensa, sem concessões às exigências do novo gosto, nem aos preconceitos, nem ao pudor sincero, que libertação! Minhas lágrimas cairão aqui, sem disfarce. Quero estudar-me a fundo e forçar os esconderijos mais secretos de minha consciência” (1962, p. 103)

Ausência de disfarce, estudo profundo de si mesmo, desnudamento do que há de mais secreto passam a ser questões associadas à escrita de si no diário, por um sujeito que cuida de si porque quer se conhecer. Conforme observou Gay,

“... em muitos países dezenas de escritores e políticos preeminentes, artistas e militares apressavam-se a registrar sua vida para conhecimento de um público receptivo e, esperavam eles, para uma posteridade agradecida” (1999, p. 119),

configurando uma verdadeira paixão dos burgueses vitorianos pela auto-revelação. As motivações para a escritura de diários íntimos eram as mais variadas, conferindo aos autores dessa modalidade da escrita de si instrumentos de auto-escrutínio e de auto-revelação, repositórios dos relances de sua vida introspectiva e também exercícios de ocultação e proteção do ‘eu’ (Gay, 1999, p. 337).

No início do século XIX, Rahel Varnhagen, por exemplo, nascida sete anos após a morte de Rousseau, ainda se mostrava confiante no ideal de sinceridade inaugurado pelo filósofo francês, conforme citação de Hanna Arendt:

“... [n]inguém – comentou corretamente, em sua juventude – era mais sincero do que ela; ninguém queria mais ser conhecido. Disse repetidamente a Veit que ele era livre para mostrar todas as suas cartas a outros, pois não tinha segredos. Pelo contrário, acreditava que as pessoas a conheceriam melhor a partir de suas cartas, seriam mais justas em relação a ela. O mundo e as pessoas eram tão inegáveis, e tudo que lhe acontecia parecia tão pouco dirigido a ela em particular que a *discrição* era-lhe incompreensível. ‘Por que não mostra a alguém uma carta minha por inteiro? Isso não iria me incomodar; nada que escrevi precisa ser escondido. Se apenas eu pudesse me mostrar aberta às pessoas como se abre um armário e, num gesto, se mostra as coisas arrumadas em seus compartimentos... Elas certamente ficariam satisfeitas e, vendo-o, também compreenderiam’”. (Varnhagen *apud* Arendt, 1994, p. 27, grifos do original)

Indiscrição e ausência de vergonha em relação a si mesmo eram elementos importantes no processo de autoconhecimento. Em todo caso, assim como Rousseau, o que Rahel buscava ao se revelar com toda a sua “sinceridade” era o (re)conhecimento de si pelos outros. Ao abrir o santuário de sua vida oculta, ela se expõe à possibilidade de incompreensão e injustiça dos outros. Por outro lado, espera que o visitante de seu santuário se recubra de reconhecimento e veja nas confissões registradas nas páginas do diário um ato de bondade e sabedoria do sujeito que conhece a si próprio. Por acreditar não ter segredos e por querer ser conhecida por meio de seus relatos autobiográficos, ela não só pedia a amigos que mostrassem suas cartas a outros como também deu a seu marido não-judeu todos os diários e cartas que possuía (Arendt, 1994, p. 126). As páginas de seus diários e cartas pessoais seriam como compartimentos do armário em que ela guardava sua verdade mais íntima e que precisavam ser abertos para serem conhecidos.

A partir de meados do século XIX, a reflexão sobre a ambiguidade da noção de sinceridade, enquanto pretensão de estética do coração e possibilidade de auto-engano, torna-se mais e mais presente. Segundo Carla Damião, Baudelaire é “... o ápice a partir do qual se instala o declínio mais acentuado da sinceridade” (2006, p. 78), ao ressaltar que todo o

esforço de sinceridade consegue, no máximo, alcançar uma “sinceridade artística”, habilidade da qual o artista se utiliza para criar uma “impressão de verdade”: experiências baseadas na imaginação e no sentimento são expressas de tal forma que passam a impressão de algo realmente experimentado e vivido. Dessa forma, a confiabilidade da autobiografia é posta em questão, acompanhando o “declínio da sinceridade”, conforme o sugestivo título do livro de Carla Damião (2006). Na medida em que vai sendo expulsa do campo da arte e da literatura, a noção de sinceridade passa a ocupar os diários íntimos e autobiografias informais como refúgio. Mesmo nos diários íntimos, o estilhaçamento da noção de sinceridade pode ser percebido, como no seguinte trecho do diário de André Gide, que ele definia como “caderno de notas verdadeiramente sinceras”, escrito a partir de novembro de 1889:

“... sou um ser de diálogo; tudo em mim combate e se contradiz. Todas memórias só são sinceras pela metade, por maior que seja o empenho de dizer a verdade: tudo é sempre mais complicado do que o dizemos. Talvez se chegue mesmo mais perto da verdade no romance”. (Gide *apud* Damião, 2006, p. 104)<sup>62</sup>

De todo modo, caberá aos diários íntimos, a partir de então, a tarefa de abrigar a subjetividade do sujeito moderno, posto que o “declínio da sinceridade” não põe fim à necessidade de busca de autoconhecimento, justificação e consistência dos indivíduos.

## **Por que escrever um diário?**

A melhor maneira de entender as razões de cada um para escrever seu diário é procurar as explicações ou indícios destas fornecidos pelos próprios autores. Em alguns diários, as primeiras páginas são utilizadas para as justificativas. Em outros, estas são repetidas constantemente, como é o caso de Henri-Frédéric Amiel,<sup>63</sup> professor de Estética na Universidade de Genebra que, vez ou outra, se pergunta “para que deve servir o diário íntimo?”, indicando em seguida suas múltiplas razões para esta prática. Mas as justificativas também podem surgir no início de um novo caderno ou de um novo ano, como o fez o

---

<sup>62</sup> André Gide (1869-1951) é considerado uma das personalidades mais destacadas da vida cultural francesa do século XX, exercendo influência sobre várias gerações de literatos à frente da revista literária *Nouvelle Revue Française*, da qual foi um dos fundadores, em 1909. Em 1911, fundou a editora Gallimard. Explorando temas como conflitos morais e religiosos e homossexualismo, sua obra apresenta muitos aspectos autobiográficos. A idéia de que “talvez se chegue mesmo mais perto da verdade no romance”, por exemplo, é considerada por Carla Damião (2006, p. 104) como uma “‘pista’ deixada para seus futuros intérpretes”.

<sup>63</sup> Cf. AMIEL, Henri-Frédéric. *Diário íntimo*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1947. Amiel (1821-1881), em vida, publicou apenas algumas poesias e uns poucos ensaios literários, que não lhe deram fama alguma. Ao iniciar o registro regular de seu Diário Íntimo, em 1847, aos 26 anos, era estudante na Universidade de Berlim. Escreveu o Diário até 1881, ano em que faleceu.

proprietário rural Sebastião Antonio de Acióli Lins, Barão de Goycana, ao iniciar um novo caderno de “apontamentos”, em janeiro de 1886. Ao registrar que “[e]m seguimento de outro livro que ficou encerrado no ano de 1885, continuam os apontamentos no presente livro a contar-se do começo do ano de 1886 por diante”, Acióli Lins indica que o novo livro em que registrava as preocupações cotidianas de um grande proprietário rural do século XIX era a continuidade de uma prática anterior e que, segundo Evaldo Cabral de Mello, tinha como objetivo “... superar o isolamento penoso a que seu formalismo o condena mesmo nas relações com os parentes”.<sup>64</sup>

Escrever um diário pode ser uma forma de construir a imagem que se quer passar de si para os outros. Conforme Artiéres, “[o] arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto” (1998, p. 29). No ato de escrever o diário o autor reúne as peças necessárias para sua própria defesa, procurando refutar a representação que os outros construíram dele. É o que faz Rousseau em suas *Confissões*:

“... já que meu nome deve viver, devo procurar transmitir com ele a lembrança do homem infortunado que o usou, *tal como ele viveu realmente, e não tal como os inimigos injustos o procuram incessantemente pintar*”. (1959b, p. 196, grifos meus)

Na introdução do diário de Gilberto Freyre, Pallares-Burke afirma que “o autor se esmerou em produzir a imagem que ele queria que os leitores tivessem dele ...”.<sup>65</sup> Deve-se observar, entretanto, que essa maneira de conceber a escrita de si não é nova. Em 1872, Samuel Smiles afirmava com relação à autobiografia que esta “... [p]ode ser um disfarce – às vezes é uma apologia – mostrando não tanto o que um homem foi como o que ele teria gostado de ser” (*apud* Gay, 1999, p. 121).

Tem sido comum entre os autores que discutem esse tema tratar a escrita de si no diário como uma prática constitutiva do sujeito. Segundo Hébrard, a preocupação de quem escreve diários seria “... se proporcionar, com a continuidade desse mesmo texto, os meios para alcançar não só um domínio do tempo que passa, mas também uma representação estável de si” (2000, p. 30). Seria, portanto, uma forma do sujeito moderno conferir a si próprio uma

<sup>64</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes”. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 391.

<sup>65</sup> Cf. PALARES-BURKE, Maria Lúcia. “‘Um Livro Marcante’, ou uma Autobiografia à Prestação”. In: *Tempo morto e outros tempos; trechos de um diário de adolescência: 1915-1930*. São Paulo: Global; Recife, PE: Fundação Gilberto Freyre, 2006, p. 13.

certa identidade, estabilidade, uma idéia de completude. Faz parte da escritura de diários, portanto, uma certa dose de auto-criação, de auto-invenção. Referindo-se ao século XIX, Gay afirma que

“... alguns diaristas queriam encontrar, e afirmar com segurança, algo que lhes parecia tão difícil de definir: a sua própria identidade. Emprestar às circunstâncias da vida interior certa objetividade, ao registrá-las em um diário, os levaria a ser o que realmente eram”. (1999, p. 373)

Esta era uma das motivações de Malinowski ao escrever seu diário íntimo, conforme ele registrou aos seis de janeiro de 1918:

“n[esta manhã (6.1.18) ocorreu-me que o objetivo de manter um diário e tentar controlar minha vida e pensamentos a cada momento deve ser consolidar a vida, integrar o pensamento, evitar fragmentar os temas ... pensei no diário e na integração da vida durante todo o dia ...”. (1997, p. 203-203)

Nas palavras de Artiéres,

“... arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (1998, p. 3).

Em torno da idéia de que ao escrever o diário o sujeito constitui a si próprio, surgiu um debate envolvendo os pesquisadores que tradicionalmente concebem a autobiografia como um tipo de “representação” do sujeito por si mesmo e, por outro lado, os que entendem que o sujeito nada mais é do que um efeito de seu próprio texto. Para Calligaris, trata-se de uma oposição em grande parte artificiosa. Ora, um diário não expressa nenhuma “essência” anterior ao próprio sujeito que o escreve. Como vimos mais acima, uma das características do sujeito moderno é exatamente a consciência de que parte considerável de sua vida constitui uma aventura a ser inventada e reinventada por ele próprio. Dessa forma, o autor de um diário não é simplesmente um efeito de seu próprio texto.

“... sujeito que fala ou escreve sobre si, portanto, não é o objeto (re)presentado por seu discurso reflexivo, mas tampouco é o efeito, por assim dizer, gramatical de seu discurso. Falando e escrevendo, literalmente, ele se produz” (Calligaris, 1998, p. 4)

Se o sujeito inventa uma vida para si no ato autobiográfico de narrar a si próprio no diário, essa invenção não é a atualização de nenhuma essência anterior a ele e nem algo que o aprisione, pois uma das funções do diário é exatamente permitir uma mudança de atitudes por

parte de seu autor. Ele não procura responder apenas “como cheguei a ser o que sou?”, mas também “o que serei, ou o que gostaria de ser daqui para frente?”.<sup>66</sup>

Em 1847, a condessa de Basanville recomendava:

“[e]studai vosso caráter, como se fizésseis vosso exame de consciência para vos apresentardes ao tribunal da penitência; examinai vossas inclinações, vossos gostos e vossos pensamentos ... Para fazê-lo mais facilmente, existe um hábito muito bom de ser adquirido: é o de todas as noites, antes de vos deitardes, *escreverdes o diário dos vossos pensamentos e das vossas ações durante o dia que passou; vereis então se caís com frequência nos mesmos erros, corrigir-vos-eis deles*, para não terdes vergonha de vós. Dedicai portanto uma atenção severa a vos observar, e em pouco tempo vossos defeitos desaparecerão.” (*apud* Artières, 1998, p. 14, grifos meus)

Nota-se nessas recomendações a idéia de que o diário permite uma modificação do caráter, um acompanhamento dos “erros” do dia-a-dia e uma mudança no curso da vida. Não à toa, o livro da condessa de Basanville se chamava *Du perfectionnement de l'éducation des jeunes filles*. Muitos diários são escritos com esse objetivo: permitir um aperfeiçoamento de si. Também no século XIX, Elizabeth Barrett insistia:

“[v]ou escrever, preciso escrever, e quanto mais vezes perceber que estou errando, menor será o meu erro em uma coisa: menos fútil serei” (*apud* Gay, 1999, 108).

Nos autores de diários do século XX essa intenção de se auto-aperfeiçoar também está presente. Assim, vemos Getúlio Vargas registrar que

“... se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, *teria ali um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua da experiência a consultar*”.<sup>67</sup>

Na interessante metáfora utilizada por Maria Celina d'Araújo, o diário pessoal de Getúlio Vargas seria o “fio da meada” que lhe permitiria sair do labirinto de sua existência, na medida em que o ajudava a fazer o caminho de volta. A cada instante, o diário de Vargas, segundo a autora, nos fornece “instrumentos para recuperar o fio que explica seu medo do fracasso, a desconfiança dos homens, a visão salvadora do chefe e a impossibilidade de conceber a vida pública sem sucesso ou aprovação” (1996, p. 210).

---

<sup>66</sup> Para o debate apontado, conferir: CALLIGARIS, 1998, p. 4; BORGES, 2002, p. 120 e GOMES, 2004, pp. 15-16.

<sup>67</sup> Cf. VARGAS *Apud* D'ARAÚJO, Maria Celina. “O fio da meada no diário de Vargas”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996, p. 191, grifos meus.

A preocupação com o auto-aperfeiçoamento também se faz presente no diário de Malinowski:

“... meditei sobre o significado de um diário: *mudanças no curso da vida, reajustamento de valores* – o conteúdo da ética – com base na introdução da harmonia. O controle de meus apetites sensuais, a eliminação da lascívia...”. (1997, p. 212, grifos meus)

Enquanto Malinowski estava preocupado com o registro de sua intimidade, o que lhe permitiria acompanhar e dirigir “mudanças no curso da vida”, a maioria dos antropólogos parece mesmo não fazer uso de diários íntimos durante a pesquisa, restringindo suas anotações à caderneta e ao diário de campo, como o fazia Roberto Cardoso de Oliveira: “[m]eu hábito era retrabalhar no diário as observações e conversações telegraficamente anotadas na caderneta, fiando-me ainda em minha memória imediata ...” (Cardoso de Oliveira, 2002, p. 211). Claude Lévi-Strauss também não era adepto do diário íntimo. No prólogo de *De perto e de longe* (2005) consta a respeito uma interessante conversa entre ele e Didier Eribon:

“Didier Eribon – O senhor sempre manteve diários, cadernetas, ‘guias de marcha’, como os que são citados em *Tristes Trópicos*?

Claude Lévi-Strauss – Em expedição, claro, eu fazia muitas anotações. Em *Tristes Trópicos* existem algumas passagens transcritas com muita exatidão.

Didier Eribon – Mas o senhor não manteve um diário como o de Malinowski, *Diary in the Strict Sense of Term*?

Claude Lévi-Strauss – Eu não dava tanta importância aos meus estados de alma!”.<sup>68</sup>

Em todo caso, tanto os diários íntimos como os diários de campo possuem uma dimensão social que informa muito além da dimensão individual de seu autor, o que pode ser confirmado pelos interessantes trabalhos que têm surgido a partir da publicação de diários de campo de antropólogos ou de diários íntimos de personalidades famosas ou desconhecidas.

Para muitos o diário se torna o confessor do indizível, o melhor amigo, o companheiro. Gay chama a atenção para essa necessidade intensamente sentida no século XIX, de confessar-se a um confidente, ainda que fictício. Ao seu diário-confessor, Lima Barreto, desabafou, aos 31 de janeiro de 1905:

“[s]e essas notas forem algum dia lidas, o que eu não espero, há de ser difícil explicar esse sentimento doloroso que eu tenho de minha casa, do desacordo profundo entre eu e ela; é de tal forma nuançosa a razão de ser disso que para bem ser compreendida exigiria uma autobiografia, que nunca farei. *Há coisas que, sentidas em nós, não podemos dizer*”.<sup>69</sup>

<sup>68</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *De perto e de longe*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 7.

<sup>69</sup> Cf. BARRETO, Lima. *Diário Íntimo – fragmentos*. Editora: Mercado Aberto, 2001, p. 12, grifos meus. Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro, em 1881, falecendo em 1922. É considerado o grande romancista da Primeira República e seu diário íntimo expressa sua leitura do novo regime que se instalara no Brasil em 1889.

Muitos autores inventam personagens independentes, emprestando a seus diários qualidades humanas: recebem um nome ou são simplesmente invocados como “meu querido diário” e neles ou a eles, os autores confessam sentimentos de amor, piedade, remorso. Ou ainda, agradecem pela cumplicidade. A menina Helena Morley registrava em seu diário, aos 25 de novembro de 1894: “[e]screvo tudo neste caderno que é o meu confidente e amigo único ...” (2005, p. 205).

Em 1942, Anne Frank batizava seu diário de Kitty. Diz ela:

“[a] fim de destacar na minha imaginação a figura da amiga por quem esperei tanto tempo, não vou anotar aqui uma série de fatos corriqueiros, como faz a maioria. Quero que este diário seja a minha amiga e vou chamar esta amiga de Kitty”.<sup>70</sup>

Disposta a “trazer à tona tudo o que está enterrado bem fundo no meu coração”, Anne Frank recorre ao amigo de papel convencida de que, como dizia um ditado popular de sua época, “o papel é mais paciente que o homem”. Sendo assim, pensava que seu diário seria o repositório ideal dos desabafos de uma garota de 13 anos. Taxativa, indica o motivo que a levou a escrever seu diário: “não possuo nenhum amigo realmente verdadeiro” (s/d, p. 14).

Quando passam muitos dias sem escrever ou confessar algo, muitos autores de diários costumam desculpar-se pela prolongada ausência, muitas vezes apontando as razões que os levaram a isso. Aos 5 de novembro de 1862, Sully Prudhomme registra que “[h]á dias que não cuido de meu diário. Falta-me energia ou, melhor, não acho que o resultado valha dispêndio de energia” (1962, p. 83). Da mesma forma, Anne Frank, aos 10 de julho de 1942:

“... Até quarta-feira não tive um pingão de tempo para pensar na grande mudança na minha vida. Só agora arranjei alguns minutos para contar a você tudo o que aconteceu e, ao mesmo tempo, situar-me dentro dos acontecimentos passados e do que ainda está para vir. Sua Anne”. (s/d, p. 28)

Por outro lado, somente ao seu diário Gilberto Freyre teve coragem de admitir que sentiu vergonha de receber seu amigo Torres em Oxford, pois ele o considerava muito gordo e feio:

“Oxford, 1922. ... É uma indignidade este meu receio de ofender ingleses com a presença de um brasileiro do valor de Torres. Mas é o que ocorre. E se eu não confessar estas fraquezas a este meu diário, para que diabo serve este meu diário?”<sup>71</sup>

---

<sup>70</sup> Cf. FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Rio de Janeiro: RECORD, s/d, 13ª edição, p. 15.

<sup>71</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos; trechos de um diário de adolescência: 1915-1930*. São Paulo: Global; Recife, PE: Fundação Gilberto Freyre, 2006, p. 155.

Ligado a essa idéia do diário como melhor amigo, podemos dizer também que essa prática constitui uma forma de enfrentar a solidão ou as dificuldades de relacionamento com o mundo exterior, como vimos no caso do diário de Sebastião Antonio de Acióli Lins, citado mais acima.

Podemos pensar também no diário como catarse. Para Corbin,

“[o] diário íntimo tenta exorcizar esta angústia da morte, que ele aviva com o próprio ato de escrever. Detectar o desperdício de si próprio é proporcionar-se os meios para uma estratégia de poupança” (1991, p. 457).

Dentre as várias faces que Gay reconhece nesse tipo de escrita de si, uma delas diz que “... podiam representar uma terapia que o próprio autor se prescrevia ou às vezes recomendada por um médico” (1999, p. 362). O citado diário do prisioneiro Émile Nougier, começou a ser escrito espontaneamente e, depois, a pedido de um médico (Artières, 1998, p. 18). Analisando o diário de Eugénie Leuzinger Masset, Borges afirma que “[i]números exemplos mostram que a finalidade é uma procura de alívio para sua dor” (2002, p. 126). O mesmo sentido Firth atribui, em sua primeira introdução, ao diário de Malinowski, dizendo que “... ele tinha de explodir para se livrar de suas irritações ...”.<sup>72</sup> Esse sentido é também bastante evidente no diário de Anne Frank: “[q]uando escrevo, liberto-me de tudo; minhas tristezas desaparecem, minha coragem renasce” (s/d, p. 167). Da mesma forma, Carolina de Jesus, aos 12 de junho de 1958, busca nas páginas de seu diário íntimo um alívio para as dores de seu cotidiano na favela, criando para si um “ambiente de fantasia”:

“enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. ... É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela”.<sup>73</sup>

Outro exemplo de diário íntimo como meio de alívio para a dor é o “diário pintado”<sup>74</sup> (Fuentes, 1996, p. 10) de Frida Kahlo, iniciado em meados da década de 1940, e em cujas páginas ela pintava, além da dor física, sua alegria, sua imaginação, sua criatividade, sua solidão, num belo exemplo de transformação do sofrimento em arte. Neste caso, muito da

<sup>72</sup> Cf. FIRTH, Raymond. “Introdução”. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 20.

<sup>73</sup> Cf. JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2006, p. 52. Maria Carolina de Jesus nasceu em Minas gerais, por volta de 1915 e morreu em São Paulo, em 1977. Depois de trabalhar como empregada doméstica em São Paulo, passou a viver catando papel e outros tipos de lixo reaproveitáveis. Muito embora não tenha passado do segundo ano primário, Carolina narrava suas experiências cotidianas na favela num diário íntimo, descoberto e publicado em 1960.

<sup>74</sup> Cf. FUENTES, Carlos. “Introdução”. In: KAHLO, Frida. *O diário de Frida Kahlo: um auto-retrato íntimo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, p. 10.

imagem que Frida gostaria de passar de si para os outros pode ser visto nos diversos autorretratos que ela pintou em seu diário íntimo.

Um diário pode funcionar ainda como uma espécie de *aide-memoire*, como se chama na França a apostila que fornece ao estudante as informações essenciais que ele tem de guardar, literalmente um “ajuda-memória”.<sup>75</sup> Antes de iniciar a escrita de seu diário íntimo de forma mais regular, Amiel registrou aos 8 de outubro de 1840, aos 18 anos de idade:

“[u]ma idéia que me impressionou foi esta: Cada dia deixamos uma parte de nós mesmos no caminho. Tudo se desvanece ao redor de nós, figuras, parentes, concidadãos, passam as gerações em silêncio, desaparece tudo e se vai, o mundo nos foge, as ilusões se dissipam, assistimos a destruição de todas as cousas, e isso não é bastante, nós nos perdemos a nós mesmos; somos tão estranhos ao eu que veio vivendo, como se não fôsse o nosso próprio eu; o que eu era há alguns anos, os meus prazeres, os meus sentimentos, os meus pensamentos, não o sei mais, o meu corpo passou a minha alma passou também, tudo o tempo arrebatou. Assistio à minha metamorfose, não sei mais o que eu era, os meus gozos de criança não sei mais compreendê-los, as minhas observações, as minhas experiências, as minhas criações de jovem estão perdidas; o que eu sentira, o que eu pensara (a minha única bagagem preciosa), a consciência da minha antiga existência, não mais a tenho, é um passado desfeito. Este pensamento é de uma sem igual melancolia. Faz lembrar as palavras do príncipe de Ligne: *Si l'on se souvenait de tout ce q'upon a observe ou appris dans as vie, on serait bien savant*. Esse pensamento bastaria para levar a manter um diário assíduo”.<sup>76</sup>

Ao prefaciар o livro de Carla Damião (2006), Franklin Leopoldo e Silva destacou a maneira como a autora mostra que, ao se dar conta do caráter de temporalidade e contingência de sua experiência subjetiva, o sujeito moderno revela ansiedade e angústia, posto que “... tanto o desejo de vencer o tempo como o de marcar sua inexorabilidade nascem do trabalho de articulação entre o sentimento da finitude e a consciência da temporalidade” (Silva, 2006, p. 15). Daí a angústia de Amiel diante da parte de nós que, a cada dia, fica pelo caminho. Dia após dia, o sujeito moderno percebe o caráter fragmentário do “eu” que estranha a si próprio e procura refúgio no papel, contra o tempo que tudo arrebatou, este inimigo da constância do “eu”. Escrever um diário permite ao autor acompanhar a metamorfose de si próprio no tempo, construindo uma identidade estável para si mesmo. Esta estabilidade do “eu” requer do indivíduo a consciência de qual seria o pensamento dominante, a idéia móvel em torno da qual ele ordenaria toda a sua vida, pois caberia a essa idéia

---

<sup>75</sup> Cf. LEJEUNE, Philippe. “O guarda-memória”. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 1. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/213.pdf>, data da captura: 10/12/2005. Conferir ainda, do mesmo autor, *L'autobiographie en France*. Paris: A. Colin, 1971 e *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

<sup>76</sup> Cf. AMIEL, 1947, p. V. O trecho em francês: “[s]e nos lembrássemos de tudo o que observamos ou aprendemos em nossa vida, seríamos bem sábios”.

“... dominar todo o resto e dar unidade à minha carreira. É essa uma das coisas que me fazem mais sofrer, sentir-me desordenado e disperso pela vida; as forças se difundem, não se sabe precisamente o que se faz, e após se gastarem muitos esforços e trabalhos, não nos sentimos mais próximos da felicidade ...”. (Amiel, 1947, p. VII)

De certo modo, estar mais próximo da felicidade passa pela necessidade do indivíduo saber quem ele é. E saber quem ele é implica em pensar-se enquanto uma unidade harmônica, um todo ordenado, evitando sentir-se “disperso pela vida”. Nesse sentido, o diário íntimo passa a ter uma importância fundamental na medida em que permite ao seu autor, em momentos de dispersão do sentido que ele pretende para sua vida, reencontrar-se constantemente. No caso de Amiel, que considerava que “[h]á somente uma coisa necessária: possuir Deus” (1947, p. 18), o diário íntimo é um instrumento esclarecedor, um *aide-memoire* “... que posso consultar como uma sibila, porque temos em nós um oráculo sempre pronto, a consciência, que outra coisa não é senão o próprio Deus, em nós” (1947, p. 26). A consistência do “eu” depende, portanto, da construção e aceitação de uma “ilusão biográfica” (Bourdieu, 1996) em grande parte fixada e lembrada nas páginas do diário.

A consciência do caráter de temporalidade e contingência de sua experiência subjetiva é um dos sentidos que Nietzsche conferiu a seu ato autobiográfico, em 1856, quando tinha doze anos:

“[f]inalmente tomei a decisão de manter um diário para transmitir à memória tudo o que movimentava o coração, causando alegria ou tristeza; para que seja possível lembrar, anos depois, os eventos e a vida do presente, especialmente no que *me* diz respeito. Que essa decisão possa ser mantida, a despeito dos obstáculos importantes que a contrariam”. (*apud* Gay, 1999, p. 359, grifos originais)

A possibilidade de “reter” experiências no tempo, tornando-as acessíveis a qualquer momento, permitindo simbolicamente um domínio do tempo que passa, era um forte propulsor para a escrita de diários. Assim como Nietzsche, Eugène Delacroix refletia sobre seu domínio do tempo:

“[p]arece-me que ainda sou o dono dos dias que registrei, embora já tenham passado. Mas, os que não constam deste caderno, é como se nunca tivessem acontecido. ... Em que trevas mergulhei? Será que devido à minha fraqueza humana, uma frágil folha de papel será o único memorial remanescente da minha vida?”. (*apud* Gay, 1999, p. 373)

Ao trazer para o presente experiências situadas no passado, o diário enquanto *aide-memoire* favorece o diálogo entre tempos diferentes, entre diferentes momentos da trajetória de um indivíduo, permitindo reflexão e mudança de atitude, além de conferir uma certa noção de ordem à vida. Tempo, memória e identidade são, portanto, etapas do mesmo processo de busca de autoconhecimento. No século XX, será esse mesmo sentido que Roberto Cardoso de Oliveira conferirá a seu diário de campo, “... feito apenas como um *aide mémoire* de uso imprevisível...” (2002, p. 13). A obra *Os diários e suas margens* retrata duas pesquisas etnográficas que o autor realizou na década de 1950 junto aos índios Terêna (sul do Estado de Mato Grosso) e Tukúna (noroeste do Estado do Amazonas). Mesmo não se tratando de um diário íntimo, o diário de campo é utilizado por Roberto Cardoso de Oliveira de forma a estabelecer um diálogo entre tempos diferentes, marcado por uma noção de tensão de horizontes.

Em todo caso, essa tensão de horizontes também pode ser encontrada em diários íntimos. Nem sempre o ato de recorrer às páginas do diário implica num reencontro do sujeito consigo mesmo. Assim, Sully Prudhomme registra, aos 14 de junho de 1868, que

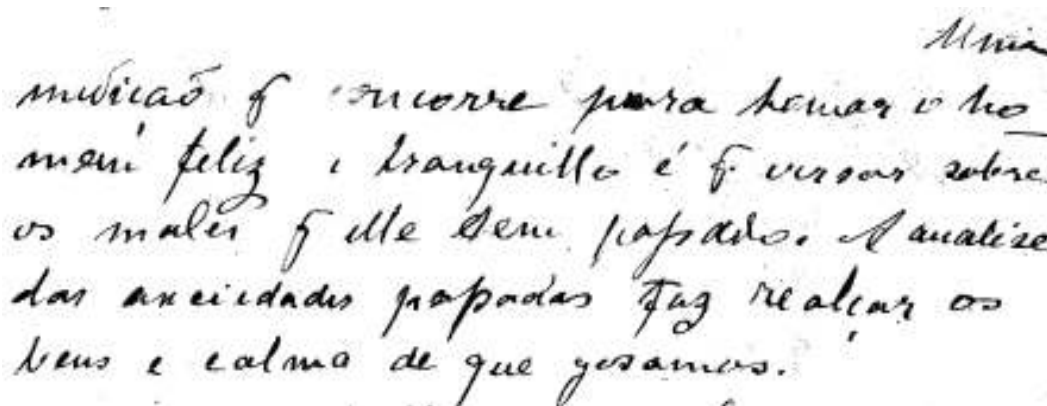
“[n]ão aproveito ... essas impressões, porque não as posso reler. Não é bastante ter vivido meus dias? Será necessário impor-me a tortura de sofrer novamente suas dores, e de tornar a sentir as alegrias mortas, sem poder ressuscitá-las? Há nas recordações um cheiro de morte; sim, o cheiro do passado, cheiro vago e desenhado de poeira antiga, que me põe numa embriaguez pesada, cheia de lágrimas que não podem correr. Ah! As penas recentes tem a vantagem de poderem ser choradas e gritadas: as antigas são, de certo modo, de difícil digestão, não podem nem derramar-se nem ser assimiladas”. (1962, p. 135)

Certamente que o que vai determinar se as lembranças do passado têm cheiro de vida ou de morte são as situações vividas no presente. Isto implica em dizer que as experiências passadas são constantemente reelaboradas pelo sujeito, num dinamismo ou numa tensão de horizontes característicos da memória. O registro acima mostra que neste momento de sua vida, Prudhomme utiliza o diário íntimo como catarse, como forma de extravasar as angústias do cotidiano, principalmente a solidão. Nas páginas de seu diário íntimo, bem como em suas poesias, ele construía para si mesmo e para os outros a imagem de um sujeito angustiado diante das limitações humanas, descrente, sempre a flutuar no tempo, indiferente pela vida. Para ele, o diário não conseguia fixar os “súbitos clarões que iluminam o fundo dos problemas”, pois “a pena não é bastante rápida para fixar esses rastros luminosos” (1962, p. 133). Quatro anos antes, em fevereiro de 1864, ele havia tentado reler anotações anteriores: “[r]eli meu primeiro diário do mês de outubro de 1862. Impressão nova. Noto que as mesmas

idéias me voltam e que eu me repito. Que importa?” (1962, p. 103). Como típico pessimista, considerando os momentos felizes do passado “alegrias mortas”, impossíveis de serem ressuscitadas pelo presente, reler suas anotações seria sofrer duas vezes: a primeira quando relia as notas de experiências tristes, posto que o fariam sentir novamente as dores passadas. A segunda, quando relia as notas de experiências alegres, posto que o fato de saber que elas não poderiam se ressuscitadas no presente também o fazia sofrer. Como bem observou Marina Maluf,

“[d]ependendo da natureza da rememoração, o *pharmakós* pode deixar de ser remédio e assumir seu significado oposto – o de veneno – já que o espírito está disposto a fazer o trabalho de repassar e conferir de alguma forma, as experiências selecionadas”.<sup>77</sup>

No caso de Couto de Magalhães, a rememoração feita em seu diário íntimo funcionava como *pharmakós*, posto que ele acreditava que



Meditação é concorre para tornar o homem feliz e tranquilo é versar sobre os males que ele tem passado. A análise das ansiedades passadas faz realçar os bens e calma de que gozamos.

“uma meditação que concorre para tornar o homem feliz e tranquilo é versar sobre os males que ele tem passado. A análise das ansiedades passadas faz realçar os bens e a calma que gozamos” (Couto de Magalhães, 1998, p. 82).

Para o general, o trabalho de repassar e conferir as experiências dos males passados servia como indicativo de que já houve dias piores e que o momento de calma gozado no presente deveria ser valorizado.

Outra forma de se pensar o diário é como algo que permite uma justificação dos indivíduos por seus atos. Em seu último romance, *Livro de uma sogra*,<sup>78</sup> lançado em 1895, o maranhense Aluísio de Azevedo (1857-1913) narra a história de um moço pobre chamado Leandro de Oviedo, que se apaixonou por uma jovem rica, Palmira, e teve que se submeter às

<sup>77</sup> Cf. MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995, p. 33.

<sup>78</sup> Agradeço a gentileza de Rachel Abreu por ter me indicado esse romance. Conferir: AZEVEDO, Aluísio de. *Livro de uma Sogra*. Rio de Janeiro: Ediouro (Coleção Prestígio). Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>, data da captura: 10/12/2005.

condições impostas pela sogra para se casar.

marido e ser amada por ele, mas não conseguirem viver juntos, o que levou ao fim do casamento. Eis que, nos diz ela,

“... tendo estudado minuciosamente o meu próprio coração e o coração de meu marido, e depois de uma longa e paciente observação de todos os instantes da vida de casados que nós dois tivemos ...” (p. 2, grifos meus) e “[d]epois da lição dos capítulos XII e XV do Levítico, convenci-me de que o mal do nosso casamento não estava precisamente na monogamia, mas só no meio de exercê-la; convenci-me de que um marido, para não perder a ilusão do seu amor conjugal, precisa afastar-se da mulher em certas ocasiões. Eis tudo!”.<sup>79</sup>

Preocupada e decidida a não permitir que sua filha incorresse no mesmo “erro”, Olímpia decide conduzir o casamento de Palmira de tal forma que esta e seu marido Leandro “... deviam ambos conservar, eternamente intactas e perfeitas, as boas impressões, que um do outro tivessem porventura recebido no período em que se desejaram pela primeira vez ...” (p. 9). Para tal, a sogra faz com que o casal more em casas separadas, não permite ao genro acompanhar a gestação e nascimento de seu primeiro filho, enviando-o à Europa, etc. Ocorre que além de um médico amigo a quem expõe seus planos para o futuro da filha, a sogra escreve um diário no qual explica as razões de suas atitudes para si mesma e para o jovem casal, que deveria ler os manuscritos depois de sua morte. Diz ela: “... não sou romancista, nem estou fazendo literatura, mas tão-somente escrevendo uma justificação de meus atos de mãe e sogra, destinada a dois únicos leitores — minha filha e meu genro ...” (p. 16). Estando à beira da morte, a sogra pede aos dois:

“[!]ogo que eu feche os olhos ... abram aquela gaveta da minha secretária, cuja chave está debaixo deste travesseiro, e tirem de lá o manuscrito que fui escrevendo depois que Palmira se casou. Encontrarão aí a justificação plena de todos os meus atos e de todas as minhas palavras ...”. (p. 25)

Note-se que para chegar à verdade das razões para o insucesso de seu casamento, a sogra diz ter estudado minuciosamente seu próprio coração e o de seu marido, uma atitude típica do século XIX, em que a verdade é localizada no interior do indivíduo, pensado enquanto espaço de sua sinceridade. É essa verdade que a sogra busca em seu íntimo que é depositada nas folhas de seu “manuscrito doloroso”, estojo de sua verdade e, ao mesmo tempo, lugar de sua justificação. Afinal, foi a ele que a sogra recorreu quando quis comunicar ao genro e a filha a imagem que ela gostaria que eles tivessem dela depois de sua morte.

---

<sup>79</sup> Idem, p. 8. O capítulo 12 do Levítico intitula-se “Purificação da mulher depois do parto” e o 15 “Impurezas sexuais: A. do Homem. B. da Mulher”. Ambos discutem a maneira como o parto, a menstruação e a ejaculação seminal masculina são considerados perda de vitalidade pelo indivíduo, que deve restabelecer sua integridade e união com Deus através de determinados ritos. Conferir: *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002, pp. 176-177 e 181-183.

Depois de ter feito a leitura do diário, o genro compreende a “verdade” da sogra e ao invés de defini-la como uma “serpente”, como o fazia antes, ele se refere a ela em termos de resignação e sacralização: “[a] memória de minha sogra é hoje para mim tão sagrada, ou mais, do que a memória de minha própria mãe!...” (p. 1).

Expressando-se no campo do romance, Azevedo mostra-se um arguto observador, construindo uma leitura sobre as vicissitudes do casamento informado pela realidade vivida por muitas pessoas no final do século XIX. Quantas senhoras não teriam escrito diários guardados ou escondidos na “gaveta da secretária”, cuja chave era escondida em baixo do travesseiro ou do colchão! Quantas não teriam justificado suas ações no mundo nessas folhas que o tempo muitas vezes não permitiu que chegassem até nós! Sem falar nas muitas jovens que tiveram que se sujeitar aos acordos matrimoniais estabelecidos por seus pais, muitas vezes sem ter a chance de entender suas razões através da leitura do diário do pai ou da mãe, como aconteceu com Palmira.

Além de todos esses motivos para a escrita de um diário, poderíamos citar pelo menos mais dois: como prática educativa e como “dispositivo de resistência”. No primeiro caso, era comum verem-se pais ou mães escreverem seus diários visando a edificação dos filhos, a partir do registro de experiências consideradas valorosas e dignas de serem copiadas. Em todo caso, Gay (1999, 131) nos faz pensar que como forma de escapar da acusação de narcisismo muitos diaristas assumiam um certo distanciamento emocional da tarefa que se impuseram, apresentando a justificativa de que estavam escrevendo um diário a pedido de amigos ou parentes, ou unicamente para a edificação dos filhos. Por outro lado, Lejeune lembra que incentivar as garotas a escrever um diário era parte do sistema disciplinar para torná-las boas esposas, boas cristãs e boas mães, sendo o diário umas das técnicas usadas para colaborar com sua própria disciplina (1997, p. 106). Assim aconteceu com a brasileira Helena Morley:

“Segunda-feira, 24 de julho [1893]

... Cada dia acho mais razão no conselho de meu pai de escrever no meu caderno o que penso ou vejo acontecer. Ele me disse: ‘Escreva o que se passar com você, sem precisar contar às suas amigas e guarde neste caderno para o futuro as suas recordações’.

Se eu não tivesse este caderno poderia guardar na memória o caso tão engraçado que vi ontem? ...”. (2005, p. 68)

A baronesa de Langsdorff (2000), que esteve no Brasil entre 1842-1843, começou seu diário aos 15 anos, também a conselho de seu pai e continuou a escrever por toda a vida.<sup>80</sup> Borges lembra que na França do século XIX, “... se criou nas jovens das elites o hábito de escrever o que é chamado em francês de *journal intime*, como parte de sua educação até o casamento” (2002, p. 116). Esse hábito era acompanhado pelo olhar ambíguo da Igreja Católica que, por um lado, incentivava o diário como exame de consciência, mas, por outro, temia que ele despertasse nas garotas vaidade, complacência ou tentações literárias para além do que a moral da época lhes permitia. Geralmente as garotas eram estimuladas a escrever um diário por volta de dez anos, um ano antes de sua primeira comunhão (Lejeune, 1997, p. 106-7). Como não era possível à Igreja controlar de forma absoluta a consciência das garotas ou o que elas expressavam em seus cadernos, muitos diários acabavam se tornando um “dispositivo de resistência”, uma forma de contestação.

Um bom exemplo de diário utilizado como forma de contestação é *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. A autora, Maria Carolina de Jesus, reconhece, em sua linguagem peculiar, que começou a escrever motivada por uma professora: “... o meu amor pela literatura foi-me inculcado por minha professora, dona Lanita Salvina, que aconselhava-me para eu ler e escrever tudo que surgisse na minha mente” (2006, p. 170). Com registros do tipo “... no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!” (2006, p. 27) ou “escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados” (2006, p. 171) Carolina indica o tom de contestação presente do início ao fim de seu diário íntimo.

Deve-se observar que mesmo quando escritos secretamente, os diários costumavam ser extremamente autocensurados com relação a temáticas como a sexualidade, por exemplo. No século XIX, os diários paradoxalmente significavam estratégias de expressão e, ao mesmo tempo, de ocultação do “eu”. Assim, Sully Prudhomme registra, aos 9 de fevereiro de 1864: “... Não ousou consignar todos os acontecimentos de minha vida; receio que estas linhas por mim escritas sejam lidas um dia” (1962, p. 112). Os autores de diários sabiam que havia certos limites para a autorevelação, fossem eles dados pela coletividade ou por eles próprios.

---

<sup>80</sup> Cf. LANGSDORFF, E. de. *Diário da baronesa E. de Langsdorff relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S.A.R. o príncipe de Joinville: 1842-1843*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. Victorine Emille, a baronesa de Langsdorff, veio ao Brasil acompanhando seu marido, o Barão Émile de Langsdorff, enviado do rei da França junto à Corte Imperial do Brasil, para tratar do casamento do príncipe de Joinville com a irmã mais nova de D. Pedro II, Dona Francisca de Bragança. Em seu diário, entre outros temas, há o registro de referências aos costumes do país, a escravidão, o carnaval, a semana santa, a teatralidade da corte de D. Pedro II, além do convívio da autora com a família imperial.

Mas sabiam também dialogar com esses limites, de forma a muitas vezes fazerem da escrita de si um exercício de liberdade. Lucile Le Verrier, uma adolescente francesa do século XIX, por exemplo, registrou em suas páginas íntimas, aos 13 anos de idade:

“... nem mamãe sabe que estou escrevendo um diário; senão ela quereria lê-lo, e então ele seria um exercício de estilo, não mais meu confidente ...” (*apud* Lejeune, 1997, p. 108).

Nesse caso, Lucile percebia a intenção que os adultos que a rodeavam conferiam à escrita dos diários, definindo-o como “um exercício de estilo” e procurava escrever às escondidas, preferindo optar pela definição do diário como um exercício de liberdade, fazendo dele seu confidente. Para Lejeune,

“[i]sto é, sem dúvida o que as professoras e os educadores católicos temiam: a inversão da função da escrita, quando um método de adaptação torna-se um instrumento de emancipação, senão de contestação” (1997, p. 112).

Artières conclui sua análise do diário de Nougier afirmando que

“[e]nquanto alguns poderiam crer que essa prática participa de um processo de sujeição, ela provoca na realidade um processo notável de subjetivação. Pois, finalmente, a fim de arquivar a sua vida, Nougier inventa uma forma profundamente original, constrói para si mesmo uma identidade a partir e em torno das representações que eram feitas dele. Forçado a arquivar a sua vida, ele imaginou um discurso híbrido que resiste à interpretação. Em suma, um dispositivo de resistência”. (1998, p. 30)

Para concluir esse pequeno inventário de motivos para a escrita de si nos diários íntimos, talvez a melhor maneira seja dizer que, de um modo geral, todas essas motivações podem ser encontradas, em maior ou menor grau, em todos eles. Para demonstrar essa idéia, o exemplo daquele que, com suas 16.840 páginas preenchidas, é apontado como autor do diário mais longo do século XIX: o francês Henri-Frédéric Amiel. Em setembro de 1864, respondendo a si próprio a pergunta “[p]or que razão mantenho este diário?”, registrou:

“[p]orque estou só. É o meu diálogo, minha companhia, meu sócio e confidente. E também o meu consolo, minha memória, meu eco, meu bode expiatório, o reservatório das minhas experiências íntimas, meu itinerário psicológico, minha proteção contra o mofo do tempo, minha desculpa para estar vivo, quase a única coisa útil que vou deixar”. (*apud* Gay, p 364)

Em suma, em praticamente todos os diários íntimos os autores se empenham em construir a imagem que querem passar de si para os outros, constituem a si próprios ao construir o texto, utilizam suas anotações para um aperfeiçoamento de si, confessam o indizível ao diário amigo-companheiro, enfrentam melhor os momentos de solidão, fazem sua catarse pessoal, utilizam suas folhas como *aide-memoire*, justificam para si próprios suas atitudes, fazem do diários uma prática educativa (em sentido amplo, como educação moral,

por exemplo) e, ao contraporem a imagem que têm de si com a construída pelos outros, fazem dele um “dispositivo de resistência” ou um exercício de liberdade.

## **Como tratar os diários**

Muito embora seja um tipo de documento produzido na esfera da intimidade, por um indivíduo que, a princípio, conversa apenas consigo mesmo, os diários possuem uma dimensão social que justifica uma leitura antropológica de seu conteúdo. Isto porque o conteúdo de um diário vai além do registro das experiências individuais de seu autor, pois este escreve e fala para si mesmo a partir de sua inserção na sociedade e no tempo em que vive. Essa dimensão social dos diários tem sido observada pelos pesquisadores ligados ao tema e apontada como uma das grandes riquezas desse tipo de fonte. Nesse sentido, a afirmativa de Maria Teresa Santos Cunha é bastante esclarecedora:

“[d]escobertos e utilizados como importantes fontes de pesquisa, os diários podem oferecer aos pesquisadores outras e novas versões/representações das práticas individuais, políticas e sociais de uma época, além de revelar interessantes histórias pessoais, cheias de detalhes concretos, e em alguns momentos com o suspense digno de um folhetim! Se o diário é ancorado na memória individual, esta é dada a ver pela linguagem, e cabe ao historiador enraizá-la no rol das múltiplas experiências sociais, para que cada memória pessoal possa ser vista e estudada como uma perspectiva da memória coletiva”.<sup>81</sup>

Se o autor de um diário conversa consigo mesmo, ele o faz utilizando-se de uma linguagem que é construída socialmente e mesmo suas impressões mais íntimas, são íntimas em relação às noções de intimidade/privacidade de seu tempo e lugar. Isso sem falar que a própria prática da escrita de si no suporte do diário também é fruto de um longo processo de constituição de si mesmo por parte do sujeito moderno.

Ângela de Castro Gomes destaca que uma das contribuições da escrita de si é trazer para o centro da análise a documentação produzida por homens considerados comuns, que se beneficiaram da expansão do ensino, da leitura e da escrita a partir do Iluminismo. Pessoas comuns que antes não mereciam o interesse dos pesquisadores surgem agora como portadores de uma experiência digna de ser investigada. Nesses casos, diz ela

---

<sup>81</sup> Cf. CUNHA, Maria Teresa Santos. “Diários íntimos de professoras: letras que duram”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 162.

“... seus registros são tratados como uma estratégia eficaz de aproximação das experiências de vida de um tempo e lugar; como indícios da(s) cultura(s) de uma época e de uma certa configuração das relações sociais”.<sup>82</sup>

Quem sabe poderíamos estabelecer uma analogia dizendo que meu trabalho consiste em olhar para os indícios da(s) cultura(s) e das relações sociais do *fin du siècle* brasileiro “por sobre os ombros”<sup>83</sup> de Couto de Magalhães. Celso Castro mantém postura semelhante ao analisar o diário de Bernardina, ao dizer que ele: “... pode se tornar uma fonte para a história social das mulheres no Brasil ...”.<sup>84</sup>

São muitos os exemplos que apontam para a dimensão social dos diários. Ao discutir os procedimentos que foram adotados para a edição e publicação dos diários de Getúlio Vargas, Regina Moreira destaca que

“... a utilização de diários pessoais como fonte documental no trabalho de (re)construção histórica assume cada vez mais um duplo papel: o de permitir ao pesquisador analisar o momento em que foi escrito, ou pelo menos depreender algumas de suas características, e o de informá-lo sobre a trajetória de vida do diarista”.<sup>85</sup>

Por sua vez, Madeleine Foisil afirma que o diário do inglês Samuel Pepys “... nos oferece um documento excepcional sobre a vida cotidiana da *middle class* inglesa”.<sup>86</sup> Sobre o diário de Ina Von Binzer, uma jovem professora alemã que viveu no Brasil (São Paulo e Rio de Janeiro), entre 1881 e 1884, trabalhando como preceptora de filhos de famílias abastadas, Callado diz que

“[e]scrito uns poucos anos ante da abolição da escravidão, *Alegrias e Tristezas é uma espécie de álbum de fotografias da classe abastada brasileira* no instante em que se convencia, contrafeita, de que em breve não haveria mais no Brasil nem Nhonhês nem Iaiás”.<sup>87</sup>

---

<sup>82</sup> Cf. GOMES, Ângela Maria de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados”. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, pp. 21-21.

<sup>83</sup> Cf. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 212.

<sup>84</sup> Cf. CASTRO, Celso. “O diário de Bernardina”. In: GOMES, Â. C. (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 237.

<sup>85</sup> Cf. MOREIRA, Regina L. “Os diários pessoais e a (Re) construção histórica”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996, p. 183.

<sup>86</sup> Cf. FOISIL, Madeleine. “A escritura do foro privado”. In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 355.

<sup>87</sup> Cf. CALLADO, Antonio. “Em busca de Ina”. In: BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 7, grifos meus. O diário é rico em descrições dos costumes brasileiros do final do século XIX, além de reflexões sobre a situação dos escravos no período pré-abolição. Tudo isso escrito a partir de um profundo olhar etnocêntrico da autora.

Na apresentação do diário de Helena Morley, Alexandre Eulálio destaca que

“... o seu depoimento transcende o plano apenas biográfico ou geográfico para valorizar-se de um ponto de vista tanto psicológico quanto social”, ou ainda, que o diário “... reveste-se de *acentuado sabor sociológico*”.<sup>88</sup>

Em sua segunda introdução ao diário de Malinowski, Raymond Firth afirma que

“[n]ão se trata meramente de um registro do pensamento e do sentimento de uma personalidade brilhante e turbulenta que ajudou a constituir a antropologia social; também é uma contribuição altamente significativa para a compreensão da posição e do papel de um pesquisador de campo como participante consciente numa situação social dinâmica”.<sup>89</sup>

Para não alongar demais a discussão, concluo essa reflexão sobre a dimensão social dos diários com aquele que foi um dos primeiros a chamar a atenção dos pesquisadores brasileiros para a importância dos diários para a compreensão de determinados aspectos de nossa “história íntima”: Gilberto Freyre. Ao prefaciар seu próprio diário em 1975, Freyre diz que

“[d]iários, autobiografias, memórias, cartas estão entre os transmissores, alguns extremamente modestos, outros, magníficos, de um tempo a outro. Nem todos os diários são como o de Amiel ou o de Pepys. Mas até os registros de um simples colegial podem ser documento de considerável importância para a transmissão de um tempo a outro, a transmissão do que é imortal nos tempos que em parte morrem, uns mais, outros menos do que os homens. Vários são aqueles diários que, não sendo obras-primas, têm contribuído para um sempre maior conhecimento do Homem pelos homens”. (2006, p. 18)

Mais a frente Freyre afirma que

“[u]m diário não é só o registro de sucessivos encontros – ou desencontros – de um indivíduo, alongado em pessoa, consigo mesmo. Envolve outros indivíduos. Outras pessoas. Instituições. Conflitos de indivíduos – ou de pessoa – com grupos, convenções, tendências do seu tempo e do seu meio social. Revoltas. Resistências a esse tempo e esse meio. Quixotismos. E também pancismos: acomodações, transigências, subordinações”. (2006, p. 20)

Diários íntimos, portanto, permitem a comunicação entre tempos diferentes. Informam o que o autor pensa ser “imortal”, mas também muito do que foi esquecido, silenciado ou distorcido com o passar dos anos. Referem *habitus*, modos de vida, relações sociais, encontros e desencontros de um indivíduo ávido por constituir para si próprio uma identidade e sobreviver a seu tempo.

---

<sup>88</sup> Cf. EULÁLIO, Alexandre. “Livro que nasceu clássico”. In: MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 10-11, grifos meus.

<sup>89</sup> Cf. FIRTH, Raymond. “Segunda Introdução, 1988”. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 35.

Apesar de ser uma prática amplamente observada nos dias de hoje, somente há pouco tempo os diários despertaram a atenção dos pesquisadores das Ciências Humanas. Como afirmou Foisil, "... diários e *livres de raison* foram relegados à maior indiferença até o dia em que se transformaram em fonte de informação para o historiador e até para o etnólogo" (1991, p. 335). As décadas de 1960 e 1970 constituem um marco desse interesse de historiadores franceses, por exemplo, pelas chamadas fontes privadas.<sup>90</sup> Antes de antropólogos e historiadores, esse tipo de documentação atraía muito mais os historiadores da literatura ou da arte. No Brasil, o interesse é simultâneo ao francês, assim como as iniciativas que surgiram fora da Antropologia e da História, mais especificamente no campo da literatura e da história da educação. A propósito, Ângela de Castro Gomes lembra que

"... duas das mais importantes instituições de guarda de arquivos privados no Brasil também se constituíram nos anos 1970: o CPDOC, na FGV, e o Arquivo Edgard Leuenroth, na Unicamp, o primeiro destinado a guardar os papéis privados de homens públicos da política brasileira do pós-1930, e o segundo a documentação de expressivas lideranças do movimento sindical". (1998, p. 1)

Em artigo em que discute a relação entre os arquivos privados e o interesse público, Célia Costa Leite ressalta a importância crescente dos arquivos privados para a pesquisa do cotidiano, destacando a predominância do tema na historiografia americana e européia, particularmente na França. Ao debruçar-se sobre sentimentos, hábitos e comportamentos, este "novo olhar" implica necessariamente no uso de uma forma especial de documentos, tais como diários íntimos, anotações e correspondência pessoal, localizados nos arquivos de escritores, artistas e políticos, entre outros. A autora chama atenção para o quanto a publicação desse tipo de documentação tem incentivado

"... o debate e a compreensão de temas, personagens e épocas, a partir de novos enfoques metodológicos, para os quais a contribuição da antropologia, da teoria literária, da sociologia e da ciência política têm sido fundamental".<sup>91</sup>

A riqueza desse tipo de documentação está associada, portanto, ao fato dela poder ser pensada enquanto fonte histórica, experimento literário, mas também enquanto parte da história e da construção do sujeito e de sua biografia (D'Araujo, 1996, p. 186).

---

<sup>90</sup> Cf. PROCHASSON, Christophe. "Atenção: Verdade!": Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. In: *Estudos Históricos*, CPDOC/FGV, nº: 21, ano: 1998/1. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/239.pdf>, data da captura: 10/12/2005.

<sup>91</sup> Cf. LEITE, Célia Costa. "Intimidade versus Interesse Público: a Problemática dos Arquivos". In: *Revista Estudos Históricos*, nº 21, 1998/1, p. 12. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>, data da captura: 10/12/2005.

É importante destacar que com a identificação desse tipo de documentação como fonte privilegiada os pesquisadores se deram conta de que precisavam de um *corpus* teórico-metodológico específico para lidar com essas fontes. Nem todos os pesquisadores se sentem à vontade com essa idéia de penetrar na intimidade alheia, seja nos documentos seja no próprio trabalho de campo. Uma das entradas do diário de Roberto Cardoso de Oliveira nos dá uma idéia desse desconforto

“Cachoeirinha, 25 de outubro de 1955

... Conforme o próprio Arlindo reconhece, a vida sexual da rapaziada na aldeia parece não depender de aventuras com a mulher dos outros... Já que há muitas mulheres ‘largadas’, cuja diferença de idade com jovens solteiros, muitas vezes meninos de 11 a 16 anos, sequiosos por experiências amorosas, não as impede de fazer sexo com eles. Seriam grandes professoras... Não insisti sobre tais habilidades, afinal de contas, *mesmo reconhecendo-me como um bisbilhoteiro profissional (eis, finalmente, a melhor definição de etnólogo!)*, sinto que ainda falta muito para eu assumi-la – sempre esbarro com meus constrangimentos: como me enveredar em assuntos dessa ordem com pessoas que mal conheço, as quais, certamente, conhecem-me ainda menos. Sou cerceado por meus limites que não me deixam ultrapassar a tênue linha que separa a minha própria pessoa (filho de dona Marina) e o impávido pesquisador descomprometido com a pessoa do outro, do indígena, já que está apenas comprometido com sua ciência... Será que é mesmo um postulado da prática científica? *Sempre me impressionei com o destemor de alguns pesquisadores em seu desembaraço na invasão da intimidade alheia! Pare eles o mundo de seus informantes parece que existe só para ser invadido. E se invadir é a virtude por excelência do etnólogo, ainda tenho muito a aprender...* porém, apesar de todos esses constrangimentos, continuei a questionar o meu informante sobre sua visão da vida amorosa na aldeia”. (2002, p. 209, grifos meus)

Não se pretende com isso afirmar que esses constrangimentos, essa dificuldade em lidar com questões da vida íntima de seus informantes, tenham acompanhado toda a trajetória intelectual de Cardoso de Oliveira, afinal, como ele mesmo esclarece, *Os diários e suas margens* mostram “o horizonte do jovem aprendiz” de antropólogo. Em todo caso, suas observações chamam atenção para a singularidade da postura do antropólogo diante de “assuntos dessa ordem”. A definição do antropólogo como um “bisbilhoteiro profissional” é bastante sugestiva. Mais uma vez, tanto diante de informantes de carne e osso como diante de informantes de papel, o pesquisador corre sempre o risco de esbarrar em seus próprios limites. No caso desta pesquisa, o destemor em invadir a intimidade alheia é mesmo uma condição para seu prosseguimento. Mas muitas vezes os pesquisadores se embaraçam nem tanto pelo que o informante revela de si mesmo, mas pelo que suas revelações de si mostram do “eu” do próprio antropólogo.

Que tipo de cuidados, então, o trabalho com diários íntimos requer? Segundo Prochasson seria bastante ingênuo cair nas armadilhas do adjetivo “intimidade” ostentado pelos diários:

“[a] *intimidade* do diário apenas vem nos informar sobre os aspectos de uma apresentação de si para si (às vezes para os outros, no caso dos escritores e de alguns artistas, saturados de sua consciência de si mesmos)” (1998, p.16).

É preciso, portanto, inserir a dúvida no enunciado íntimo. Para o autor, mais do que se deixar seduzir pelo “efeito de verdade” do diário, repleto de “encantos enfeitiçadores”, é preciso pensá-lo enquanto uma “prática cultural” que responde a determinadas normas e códigos que é preciso decifrar. Definir o conteúdo de qualquer diário como autêntico, verdadeiro, em função de estar atrelado à sinceridade de quem escreveu seria, portanto, admitir sua própria ingenuidade. Como Peter Gay observou para o século XIX,

“[n]o século vitoriano, os burgueses usavam as cartas e os diários, em número sem precedente e com intensidade inigualável, como repositórios dos relances de sua vida introspectiva. *Naturalmente, essas comunicações com os outros e consigo mesmos podiam também servir de exercícios de ocultação e proteção do ‘eu’* (1999, p. 337, grifos meus).

Conforme discutido mais acima, mesmo quando escritos secretamente os diários costumavam ser autocensurados, razão pela qual não podemos acreditar ingenuamente que o sustentado desnudamento total do “eu” fosse realidade. É como se no interior do indivíduo ocorresse uma luta íntima entre o desejo de auto-ocultação e o desejo de auto-revelação.

Mais do que registros verdadeiros, devemos pensar que “... esses textos são vozes numa partitura polifônica” (Lejeune, 1997, p. 4). Enquanto texto polifônico, sua maior compreensão depende da capacidade do pesquisador de ir além das informações fornecidas pelo próprio diário, consultando outros testemunhos da época. Ou então, de um esforço de ler o documento até que se possa “ouvir as pessoas conversando”, na bela sugestão de G. M. Young.<sup>92</sup> Ao se ouvir as múltiplas vozes do texto, surge uma verdade que,

“... não mais unitária, mas sem prejuízo de solidez, passa a ser pensada em sentido plural, como são plurais as vidas individuais, como é plural e diferenciada a memória que registra os acontecimentos da vida”. (Gomes, 2004, p. 14)

Conforme observado mais acima, a concepção de que a verdade autobiográfica mostra “... não tanto o que um homem foi como o que ele teria gostado de ser ...”, não é recente, estando presente nos escritos de Samuel Pepys, em 1872. Em todo caso, se não é possível, a partir da leitura de um diário, saber “o que realmente aconteceu”, conforme a conhecida fórmula de Leopold von Ranke, nem por isso podemos concluir que o conteúdo de um diário é uma coleção de mentiras do autor. A verdade do diário escapa ao julgamento dos tribunais

---

<sup>92</sup> Cf. YOUNG *apud* OBELKEVICH, James. “Provérbios e história social”. In: BURKE, Peter & PORTER, Roy (orgs). *História Social da Linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 43.

da verdade factual, muito embora o “fato” também seja construído socialmente.<sup>93</sup> O mais importante é estar atento à percepção das razões e da lógica que preside essa prática de escritura. Como afirmou Gomes, se o documento não trata de ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento, o que mais interessa ao pesquisador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa (2004, p. 15).

Definindo o ato autobiográfico como homólogo ao exercício da subjetividade moderna, Calligaris trabalha com a idéia de que o autor de um diário deve ser pensado enquanto uma espécie de “editor” de sua própria vida (1998, p. 4). Assim como um editor rearranja ou melhora o que já é um texto, o diarista faz da escrita de si um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto. Utilizando-se dos recursos da memória, o resultado da edição da vida no diário é marcado por um processo de seleção de experiências e de imagens envolvendo lembrança e esquecimento, omissões, acréscimos, ressignificação, justaposição e justificação. O conteúdo de um diário,

“... como sucede em cada escritura de memória, é sempre o resultado do que se diz e do que se silencia, do que se escreve e do que se oculta ...”.<sup>94</sup>

Um exemplo bastante conhecido, em se tratando de um diário publicado, é o de Gilberto Freyre (2006) que, em seu afã de produzir a imagem que ele queria que os leitores tivessem dele, deixou indícios de que “... o texto foi escrito e reescrito ao longo dos anos ...” (p. 13), o que fez de *Tempo morto e outros tempos*, conforme apresentação de Pallares-Burke, “... um gênero híbrido: diário em forma e autobiografia em conteúdo” (2006, p. 15). Certamente que editar sua própria vida não é uma tarefa fácil e os autores de diário muitas vezes esboçam a consciência disso no texto, como o fez Malinowski:

“[q]uarta, 11.4 [sic] ... Também refleti sobre os problemas de se manter um diário. Na imensa dificuldade de se formular a infindável variedade de coisas que ocorrem no fluir de uma vida. Manter um diário como uma questão de análise psicológica: isolar os elementos essenciais, classificá-los (de que ponto de vista?) e, depois, ao descrevê-los, indicar mais ou menos claramente qual é sua importância real no momento específico, proporção; minha reação subjetiva, etc. ...”. (1997, p. 269)

---

<sup>93</sup> Cf. GEERTZ, Clifford. *O Saber local*. Petrópolis, Vozes, 1998, especialmente o capítulo “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”, pp. 249-356.

<sup>94</sup> Cf. GÓMEZ, Antonio Castillo. “Como o polvo e o camaleão se transformam”: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002, pp. 26-27.

Superar a “imensa dificuldade de se formular a infindável variedade de coisas que ocorrem no fluir de uma vida” ou construir uma imagem coerente de si mesmo entre tantas possibilidades requer disciplina e capacidade de escolha. Cabe ao pesquisador atentar para os “pontos de vista” utilizados pelo autor/editor do diário em sua tentativa de classificar a própria vida.

A verdade do diário íntimo, portanto, é bastante singular. Como observou Gay, “... os diários são sempre verdadeiros – tanto os evasivos e mentirosos como os demais. Direta ou indiretamente todos testemunham os desejos e as ansiedades, os prazeres e os traumas, a discórdia interior descoberta ao escrever, provocando às vezes uma luta íntima” (1999, p. 373).

Os mecanismos de ilusão fazem parte da verdade autobiográfica e devem ser levados em consideração. Ao refletir sobre a maneira como um antropólogo da modernidade deve se posicionar diante da verdade do sujeito moderno, Calligaris conclui que

“[a] verdade do sujeito mudou de forma. Portanto, sua vida e seu ato autobiográfico tendem a constitui-lo com uma imagem que vive no e pelo olhar dos outros. Nem por isso o ato autobiográfico contemporâneo é menos digno da atenção do historiador. Ao contrário, pois de um diário, de uma autobiografia, o que o antropólogo da modernidade pode e deve antes de mais nada esperar é que o escrito informe justamente sobre a modalidade pela qual, naquele momento e lugar, o sujeito moderno consegue se dar um pouco de consistência” (1998, p. 6).

Será esse o direcionamento dado a este trabalho. O diário de Couto de Magalhães não será tratado como uma “máscara”, para não correr o risco de pensar que por trás dessa “máscara” haveria algum tipo de essência que conteria a verdade do autor, crítica pontual de Foucault aos historiadores que até algumas décadas trabalhavam com uma noção de verdade essencialista.<sup>95</sup> Se há alguma tentativa de perceber contradições no *Diário íntimo*, não é no sentido de revelar sua essência, mas de mostrar que existe uma tensão constitutiva no próprio ato do sujeito moderno constituir a si próprio. Decorre disso a importância de estar atento para não ser vítima de uma “ilusão biográfica” (Bordieu, 1996), ou seja, da ingenuidade de se supor a existência de ‘um eu’ coerente e contínuo, que se revelaria nesse tipo de escrita, exatamente pelo “efeito de verdade” que ela é capaz de produzir. Nesse sentido, é fundamental perceber os indícios da fragmentação, incoerência e incompletude do indivíduo, para além da preocupação de seu autor de se apresentar no diário como um sujeito coerente e ordenado.

---

<sup>95</sup> Para os impactos dessa crítica na historiografia brasileira, conferir: RAGO, Margareth. “O Efeito-Foucault na historiografia Brasileira”, *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 7 (1-2): 67-82, 1995.

A idéia é pensar a escrita do diário como uma “prática cultural” típica do sujeito moderno e a partir dela tentar responder a seguinte questão: de que maneira a prática cultural da escrita do diário, pensada enquanto prática da escrita de si, nos permite compreender a construção de uma “verdade” por parte de Couto de Magalhães e de que maneira esta “verdade” construída por ele dialoga com as outras verdades do seu tempo? Pensada enquanto prática individual, a escrita do diário por Couto de Magalhães se constitui num processo de produção de si por si mesmo, mas se pensarmos essa mesma prática inserida num contexto maior, partilhada por muitos outros indivíduos, o sujeito surge como sendo também constituído dentro de uma determinada cultura.

Nessa busca de constituição de si mesmo, Couto de Magalhães evidencia nas páginas de seu diário atitudes de aceitação, de recusa, apropriando-se de forma bastante peculiar das possibilidades que seu momento histórico lhe permitiam. É nesse embate entre aceitação e recusa dos valores da época que ele constrói sua identidade pessoal, social e sexual. Identidade esta marcada pela idéia de processo: as páginas do diário mostram um homem que se auto-observa, se auto-medica, que procura exercitar as lições do que lê, que modifica suas atitudes a partir da observação dos registros cotidianos no diário, que registra as mudanças de seu corpo, de seu aspecto moral. O percurso da análise se dará da prática da escrita de si no diário para a discussão dos temas que o tempo inteiro fervilham nos registros: corpo, saúde e doença.

A princípio, pode parecer uma questão-problema demasiadamente filosófica para uma pesquisa antropológica, mas o emaranhado de recortes simbólicos, subjetivos, compõe o quadro de uma questão amplamente antropológica. Afinal, no fim das contas, trata-se da tentativa de etnografar a construção de um indivíduo em diálogo com o seu tempo, verdades, portanto, construídas socialmente. Aparentemente configurando uma conversa consigo mesmo, a escrita do diário expressa um diálogo com questões prementes no Brasil do final do século XIX: a ideologia da higienização, a precariedade dos hospitais e do saber médico, o medo das epidemias e das doenças em geral, o controle da sexualidade, a busca do equilíbrio entre corpo e mente, entre outros problemas sociais.

Adotando postura semelhante a de Dauphim e Pouban (2002) que procuram conferir um “olhar antropológico” ao trato da correspondência familiar, a prática da escrita do diário de Couto de Magalhães será considerada como uma prática ritualista que obedece a

determinados padrões. Trata-se então de identificar e analisar os passos desse ritual: recolher-se a um canto propício à escrita, ou mesmo não estando sozinho, recolher-se sobre si mesmo; identificação de experiências consideradas significativas para o registro no diário; a escolha de palavras capazes de expressar as experiências do cotidiano; o confronto com os modelos comportamentais estabelecidos, que ditam os limites do dizível e do indizível; a repetição de certas fórmulas fixadoras do eu; a construção de uma versão pessoal das relações consigo mesmo e com os outros. Essa prática ritualizada é possuidora de uma certa “eficácia simbólica” que visa cumprir o objetivo da escrita do diário pelo autor: construir uma identidade estável para si mesmo.

## **Diários e “história íntima” no Brasil**

Em 1933, o pernambucano Gilberto Freyre chamava a atenção dos pesquisadores brasileiros para a necessidade de atentar para o estudo da “vida doméstica” de nossos antepassados, pois assim “sentimo-nos aos poucos nos completar: é outro meio de procurar-se o ‘tempo perdido’”.<sup>96</sup> Em todo caso, o autor reconhecia que “penetrar na intimidade mesma do passado ... não é fácil em países como o Brasil ...”, posto que, segundo ele acreditava:

“... aqui o confessionalismo absorveu os segredos pessoais e de família, estancando nos homens, e principalmente nas mulheres, essa vontade de se revelarem aos outros que nos países protestantes provê o estudioso da história íntima de tantos diários, confidências, cartas, memórias, autobiografias, romances autobiográficos. Creio que não há no Brasil um só diário escrito por mulher” (Freyre, 2003, p. 45).

Talvez influenciados por essa sentença freyreana, nos acostumamos a pensar que seria praticamente impossível penetrar na história íntima dos brasileiros de séculos passados através da leitura de seus diários. Entretanto, pesquisas mais recentes têm demonstrado que “essa vontade de se revelarem aos outros” pela escrita de diários e de outros registros íntimos também existiu no Brasil do século XIX. Freyre não imaginava que um dos personagens da história brasileira que ele incluiu em sua lista de “realistas do melhor teor”<sup>97</sup> entre os últimos anos da Monarquia e os primeiros da República, foi um compulsivo autor de diários íntimos: Couto de Magalhães.

---

<sup>96</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003, p. 45.

<sup>97</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 133.

Em publicação recente, Ana Maria Mauad e Mariana Muaze<sup>98</sup> discutem, por exemplo, o diário da Viscondessa do Arcozelo, escrito na segunda metade do século XIX. Se “só em poucos momentos escreve sobre seus sentimentos”, a viscondessa revela em seu diário informações preciosas sobre o cotidiano do Rio de Janeiro de seu tempo, incluindo temas como as condições de vida da época, a intimidade doméstica, os papéis femininos e a rede de sociabilidade. Muito embora discutam um documento que contradiz a tese de Freyre de que “não há no Brasil um só diário escrito por mulher”, as autoras parecem aceitar a sugestão do autor de que a raridade desse tipo de registro íntimo no Brasil é devido ao fato de que “... nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas e viscondessas, satisfaziam-se em contar os segredos ao padre confessor e à mucama de estimação ...” (Freyre, 2003, p. 45). Assim, enquanto o católico brasileiro podia recorrer ao confessorário para livrar-se da culpa de seus desejos íntimos mais sórdidos, ao protestante inglês ou norte-americano restava o refúgio do papel, o que explicaria a raridade dos diários íntimos na sociedade brasileira e, por outro lado, sua abundância nos EUA e Inglaterra do século XIX.

A raridade dos diários íntimos no Brasil oitocentista não pode ser explicada em função da recorrência dos devotos ao confessorário. Basta lembrar que com a vigência do Padroado, a influência de Roma sobre o Brasil não foi tão significativa até o século XIX, o que fez com que as diretrizes do Concílio de Trento (1545-1563) - entre elas a obrigatoriedade do sacramento da confissão - não fossem aplicadas como a Igreja gostaria. Lembre-se, ainda, que o número de padres era insuficiente para a realização das chamadas desobrigas, como eram chamadas as visitas nas quais os eclesiásticos ministravam os sacramentos aos devotos. Dioceses, prelazias e paróquias ficavam sem padres por muitos anos e poucos bispos se dispunham a realizar as visitas pastorais.

Relatando uma visita pastoral de Dom Macedo Costa à localidade de Abaeté, no interior do Pará, em 1876, o periódico *A Boa Nova* apresenta dados surpreendentes para o sacramento da confissão: “... os padres confessavam desde as quatro horas da madrugada até às 8, e das 4 da tarde até às 10 horas da noite”.<sup>99</sup> O mais sensato é pensar que esses números se explicam muito mais pelo longo período sem atendimento espiritual por parte dos padres, do que pela vontade de se revelar ao confessor ou, ainda, pela quantidade de pecados da

---

<sup>98</sup> Cf. MAUAD, Ana Maria & MUAZE, Mariana. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 197-228.

<sup>99</sup> Cf. *A Boa Nova*, Belém, 11/10/1876, p. 3.

população de Abaeté. Por outro lado, a ênfase na confissão revela a utilização de um mecanismo através do qual "... se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito".<sup>100</sup>

Pode-se dizer que, assim como Foucault observou para a Europa do século XVI, até meados do século XIX, a Igreja brasileira

"... controlou a sexualidade de maneira bastante frouxa: a obrigação do sacramento da confissão anual, com as confissões dos diferentes pecados, garantia que não se tivesse histórias imorais para contar ao padre ..." (1982, p. 249).

Se o refúgio do eu não era exclusividade do padre confessor, outras formas de se desvelar o coração eram praticadas por homens e mulheres do período. Para combater a frouxidão do controle sobre os devotos, a partir da segunda metade do século XIX alguns setores da Igreja católica brasileira deram início a um processo de reforma com implicações diretas sobre a formação dos padres e as práticas religiosas populares.

Esse processo, mais conhecido como "romanização", tinha como característica central a tentativa de aplicar efetivamente no Brasil as resoluções do Concílio de Trento, que, diga-se de passagem, foram reforçadas no Concílio Vaticano I (1869-1870).<sup>101</sup> Através da aplicação das resoluções tridentinas, a Igreja buscava maior vinculação com o Papa e, por outro lado, uma desvinculação do Padroado Régio e o reforço da hierarquia clerical, o que implicava diminuição da autonomia usufruída pelos leigos em suas práticas religiosas, principalmente em torno das irmandades de santos. Só então se pode observar no Brasil o aperfeiçoamento de certos mecanismos no interior da instituição eclesiástica que tinham como objetivos conferir aos padres uma melhor formação, para dar conta dos "desvios" dos devotos.

A preocupação de D. Macedo Costa com a administração dos sacramentos, por exemplo, evidencia o que Foucault chamou de "técnicas minuciosas de explicitação discursiva da vida cotidiana, de auto-exame, de confissão, de direção de consciência, de relação dirigidos-diretores" (1982, p. 249). Pensadas em seu conjunto, essas técnicas minuciosas fazem parte do que o autor chamou de "dispositivo de sexualidade",<sup>102</sup> incluindo

---

<sup>100</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 264.

<sup>101</sup> Sobre a romanização na Amazônia, conferir: MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: CEJUP, 1995.

<sup>102</sup> Sobre o "dispositivo de sexualidade", conferir: Foucault (1982 e 1984a).

os discursos dos bispos em suas cartas pastorais, mecanismos como a confissão anual obrigatória e organizações leigas dependentes do clero.

Não é demais lembrar que a realização dos chamados “círios civis”, em Belém do Pará, em que a procissão do Círio de Nazaré ocorreu sem a participação dos padres, foi motivada por uma questão ligada à moral sexual. Na manhã de 25 de outubro de 1877, os moradores de Belém se depararam com a denúncia feita no periódico *Diário de Belém*, de que numa das noites do arraial do Círio, foram apresentados quadros com imagens de mulheres nuas. Indignado com tais notícias, D. Macedo Costa decidiu suspender a festa e fechar a igreja. Os devotos reagiram arrombando as portas da igreja e realizando, nos anos de 1878 e 1879, dois “Círios civis”, ou seja, sem a presença do clero católico.<sup>103</sup>

Medidas regulamentares e moralizantes, como a que foi tomada pelo bispo paraense, também compõem o quadro do “dispositivo de sexualidade”, neste caso configurando uma rede de relações específicas entre clero e devotos. O discurso da autoridade religiosa funcionou como o “elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda” (Foucault, 1982, p. 244): a vontade, por parte da Igreja, de saber/poder sobre a sexualidade, a vontade de poder determinar aos devotos a separação entre sagrado e profano, bem como a separação entre o culto ao corpo vestido da Virgem e o ato de apreciar as mulheres nuas exibidas no Pavilhão de Flora, no centro da atual Praça Santuário da Basílica de Nazaré. Ao ser incitado a falar a verdade de si, o sexo responde. Mas, ao falar, o consentimento de quem o incitou se confunde com a inquisição.<sup>104</sup>

Preocupada em consolidar um discurso que atingisse as mais tênues e mais individuais das condutas, penetrando e controlando o prazer cotidiano, a Igreja deixava clara sua relação com o poder do qual desejava se desvencilhar. Afinal de contas, sua preocupação com a “moral e os bons costumes” era uma garantia do sono tranquilo de uma parcela considerável dos burgueses, considerando que a palavra “burguês” “... é uma dessas cestas volumosas onde cabe tudo, insinuando generalizações aparentemente mais precisas do que a realidade” (Gay, 1999, p. 15). A relação da Igreja com o referido poder evidencia a multiplicidade de

---

<sup>103</sup> Cf. IPHAN. *Círio de Nazaré*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006, p. 22.

<sup>104</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1984a, p. 75.

correlações de força e os apoios que tais correlações encontram umas nas outras no jogo que visa transformar determinado saber num saber/poder sobre os outros.

## **Do porão à estante**

Voltando à relação entre a raridade dos diários íntimos no Brasil oitocentista e a recorrência dos devotos ao confessionalismo, mais do que concluir pela inexistência desses registros, parece mais salutar considerar as reflexões de Le Goff sobre o tipo de documentação que o passado lega à posteridade:

“[d]e fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores” (1992, p. 535).<sup>105</sup>

Podemos pensar então que a insuficiência ou a falta de visibilidade dos diários íntimos no Brasil são, em grande parte, resultado dessas escolhas efetuadas por nossos antepassados, que muitas vezes optaram por destruir seus registros íntimos para não correrem o risco de ter sua vida devassada pela curiosidade alheia. Em se tratando do pequeno número de diários femininos brasileiros que chegaram até nós, é possível pensar que em função das mulheres serem mais vigiadas pelo olhar vitoriano muitas vezes personificado na figura do pai, do marido ou do padre confessor, as precauções necessárias para não terem seus segredos revelados podem ter levado muitas delas a destruir seus diários íntimos. Nesse sentido, a conclusão de Zahidé Lupinacci Muzart parece precipitada:

“[a]ntes da busca por diários, julgava que o século XIX, entre nós, seria pródigo no gênero. Pura ilusão, rapidamente desmentida pelos poucos encontrados. Na verdade, o século do diário, das memórias e do autobiográfico é o século XX”. (2000, p. 181)

Na verdade, os poucos diários encontrados não são prova de sua quase inexistência ou insignificância ao longo do século XIX. Se é realmente verdade que o século XIX brasileiro não foi pródigo neste gênero de escrita de si, esta conclusão não pode ser deduzida da pouca quantidade dos que chegaram até nós, já que se deve considerar que muitos autores, homens e mulheres, optaram por destruir seus registros para não terem sua intimidade devassada pela

---

<sup>105</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1992, p. 535.

curiosidade alheia, mesma que póstuma. A própria Muzart se refere ao fato de que as mulheres no século XIX escreviam seus diários “... a portas fechadas e em seus grossos cadernos de tão difícil encontro” (2000, p. 183). Com relação aos diários íntimos escritos por mulheres, é preciso considerar ainda que, no final do Império, quase dois terços das mulheres brasileiras eram analfabetas (Castro, 2004, p. 237), o que certamente constituía um limite para a proliferação do gênero no país. Este limite, todavia, por diversas vezes foi superado, considerando que

“... mulheres brasileiras que tiveram acesso à alfabetização tentaram refletir sobre a própria vida, rompendo o silêncio sobre o mundo. Famílias, confessores e educadores estimularam a anotação dos acontecimentos mais importantes do dia, através de diários íntimos e troca de correspondências entre amigas, num projeto de educação dos sentimentos ...”.<sup>106</sup>

Ao fazer uma discussão sobre memórias, diários e os chamados *livres de raison* na França e na Inglaterra do século XVIII, Madeleine Foisil se refere a uma vontade mais ou menos consciente dos autores da escritura íntima no sentido

“... de se isolar, de se conhecer melhor através da escrita, sem necessariamente comunicar esse conhecimento a outros, exceto aos próprios filhos para que o guardem na memória, e muitas vezes mantendo as confidências em segredo e exigindo que os herdeiros as destruam ...” (1991, p. 11).

No Brasil, a preocupação com a destruição dos registros íntimos também se fez presente. Escrevendo em seu diário aos 31 de janeiro de 1905, Lima Barreto fez um alerta aos possíveis futuros leitores de suas páginas íntimas:

“[a]qui bem alto declaro que, se a morte me surpreender, não permitindo que as inutilize, peço a quem se servir delas que se sirva com o máximo cuidado e discrição, porque mesmo no túmulo eu poderia ter vergonha”. (2001, p. 13)

A inutilização das páginas íntimas contidas no diário parece ser um procedimento comum, salvo em situações em que o autor é surpreendido pela morte. Em todo caso, pode-se pensar também na possibilidade de Lima Barreto estar usando uma espécie de justificação para a sobrevivência do diário após a morte de seu autor. Conforme observou Peter Gay

“[a] simples decisão de expor o passado ao escrutínio alheio sujeita o memorialista à acusação de narcisismo. E para precaver-se contra essa acusação, muitos assumem um certo distanciamento emocional da tarefa que se impuseram”. (1999, p. 131)

Antes do alerta de Lima Barreto a possíveis leitores de suas notas íntimas, conforme vimos mais acima, ele escreveu: “[h]oje, pois, como não houvesse assunto, resolvi fazer dessa

---

<sup>106</sup> Cf. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. “Tecendo educação, História, escrita autobiográfica”. In: *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 17-27.

nota uma página íntima” (2001, p. 12). É como se os fatos ligados à intimidade não fossem normalmente dignos de registro, só passando a ser interessantes quando “... não houvesse assunto ...”.

Em *Memorial de Ayres*, Machado de Assis, arguto observador de sua época, aponta para a prática de se destruir os diários: ao comentar a descrição que fazia das pessoas em seu memorial, o personagem Ayres diz que “... não sei se me explico bem, nem é preciso dizer melhor para o fogo a que lançarei um dia estas folhas de solitário ...”.<sup>107</sup> Outras tantas vezes, a preservação dos diários dependeu de escolhas de arquivistas e pesquisadores, que por muito tempo se recusaram a conferir a esse tipo de documentação o *status* de fonte histórica, de certa forma negando que o documento pudesse ser pensado enquanto um monumento, “... resultado do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias” (Le Goff, 1992, p. 548).

Ao analisar o diário de Bernardina, filha de Benjamin Constant, Celso Castro observa que

“... independentemente dos usos que o diário possa ter para um pesquisador, cabe chamar a atenção para o fato de que os arquivos históricos ... também *possuem uma história*. O que se guardou para a posteridade é resultado de acasos, seleções e disputas que devem ser considerados” (2004, p. 237 - grifos no original).<sup>108</sup>

Num outro exemplo, ao tentar explicar as possíveis razões para a demora de publicação dos diários de seu avô Joaquim Nabuco, escritos entre 1873 e 1910, Vivi Nabuco (2006, p. 10) aponta a possibilidade de seus herdeiros não se sentirem à vontade com a exposição do seu conteúdo, ou ainda por terem, talvez “... dúvidas sobre se J.N. teria mantido os diários para uma eventual publicação, ou apenas como um ‘banco de dados’, ao qual pudesse recorrer para dissipar dúvidas sobre fatos ocorridos no passado”. Somente depois de dissipadas essas dúvidas é que os herdeiros compreendem que era

---

<sup>107</sup> Cf. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Memorial de Ayres*. São Paulo: Martin Claret, 2003, p. 23.

<sup>108</sup> O diário de Anne Frank, por exemplo, foi encontrado por acaso. Dias depois que o “Anexo secreto” em que ela se escondia foi destruído pela polícia, um limpador encontrou, misturados aos jornais velhos e lixo espalhados pelo chão, os cadernos onde ela escrevia seu diário e os entregou a duas jovens conhecidas da família da menina. Somente depois da guerra os diários foram parar nas mãos do pai de Anne Frank. Para esta, que costumava dizer sobre seu diário que “onde ele for eu vou também!” (FRANK, s/d, pp. 171-172), separar-se de seu “livro de memórias” deve ter sido um grande tormento.

“... nossa obrigação trazer a público essas meticolosas anotações do nosso avô, que certamente facilitarão o acesso de pesquisadores interessados em uma época tão rica da formação da nação brasileira”.<sup>109</sup>

Nesse caso, o diário salvo do passado e investido simbolicamente implica uma vontade coletiva, que seleciona e escolhe o que deve ser salvaguardado, bem como sua publicação ou não. O diário de Nabuco torna-se uma espécie de relíquia apropriada por seus herdeiros. Destino semelhante teve o diário de Eugénie Leuzinger Masset que

“... de uma forma que parece voluntária, preservou seu diário para seus descendentes; foi em mãos da família de seu filho Georges Leuzinger Masset – o Georginho – que encontrei o diário ...”,

conforme relata Borges (2002, p. 142).

Em todo caso, poucas famílias decidem publicar seus segredos e muitas quando o fazem se enchem de reservas. O polêmico diário de Malinowski foi encontrado por um amigo da família, após a morte do antropólogo. Surpresa, sua esposa admite:

“Malinowski nunca havia mencionado para mim esse diário; eu o guardei com zelo e o levei para o México quando me mudei definitivamente para lá em 1946”.<sup>110</sup>

É Valetta Malinowska quem decide guardar “com zelo” o diário, bem como publicá-lo, observando que “[a]lguns comentários extremamente íntimos foram omitidos”. Bastava a esposa de Malinowski optar por destruir o diário íntimo de seu marido e a posteridade não veria o interessante debate que a publicação do diário propiciou.

Outras famílias se dedicam a “purificar” o conteúdo do diário íntimo de um parente antes de publicá-lo. Ao escrever uma biografia de Rahel Varnhagen, Hanna Arendt deparou-se com as “interpolações, mutilações e adulterações” feitas nas cartas e entradas do diário íntimo pelo esposo de sua biografada. Conforme observou Arendt, o objetivo do Sr. Varnhagen era tornar as associações e o círculo de amigos de Rahel menos judaicos e mais aristocráticos. Para isso, ele corrigia os registros íntimos de sua esposa “... por atacado, extirpando porções essenciais e cifrando nomes de tal maneira que o leitor era deliberadamente induzido ao erro” (1994, p. 10).

---

<sup>109</sup> Cf. NABUCO, Vivi. “Nota da editora”. In: NABUCO, Joaquim. *Diários* (1873-1910). Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006, p. 10.

<sup>110</sup> Cf. MALINOWSKA, Valetta. “Prefácio”. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 12.

Ao comentar a publicação do diário de André Rebouças, em 1970, Rachel de Queiroz mostrou-se decepcionada com o possível expurgo provocado pelos editores do diário:

“[é] de lamentar que, aparentemente os organizadores do Diário tenham levado a extremos os seus cuidados puritanos, expurgando o Diário de qualquer referência de ordem sentimental. Nessas notas, iniciadas quando Rebouças tinha apenas 27 anos, e nas quais falava sobre quaisquer outros assuntos com despreocupada franqueza, não se lê não só a menor referência sentimental, não aparece nelas sequer um único nome de mulher. Ou estaremos acusando injustamente os organizadores do Diário e o excesso puritano tenha partido do próprio Rebouças, que espontaneamente fez a censura”.<sup>111</sup>

Mesmo indicando a possibilidade de o “excesso puritano” ter partido do próprio Rebouças, a “despreocupada franqueza” com que ele falava, ou melhor, escrevia sobre quaisquer outros assuntos em seu diário fez com que Rachel de Queiroz desconfiasse que o possível expurgo teria ocorrido por parte dos editores. De fato, na apresentação do diário de Rebouças da edição de 1938, consta que

“escrupulos justificadíssimos impediram que tal diário fosse posto à disposição de estranhos e, por isso, só uma pequena parte foi confiada a Monteiro Lobato, por José Pereira Rebouças, irmão de André”.<sup>112</sup>

O resultado do expurgo editorial, longe de constituir um diário íntimo, deixava clara a intenção de compor uma espécie de diário abolicionista, tal a quantidade de registros que evidenciavam o envolvimento do autor com o fim da escravidão no Brasil.

A mesma decepção teve Bernard Bouvier ao prefaciар o *Diário Íntimo* de Amiel. Referindo-se aos primeiros editores do diário, Bouvier denuncia:

“[e]les não justificaram nem sequer expuseram o seu método de trabalho; nada sentindo dever senão à memória que lhes era muito cara, acreditavam-se no direito de corrigir os erros cometidos. A imagem que a si próprios faziam de Amiel pareceu-lhes mais semelhante do que mesmo a que ele expusera nas páginas variáveis do seu Diário”.<sup>113</sup>

Outras vezes, os próprios editores reconhecem as supressões feitas nos diários originais. Assim, por exemplo, Evaldo Cabral de Mello, ao prefaciар a publicação dos diários de Joaquim Nabuco, admite que

“... os textos alusivos a 1899-1910 são, por excelência, de diário inclusivo, tendo sido por isso mesmo *eliminadas as meras referências à rotina da sua vida privada e da sua vida pública*. Entre as primeiras, menções às doenças de pessoas da família, pagamento de contas, contratação e dispensa de criados, visitas, enterros, missas, confissões, comunhões, duchas,

<sup>111</sup> Cf. QUEIROZ, Rachel de. “O diário de André Rebouças”. In: *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro, ano II, julho/setembro-1970, nº 5, p. 28.

<sup>112</sup> Cf. REBOUÇAS, André. *Diário*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, p. 5.

<sup>113</sup> Cf. BOUVIER, Bernard. “Introdução”. In: AMIEL, Henri-Frédéric. *Diário íntimo*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1947, pp. XXIII-XXIV.

massagens, depósitos e saques bancários, registros de remessa e recebimento de correspondência pessoal, consultas a médicos, *a menos que incluam referências relevantes à sua história médica*. No tocante à vida pública, suprimiram-se as alusões a compromissos sociais de rotina, como recepções diplomáticas (*salvo quando contivessem alguma informação importante ou alguma observação de interesse*), acolhimento a brasileiros de passagem ou a navios de guerra do Brasil em escala ... Tampouco transcreveram-se recortes de jornais sobre fatos mencionados nos diários e que ele tinha o hábito de anexar.

Nada nesta *eliminação do que constitui o supérfluo*, inerente a qualquer diário inclusivo, estorva o convívio do leitor de Nabuco ...”<sup>114</sup>

Note-se que Evaldo Cabral de Mello assume para si a responsabilidade de identificar o que nos diários de Nabuco constituem referências relevantes, observações de interesse ou o que seria supérfluo. A mesma atitude adotou o jornalista Audálio Dantas ao editar, em 1960, *Quarto de despejo*, diário íntimo de Carolina Maria de Jesus (2006). Diz ele que “[a] repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos”.<sup>115</sup> Para o pesquisador de diários íntimos, este procedimento é bastante prejudicial. Imagine-se, por exemplo, que a repetição de certas fórmulas fixadoras do eu, indicadoras das idéias móveis em torno das quais o autor ordenaria toda a sua vida, podem ter sido excluídas por serem consideradas pelo editor “meras referências” rotineiras, exaustivas, desprovidas de maior interesse. Muitas das referências indicadas e eliminadas pelo editor por serem consideradas supérfluas impossibilitam ou no mínimo tornam mais difícil uma compreensão mais ampliada do diário e de seu autor em sua dimensão social. Ao contrário do que afirmou Mello, pode-se concluir que a mínima “*eliminação do que constitui o supérfluo*, inerente a qualquer diário inclusivo, estorva o convívio do leitor de Nabuco ...” ou de qualquer outro autor de diários íntimos.

Em 1974, ao prefaciар o *Diário do General Couto Magalhães (1887-1890)*, Pedro Brasil Bandecchi observou que

“... [h]aviam me dito que o Agenor<sup>116</sup> estava demorando em me entregar o Diário devido a algumas anotações cuja divulgação não seria, ainda hoje, conveniente. Não sei. Só sei que as folhas dos registros de 16 de julho de 1889, onde se lê:  
‘Carta o Afonso e Barão de Loreto sobre Julio Ribeiro a Candido de Oliveira respeito a Botucatu’  
é seguida do corte visível e recente de duas folhas”.<sup>117</sup>

<sup>114</sup> Cf. MELLO, Evaldo Cabral de. “Prefácio”. In: NABUCO, Joaquim. *Diários* (1873-1910). Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006, pp. 16-17. Grifos meus.

<sup>115</sup> Cf. DANTAS, Audálio. “A atualidade do mundo de Carolina”. In: JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2006, p. 3.

<sup>116</sup> Sobrinho de Couto de Magalhães.

<sup>117</sup> Cf. BANDECCHI, Pedro Brasil. “Prefácio”. In: *Diário do General Couto de Magalhães (1887-1890)*. São Paulo: Coleção *Revista de História*, 1974, pp. 8-9. A separação entre a penúltima e a última linha é do original. Brasil Bandecchi nasceu em São Paulo aos 30 de abril de 1917. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais,

Todas essas questões devem ser levadas em consideração na análise dos diários íntimos, passíveis dos “cuidados puritanos” de familiares e/ou editores. Conforme Maria Celina D’Araújo,

“[p]ara se entender essa mutação sofrida pelo diário – e pelas pessoas – a melhor maneira é, segundo Olney (1980), ler os diários no original. Ver a forma dos cadernos, os cuidados que receberam, se são enfeitados, se têm desenhos, espirais, enfim, coisas que revelem lados da personalidade de quem os escreveu. Além do mais, pode-se ver as oscilações da caligrafia, ênfases e passagens grifadas. Eles revelam o que Olney chama as metáforas do *self*, uma obra em processo, um tipo de fragmento cuja forma depende dos rumos que a vida vai tomando. Às vezes é repetitivo, mas essa repetição faz parte dessa dinâmica. Diferentemente de um romance que cria um mundo ficcional e de uma autobiografia que olha para trás a partir de um ponto fixo, o diário representa um tempo presente contínuo, acompanhando o destino imprevisível e imponderável. E tanto para o diarista como para o leitor, cada dia seguinte será sempre uma surpresa”. (1996, p. 187)

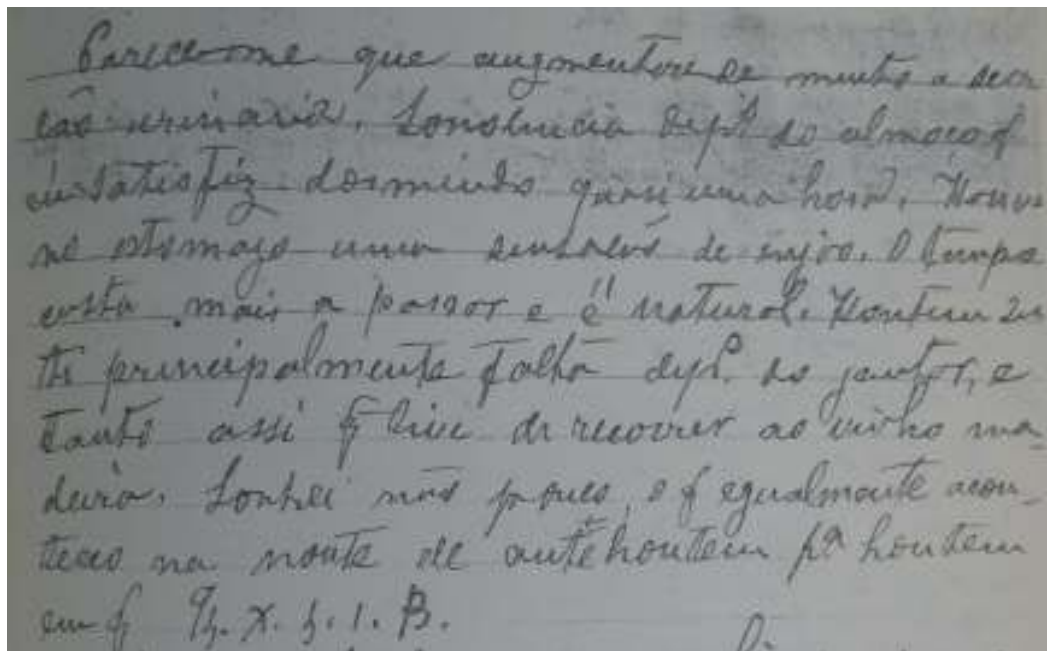
É preciso pensar sempre na possibilidade de existirem cortes, omissões, acréscimos e interpolações nos registros, principalmente quando não se tem acesso aos diários originais. Em todo caso, as alterações, se existirem, não devem ser meramente descartadas como mentiras, mas inseridas na discussão dos embates em torno da memória do autor do diário. Afinal de contas, mesmo na leitura do conteúdo indiscutivelmente registrado pelo autor, o que se busca não são verdades objetivas e absolutas, mas sim significados.

Analisando o diário de Helena Morley, Roberto Schwarcz se refere à desconfiança de que as palavras iniciais da avó às netas, explicando o porque da publicação tantos anos depois, teriam sido obra do marido de Helena Morley, Mario Brant. Para Schwarcz,

“... não é impossível que a diferença entre os papéis originais e o livro publicado seja grande ... e que até mesmo as datas encimando as entradas não correspondam sempre à realidade, às vezes funcionando como indicações convencionais de que se trata de um diário. Haveria causa para decepção? O tema é subjetivo, mas não penso que ao ler o livro acreditemos estar diante de um documento propriamente dito, desses a que um pouco de reforma tira o crédito” (1997, p. 48)

O diário de Couto de Magalhães analisado nesse trabalho, correspondente aos anos de 1880-1887 da vida do autor, foi encontrado fortuitamente pela historiadora Maria Helena P. T. Machado nas dependências do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) e publicado pela Companhia das Letras (Couto de Magalhães, 1998). Na introdução do *Diário Íntimo*, Machado expõe as razões para “adotar alguns procedimentos com o objetivo de facilitar a compreensão do texto pelo leitor moderno, sem contudo alterar seu sentido original” (1998, p.

42). Estes procedimentos são os seguintes: atualização da ortografia do português, inglês e francês. A ortografia original dos registros em latim foi mantida, mesmo quando continha erros, preocupando-se apenas em estabelecer o sentido da tradução nas notas de rodapé. Com relação aos trechos em nheengatu, optou-se por refazer as frases na tradução, haja vista os inúmeros erros na grafia, abreviações de palavras, uso de códigos pessoais no meio das frases e a utilização metafórica de termos da língua geral, aos quais Couto de Magalhães atribuía um significado sexual. Desdobrou-se grande parte das abreviaturas. Os códigos pessoais foram substituídos por três asteriscos. Trechos sublinhados no original aparecem em maiúsculas, palavras em língua estrangeira em itálico e os acréscimos introduzidos pela organizadora aparecem entre colchetes.



(Figura 1)

Evidentemente, a publicação fac-similar de diários íntimos manuscritos restringe sua leitura a um público bastante específico e, no caso do diário de Couto de Magalhães, a um público habituado à leitura de documentos do século XIX (Figura 1).<sup>118</sup> Permitir o acesso de um público maior seria, talvez, a razão principal para a edição que geralmente se faz nesse tipo de documentos antes de sua publicação. No caso do *Diário Íntimo* aqui considerado, o

<sup>118</sup> Cf. COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Diário do General Couto de Magalhães* (1887-1890). Revista de História, São Paulo, 1974. Consultei edição pertencente ao acervo da Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo.

procedimento editorial que mais “estorva o convívio do leitor”, para usar as palavras de Evaldo Cabral de Mello, diz respeito à substituição dos códigos pessoais de Couto de Magalhães por três asteriscos. Penso que assim como os termos em *nheengatu* utilizados metaforicamente, os códigos pessoais também são passíveis de uma leitura compreensiva (que optei por não fazer neste trabalho, conforme justificado na introdução) e que a ausência deles no diário publicado causa uma impressão bastante diferente da que se tem quando se lê o original e, de repente, se esbarra nos códigos pessoais do autor. Essa foi uma das razões, conforme assinali no início deste capítulo, que me fizeram optar por apresentar antes de cada citação do *Diário íntimo* os trechos do diário original.

Em abril de 2006 estive em São Paulo a fim de consultar os originais do documento, depois de ter me certificado no *site* do AESP quanto a sua localização no acervo.<sup>119</sup> Por *e-mail*, recebi a confirmação de que o documento se encontrava no fundo “AP 182”. Chegando ao Arquivo, solicitei ansioso o diário, mas para minha triste surpresa, ele não constava no referido fundo. Comunicando a situação aos funcionários, fui informado de que ele havia sido remanejado para o fundo “Consulado Britânico no Brasil”, para onde direcionei todas as minhas esperanças. Mas logo vi que nas quatro latas deste fundo não havia nenhum diário. A esta altura, já era grande a movimentação dos funcionários, iniciando-se uma verdadeira força-tarefa com vistas a encontrar as páginas íntimas de Couto de Magalhães. O certo é que, apesar das buscas, os funcionários do arquivo não encontraram o diário original.<sup>120</sup>

“Mas se o diário está publicado, por que você quer consultar o original?”, ouvi de um funcionário do Arquivo. O contato com este manuscrito seria de fundamental importância para essa pesquisa, posto que permitiria refletir a respeito do suporte utilizado pelo autor para a construção do diário, bem como observar a organização dos registros, a ortografia do português, do inglês e do francês (atualizados na edição do diário publicado em 1998); os tipos de letras, o uso de códigos pessoais no meio das frases (representados por três asteriscos na edição de 1998), entre outras questões. Se hoje se costuma pensar a escrita de si expressa nos diários íntimos como fruto do trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, a leitura do manuscrito original me colocaria em contato com o “editor” primeiro do diário, ou seja, o próprio Couto de Magalhães.

---

<sup>119</sup> Cf. [www.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.arquivoestado.sp.gov.br).

<sup>120</sup> Meses depois recebi uma cópia do diário de Couto de Magalhães em CD, reproduzido a partir do microfilme pertencente à Maria Helena P. T. Machado. Agradeço a Sônia Troitino, do Arquivo do Estado de São Paulo, pelo empenho em viabilizar esta cópia.

Teria sido o diário do general colocado por engano em outra caixa não localizada? Ou teria sido vítima de alguma escolha particular de arquivista, pesquisador ou familiar de Couto de Magalhães? Não se sabe. O certo é que situações como essa servem como indicativo das dificuldades encontradas por quem envereda pela busca de documentos que revelem aspectos da intimidade alheia. Certamente que os diários que foram destruídos pela devastação do tempo, pela intervenção de parentes ou amigos ansiosos para proteger a boa reputação de quem o escrevera ou os que continuam mofando em algum porão residencial, são muito mais numerosos que os que chegaram até nós. Além desses fatores, pode-se citar um certo grau de autovigilância por parte dos que mantinham diários, censurando suas próprias anotações, configurando o que Peter Gay definiu como “... um jogo cruel com a posteridade inquisitiva ...” (1999, p. 338).

Com a ampliação da noção de fontes históricas a partir da Escola dos *Analles*, os diários íntimos, que antes eram pensados como inexistentes, começam a ser vistos e pensados pelos pesquisadores das Ciências Sociais no Brasil no seu justo valor. Surgem então análises de diários-monumentos de pessoas importantes da história do país, como o do imperador D. Pedro II, sobre o qual Amaral Lapa afirmou que seria de extrema importância para “... nos conduzir à possibilidade de uma linha de equilíbrio, colocando nas justas dimensões a sua personalidade humana e histórica ...”, permitindo, ao mesmo tempo, “... um juízo mais moderado a respeito dos predicados e mais transigente relativamente às falhas do monarca...”.<sup>121</sup> No diário de D. Pedro II é possível ver, por exemplo, o desabafo de quem foi

“... amadurecido pelas responsabilidades e trabalheiras que, prematura e inconstitucionalmente, jogaram-lhe às costas e que, por ocasião do seu aniversário, a 2 de dezembro de 1862, provocariam este registro no diário: *Já lá vão 37 anos e que trabalhos tenho tido nos últimos 22!* (referia-se aos 22 anos de governo)” (Lapa, 1976, p. 119).

Mas também se passa a valorizar o registro íntimo de pessoas comuns, cuja existência até então era desconhecida pelos brasileiros. Ao contrário do diário da Viscondessa do Arcozelo, que “... só em poucos momentos escreve sobre seus sentimentos ...”, ou mesmo de D. Pedro II, que, segundo Amaral Lapa (1976, p. 128), “.. sempre foi muito circunspecto no seu procedimento afetivo, não dando ensejo a atoardas ou ditos ...”, o de Couto de Magalhães (1880-1887), está repleto de sua intimidade, registrando em detalhes seu menoscabo pelas mulheres, seus sonhos eróticos homossexuais, seu pavor diante da possibilidade de adoecer,

---

<sup>121</sup> Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. “O imperador e o cotidiano”. In: *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 118.

entre outros temas. Seu diário revela um homem que respondeu à incessante demanda de verdade que o Ocidente lançou entre nós e nosso sexo. Mostra, ao mesmo tempo, um sexo escondido, posto que aparentemente registrado para permanecer na esfera do privado, e um sexo incandescente, posto que ávido de falar sobre si e responder à “petição de saber” que lhe foi imposta há séculos (Foucault, 1984a, p. 76).

Se no século XIX, como vimos no início deste capítulo, o surgimento de uma intensa preocupação com o “eu” foi um fato marcante em numerosos burgueses na Europa e nos Estados Unidos, deve-se admitir que nem sempre essa peregrinação ao mundo interior (Gay, 1999) se desdobrou num desnudamento dos sentimentos tão intenso quanto o que nos foi revelado através do diário do general Couto de Magalhães. Por esse aspecto, é possível entender a afirmação de Maria Helena P. T. Machado, de que se trata

“... de um tipo de documento praticamente inexistente, ou ao menos muito raro, na história do Brasil. Referimo-nos ao diário pessoal e íntimo que, contrariamente à popularidade alcançada pelo gênero na Europa Ocidental e nos EUA do século XIX, sempre escassearam na nossa sociedade”.<sup>122</sup>

Em todo caso, deve-se observar uma diferença entre o impulso de introspecção de Couto de Magalhães e o dos autores de diários e autobiografias europeus. Se fora do Brasil muitos escritores e políticos de destaque registravam sua vida pensando em um público receptivo, se o objetivo de muitos autores de diários era exibir sua intimidade, mesmo em seus detalhes mais sórdidos, o mesmo não pode ser dito sobre o diário de Couto de Magalhães. A preocupação do letrado brasileiro em codificar os trechos mais comprometedores de seu diário revela isso.

A princípio, ele escrevia apenas para si mesmo e o recurso ao *nheengatú* e a códigos pessoais para registrar seus sonhos eróticos, por exemplo, o distancia de atitudes como a de Rousseau, que queria conquistar a atenção do mundo para suas auto-revelações, mesmo que elas fossem chocantes para a opinião pública. Em função dessa diferença, Amaral Lapa talvez tenha pensado o diário do imperador D. Pedro II

“... como gênero literário, mas num sentido estético completamente diverso de uma tradição confessional criada por diaristas, como Gide, Amiel, Rousseau, Santo Agostinho e outros mais.” (1976, p. 118).

---

<sup>122</sup> Cf. MACHADO, Maria Helena P. T. “Introdução”. In: *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 20.

Amaral Lapa refletia sobre a intencionalidade dos registros íntimos ao afirmar que o diário pode se dirigir a duas direções: na primeira, ele

“... toma a condição confidenciosa do que foi escrito apenas para o próprio autor, objetivando concorrer para a fixação de sua vivência, de suas ações e reações, tendo em vista um futuro reencontro de lembranças...” (1976, p. 116).

Essa parece ser a direção tomada pelo diário de Couto de Magalhães, tendo em vista que uma de suas preocupações centrais era acompanhar os sinais do corpo, atento a qualquer possibilidade de doença, seja ela real ou imaginária. Em outra direção, estão os diários, que

“... ainda num entretom confidente, registram aquilo que não transpareceu, o que ficou obumbrado para os circunstantes, como uma espécie de testemunho jogado para o futuro, e que, portanto, se dirige para o desconhecido, para o julgamento histórico. Em ambos há, sempre, um desejo de confessar o inconfessável.” (Lapa, 1976, p. 116-117)

Neste último caso encontram-se os diários íntimos de Rousseau, Amiel e Rahel Varnhagen, que partem do princípio de que suas próprias vidas são interessantes demais para que passem despercebidas pelas futuras gerações e que, por isso, fazem seus registros pensando num futuro leitor, a quem caberá o julgamento histórico das verdades fixadas no papel pelos autores de diários.

## **O que é que as crianças vão pensar?**

Segundo Ângela de Castro Gomes, “cartas, diários íntimos e memórias, entre outros, sempre tiveram autores e leitores” (Gomes, 2004, p. 8). Talvez mais interessante do que perguntar por que alguém escreve diários íntimos, seria perguntar o que leva alguém a querer ler o diário íntimo de outra pessoa? De fato, a princípio, diário é algo que se escreve para ninguém ler, a não ser a própria pessoa que escreve. O diário é uma conversa consigo mesmo, cujos intermediários são o papel e a caneta (ou o tinteiro e a pena, ou o teclado). Por isso, a publicação de diários sempre gera polêmicas, posto que os mesmos são concebidos como documentos pessoais, aos quais o redator faz “confissões” que, supostamente, não faria em público (a menos que sejam confissões à moda rousseauniana).

Muitas vezes, certas confissões registradas nas páginas dos diários vão de encontro a certas posições que seus autores assumiram em vida, seja verbalmente, seja nas páginas de

suas obras publicadas. Na Antropologia, basta lembrar, entre as mais célebres, as polêmicas causadas pela publicação dos diários de campo de Malinowski (1997) e Eduardo Galvão (1996).<sup>123</sup> Como bem lembrou Geertz (1998), a publicação de diários íntimos pode revelar aspectos da vida do autor que levam os mais conservadores a questionarem “o que é que as crianças vão pensar?”. Em que outro tipo de documento, por exemplo, poderíamos saber que Gilberto Freyre, recordando seu tempo de menino em Recife, registra em seu diário que foi “... quase um anjo. Seria um anjo se não fosse a masturbação a sós e recíproca - raramente praticada.”. Quem imaginaria o famoso autor de *Casa-Grande & Senzala* admitindo que ainda nos tempos de menino foi iniciado por um grupo de colegas, segundo ele,

“... numa espécie de coito danado com uma tranquila vaca de propriedade – com outras e com alguns bezerros – daquela família. Era uma vaca quase mulher. Parecia que sabia do que se tratava, e no meu caso me deu a impressão de deliciar-se em dar prazer a um inocente”. (2006, pp. 157-158)

Quem, antes de ler o *Diário no sentido estrito do termo*, poderia imaginar Malinowski em meio a “... uma caganeira violenta perto do matagal. Resolvo nunca mais tomar purgante!” (1997, p. 188). Ou, num dos muitos exemplos do diário que contribuíram para o rico debate que surgiu em torno de sua publicação, imaginar a irritação do antropólogo com seus informantes:

“[d]e modo geral, meus sentimentos para com os nativos decididamente tendem para ‘exterminar os brutos’. Em muitos casos agi de forma injusta e grosseira ...”. (1997, p. 102-103)

Como sugeriu a pergunta dos conservadores imaginada por Geertz: “o que é que as crianças vão pensar” depois de lerem estes diários? Longe de querer circunscrever a importância do estudo dos diários íntimos ao campo da jocosidade, relembro as palavras de Amaral Lapa com relação ao diário do imperador D. Pedro II. Tais documentos constituem um excelente instrumento para “... nos conduzir à possibilidade de uma linha de equilíbrio, colocando nas justas dimensões” a personalidade humana e histórica dos autores de diários, bem como nos permitem ainda estabelecer “... um juízo mais moderado a respeito dos predicados e mais transigente...” com relação a suas “falhas” (1976, p. 118). A mesma observação fez Maria Celina d’Araújo com relação ao diário de Getúlio Vargas:

---

<sup>123</sup> Sobre os diários de Malinowski, consultar: Malinowski (1997) e Geertz (1998, pp. 85-107). Sobre os diários de Eduardo Galvão, consultar LARAIA, Roque de Barros. “Eduardo Galvão, vinte anos depois”. In: *Anuário Antropológico 1996*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, pp. 189-196 e GALVÃO, Eduardo. Organização, edição e introdução de Marco Antonio Gonçalves. *Diários de campo entre os Tenetehara, Kaioá e índios do Xingu*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Museu do Índio/ Funai, 1996.

“[p]ara quem se consagrou com uma imagem de ditador, ‘dono da situação’, as incertezas e as fragilidades eram bem mais fortes e constantes do que usualmente se supõe” (1996, p. 186).

Sem dúvida, trata-se de um tipo de documentação privilegiada, por revelar aspectos da biografia ou da trajetória dos sujeitos que dificilmente se encontra nos documentos oficiais. A leitura de diários íntimos pode nos mostrar, portanto, coisas das quais muitas vezes nos esquecemos: que antropólogos também se irritam com seus informantes e muitas vezes desanimam no trabalho de campo, que generais também têm medo ou que heróis nacionais – e antropólogos – também têm sexo.

Evidentemente, a discussão em torno do diário de Couto de Magalhães não tem o mesmo teor da que foi feita a partir da publicação de diários como o de Malinowski, Eduardo Galvão ou Cardoso de Oliveira. Afinal, muito embora o autor se aproximasse de um trabalho de campo e tivesse a preocupação de estudar as lendas indígenas “debaixo do mesmo ponto de vista de quem as imaginou” (1940, p. 163) ele não era propriamente um antropólogo. A antropologia de seu tempo não lhe permitia desvencilhar-se do evolucionismo e etnocentrismo que marcam seu texto, em obras como *O selvagem*, por exemplo. Por outro lado, o diário de Couto de Magalhães não faz o registro de seu trabalho ou de sua atividade política como presidente da província, mas sim de situações do cotidiano. Por tudo isso, ler o *diário íntimo* não deixa de ser, como observou Sarah M. Love para o diário de Frida Kahlo, um “ato de transgressão, um empreendimento com um inevitável toque de voyeurismo”, (1996, p. 25) posto que o diário é a expressão profundamente pessoal dos sentimentos do autor e, pelo menos aparentemente, não foi escrito para ser publicado.

Essa intencionalidade da não-publicação dos diários íntimos é discutida no *Diário de um fescenino*, de Rubem Fonseca, no qual o personagem Rufius afirma que, depois de considerar seu diário terminado, talvez o rasgasse ou o deixasse na gaveta para que, depois de sua morte, os outros resolvessem o que fazer com ele. E afirma em seguida: “ou então, pode ser que eu o publique”. Citando Virginia Woolf, o personagem diz que o bom diarista

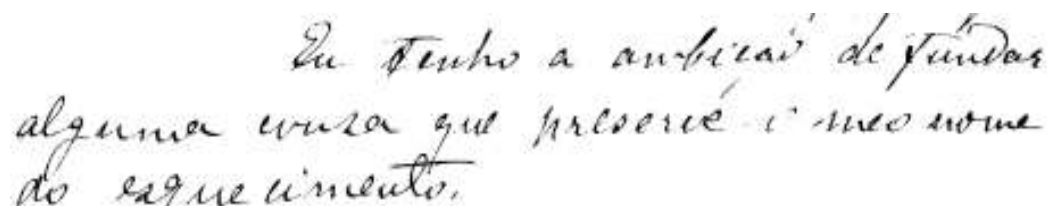
“... é aquele que escreve para si apenas ou para uma posteridade tão distante que pode sem risco ouvir qualquer segredo e corretamente avaliar o motivo. Para esse público não há necessidade de afetação ou restrição” (Fonseca, 2003, p. 11).

Para Rufius,

“... os autores de diários, qualquer que seja a sua natureza, íntima ou anedótica, sempre escrevem para serem lidos, mesmo quando fingem que ele é secreto. O Samuel Pepys, que codificou o seu diário, deixou pistas para ser decifrado” (2003, p. 11).

É como se o autor de diários compartilhasse consigo mesmo aquilo que ele gostaria, na verdade, de discutir ou afirmar publicamente. Alguns costumavam emprestar seus registros íntimos para amigos mais próximos. Dessa forma, Amiel, que também costumava ler e comentar diários íntimos publicados de outras pessoas, “... uma ou duas vezes somente, emprestou um caderno ou outro a amigas de quem estava seguro”.<sup>124</sup> Anne Frank, muito embora reconhecendo não ter “... a menor intenção de mostrar a ninguém este caderno de capa dura que atende pelo pomposo nome de ‘diário’ ...”, vislumbra uma possibilidade de que isso pudesse acontecer: “... a não ser que encontre um amigo ou amiga verdadeiros ...” (s/d, p. 14).

No caso de Couto de Magalhães, registrando parte dos trechos comprometedores de sua vida em *nheengatú*, ele deixava um largo campo de possibilidades de alguém decifrar ou simplesmente entender o conteúdo, já que grande parte da população brasileira ainda falava essa língua até o final do século XIX. Em certo trecho do diário, ele afirma:



“... [e]u tenho a ambição de fundar alguma coisa que preserve meu nome do esquecimento...” (1998, p. 112).

De certo modo, além de suas várias obras publicadas e de seus empreendimentos como político e empresário, os registros íntimos feitos nas páginas de seu diário realizaram sua “ambição” de não ser esquecido pela posteridade. Sem falar que mesmo em vida o general se preocupou em batizar determinados lugares com o seu nome, como é o caso da “Ilha Dr. Couto”, a qual ele se refere no *Diário Íntimo* como “minha solitária ilha” (Couto de Magalhães, 1998, p. 172), batizada em 1863 no rio Araguaia, ou do “Acampamento Couto de

---

<sup>124</sup> Cf. BOUVIER, Bernard. “Introdução”. In: AMIEL, Henri-Frédéric. *Diário íntimo*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1947, pp. I-XXXII.

Magalhães”, à margem do rio Cuiabá, batizada à época em que ele foi presidente da província de Mato Grosso.<sup>125</sup> No esforço de não ser esquecido pela posteridade, ele procurava encarnar a memória de si até mesmo nas paisagens.

De fato, a preocupação em sobreviver a seu tempo era uma constante entre muitos autores de diários. Segundo Peter Gay,

“[a]queles poucos dotados de autoconfiança ou empenhados em sua autopromoção, aspirantes a uma fama duradoura – políticos, generais, artistas -, podiam, por assim dizer, avaliar o que escreviam quando moldavam registros que mais tarde os biógrafos iriam considerar dignos de atenção, e as gerações futuras, dignos de admiração”. (1999, p. 360)

Entre estes aspirantes a uma fama duradoura podemos citar Rousseau que, conforme vimos no início deste capítulo, era bastante convicto de que sua vida pessoal merecia ser conhecida pelo grande público. Para o século XIX, um bom exemplo é Amiel

“[s]endo de minha vontade que os meus trabalhos, as minhas experiências e as minhas meditações não fiquem inteiramente perdidos, e possam servir a outros, se não fazer o meu nome sobreviver, desejaria, e esse é o desejo que mais vivamente recomendo aos meus herdeiros, que se encontre meio de fazer uma publicação póstuma do que eu possa ter escrito de útil e de bom”. (1947, p. XVI)

Para isso, Amiel deixou publicado em seu testamento que caberia a professora Fanny Mercier decidir em primeira mão o que havia de “útil e de bom” para a publicação em seus diários. Como afirmou Peter Gay, “[é] extraordinário como muitos desses registros são repositórios de grandes ambições – na verdade, o seu motor” (1999, p. 360).

No Brasil, um bom exemplo é Gilberto Freyre que, em seu diário em forma e autobiografia em conteúdo, registra sua “descoberta” de que se comparando com os que eram considerados “gênios” na Universidade de Colúmbia, pensava a si próprio como superior a muitos deles. Ciente do desconforto que este registro narcisista poderia causar, tenta amenizar a situação: “[i]sto é só o meu diário. Dito em voz alta ou publicado me deixaria mal: um idiota a acreditar nos que levianamente o chamam de gênio” (2006, p. 115). Mais a frente, Freyre reitera a idéia de que não se considerava “gênio”, mas “superior”: “deve haver em mim alguma coisa de antibanal, anticomum, antimedíocre” (p. 125). Para quem costumava dizer que “saboreava bons elogios como um menino saboreia bombons” (p. 190), o

---

<sup>125</sup> Cf. MATO GROSSO, Governo. Relatório apresentado ao Ilmo e Emo Sr Doutor José Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Vice Presidente Barão de Aguapehy ao entregar a administração da mesma Província. Cuyabá, Typ. da Imprensa & Comp<sup>a</sup>, julho de 1868, p. 4.

diário do anti-humilde Gilberto Freyre parece mais uma caixa repleta de bombons fabricados por ele próprio ou por terceiros.

Em seu diário, Anne Frank registrou aos 29 de março de 1944 o fato de que um membro do parlamento, falando em um programa holandês transmitido de Londres, sugeria que depois da guerra, fossem feitas coleções de cartas e diários. “É claro que todos, no mesmo instante, pensaram no meu diário”, escrevia ela. Empolgada com a idéia, concluiu: “[i]magine que interessante seria se fosse publicado o romance do ‘Anexo Secreto’” (s/d, p. 163). Aos quatro de abril do mesmo ano, ela parece envolvida com a idéia de garantir sua posteridade com a publicação de seu diário:

“[q]uero continuar a viver mesmo depois da minha morte! E por isso agradeço a Deus que me deu este dom, esta possibilidade de me desenvolver e escrever, de saber expressar tudo o que há em mim” (s/d, p. 167).

Por fim, aos 11 de maio ela admite que “... depois da guerra, desejo publicar um livro chamado *Het Achterhuis*. Se obterei sucesso ou não, é coisa que não posso saber; em todo o caso, meu diário será de grande auxílio” (s/d, p. 194). Anne Frank morreu cerca de um ano depois desse registro, entre fevereiro e março de 1945, no campo de prisioneiros de Bergen-Belsen, na Alemanha. As diversas edições de seu diário mostram que seu desejo de posteridade foi alcançado.

Aspirando ou não a uma fama duradoura, a conversa silenciosa dos escritores de diários íntimos se beneficiava de um fenômeno cultural que também se desenvolveu na modernidade: a idéia de privacidade. Por outro lado, é preciso lembrar que, ao longo do século XIX, a indiscrição e a ausência de vergonha caminhavam lado a lado com a idéia de privacidade, informando, ao mesmo tempo, um desejo de revelação e de ocultação do eu, fenômenos típicos da época. Conforme observou Peter Gay, os editores de si

“... podiam escrever com toda a liberdade porque esperavam que o diário, guardado a chave na gaveta da escrivaninha ou engenhosamente ocultado, seria inviolável. Em suma, os diários, como as cartas, só podiam servir de confissão se houvesse a segurança de que apenas os eleitos teriam acesso a ele”. (Gay, 1999, p. 360)

Em nenhum dos diários que li ao longo desta pesquisa encontrei qualquer referência ao fato de que alguém estaria tentando ler o diário íntimo não publicado de outra pessoa por

mera curiosidade.<sup>126</sup> Vimos no romance de Aluísio de Azevedo, *Livro de uma sogra*, que o manuscrito íntimo de Olímpia era engenhosamente ocultado na gaveta de sua “secretária” e a chave era escondida debaixo do travesseiro (ver item *Por que escrever um diário?*, deste capítulo). Mesmo tendo sido escrito durante anos, Palmira e Leandro jamais desconfiaram e para eles as revelações de Olímpia foram uma grande surpresa. Em todo caso, é possível pensar que nem sempre a escrita de um diário íntimo consegue passar tão desapercibida assim, posto que na medida em que o autor precisa de uma certa constância no registro, o mais provável é que as pessoas ao seu redor percebam sua conversa silenciosa consigo mesmo. Acreditando na inviolabilidade de seus registros íntimos, os escritores de diários pensam que cabe a eles próprios a decisão de compartilhar ou não suas reflexões com outras pessoas. Assim, vimos mais acima, por exemplo, que Amiel emprestou algumas poucas vezes seu diário para amigas merecedoras de sua confiança, as “eleitas”.

Se nem todos os autores manifestaram explicitamente o desejo de alcançar a posteridade com a publicação de seus diários íntimos, como, então, ler um diário íntimo sem o constrangimento de saber-se transgressor, invasor da privacidade alheia? O importante é ver até que ponto a conversa do autor consigo mesmo pode ajudar a entender os homens e mulheres de seu tempo, posto que a crônica de sua vida, registrada no diário, está emoldurada pela época em que ele viveu. No entanto, trata-se de uma moldura flexível, vez ou outra trincada pelas fissuras produzidas pelos autores de diários.

No caso do diário íntimo de Couto de Magalhães, ao comunicar-se para si mesmo, ele também comunica um pouco do mundo em que vivia ou como se relacionava com este mundo. A leitura do diário revela um homem frágil, atemorizado diante da possibilidade de contrair qualquer tipo de doença e das conseqüências disso sobre o bom funcionamento de seu corpo. Mostra ainda um homem preocupado com sua virilidade, em manter um regime de austeridade que lhe permitisse evitar qualquer tipo de desperdício de energia. Neste sentido, a publicação do diário acrescenta um contraponto à “invulgar estatura moral” apresentada por

---

<sup>126</sup> Curiosamente, a exceção fica pelo autor destas linhas, conforme narrado no início da tese. Nos debates que fiz sobre minha pesquisa em diversos lugares, sempre que narrei o fato de ter lido o diário da adolescente percebi que havia aqueles que se mostravam chocados com minha atitude. De certo modo, estas pessoas só pareciam me “perdoar” quando concluía dizendo que a adolescente também havia lido meus diários.

Morais Rêgo,<sup>127</sup> ao mostrar o universo onírico de Couto de Magalhães quase que exclusivamente povoado por figuras masculinas, em cenas eróticas que, pela maneira como são narradas pelo general, parecem indicar que os prazeres oníricos nada mais são do que a extensão dos prazeres do dia. Não que o referido contraponto faça dele um sujeito imoral ou amoral, mas pelo fato de apontar um modo peculiar como um dos heróis do nosso panteão nacional vive sua sexualidade e convive com seus próprios medos.

Por registrar temas que não podiam ser discutidos publicamente, as páginas do diário íntimo permitem a Couto de Magalhães refletir consigo próprio sobre a fronteira do indizível, que se torna possível de ser dito nas páginas do diário, ainda assim com todos os cuidados de codificar trechos comprometedores se ditos ou lidos por outra pessoa. De todo modo, registrando explicitamente sua intimidade ou utilizando-se de códigos para o registro do indizível, o diário do general transborda de técnicas de saber e de procedimentos discursivos que fazem parte das relações de poder que tornaram a sexualidade um domínio a conhecer. Ao manifestar estar sempre atento às mínimas manifestações de seu sexo, ele evidenciava estar preso a formas de sujeição e esquemas de conhecimento que iam muito além de sua individualidade e de sua época, configurando um bom exemplo de “foco local de poder-saber” (Foucault, 1984a, p. 94). Afinal, como mostrou Foucault, o registro diário e detalhado das atitudes mais íntimas constituía um princípio depositado no coração do homem moderno pelo menos há dois séculos (1984a, p. 25).

É importante destacar também que a leitura do diário íntimo do general não deve ter como objetivo destruir a figura de homem forte, herói da Guerra do Paraguai, substituindo-a pela imagem de um homem frágil, atemorizado por doenças imaginárias e atribulações sexuais. Couto de Magalhães era um homem de seu tempo, e assim devem ser pensadas suas ambigüidades. O que importa é perceber de que maneira o autor procura ordenar, rearranjar e significar o trajeto de sua vida no suporte do texto.

Num país como o Brasil, em que foi necessário que a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC), uma das mais importantes instituições de pesquisa, elaborasse uma moção a favor dos estudos sobre a sexualidade, a leitura do diário íntimo do general

---

<sup>127</sup> Cf. MORAIS RÊGO, Clóvis Silva de. “Prefácio”. In: CRUZ, Ernesto. *Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Governo da província do Pará (1864-1866)*. Belém: Imprensa Oficial do Governo do Estado do Pará, 1968, p. 74.

Couto de Magalhães constitui excelente oportunidade para penetrarmos na história íntima dos brasileiros de séculos passados, evidenciando, ao mesmo tempo, a legitimidade da sexualidade enquanto objeto de pesquisa e reflexão nas Ciências Sociais.<sup>128</sup>

Ao revelar verdades outras, a publicação de diários íntimos profana ídolos, destrói mitos, desestrutura o equilíbrio que sustentava o “clã”. Por outro lado, as outras verdades reveladas pelas práticas de escrita de si são um instrumento precioso para se demonstrar as alterações que marcam a trajetória de um indivíduo ao longo de sua existência. Assim, um exercício interessante passa a ser o confronto entre a imagem pública dos indivíduos, geralmente marcada pela coerência e pela linearidade, com as diversas temporalidades que evidenciam a fragmentação do indivíduo na leitura de um diário íntimo, por exemplo. Se, por um lado, as práticas culturais de produção de si atendem a demanda de uma certa estabilidade e permanência através do tempo (Gomes, 2004), estar atento às múltiplas possibilidades da trajetória de um indivíduo é fundamental para não sermos vítimas do que Pierre Bourdieu (1996) chamou de “ilusão biográfica” - a saber, a crença de que a vida é algo coerente e linear.

No próximo capítulo, veremos a maneira como podemos perceber, no registro particular de um personagem do século XIX, as marcas da estrutura social de sua época. De que maneira os registros do *Diário íntimo* evidenciam o processo de educação das necessidades e das atividades corporais em Couto de Magalhães, revelando facetas de nosso herói nacional que nem de longe foram vislumbradas pelos que escreveram sobre ele até a publicação de suas notas íntimas. Ou então, que seus biógrafos preferiram que assim o fosse.

---

<sup>128</sup> A referência à moção aprovada pela SBPC a favor das pesquisas sobre sexualidade no Brasil foi retirada de MOTT, Luís. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas-São Paulo: Papirus, 1988, p. 18.

## **II. Corpo, saúde e doença**

### **O aprendizado da escrita de si**

A escrita do diário íntimo implica num certo aprendizado, um certo labor. Primeiramente, é necessário que o sujeito tenha tempo para isso, ou que aprenda a dividir a escrita de si com as demais tarefas que desempenha ao longo do dia. A menina Helena Morley, por exemplo, depois de avaliar o que julgava positivo no conselho que recebeu do pai para contar seus segredos ao diário ao invés de fazê-lo às amigas, registrou aos 25 de novembro de 1894 que, por outro lado, este costume é “[m]au porque me tem tomado tempo que eu não podia perder” (2005, p. 205), comprometendo as atividades escolares. O exame detalhado de si no dia transcorrido exige recolhimento e concentração. Se esta modalidade de escrita de si atrapalhava as lições da escola de Helena Morley, Alain Corbin mostra que o diário íntimo muitas vezes se torna um “inimigo da vida conjugal” (1991, p. 459), implicando, portanto, numa certa negociação do tempo que se dedica à mulher, filhos, parentes e amigos.

Além de tempo, recolhimento e concentração, a escrita do diário íntimo necessita de uma certa constância, a fim de que se possa garantir o máximo de precisão nos registros. A percepção da insuficiência da memória na atitude autobiográfica, sempre imprecisa e incapaz de evitar as contradições do processo de rememoração, aponta para os limites dados àqueles que pretendem tudo conhecer e dizer de si mesmos. À época do Romantismo, muitos escritores passaram a utilizar o diário íntimo como depositário de seus pensamentos mais recônditos, convictos de que assim poderiam escapar dos enganos da memória. Aos 22 de abril de 1851, Amiel registrava em seu diário íntimo:

“[d]iário descuidado, diário enfadonho, porque não consigna mais do que alguns fatos grosseiros e poucas ou nenhuma impressões; guarda a matéria e perde o espírito dos dias transcorridos. Um diário atrasado não é mais um diário, e a sua própria fidelidade pode enganar. Uma testemunha que não diz toda a verdade é uma falsa testemunha como aquela que chega a alterá-la, e mais do que aquela que a silencia. Portanto, escrever todos os dias, ou não voltar senão com escrúpulos aos dias omitidos”. (1947, p. XI)

Descuidar-se do registro literalmente diário seria descuidar-se de si próprio. Se um diário íntimo atualizado todos os dias serve como testemunha das verdades cotidianas do indivíduo, um diário descuidado não seria merecedor de crédito, posto que a distância entre o acontecido e o narrado colocaria em cheque sua fidelidade. De fato, essa preocupação com a

fidelidade dos registros e sua relação com a distância entre o vivido e o narrado aparece como preocupação constante dos autores de diários íntimos. Em outro registro de seu diário, Amiel reconhece que

“[é] sempre ao acordar que os pensamentos do dia precedente me ocorrem. A noite os peneira de algum modo e os desprende dos fatos insignificantes ou indiferentes que os continham”. (1947, p. XV)

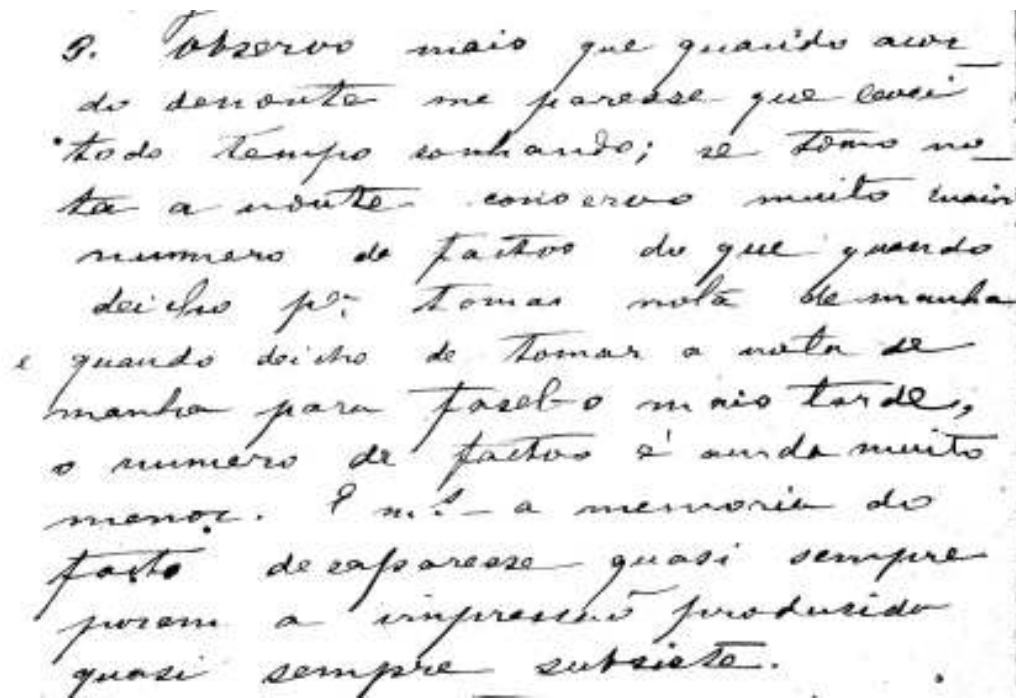
A noite funcionaria para ele como uma espécie de peneira, um filtro que separava os fatos considerados insignificantes, dignos de esquecimento, dos fatos importantes, que deveriam ser registrados no diário. Outro autor de diários, Sully Prudhomme, inicialmente, preferia a noite para seus registros. Aos nove de fevereiro de 1864, ele anotou que

“[e]u deveria registrar à noite minhas impressões de cada dia, pois noto que, no dia seguinte, mudei de disposição e meu registro já não é tão fiel ...” (1962, p. 112).

Quatro anos mais tarde, mudou de opinião, como indica o registro feito aos 13 de julho de 1868:

“... [a]ndaria melhor escrevendo meu diário pela manhã. Analisaria mais judiciosamente meu dia anterior. O sono equilibraria minhas faculdades e atenuaria minhas emoções. Acontece-me desaproveitar, no dia seguinte, o que escrevi na noite anterior; não penso à luz da lâmpada como à do sol; a noite renova meu ser ...”. (1962, p. 164)

Nota-se com isso que faz parte do aprendizado da escrita de si no diário íntimo a identificação do momento mais adequado para recolher-se e registrar os fatos considerados relevantes do dia. Registrando os sonhos que teve na passagem de 28 para 1º de março de 1881, Couto de Magalhães fez uma interessante reflexão sobre a relação tempo-memória:



9. Observo mais que quando acordo de noite me parece que levei todo o tempo sonhando; se tomo nota à noite conservo muito mais numero de factos do que quando deixo p.<sup>a</sup> tomar nota de manhã e quando deixo de tomar a nota de manhã para fazê-lo mais tarde, o numero de factos é ainda muito menor. E mais - a memoria do facto desaparece quasi sempre poram a impressão produzida quasi sempre subsiste.

“[o]bservo mais que quando acordo de noite me parece que levei todo [o] tempo sonhando; se tomo nota à noite conservo muito mais número de fatos do que quando deixo para tomar nota de manhã, e quando deixo de tomar nota de manhã para fazê-lo mais tarde, o número de fatos é ainda muito menor. E mais – a memória do fato desaparece quase sempre, porém a impressão produzida quase sempre subsiste”. (1998, p. 209)

No diário, tipo de escrita de si marcada pela imediatividade do relato, pela rememoração quase instantânea do dia-a-dia, supostamente haveria uma conexão maior entre o acontecido e o narrado. Nas autobiografias, tipo de escrita de si em que o registro é feito anos depois do sujeito ter experimentado (real ou imaginariamente) os acontecimentos, o espaço maior de tempo entre o acontecido e o narrado tornaria o empreendimento autobiográfico mais suscetível aos filtros e/ou enganos da memória. Dado o fato de que o conhecimento de si depende fundamentalmente da conservação de “muito mais número de fatos” e que o registro no papel funciona como uma espécie de fixador do tempo e das experiências vividas, Couto de Magalhães procurava tomar nota o mais próximo possível do acontecido que ele julgava digno de registro. Como veremos mais adiante, o registro e interpretação dos sonhos eram elementos importantes de sua busca de autoconhecimento. Com relação aos acontecimentos do dia, a maioria absoluta dos registros de Couto de Magalhães em seu diário íntimo foram feitos à noite, no quarto do hotel em que estava hospedado em Londres. Era o momento em que, estando sozinho, poderia usufruir melhor do silêncio para concentrar-se e fixar no papel os fatos relevantes do dia.

Por tudo isso, a escrita do diário íntimo revela um conjunto de gestos ritualizados que contribuem para um engajamento de si na produção escrita da identidade: escolher o suporte mais adequado para a escrita, identificar o momento mais oportuno para o registro, definir o tempo que se deve dedicar à escrita de si,<sup>129</sup> recolher-se a um canto, concentrar-se sobre si mesmo, filtrar os acontecimentos do dia-a-dia, fixar o que se julga relevante, elaborar códigos pessoais para esconder o indizível, definir o lugar onde se guarda o diário para livrá-lo dos curiosos.

## Escolarização e cuidado de si

Depois do clássico estudo de Marcel Mauss sobre as técnicas corporais, tornou-se comum aos antropólogos se referirem ao corpo humano como entidade biológica e, ao mesmo tempo, cultural. Ao afirmar que “[o] corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem.”<sup>130</sup> Mauss chamou a atenção para o fato de que o corpo é marcado por “técnicas aprendidas socialmente”, delimitando o processo que ele chamou de “habitus”. Técnicas corporais, portanto, seriam “... as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos” (1974, p. 211).

Na introdução à obra de Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss reforçou a idéia de que

“[é] por intermédio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos: ‘Adestram-se as crianças... a dominar os reflexos... inibem-se os medos... selecionam-se pausas e movimentos’. Esta procura da projeção do social sobre o individual deve esquadriñar o mais profundo dos costumes e das condutas; nesse domínio, não há nada fútil, nada gratuito, nada supérfluo...”<sup>131</sup>

---

<sup>129</sup> A questão do uso adequado do tempo parece ser uma fonte de aflição para os autores de diários íntimos. No entanto, o diário de Roberto Cardoso de Oliveira, em registro feito aos 30 de julho de 1955, indica que essa questão também se apresenta aos antropólogos em seu trabalho de campo: “... aproveitar o tempo é uma questão que me aflige. Será que este diário está me tomando mais tempo do que o necessário para fazê-lo funcionar como um *aide mémoire*? Afinal, que experiência tenho em escrevê-lo? Creio que o melhor a fazer daqui em diante, para economizar tinta, tempo e papel, será relatar somente as histórias ouvidas, minhas impressões mais imediatas, quais as pessoas ouvidas e em que condições obtive informações” (2002, p. 43). Como se vê, também para os antropólogos a escrita do diário de campo requer um aprendizado, para o qual ele nem sempre encontra suporte em seu tempo de formação nas universidades.

<sup>130</sup> Cf. MAUSS, Marcel. “As técnicas corporais”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, 1974, p. 217.

<sup>131</sup> Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974, pp. 2-3.

É na experiência da vida em sociedade que aprendemos o que considerar como razão e limite da excitabilidade, os limites da resistência e da dor, os prazeres verbalizáveis e os indizíveis e até mesmo o conteúdo de nossas experiências oníricas. Cada uma dessas técnicas, diz Lévi-Strauss, “... fundamenta-se em certas sinergias nervosas e musculares que constituem verdadeiros sistemas, solidários com todo um conjunto sociológico” (1974, p. 4).

Uma breve leitura do *Diário íntimo* do general Couto de Magalhães deixa evidente que os cuidados com o corpo consumiam uma parte bastante considerável do seu tempo. A cada dia, uma observação detalhada do corpo, em suas mais diversas expressões, seguida do registro minucioso nas páginas do diário. De que maneira podemos perceber, no registro particular deste personagem do século XIX, as marcas da estrutura social de sua época? Evidentemente, não podemos conceber o indivíduo como um sujeito passivo, no qual a estrutura social imprime suas marcas como um rolo compressor. O homem não apenas é apropriado e modelado pela cultura, sendo que nesse processo ele também produz outras formas de apropriação e modelação. Cada indivíduo dialoga com as marcas do seu tempo, ora aceitando-as, ora negando-as, outras vezes de forma que não é possível distinguir claramente a aceitação da negação. Faz parte, portanto, da experiência do indivíduo com seu tempo e lugar, o dispositivo da contradição, para além das pretensões harmônicas e coerentes que ele vez ou outra reivindique para si.

Ora, se consideramos como Mauss que “[e]m todos esses elementos da arte de utilizar o corpo humano, os fatos de educação dominam” (1974, p. 215), torna-se primordial na leitura do *Diário íntimo* de Couto de Magalhães uma reflexão acerca da projeção do social sobre o individual, conforme sugeriu Lévi-Strauss. De fato, a contribuição da Antropologia extrapolou os limites das pesquisas marcadas pela perspectiva sincrônica, tornando-se fundamental também para análises diacrônicas, como é o caso desta pesquisa, na qual é possível utilizar-se da linguagem antropológica para discutir os significados simbólicos do corpo, contextualizados no interior de sistemas de mudança social. A partir disso, tornou-se possível aos pesquisadores ligados à antropologia histórica ou simplesmente à história, “... tratarem o corpo como a encruzilhada entre o ego e a sociedade”.<sup>132</sup>

---

<sup>132</sup> Cf. PORTER, Roy. “História do corpo”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 294.

Lembre-se, por exemplo, que Couto de Magalhães era um homem letrado, tendo vivenciado o fenômeno da escolarização típico dos jovens membros da elite de sua época. Nascido em 1º de novembro de 1837, em Diamantina, Minas Gerais, ele se beneficiou dos melhoramentos efetivados na educação brasileira, principalmente na Corte, após a transferência da família real para o Brasil, em 1808. Ainda menino, Couto de Magalhães manteve contato com o lugar por excelência onde se processa nas sociedades ocidentais contemporâneas a educação das necessidades e das atividades corporais: a escola. Aos dez anos de idade, em 1847, lá estava ele matriculado para os estudos secundários no Seminário do Caraça, em Minas Gerais. Aos 17 (1854), muda-se para São Paulo, a fim de cursar a Faculdade de Direito, obtendo o título de bacharel em 1859 e o de doutor em 1860, contando com apenas 23 anos, idade com que assumiu seu primeiro cargo público, como secretário da província de Minas Gerais. Conforme observou Risério Leite,

“[a] demarcação de sua vida pública aos 23 anos de idade estava em sintonia com as linhas-mestras da NEOCRACIA BRASILEIRA – o governo dos moços – que se fez presente no Segundo Reinado”.<sup>133</sup>

De fato, Couto de Magalhães viria a ser um dos “desertores da meninice”,<sup>134</sup> representante da nova geração de bacharéis e doutores que passariam a disputar espaço com o patriarcado rural, protegidos pelo também jovem imperador D. Pedro II. Em todo caso, a presença destes jovens bacharéis na presidência de muitas províncias brasileiras era um fenômeno que vinha se consolidando mesmo antes de D. Pedro II assumir o trono. De acordo com Lilia Schwarcz, as academias de Direito de São Paulo e Pernambuco (inauguradas em 1828) estavam vinculadas à lógica e dinâmica que marcaram a independência política do Brasil em 1822. Nesse sentido,

“... já em seu momento de nascimento esses estabelecimentos pareciam responder à necessidade de conformar quadros autônomos de atuação e de criar uma *intelligentsia* local apta a enfrentar os problemas específicos da nação. Nas mãos desses juristas estaria, portanto, parte da responsabilidade de fundar uma nova imagem para o país se mirar, inventar novos modelos para essa nação que acabava de se desvincular do estatuto colonial, com todas as singularidades de um país que se libertava da metrópole mas mantinha no comando um monarca português...”<sup>135</sup>

<sup>133</sup> Cf. LEITE, Risério. “Couto de Magalhães e o senso de Brasil”. In: *Cultura*. Brasília: MEC, outubro a dezembro de 1971, ano I, nº 4, p. 62, grifos do original.

<sup>134</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977, p. 82. Ver ainda ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>135</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 141.

Pode-se perceber o esforço de Couto de Magalhães em fundar uma nova imagem para o país em obras como *Os Guaianás* (1859), romance histórico sobre a fundação de São Paulo, *Um episódio da história pátria* (1720), sobre a revolta de Filipe dos Santos, publicado em 1862 e principalmente, *O selvagem* (1876), escrita a pedido do próprio imperador, onde o general defende o índio como símbolo da nossa identidade nacional e a viabilidade da civilização nos trópicos.<sup>136</sup> Os dois primeiros trabalhos citados acima abrem as portas para o ingresso do autor no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Vinte anos depois da inauguração das academias de Direito, o padre Lopes Gama manifestava com sua fina ironia o espanto diante destes novos tempos na condução da política brasileira:

“[c]omo estão trocados os tempos! Que espantoso não é o progresso, em que caminha o nosso século XIX! Até então o mundo era regido pelos velhos, mas dizem que ia muito mal. Hoje é administrado pelos jovens, e asseveram-nos *a fortiori* que vai uma maravilha! Hoje tudo é prodigioso, porque até os talentos desabrocham tão presto e tão cedo que é um pasmar...”<sup>137</sup>

Em todo caso, a primeira experiência de “deserção da meninice” que Couto de Magalhães vivenciou se deu no Seminário do Caraça onde, longe da família, ele recebeu de forma mais sistematizada as primeiras orientações pedagógicas quanto às “técnicas corporais”, sob a direção dos padres lazaristas. Segundo Gilberto Freyre,

“Caraça tornou-se alguma coisa de sinistro na paisagem social brasileira dos primeiros tempos do Império, arrebatando os meninos aos engenhos (onde eles, tratados de resto nas casas-grandes, pelos mais velhos, eram entretanto uns reis na bagaceira e na casa-de-purgar, dominando aí muleques, galinhas, carneiros, cavalos, bois); às fazendas sertanejas de criar; às casas de sítio; aos sobrados da cidade. E reduzindo-os a internos, num casarão triste, no meio das montanhas, dentro de salas úmidas, com estampas de São Luís Gonzaga pelas paredes, uns São Luís Gonzagas de olhos doces de mulher, lírios brancos na mão; com imagens de Santo Antônio, de São José, da Virgem e de São Vicente por todos os salões de aula. Que todos esses salões pareciam sacristias, o ar mole de tanto cheiro de incenso e de flor murcha. E sobretudo com padres terríveis, que em vez de lírios brancos como São Luís na sua mão cor-de-rosa de moça, empunhavam palmatórias de sicupira e varas de marmelo”. (1977, p. 75)

Matricular-se, ou melhor, ser matriculado no Caraça correspondia ao fim do reinado dos moleques que, muito embora não fossem alvo de grandes atenções nas casas-grandes, corriam livremente pelos caminhos da vida pacata das cidades mineiras daquela época. Em

<sup>136</sup> Sobre este aspecto da atuação de Couto de Magalhães, conferir MACHADO, Maria Helena P. T. “Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX”. In: *Revista Estudos Históricos*, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, nº 25, 2000/1. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/284.pdf>, data da captura: 10/12/05. Para uma análise da obra *O selvagem*, conferir HENRIQUE, 2003.

<sup>137</sup> Cf. GAMA, Lopes. *O carapuceiro: crônicas de costumes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 432-433.

todo caso, é importante destacar que nem todas as experiências educacionais do século XIX se davam dessa forma. Enquanto os meninos eram reduzidos em internatos tristes no meio das montanhas, sujeitos a “padres terríveis” de palmatória em mãos, Helena Morley, matriculada na Escola Normal de Diamantina, observava as cavalladas, lavava roupa e tomava banho no igarapé do Beco do Moinho, da janela de casa observava a passagem de um enterro, ganhava vestido novo todos os anos para carregar cera ou ex-votos na Festa do Divino, freqüentava bailes de casamento em que dançava a noite toda (Morley, 2005). Certamente que muitos outros meninos que não eram internados em seminários religiosos rígidos como o Caraça tinham experiência semelhante à de Morley.

Freyre afirma que os mineiros mais antigos costumavam amedrontar os meninos mais valentes, ameaçando-os de os enviarem para o seminário: “[m]ando-te para Caraça!”. Em seu linguajar peculiar, o autor segue dizendo que havia no Caraça religiosos como o padre Manuelzinho, “... homem profundamente bom: gênio e modos de moça”. Mas o que assustava a meninada eram os comentários sobre a existência de padres “duros e carrascos”, muitos dos quais eram “sadistas”. Dentre estes havia o padre Antunes, que “amarrava o lenço no braço para ter mais força de puchar a palmatória” (1977, p. 75). Enquanto isso, o professor de latim manifestava verdadeiro prazer ao fazer a turma inteira beijar a terrível palmatória, que o religioso havia apelidado de “Santa Luzia”. Em nota de rodapé, Freyre cita o Dr. Pires de Almeida, que em sua tese *Homossexualismo – A libertinagem no Rio de Janeiro* (1906) indicava a existência de outro tipo de sadismo nos internatos religiosos:

“... do mesmo modo que, no dizer de um viajante ilustre, os idiomas estrangeiros aprendem-se com mais rapidez dos lábios de mulher, muitos dos nossos melhores latinistas saturaram-se dos perfumes de Eneida e das odes de mestre Horácio, sacudindo clandestinamente os hábitos dos nossos frades”. (Pires de Almeida *apud* Freyre, 1977, p. 90)

Não pretendo aqui insinuar que Couto de Magalhães, que cita *Eneida* e as *Odes* de Horácio em seu *Diário íntimo*, aprendeu latim sacudindo clandestinamente os hábitos dos frades. Ou que sua postura crítica com relação à Igreja e aos padres seja explicada exclusivamente por sua experiência no internato do Caraça. Sem cair no erro de explicar mecanicamente o presente pelo passado, penso, no entanto, que estas reflexões são importantes na medida em que nos ajudam a entender o mundo em que viveu Couto de Magalhães e muitos dos diálogos que ele fez com seu tempo, presentes nas páginas do diário. A leitura que ele fazia de si mesmo e de sua época não pode ser desconectada da experiência escolar que ele viveu, seja no seminário do Caraça, seja na Academia de Direito de São

Francisco, em São Paulo, onde se doutorou. Em 1854, data em que Couto de Magalhães se mudou para São Paulo, a fim de cursar a Faculdade de Direito, já eram comuns as teses na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que tinham como título “Esboço de uma hygiene dos collegios applicavel aos nossos...”, conforme levantamento feito por José Gondra.<sup>138</sup> Certamente que muito da forma como o general observava seu próprio corpo e procurava acompanhar seus sinais ao longo do tempo tem a ver com as técnicas de cuidado de si ou técnicas corporais que lhes foram ensinadas ou exigidas em sua trajetória escolar. E o diário íntimo mostra como ele procurava interpretar à sua maneira estas técnicas, bem como as leituras que o conduziam no cuidado consigo mesmo.

No relatório apresentado a Assembléia Legislativa de Goiás, em 1863, Couto de Magalhães propõe que o Seminário Episcopal de Goiás formasse não apenas padres, mas que também educasse leigos de diversas partes da província, sob regime de internato.

“alem das vantagens que resultão propriamente para a intelligencia, algumas outras existem que não são menos ponderosas. Em uma casa de educação d’essa ordem o moço não vae unicamente alargar o domínio de seus conhecimentos , vae tambem *acostumar-se a uma vida mais severa, a contrahir habitos, que depois facilitão tudo*, e os bons e os mãos habitos, como vós sabeis, são facillimos n’essa quadra da vida. Isto é para mim de muito peso. Um discipulo de Socrates perguntou-lhe uma occasião – mestre, o que é o habito – o velho philosopho respondeu: - É uma teia de aranha com que brincão os moços; é uma corrente que prende e escraviza aos velhos”.<sup>139</sup>

Note-se que Couto de Magalhães defendia o regime de internato como forma de incutir nos jovens estudantes o ideal de “uma vida mais severa”. Em outro momento deste mesmo relatório, ele defende a “vigilância que obrigue ao estudo” e até mesmo os castigos que ensinem os alunos a fazerem bom uso do tempo (p. 7). As escolas em regime de internato seriam lugares onde se aprende “hábitos que facilitam tudo”. Na referência a Sócrates, a definição de hábito, se substituída por “cultura”, se aproximaria da noção tão cara a Clifford Geertz que, seguindo a linha de Weber, definiu o homem como “um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, e a “cultura como sendo essas teias e a sua análise” (Geertz, 1989, p. 4). É como se o internato ensinasse os moços a brincar corretamente com as teias, a caminhar por elas sem se enrolar, a fim de não se sentirem

---

<sup>138</sup> Cf. GONDRA, José. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, pp. 509-529.

<sup>139</sup> GOYAZ, Governo. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Goyaz pelo Presidente da Provincia, o Ex.mo Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, no dia 1º de junho de 1863. Goyaz, Typographia Provincial, 1863, pp. 8-9.

escravizados na velhice ou que aprendessem a lidar com suas próprias correntes, com sua prisão dos hábitos.

Couto de Magalhães acrescenta em sua defesa do regime de internato que assim se poderia obter as mesmas vantagens alcançadas na província de Minas Gerais, onde

“... seus mais distintos filhos, que hoje, e ha muito, vantajosamente na scena política não tiverão outros princípios alem dos bebidos no Caraça, em Congonhas de Campo e em Marianna”. (1863, p. 9)

Dessa forma, vê-se que Couto de Magalhães fazia uma leitura positiva de sua experiência educacional no seminário do Caraça, julgando-a importante para a aquisição dos hábitos severos que ele procurou cultivar por toda a vida e para sua projeção vantajosa na cena política do Brasil da segunda metade do século XIX.

Michel Foucault observou o quanto o sexo do colegial, a partir do século XVIII, tornou-se “um problema público”:

“[o]s médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertência médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo”. (Foucault, 1984a, pp. 30-31)

Nesse sentido, a experiência que um indivíduo escolarizado faz com seu próprio corpo carrega todas estas marcas, com graus de variação decorrentes do lugar institucional por onde ele passou: de colégios cujo ideal de disciplina se confundia com a violência, como o Caraça, dirigido por religiosos, a instituições como a Escola Normal freqüentada por Helena Morley, por exemplo, cujos professores eram leigos. Nos colégios internos, tornados objetos da higiene, eram comuns as recomendações quanto à observação do corpo, aos perigos dos excessos, aos riscos da masturbação e à necessidade da confissão, seja aos padres, seja às páginas do diário íntimo. Conforme Jurandir Freire Costa

“[o] que ameaçava a alma higiênica não eram os vícios e fraquezas da carne, mas os vícios e fraquezas do corpo. A alma pecadora rompia o pacto com Deus e perdia o dom da Graça; a alma apaixonada desobedecia à regra médica e perdia a saúde. A perfeição da primeira dependia dos exercícios espirituais; a da segunda, dos exercícios higiênicos. Essa alma mundana, medicamente secularizada, nada tinha em comum com a alma católica”.<sup>140</sup>

---

<sup>140</sup> Cf. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, pp. 66-67.

Aos poucos, os médicos vão substituindo os padres na codificação dos conteúdos, avaliados não mais pelo critério da elevação espiritual, mas sim considerados a partir de sua relevância no processo de higienização das famílias. Dessa forma, os médicos se apresentam como únicos locutores qualificados para anunciar a verdade sobre os corpos, que devem manter-se dóceis às suas prescrições. Nesse sentido, Costa mostra como muitos higienistas se posicionaram de forma contrária aos internatos, transformando-os em “verdadeiras agências de detecção, caça e repressão aos inocentes criminosos” (2004, p. 190), julgados e muitas vezes condenados e castigados por “crimes” tais como a masturbação e a pederastia, práticas que poderiam enfraquecer a nação, na medida em que gerava homens marcados pelo desperdício de energia, segunda a mentalidade da época.

Em 1875, por exemplo, em tese defendida na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, cujo título era *Educação physica, moral e intellectual da mocidade no Rio de Janeiro e da sua influencia sobre a saúde*, o médico João da Matta Machado (1850-1901), nascido em Diamantina, Minas Gerais, mesma cidade em que nasceu Couto de Magalhães, recomendava que se concedesse aos meninos plena liberdade de urinar e também de defecar, considerando cruel e absurdo a prática de se determinar horas fixas para a realização destes atos. Segundo José Gondra, o Dr. Machado considerou na proposição destas regras sua própria experiência na condição de aluno do Colégio Santo Antônio, localizado em Diamantina, dirigido pelo Reverendo Cônego Pereira. Na memória do médico, este colégio ficou como um lugar onde “sobretudo soffria-se muito” (Machado *apud* Gondra, 2004, p. 211) com a alimentação insuficiente, castigos e, principalmente, falta de liberdade para satisfazer as necessidades físicas.

Conforme Roy Porter,

“[c]hegamos nus ao mundo, mas logo somos adornados não apenas com roupas, mas com a roupagem metafórica dos códigos morais, dos tabus, das proibições e dos sistemas de valores que unem a disciplina aos desejos, a polidez ao policiamento”. (1992, p. 325)

Sabe-se que, além da família, a escola é o lugar privilegiado em nossa sociedade para que recebamos esta roupagem metafórica a qual se refere Porter. E no século XIX, os professores passaram a ser considerados aliados dos médicos para fazer com que a ideologia da família higienicamente tratada e regulada se tornasse realidade. O ideal era que saíssem das escolas indivíduos disciplinados, capazes de resistir aos desejos que contrariassem os

códigos morais e que agissem como sujeitos do policiamento constante de si mesmo. Conforme Gondra,

“... a vigilância nos internatos e colégios deveria ser minuciosa e preocupada com os detalhes, pois, na perspectiva higienista, era a partir do ordenamento dos detalhes que o ordenamento mais geral estaria garantido” (2004, p. 191).

Internatos e colégios eram, portanto, o lugar onde os filhos, subtraídos muito cedo do contato familiar com os pais, iniciariam uma intensa intimidade com o corpo e todas as suas manifestações, que deveriam ser canalizadas para comportamentos morais socialmente aceitos e definidos como normais. Por meio de exercícios higiênicos os corpos eram adaptados ao comportamento social burguês, que exigia indivíduos disciplinados, guiados pelo princípio da moderação, com sexualidade sadia e harmonia física e moral. Em se tratando de corpos de crianças da elite, vê-se como “o primeiro e o mais natural instrumento do homem” (Mauss, 1974, p. 217) servia de base para a tomada de consciência dos predicados de classe (Costa, 2004, p. 208).

Seguindo a lógica da vida higiênica desenvolveu-se toda uma preocupação com uma rotina que não incorresse na falta nem nos excessos de atividades físicas. Carmem Soares, refletindo a partir da ginástica francesa oitocentista, mostra como a ginástica escolar se desenvolveu lentamente desde finais do século XVII, chegando ao ponto de se integrar como uma disciplina escolar acessível à maioria da população no início do século XIX. Na medida em que a técnica e a inteligência passaram a ser mais valorizadas do que as prerrogativas de nascimento, surge uma preocupação maior com o desenvolvimento do caráter e da vontade dos jovens estudantes através do corpo e do exercício físico, valorizando-se um tipo de atividade física moderada e regularmente orientada.<sup>141</sup> O corpo deveria expressar da maneira mais clara possível os mesmos valores que a ideologia burguesa passava a valorizar: elegância, sobriedade, moderação e auto-domínio. É nesse sentido que a ginástica científica, ao longo de todo o século XIX, se afirmou como parte significativa dos novos códigos de civilidade.

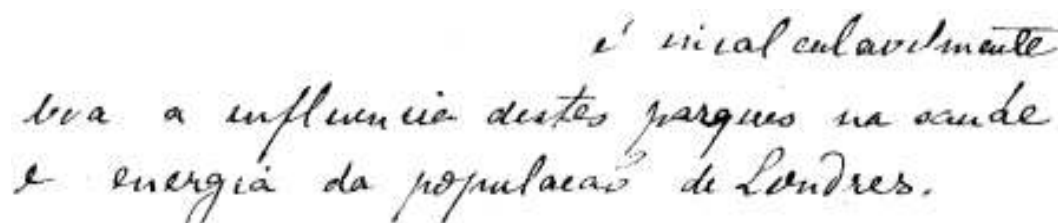
Em sua “Carta a Homem de Mello”, reproduzida parcialmente por Miranda Azevedo, Couto de Magalhães relembra ao amigo a vida agitada que ambos viveram nos tempos de estudante na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo:

---

<sup>141</sup> Cf. SOARES, Carmem Lúcia. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. XII).

“[n]ossa vida era então um agitar constante: ora escreviamos artigos de politica, ora discutiamos, ora corriamos apressados para as aulas, passeavamos, *faziamos gymnastica*, jogavamos espada, liamos poesias, exercitavamos-nos na conversação franceza... era um constante agitar...”<sup>142</sup>

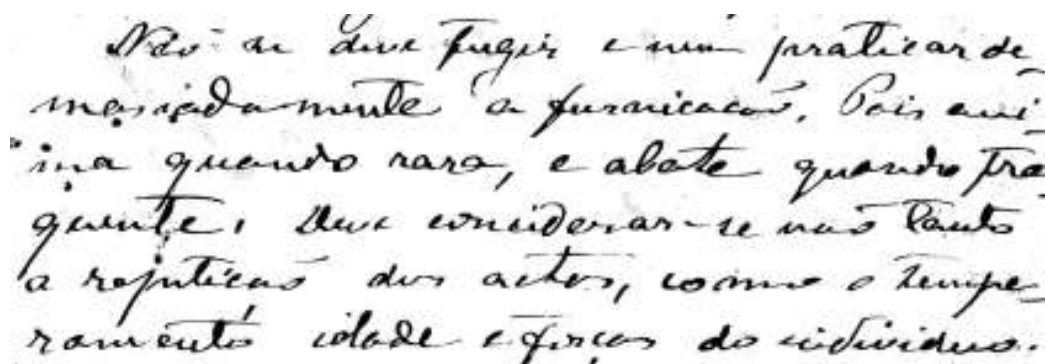
Nota-se com isso que a ginástica já fazia parte do cotidiano escolar brasileiro, pelo menos dos privilegiados que tinham acesso aos cursos superiores. Todas estas questões podem ser visualizadas no *Diário íntimo* de Couto de Magalhães. Aos 9 de agosto de 1880, depois de passar mais de duas horas deitado em um parque londrino, ele registra:



é incalculavelmente  
boa a influencia destes parques na saúde  
e energia da população de Londres.

“... é incalculavelmente boa a influência destes parques na saúde e energia da população de Londres” (1998, p. 785)

Aos 20 de agosto de 1880, depois do almoço, ele seguiu para Hyde Park, onde remou por uma hora “... seguindo as regras do tratado de remar, que me aproveitaram” (Couto de Magalhães, 1998, pp. 83-84). No tópico do *Diário íntimo* que ele chama de “extratos de medicina”, toma nota de que “a ociosidade debilita o corpo e o trabalho o fortifica” (p. 219). As atividades corporais relativas ao sexo também merecem registro



Não se deve fugir e nem praticar de  
maiorada mente a fornicação. Pois ani-  
ma quando rara, e abate quando fre-  
quente. Deve considerar-se não tanto  
a repetição dos atos, como o tempe-  
ramento, idade e forças do individuo.

“[n]ão se deve fugir e nem praticar demasiadamente a fornicação. Pois anima quando rara, e abate quando frequente. Deve considerar-se não tanto a repetição dos atos, como o temperamento, idade e forças do indivíduo” (1998, p. 220).

<sup>142</sup> Cf. COUTO DE MAGALHÃES *apud* AZEVEDO, Miranda. “Necrologia: General Couto de Magalhães”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. III, 1898. São Paulo: Typographia de *El Diário Español*, 1898, p. 585.

Em se tratando de “prazeres venéreos” em pessoas robustas,

Não  
se deve temer e nem procurar com excesso;  
em intervallos raros aumenta as forças, re-  
petido prostra e esgota. Em geral não fazem  
mal quando não são seguidos de prostra-  
ção ou de dor. Convém muito menos de dia  
do q. de noite; de dia não convém  
comer dep. e a noite, não convém traba-  
lhar e nem velar dep. deles.

“[n]ão se deve temer nem procurar com excesso; em intervallos raros aumenta as forças, repetido prostra e esgota. Em geral não fazem mal quando não são seguidos de prostração ou dor. Convém muito menos de dia do que de noite; de dia não convém comer depois, e à noite não convém trabalhar e nem velar depois deles” (1998, p. 223).

E o general procurava pôr em prática o ideal da moderação no sexo, conforme se depreende do registro feito aos 23 de agosto de 1880, dizendo que se sentiu:

robusto todo dia; não tive calores na ore-  
lha, e poucos gases no estômago; completamente qui-  
etos *oyumunçana om.ar.* e isto prova que é fácil  
vencer quando se resolve resistir dois dias.

“... robusto todo o dia; não tive calores na orelha, e poucos gases no estômago; completamente quietos *oyumunçana om.ar.*, e isso prova que é fácil vencer quando se resolve resistir dois dias” (1998, p. 91).

Tradução do trecho em nheengatú: “[e] escondidos para fazer sexo [...]” (1998, p. 91). Oito dias antes, aos 15 de agosto de 1880, ele já havia notado que, “... um efeito curioso do novo regime é que o instinto genésico se tem notavelmente acalmado ...” (1998, p. 78).

Jurandir Costa (2004) mostrou como a preocupação burguesa com a elegância, sobriedade, moderação e auto-domínio se estende à moda. Nesse sentido, Couto de Magalhães registra irritado aos 11 de agosto de 1880:

Voltei do Parque ao  
4½ e junto a Baker St. St. encontrei a L.  
too flash, o f. me desagradou.

“[v]oltei do parque às quatro e meia e junto à Baker Street Station encontrei a L. *too flash*, o que me desagradou” (1998, p. 76)

Seguindo sugestão de Maria Helena P. T. Machado (1998, p. 76), provavelmente o general quis escrever *too flashy*, expressão inglesa que significa ostentoso, espalhafatoso. Assim, o que teria lhe desagradado seria a maneira vistosa ou espalhafatosa como Lily estava vestida, pouco condizente com o ideal de apresentação de si austera e contida que o general valorizava. Como afirmou Costa, “[a] moda, com seu caráter fútil e supérfluo, evocava o desperdício e a opulência aristocráticos, comportamentos diretamente opostos ao ideal de ascetismo burguês” (2004, p. 132).

O que sobressai em todos os registros do *Diário íntimo*, nas memórias do dia, nas observações clínicas ou nos “extratos de medicina” é a intensa preocupação com a busca da moderação. Este princípio estava presente nos autores clássicos que Couto de Magalhães leu e cita em seu diário. Um dos aforismos de Hipócrates, por exemplo, diz que “... é preciso não levar ao extremo as atenuações (ginástica), pois é arriscado, mas, ir somente até o ponto compatível com a constituição do indivíduo submetido ao regime”. (2004, p. 46). Outro, de cunho mais geral, afirma que

“[é] perigoso evacuar, alimentar-se, aquecer-se, resfriar-se, ou de qualquer modo perturbar o organismo, excessiva e subitamente; os excessos são inimigos da natureza; é prudente agir gradativamente, especialmente quando se passa de um a outro agente”. (Hipócrates, 2004, p. 62)

Em seu estudo sobre a genealogia do homem de desejo, analisando textos escritos entre a Antiguidade clássica e os primeiros anos do Cristianismo, Foucault observa que nos referidos textos

“[a] ênfase é colocada na relação consigo que permite não se deixar levar pelos apetites e pelos prazeres, que permite ter, em relação a eles, domínio e superioridade, manter seus sentidos num estado de tranquilidade, permanecer livre de qualquer escravidão interna das paixões, e atingir a um modo de ser que pode ser definido pelo pleno gozo de si ou pela soberania de si sobre si mesmo”. (1984b, p. 30)

Por outro lado, a conjuntura específica da segunda metade do século XIX, por razões distintas, reforça ainda mais esta preocupação. Segundo observou Carmem Soares

““[v]ivia-se um momento no qual se desejava criar um corpo civilizado, um corpo em que não existissem excessos, no qual os gestos fossem comedidos e, sobretudo, econômicos e úteis a finalidades precisas. O corpo como espetáculo estava fora do receituário de ‘vida saudável’ construído pela sociedade oitocentista, sobretudo pelo discurso médico”. (2002, p. 58)

Na Antiguidade clássica, manter-se livre de qualquer escravidão interna das paixões não significava submeter-se a um código moral que ditasse o que era lícito ou ilícito, normal ou patológico. Conforme observou Foucault, “[o] perigo que as *aphrodisia* trazem consigo é muito mais a servidão do que a mácula”.<sup>143</sup> No século XIX, sob a égide da higiene, esperava-se que, no plano ideal, o indivíduo fosse dono de um corpo adestrado, dominando suas próprias forças e distribuindo adequadamente suas energias. Na medida em que se tornava apto no controle de seus próprios impulsos, seria o disciplinador de si mesmo. Diferentemente dos textos clássicos, nos textos higienistas será longa a lista de gestos proibidos, seja porque maculam e desonram o corpo, seja por deixá-lo doente.

Conforme disse acima, se esta exigência de austeridade era comum tanto ao século XIX quanto aos autores clássicos que ele lia e citava no diário, convém não deixar dúvida de que entre uma época e outra, existem diferenças profundas nas formas como se é chamado a se tomar a si próprio como objeto de conhecimento: conforme demonstrou Foucault, o desenvolvimento do que ele denominou “cultura de si” na Antiguidade clássica, se conduz a uma exigência de austeridade sexual e de atenção maior com o corpo, “... não parecem ter sido a manifestação de um individualismo crescente”.<sup>144</sup> Ao passo que, no século XIX, as relações de si para consigo que são intensificadas e valorizadas compõem o quadro de um individualismo mais e mais crescente, dentro do qual devem ser compreendidas práticas tais como a escrita de diários íntimos, o desenvolvimento da leitura silenciosa, o retrato e, posteriormente, a fotografia.

Como vimos no capítulo *Diário íntimo: prática cultural de produção de si*, os diários íntimos foram muitas vezes escritos a pedido dos pais ou de professores. Dessa forma, a austeridade pretendida pela moral burguesa poderia ser exercitada nas páginas do diário, instrumento de vigilância por meio do qual o indivíduo poderia se manter atento aos distúrbios do corpo e da alma, vislumbrando ao fim dessa longa e meticulosa observação um regime austero que garantisse a harmonia desejada.

---

<sup>143</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984b, p. 74. Para Foucault, “os *aphrodisia* são atos, gestos, contatos, que proporcionam uma certa forma de prazer” (1984b, p. 39).

<sup>144</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p. 49.

## O médico de si mesmo

Uma das coisas que mais chama a atenção no *Diário íntimo* de Couto de Magalhães é o rigor com que ele observava o funcionamento de seu próprio corpo. Em determinados momentos, tem-se a impressão de que ele estava com um quadro patológico bastante debilitado. Assim, por exemplo, em 21 de agosto de 1880, fez o seguinte registro:

*Notei de manhã que as fezes  
além de serem mais abundantes nada  
vão melhor; urinao perfeitamente transpa-  
rentes; lingua má' antes do jantar*

*Continua ainda um pouco  
de differença de sensação entre o lado di-  
reito e o esquerdo, sendo o esquerdo o pe-  
or; o resumo dos sinais para julgar o  
peor são: sensibilidade morvida da ore-  
lha; ponto preto no olho; bolsa supura-  
te pequena na gengiva; dor as vezes de  
baixo da espadua esquerda; atrophia  
leve o comparativa do musculo da ma-  
ma; neuralgias no lado da cabeça, pa-  
rece que menor força no braco;*

*Temperatura diver-  
sa dessa penha. ~~Quanto~~ hemorroi-  
das e pequenas varices do an. desse lado;  
predisposição para furchos e tumores na  
bom desse lado. . . .*

Tudo  
isso eu espero corrigir e curar, e hei de  
conseguir-o com paciência e perseverança;  
Sei que é uma coisa difícil por que a me-  
dicina está atrasada, e o melhor recurso  
que eu tenho é a m.<sup>a</sup> própria observação  
e o proceder por tentativa;

“[n]otei de manhã que as fezes, além de serem mais abundantes, nadavam melhor; urinas perfeitamente transparentes; língua má antes do jantar, o fastio; contudo, jantei sofrível, e não senti peso no estômago depois do jantar. ... Continua ainda um pouco de diferença entre o lado direito e o esquerdo, sendo o esquerdo o pior; resumo dos sinais para julgá-lo pior: sensibilidade mórbida da orelha; ponto preto no olho; supureta pequena da gengiva; dor às vezes debaixo da espádua esquerda; atrofia leve ou comparativa do músculo da mama; nevralgias do lado da cabeça; parece que menor força no braço .... Temperatura diversa dessa perna; hemorróidas e pequenas varizes do ânus desse lado; predisposição para furúnculos e tumores também desse lado. ... Tudo isso espero corrigir e curar, e hei de consegui-lo com paciência e perseverança. Sei que é uma coisa difícil pois a medicina está atrasada, e o melhor recurso que eu tenho é a minha própria observação e proceder por tentativa”. (Couto de Magalhães, 1998, p. 85-86)

Muito mais do que a imagem de um homem frágil, atemorizado diante da possibilidade de contrair qualquer tipo de doença e das conseqüências disso sobre o bom funcionamento de seu corpo, o registro acima é bastante elucidativo das leituras que informavam a maneira como Couto de Magalhães se relacionava com seu próprio corpo. Como observou Maria Helena P. T. Machado,

“... a base de seu raciocínio acerca da saúde e do tratamento dietético adequado para si repousa em terreno muito mais distante da medicina cientificista e especializada dos finais do século XIX. Com efeito, da variada gama de leituras de Couto as que mais sobressaem são os clássicos gregos e latinos, imperando entre eles os textos médicos e as prescrições dietéticas de Hipócrates, disponíveis nos países europeus, na década de 1880, tanto em latim quanto em traduções modernas” (1998, pp. 25-26)

De todo modo, as atribuições do general em torno de um estado de saúde cujo grau de alarme é muitas vezes imaginário, nos mostram um perfil bastante diferente do que foi pintado pelos autores que escreveram sobre ele, conforme veremos no capítulo *As múltiplas faces de um herói nacional*: um homem de “realizações corajosas e originais”, de vida “que se desdobra em aventuras, em desbravamentos”, em “lutas reais” (Meira, 1987, p. 1). Ou ainda o general que conseguiu livrar o Brasil da “ameaça” representada pela invasão dos paraguaios

no Mato Grosso, por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870), onde “[no] meio de tanta perturbação, a têmpera rígida e a calma do General Couto de Magalhães foram sempre inalteráveis ...” (Azevedo, 1898, p. 586).

Na medicina pré-hipocrática havia toda uma textura mítica sustentando as origens e as práticas do trabalho médico. A grande mudança executada por Hipócrates foi a delimitação de uma prática médica de caráter mítico ou mágico de uma outra cujo ponto de partida deveria ser fundamentalmente empírica. Nesta última, desenvolvida pelo médico de Cós, destacava-se a observação como elemento fundamental na prática do médico. Por meio de conversas demoradas com os enfermos, caberia aos médicos captar os sinais da doença, desde suas primeiras manifestações, tratando cada caso individualmente, posto que se considerava a existência não de doenças, mas sim de doentes. Na recuperação da história do enfermo tornava-se primordial que se fizesse um interrogatório o mais abrangente possível sobre os diferentes aspectos do doente, registrando a cronologia e as características das manifestações dos sinais mórbidos. Além de ser avaliado individualmente, o enfermo deveria ser tratado como um todo, o que exigia do médico em seu exame clínico a utilização dos cinco sentidos. Muito embora tratando os enfermos de maneira individualizada, muitas vezes o diagnóstico e o prognóstico eram elaborados com base na experiência adquirida em casos prévios similares. Na avaliação médica hipocrática, portanto, definia-se as moléstias como eventos eminentemente naturais, sendo independentes da ação de potências sobrenaturais.<sup>145</sup>

Com relação às explicações fisiopatológicas desenvolvidas pelos médicos hipocráticos, destacam-se as teorias humorais, segundo as quais o estado de saúde do indivíduo estaria baseado no equilíbrio dos quatro humores: sangue, flégma, bile negra e bile amarela. Um desequilíbrio destas potências, a partir do predomínio de um dos humores sobre os demais, geralmente em determinado lugar do corpo, causaria o adoecimento humano.

Quanto aos métodos de tratamento empregados na medicina hipocrática, a idéia básica seria a restauração da harmonia que, uma vez desequilibrada, propiciava o adoecimento. Curar-se significava recuperar a harmonia perdida pelo desequilíbrio dos humores. De um modo geral, os médicos hipocráticos acreditavam no poder curativo da própria natureza, evitando intervenções na história natural das enfermidades. Conforme observou Laplantine,

---

<sup>145</sup> Sobre o papel de Hipócrates na medicina grega, conferir SIQUEIRA BATISTA, Rodrigo. *Deuses e homens: mito, filosofia e medicina na Grécia antiga*. São Paulo: Ed. Landy, 2003.

“[t]oda atitude médica que acredita ser a doença uma crise anunciadora de um processo de reequilíbrio terapêutico encontra incontestavelmente no Ocidente sua primeira referência histórica no pensamento hipocrático, e mais precisamente na concepção da ‘natura medicatrix’ ou da ‘vis medicatrix naturae’: a medicina só pode consistir em uma imitação da *natureza*, uma vez que ela mesma é medicinal; é preciso aprender a ouvi-la e não procurar contrariá-la”.<sup>146</sup>

O texto de Hipócrates, que consta no livro sexto do tratado *Epidemias*, diz o seguinte:

“[a] natureza é o médico das doenças. Ela própria encontra as vias e os meios, não através da inteligência, como os sinais, as palavras e outras ações desse gênero; a natureza, sem instrução e sem saber, faz o que convém”.<sup>147</sup>

A tarefa básica do médico, portanto, seria perceber e interpretar corretamente os sinais do corpo, a fim de favorecer a reação do próprio organismo àquilo que lhe causava desequilíbrio. Manifestações patológicas tais como febre, vômito ou diarreia eram vistas não como doenças, mas como reação de auto-defesa do organismo contra a doença. Qual seria o papel do remédio prescrito pelo médico nessa situação?

“[n]essa perspectiva, o remédio terá por objetivo não mais reverter uma situação considerada nociva para o paciente, mas, pelo contrário, ativar a faculdade que possui nosso organismo de agir no sentido de um reequilíbrio”. (Laplantine, 2004, p. 117)

Para a recuperação da harmonia do organismo, a medicina hipocrática prescrevia uma dieta adequada ao tipo de vida do indivíduo, dieta esta que compreenderia, além da ordenação do regime alimentar, todo o regime de vida do homem, que deveria ser marcado pela moderação. Eram comuns as prescrições de ar puro, banhos de sol, ginástica, sangrias, purgativos e eméticos. Com relação aos purgativos e eméticos, a idéia era de que eles agiriam no sentido de eliminar os humores excessivos por meio das fezes, vômitos, urina e suores, propiciando a catarse do organismo do indivíduo e, por extensão, recuperando-lhe a saúde.

Se todas estas questões podem ser vislumbradas no diário íntimo de Couto de Magalhães, pode-se dizer que esta versão do naturalismo médico vinha se aprofundando desde o século XVII, culminando no século XVIII com o tema do “médico de si mesmo”. A postura do general diante da possibilidade da doença é semelhante à prática da medicina nestes dois séculos na Europa. A intervenção do médico na doença era organizada em torno da noção de crise, devendo o médico observar o doente e a doença, desde seus primeiros sinais, para descobrir o momento em que a crise apareceria. A crise era o momento do

<sup>146</sup> Cf. LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 231.

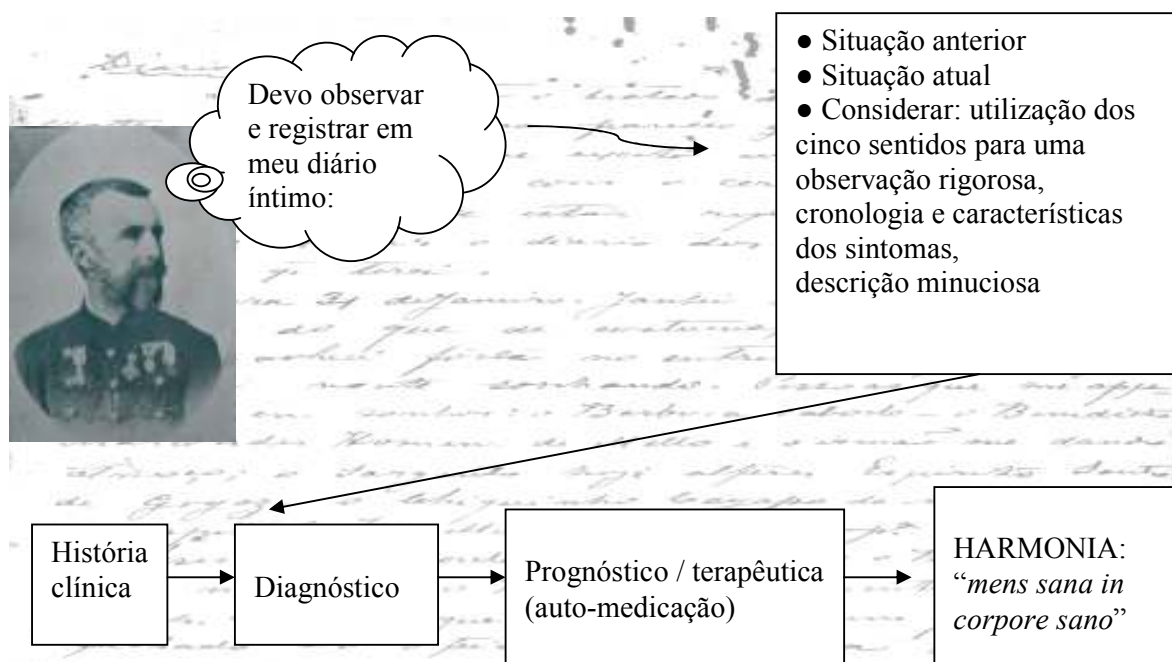
<sup>147</sup> Cf. HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar: o juramento e outros textos*. São Paulo: Landy, 2002, p. 72.

confronto entre a natureza sadia do indivíduo e o mal que o acometia. É exatamente esta a postura adotada pelo general diante de seu estado de saúde, atento aos sinais do corpo, a fim de ter controle sobre a evolução da doença ou poder interferir nesta evolução, adotando um regime dietético que estancasse a crise (Foucault, 1982, pp. 101-103).

No século XIX, a partir do processo de formação e consolidação de um saber médico especializado que se pretende o único sobre o corpo humano, essa concepção é progressivamente abandonada pelo saber médico oficial. Por outro lado, o surgimento de inúmeros manuais de saúde destinados às camadas populares, sendo o principal deles o de Chernoviz, discutido mais à frente, dão um novo gás ao tema do “médico de si mesmo”, principalmente pelo fato de que grande parte da população não possuía meio de recorrer a um médico, seja por carência de recursos, seja por preferirem outros agente das artes de curar, como se dizia em linguagem coeva. Certamente que este não era o caso de Couto de Magalhães. Muito embora sendo um homem rico, em nenhum momento de seu diário íntimo há referências à procura de um médico para tratar de qualquer um dos sintomas, reais ou imaginários, que ele manifestava.

Diversos autores apontam a persistência de um neo-hipocratismo ao longo do século XIX, valorizando um tipo específico de escuta do corpo. Nesse sentido, a idéia era de que a manutenção da saúde ou do equilíbrio do corpo e da alma dependia de se observar atentamente os efeitos do ar, da água e da temperatura sobre o organismo e a estabilidade do humor. Desenvolve-se então o que Alain Corbin definiu como uma “meteorologia interna da alma” (1991, p. 439). Isso exigia do indivíduo uma dupla vigilância: ao mesmo tempo em que deveria olhar para dentro de si e observar os menores sintomas de desequilíbrio humoral, deveria estar atento ao desenvolvimento das funções orgânicas e em suas relações com a “saúde do espírito”, como definia Couto de Magalhães. A maneira como ele agia enquanto “médico de si mesmo” poder visualizada no quadro a seguir:

Quadro 1. Método de auto-observação clínica de Couto de Magalhães



Compreende-se assim o cuidado todo especial que Couto de Magalhães dedicava ao funcionamento do seu próprio corpo, atento ao mínimo sinal de desequilíbrio dos humores. Aos 1º de outubro de 1880, o general fez o seguinte registro:

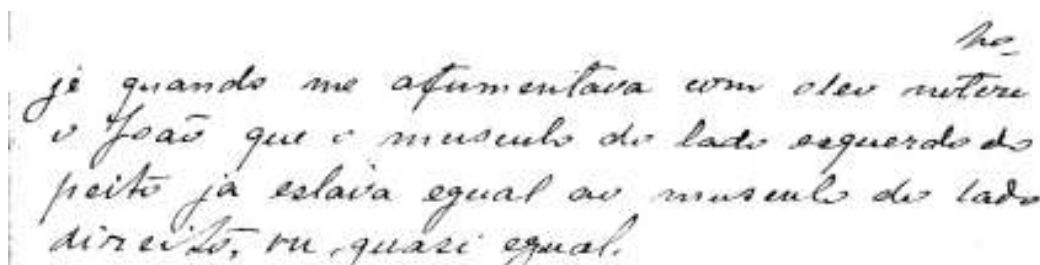
*Depois que tomei o alcali o estômago se  
melhorou muito; com o álcool comecei a  
me sentir muito mais forte, e agora que  
estas coceiras parece que vão pondo  
pº fora maus humores a saúde do espí-  
rito, a última a manifestar-se aparece  
finalmente.*

“[d]epois que tomei o álcali o estômago melhorou muito; com o álcool comecei a me sentir muito mais forte, e agora que estas coceiras parece que vão pondo para fora maus humores, a saúde do espírito, a última a manifestar-se, apareceu finalmente”. (1998, p. 135)

Dentre as propriedades e usos do álcool, Chernoviz destaca que diluído em água e em pequena dose, atua como “excitante do aparelho cerebral. É então um poderoso remédio sempre que é necessário excitar as forças da vida”.<sup>148</sup> Com relação ao estômago, que incomodava Couto de Magalhães conforme citação acima, o médico destacava as vantagens

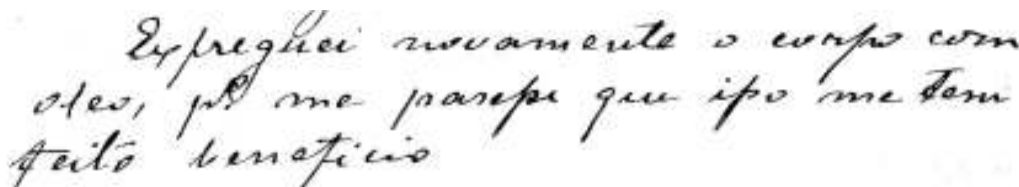
<sup>148</sup> Cf. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *A grande farmacopéia brasileira: formulário e guia médico*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 1996a, vol. 1, p. 302.

do álcool na dissolução das gorduras e no favorecimento da digestão. Note-se que a saúde era entendida como um *continuum*: na medida em que os medicamentos ajudavam o organismo a expulsar os maus humores, garantia-se a harmonia física posto que o indivíduo tinha seu corpo em equilíbrio humoral. Por isso ele se julgava muito mais forte. Como numa espécie de ascese corpo-mente, só depois de garantido o equilíbrio dos humores e o bem-estar do corpo é que o indivíduo alcançaria a “saúde do espírito”, fonte de satisfação ou de felicidade. Mas, para chegar a este nível, seria necessário muita energia e força de vontade para ajudar a si mesmo. Além de se utilizar dos cinco sentidos, tal qual preconizava a medicina hipocrática, o general não dispensava a ajuda de terceiros, como se depreende do registro feito aos 12 de agosto de 1880:



“hoje, quando me afumentava com óleo, notou o João que o músculo do lado esquerdo do peito estava igual ao músculo do lado direito, ou quase igual” (1998, p. 77)

Maria Helena P. T. Machado observou com relação a este trecho do diário que talvez o general queimava óleo e expunha-se a seus vapores (1998, p. 77). De todo modo, no registro do dia anterior, ele escrevia:



“[e]sfreguei novamente o corpo com óleo, por me parecer que isso me tem feito benefício” (1998, p. 76)

Em todo caso, considerando que esse tipo de observação procurando ter ciência da simetria entre as diferentes partes do corpo era recorrente na maneira como o general se auto-examinava, considerando ainda que João era um garoto e que o tipo de observação que ele fez exige uma certa técnica no olhar, o mais provável é que ele tenha apenas atendido a uma

solicitação por parte de Couto de Magalhães.<sup>149</sup> Na eterna vigília contra o desequilíbrio das funções do corpo, cabia até mesmo a mobilização das pessoas do ciclo de convivência pessoal.

Muito embora a teoria dos humores tenha progressivamente caído em descrédito junto aos médicos alopatas ao longo do século XIX, manteve-se forte entre a população, tanto entre as camadas populares quanto nos membros da elite, como bem exemplifica Couto de Magalhães, sendo prática comum o uso de vomitórios, purgantes, laxantes, sangrias, suadouros e outros recursos de estimulação das atividades fisiológicas excretoras. Este humorismo hipocrático permaneceu arraigado por muito tempo no conceito popular de doença. Certamente que ao reunir os planos natural, cultural e sobrenatural, o neo-hipocratismo acabava seduzindo mais a população do que a visão especializada e secularizada de setores da alopatia. Só com muito esforço os médicos alopatas conseguiram fazer predominar a noção de que as doenças deveriam ser buscadas e explicadas em função de alterações observáveis nos tecidos orgânicos e não na alteração dos humores.

Conforme comentado mais acima, o primeiro e mais importante dos manuais de terapêutica médica que circularam no Brasil do século XIX foi o *Formulário e Guia Médico*, de autoria do doutor Chernoviz, publicado pela primeira vez em 1841. Chernoviz era polonês de nascimento, obtendo o título de doutor em Medicina pela Escola Médica de Montpellier, França. Em 1842, publicou uma obra de maior fôlego, o *Diccionario de medicina popular e das ciências acessórias*, que o transformou no médico mais conhecido no Brasil. Segundo Luiz Otávio Ferreira,

“[o] dicionário também teria o mérito de, em vez de cuidar exclusivamente do tratamento das doenças já instaladas, preocupar-se, fundamentalmente, com a prevenção difundindo os ensinamentos da moderna higiene”.<sup>150</sup>

Assim, ao mesmo tempo em que divulgava o conhecimento médico em vias de institucionalização, a obra de Chernoviz contribuía para dar mais segurança aos “médicos de si mesmos”, na medida em que apresentava para um público maior e numa linguagem mais

---

<sup>149</sup> Estando em Londres, Couto de Magalhães fazia uso de João para a realização de pequenas tarefas, tais como comprar e cortar as brochuras dos livros, comprar jornais ou acompanhá-lo em seus passeios e atividades de pesca ou remo. Em troca, João recebia alguns trocados, que ajudavam no sustento de sua pobre família.

<sup>150</sup> Cf. FERREIRA, Luiz Otávio. “Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)”. In: CHALHOUB, Sidney *et. all.* (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Capítulos de História Social. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 119.

acessível, inclusive com ilustrações, as causas, sintomas, tratamentos e receitas para cada moléstia. No subtítulo do *Diccionario*, por exemplo, consta que este era “para o uso das famílias”. É comum entre os pesquisadores que lidam com a temática da história da medicina no Brasil a afirmação de que esta foi a obra médica mais difundida no Brasil durante o século XIX. Para Lycurgo Santos Filho, por exemplo, “[e]sse livro foi o oráculo da medicina, em todo o país”.<sup>151</sup> Antes do surgimento dos dicionários, o costume era de se escrever e guardar as prescrições, receitas, fórmulas medicamentosas e maneiras de tratamento, para que não fossem esquecidas ou sofressem alterações que acabassem por inviabilizar seu uso.

Um exemplo disso é o *Livro de Razão* escrito no sertão da Bahia pelo fazendeiro Antônio Pinheiro Pinto, entre 1799 e 1810. Seguindo o costume da época, ele copiou receitas para tratamento de doenças e afecções, com a indicação da manipulação, da dose e da dieta ou resguardo. Uma das anotações do fazendeiro diz o seguinte: “[r]eceita pa. curar intras [antráz] aprovada plo. dor. Couto he o Sege” (*apud* Santos Filho, 1956, p. 195). Segundo Lycurgo Santos Filho, associar um medicamento ao nome de determinado “doutor” era uma prática comum até o século XIX, como forma de conferir autoridade e importância ao medicamento. Assim, muitos anúncios de drogas mencionavam nomes de doutores ingleses ou franceses, que não necessariamente existiam ou eram responsáveis pelo produto anunciado. Esse tipo de anúncio era muito comum nos jornais brasileiros daquele período, que frequentemente divulgavam xaropes, infusões, elixires contra todo tipo de males ou o apelo às virtudes terapêuticas das ervas amazônicas. Com relação ao Dr. Couto que teria aprovado a receita para antraz, diz o autor:

“[h]ouve, na verdade, um Doutor Couto, José Vieira Couto, que exerceu a medicina no Hospital da Administração da Intendência dos Diamantes, no Tijuco, em pleno distrito diamantino mineiro. Foi um homem erudito, autor de trabalhos sobre mineralogia e um dos raros indivíduos formados — era bacharel em filosofia, matemática e ciências naturais — a praticar a medicina naquela época e naqueles sertões. Nasceu no Tijuco e ali faleceu em 1827. Ora, situando-se a fazenda do Campo Seco em terras próximas da região diamantina baiana, não seria de estranhar que o “Doutor Couto” mencionado na receita fosse alusão ao mesmo José Vieira Couto, de nome ali bem conhecido, dado o intenso intercâmbio comercial e humano existente entre as regiões mineira e baiana. É bem certo, no entanto, que José Vieira Couto nada teria a ver com essa receita...” (1956, p. 195)

Na verdade, o Doutor Couto referido era o matemático, mineralogista e naturalista José Vieira do Couto, avô do general José Vieira Couto de Magalhães. Sendo correta a

---

<sup>151</sup> Cf. SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 191.

informação de Lycurgo dos Santos Filho, avô e neto não se conheceram, posto que o primeiro faleceu em 1827, dez anos antes do nascimento do general. De todo modo, a situação serve como indicativo da prática de se conferir confiabilidade a um medicamento, associado ao nome de um doutor. Com a publicação dos dicionários de medicina, o trabalho dos fazendeiros-curandeiros e de muitos outros ligados às artes de curar ficou mais fácil, na medida em que prescrições, receitas, fórmulas medicamentosas e maneiras de tratamento estavam didaticamente fixadas no papel, legitimadas pelo nome de um médico respeitado nacionalmente.

Conforme observou Gabriela Sampaio, a expressão ‘medicina popular’ no título do *Diccionario* de Chernoviz deve ser “... entendida como medicina alopática que pode ser realizada por pessoas comuns na ausência do médico”.<sup>152</sup> Ensinando regras básicas de primeiros socorros e remédios para diversos tipos de doenças, os dicionários populares serviram como um poderoso instrumento nas mãos das pessoas que viviam mais afastadas da Corte e das principais cidades, sem poder contar com o serviço de médicos. É bem verdade, que ainda assim, tais pessoas não ficavam ausentes de qualquer tipo de atendimento médico, já que era comum o recurso aos demais profissionais das artes de curar, tais como curandeiros, barbeiros, sangradores, benzedeiros, entre outros. Ocorre que o esforço de popularização da medicina alopática procurava, por um lado, ganhar a confiança da população e, por outro, desmoralizar as demais práticas de cura como sendo obra de “charlatães”.

A noção do “médico de si mesmo” encontra suporte em textos médicos da Antiguidade, na medida em que muitos destes, conforme observou Foucault, geralmente

“pretendem estabelecer regras, dar opiniões, conselhos, para se comportar como convém: textos ‘práticos’ que são, eles próprios, objeto de ‘prática’ na medida em que eram feitos para serem lidos, aprendidos, meditados, utilizados, postos à prova, e visavam, no final das contas, constituir a armadura da conduta cotidiana”. (1984b, p. 16)

Ao discorrer sobre a importância que os gregos atribuíam ao regime, Foucault observa que

“[p]ara que a boa gestão do corpo venha a ser uma arte da existência, ela deve passar por uma colocação na escrita, efetuada pelo sujeito a propósito de si mesmo; através da escrita ele poderá adquirir sua autonomia e escolher com conhecimento de causa o que é bom e o que é mau para ele: ‘Se vos observardes desse modo, diz Sócrates a seus discípulos, dificilmente encontrareis um médico que possa discernir melhor do que vós próprios o que é favorável à vossa saúde’”. (1984b, p. 98)

---

<sup>152</sup> Cf. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001, p. 106.

Toda a postura adotada por Couto de Magalhães ao redigir seu diário íntimo caminha nesse sentido. De fato, ele procurava exercer uma boa gestão de seu próprio corpo, enquanto arte da existência, por meio da colocação de seu corpo na escrita detalhada e constante do diário. Comparando autores, observando a si mesmo, submetendo-se a experiências dietéticas cujos resultados eram julgados por ele próprio, o general buscava sua autonomia no que se refere a sua própria saúde. Para o desespero da medicina oficial, ávida por se consolidar como única fonte de verdade sobre corpos e mentes, a temática do “médico de si” fazia com que as escolhas individuais dos enfermos não implicassem em obediência ou subordinação passiva ao saber de um especialista.

Conforme vimos na citação de Couto de Magalhães feita mais acima, para “corrigir e curar” os males que diagnosticou em si mesmo, o general contava com “paciência e perseverança”, revelando total descrédito na medicina “atrasada” de sua época. E note-se que o registro data de 21 de agosto de 1880, momento em que já existiam no Brasil academias de medicina e que a medicina oficial já vinha travando uma longa batalha contra as demais artes de curar. Por outro lado, o registro foi feito em Londres, onde a medicina oficial poderia ser definida como mais “avançada” do que a do Brasil, mas que não merece nenhuma observação por parte do autor. Observando-se por conta própria e procedendo por tentativa Couto de Magalhães procurava constituir a armadura da vida cotidiana. A relação de Couto de Magalhães com o médico e a medicina nos permite relativizar a afirmação de Philippe Adam e Claudine Herzlich quando dizem que

“[n]as sociedades industriais contemporâneas, a doença implica o contato com a Medicina. Consultar um médico e seguir suas prescrições é a atitude quase imediata de quem fica doente ou sente algo estranho com o organismo. Chega a ser uma obrigação moral: é necessário ser um ‘bom paciente’, ou seja, é preciso cuidar de si”.<sup>153</sup>

Se pensarmos que o general fazia seu “diário clínico” e suas experiências medicamentosas em plena Londres da segunda metade do século XIX, berço das sociedades industriais contemporâneas, é preciso considerar que a idéia de que diante de qualquer sintoma um médico deverá ser consultado só iria se impor muito mais tarde. De todo modo, Adam & Herzlich se dão conta disso, parecendo aplicar o termo sociedades industriais contemporâneas às sociedades atuais. Logo em seguida à citação anterior, os autores dizem que

---

<sup>153</sup> Cf. ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 31.

“[a]ntes da Segunda Guerra Mundial, o médico era procurado somente em situações consideradas graves. A evolução para a atual situação de uma sociedade ‘medicalizada’ levou séculos”. (2001, p. 31)

Durante grande parte do século XIX, consultar um médico e seguir suas prescrições, longe de ser uma atitude quase imediata, era a última atitude de quem ficava doente ou sentia algo estranho em seu organismo. Discutindo as práticas médicas na região de Campinas, em São Paulo, no século XIX, Regina Xavier afirma que “[e]m 1875, por exemplo, o lazareto da Câmara Municipal era conhecido como ‘matadouro’”.<sup>154</sup> Se hoje é comum se referir ao hospital como o lugar aonde se vai para obter a cura, até o século XIX ele era visto como o lugar aonde se ia para morrer. A própria noção de “paciente” demora a se impor aos enfermos. Analisando cartas enviadas para publicação nos jornais cariocas na década de 1880, Gabriela Sampaio observa o quanto tais cartas, muito embora tivessem como objetivo agradecer pelo tratamento de determinado médico, acabavam por mostrar um pouco da relação entre “pacientes” e doutores daquela época. Segundo a autora, o tom das cartas evidencia que as pessoas geralmente tentavam de tudo para não serem obrigadas a recorrer aos médicos. Diz ela que, de um modo geral, as cartas

“... transmitem a impressão de que não era comum procurar um médico quando se estava doente. Ao contrário, parecia que se render a esses especialistas era mesmo o último recurso, a derradeira tentativa de quem não tinha nada a perder”. (Sampaio, 2001, p. 68)

E lembre-se que são cartas produzidas na sede da Corte imperial, onde, em 1808, surgiu uma das primeiras “escolas cirúrgicas” do Brasil. Em 1829, fundou-se a Sociedade de Medicina da Corte, que, em 1835, passou a se chamar Academia Imperial de Medicina. Conforme observou Costa, “[e]ssa entidade representava o grupo médico que lutava por se impor junto ao poder central como elemento essencial à proteção da saúde pública e, por extensão à ordenação da cidade” (2004, p. 57). O que imaginar da relação da população com os médicos nos outros cantos do país? Nos últimos anos, diversas pesquisas têm demonstrado os embates envolvendo os diversos profissionais ligados às artes de curar, que tanto conflitavam entre si quanto com o restante da população em todos os cantos do Brasil.<sup>155</sup>

---

<sup>154</sup> Cf. XAVIER, Regina. “Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista”. In: CHALHOUB, Sidney *et. al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Capítulos de História Social. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 340.

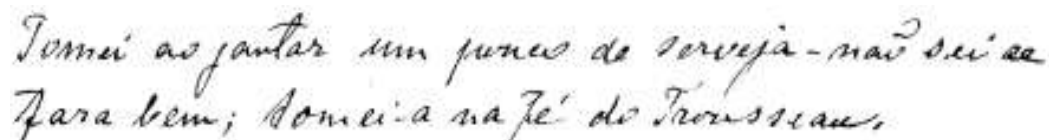
<sup>155</sup> Cf. entre outros, FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo, 1870-1950*. Dissertação de mestrado em história social, IFCH, UNICAMP. Campinas, 1996; BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Tese de doutorado em história social, IFCH, UNICAMP. Campinas, 1999, publicada em 2004; WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: UFSM; Bauru: EDUSC, 1999; SAMPAIO, 2001; CHALHOUB, Sidney

Ainda em 1882, às vésperas da República, os médicos eram alvo de piadinhas nos jornais cariocas, como a que segue abaixo, publicada no *O Paiz* aos 16 de fevereiro de 1882, relatada por Gabriela Sampaio:

“[e]ntão como vai nosso doente? diz o médico a um amigo à entrada do quarto de um cliente.  
- Foi-se ‘agorinha’ mesmo. Parece que, se o sr. Doutor tivesse vindo há mais tempo, há mais tempo ele teria ido”. (*apud* Sampaio, 2001, p. 78)

O grande desafio dos representantes da medicina alopática era, além de conquistar a confiança da população, transformar o “médico de si mesmo”, dotado de autonomia diante das questões referentes à sua saúde e a seu corpo, em “paciente”, indivíduo submisso às verdades ditadas pelo médico e que colabora com este sem questionar, tornando-se um “bom paciente”.<sup>156</sup>

Mais do que escutar, Couto de Magalhães procurava ler aqueles que sabem, mas ainda assim, a decisão final sobre que tipo de atitude tomar com relação aos cuidados com o corpo caberia a ele mesmo. Mesmo tecendo elogios ao médico francês Armand Trousseau, sobre quem o general diz, aos 19 de agosto de 1880, que “é isso que se chama de médico” (1998, p. 83), quatro dias depois ele registra:



“[t]omei ao jantar um pouco de cerveja – não sei se fará bem; tomei-a na fé do Trousseau” (1998, p. 91)

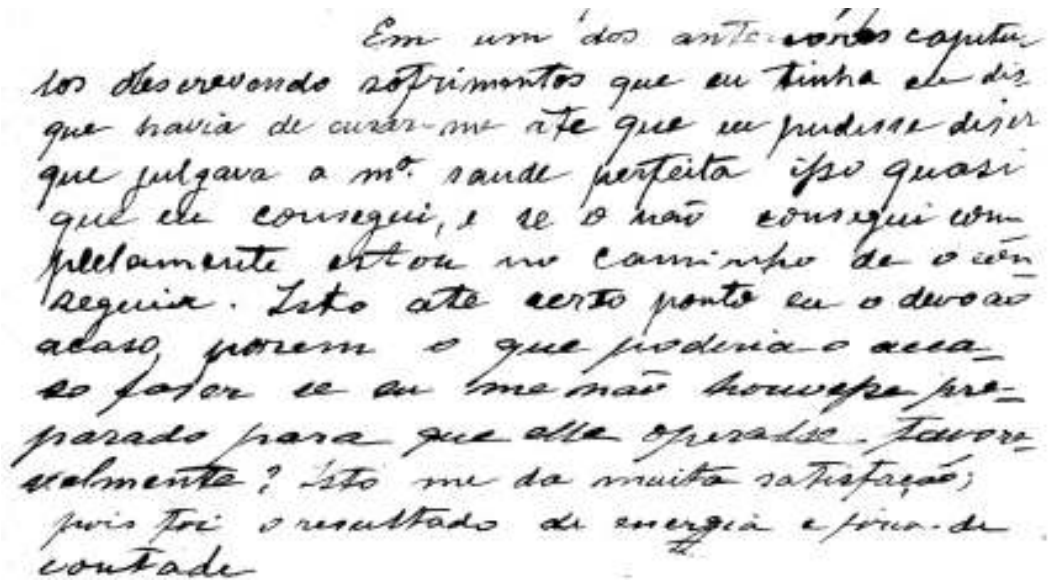
A persuasão se dava muito mais pela leitura e experimentação por conta própria do que pela escuta das verdades médicas. Não bastava a recomendação de Trousseau para que o general se convencesse de que a cerveja faria bem ao jantar, era preciso observar o desenrolar dos efeitos da dieta adotada. A essa altura, estar doente significava muitas vezes ‘estar sob cuidados’ de si mesmo.

---

et. al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de História Social*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2003; GONDRA, 2004 e MARRAS, Stelio. *A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

<sup>156</sup> Para uma discussão sobre o conteúdo autoritário da relação médico-paciente e da importância de inserir o ponto de vista dos doentes nas pesquisas, conferir PORTER, Roy. “The Patient’s View: Doing Medical History from Below”. In: *Theory and Society*, vol. 14, nº 2, mar., 1985, pp. 175-198.

Em registro feito aos dez de outubro de 1880, Couto de Magalhães expressa sua consciência de que era necessário estar preparado para cuidar de si próprio ou para ajudar a natureza a fazê-lo:

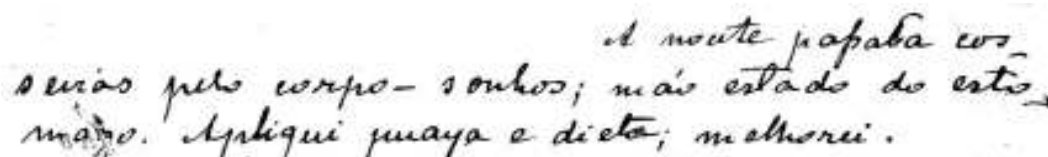


Em um dos anteriores capítulos  
descrevendo sofrimentos que eu tinha eu disse  
que havia de curar-me até que eu pudesse dizer  
que julgava a m<sup>a</sup>. saúde perfeita isto quasi  
que eu consegui, e se o não consegui com-  
pletamente estou no caminho de o con-  
seguir. Isto até certo ponto eu o devo ao  
acaso, porém o que poderia o acaso  
fazer se eu me não houvesse pre-  
parado para que elle operasse. Favore-  
avelmente? Isto me dá muita satisfação;  
pois foi o resultado de energia e força de  
vontade

“[e]m um dos anteriores capítulos, descrevendo os sofrimentos que eu tinha, eu disse que havia de curar-me até que eu pudesse dizer que julgava minha saúde perfeita, isso quase que eu consegui, e se o não consegui completamente estou no caminho de o conseguir. Isso até certo ponto eu o devo ao acaso, porém o que poderia o acaso fazer se eu me não houvesse preparado para que ele operasse favoravelmente? Isso me dá muita satisfação, pois foi o resultado de energia e força de vontade” (Couto de Magalhães, 1998, pp. 135-136)

Mais uma vez, o mérito pela saúde quase perfeita não é atribuído aos médicos ou a medicina oficial, mas a si mesmo. O equilíbrio ou a harmonia alcançada é resultado de energia e força de vontade, da auto-observação e das experiências medicamentosas às quais ele se sujeitava.

Ao sentir coceiras pelo corpo, Couto de Magalhães aplicava poaia, produto extraído da planta denominada ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*):

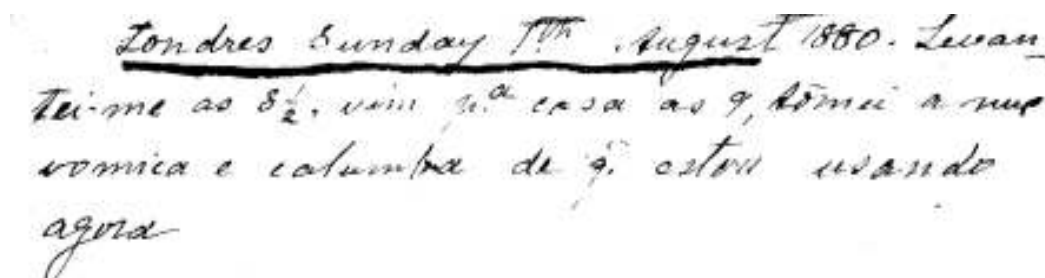


A noite passava co-  
ceiras pelo corpo - sonhos; mau estado do estô-  
mago. Apliquei poaia e dieta; melhorei.

“[a] noite passada coceiras pelo corpo – sonhos; mau estado do estômago. Apliquei poaia e dieta; melhorei”. (Couto de Magalhães, 1998, p, 57)

Em sua obra *A grande farmacopéia brasileira* Chernoviz considera a ipecacuanha “um dos medicamentos mais recommendáveis”, destacando entre suas propriedades e usos o fato de ser vomitiva, se ministrada em alta dose e tônica e expectorante se em doses pequenas. Também era bastante utilizada por provocar facilmente o suor,<sup>157</sup> características estas que a tornavam bastante valorizada por sua sintonia com a teoria dos humores da medicina hipocrática. Dentre as espécies desta planta, usava-se a Ipecacuanha Branca (*Solea Campestris*) para combater as doenças de pele, como o fez Couto de Magalhães, por seu poder depurativo. Além disso, utilizava-se outras espécies para debelar disenterias, diarréias e catarros.<sup>158</sup> Ao longo do *Diário íntimo*, o general faz referências ao uso de poaia diante dos seguintes sintomas: língua amarela, ameaça de cólica, ataque de gases e dores no estômago.<sup>159</sup> Segundo o *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*, ipecacuanha, do tupi *ipeka'-kuaña*, significa “pênis de pato”.<sup>160</sup>

A leitura do *Diário íntimo* evidencia que uma das grandes preocupações de Couto de Magalhães era a tonificação do sistema nervoso, conforme se depreende do registro abaixo:



“Londres Sunday 1st August 1880. Levantei-me às oito e meia e vim para casa às nove, tomei a *nux vomica* e catumba de que estou usando agora” (1998, p. 60)

Note-se que na edição do *Diário íntimo*, compilou-se erradamente a palavra calumba como “catumba”. Em nota de rodapé, Maria Helena P. T. Machado afirmou que

<sup>157</sup> Cf. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *A grande farmacopéia brasileira: formulário e guia médico*. Um guia das plantas medicinais brasileiras. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 1996b, pp. 972-973, verbete *ipecacuanha*.

<sup>158</sup> Cf. CRUZ, Gilberto Luiz da. *Dicionário das plantas úteis do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 390-391. Verbetes *ipecacuanha*.

<sup>159</sup> Citando Marques de Carvalho, Beltrão informa que a ipecacuanha foi um dos medicamentos empregados pelos médicos homeopatas para combater a cólera na Europa, na primeira metade do século XIX. Diz ainda a autora que a referida planta fazia parte do repertório de medicamentos manipulados pelos profissionais de saúde popular no Pará, além de fazer parte da lista de medicamentos que compunham a “botica doméstica” considerada ideal pelo Dr. Chernoviz. Conferir BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004. p. 206.

<sup>160</sup> Cf. CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo, Melhoramentos, 1989, p. 156. Verbetes *ipecacuanha*.

“Couto provavelmente se refere a *catuaba* (catuaba-verdadeira – *Anemopaegma glaucum* – ou catuaba-preta-da-bahia – *Tetragastris catuaba*), que tinha muitos nomes populares, como tatuaba, tatuíba, caramuru, caatiba. Planta anti-sifilítica e tonificante do sistema nervoso”. (Machado, 1998, p. 60)

O equívoco na compilação se repete mais à frente, quando Couto de Magalhães registra que

“[c]ontinuo com o tônico de *nux vomica* e catumba. Dia perfeitamente saudável, nenhum fenômeno mórbido” (1998, p. 98)

Na verdade, Couto de Magalhães se referia mesmo a calumba (*Chusmanthera palmata*), arbusto de sabor amargo originário da África oriental. Era muito utilizado como tônico, mas também contra diarréia, escrófulas, vômitos e dispepsia (má digestão). O mais provável é que o general fizesse uso da “mistura contra a inapetência” prescrita por Chernoviz no *Formulário e Guia Médico*, que apresentava a maneira de preparar o tônico:

“[t]intura de calumba 50 gram. | Tintura de *nox vomica* 5 gram.  
D. uma colher, das de chá, ao almoço e ao jantar, misturado com um pouco d’água”  
(Chernoviz, 1996a, p. 476)

Note-se que o tônico que o general tomava era exatamente a combinação de *nux vomica* e calumba, preocupado com a tonificação de seu sistema nervoso. Convém aqui ressaltar a importância de se ter acesso aos originais dos diários íntimos pesquisados, conforme discutido no primeiro capítulo. Muito embora tanto a calumba quanto a catuaba fossem utilizados como tônicos, entre uma e outra existem diferenças que podem conduzir a análise para outros enfoques. Assim, talvez Maria Helena P. T. Machado tenha confundido calumba com catuaba por saber que Couto de Magalhães havia sido acometido de sífilis, muito embora não haja referências a este fato no diário que a historiadora prefaciou. Não à toa, ela aponta o uso da catuaba como planta anti-sifilítica. De outro modo, ao ler no *Diário íntimo* a preocupação do autor com o registro de suas ereções, conforme discutiremos com mais detalhes no próximo capítulo, fácil seria relacionar este fato com o suposto uso da catuaba, já naquela época reconhecida como planta afrodisíaca.

Com relação a *nux vomica*, trata-se da semente da *Strychnos nux vomica*, planta originária da Índia. É uma planta que exige bastante cuidado no manuseio, podendo provocar a morte se consumida em altas doses. Chernoviz indica entre os efeitos desta planta a “erecção do membro viril” do que decorre sua valorização no combate à impotência (1878, p. 481). Mas, alerta ele, “... o emprego de todas as preparações d’este medicamento exige a maior circumspecção” (1878, p. 481) e seus efeitos devem ser devidamente vigiados. Ainda que não fosse impotente por ocasião dos registros feitos no *Diário íntimo*, os efeitos da *nux vomica* sobre o membro viril podem ter sido uma motivação a mais para seu uso por parte de Couto de Magalhães, que ao longo do diário se mostra atento ao registro de suas ereções ou ausência delas.

Mais do que se automedicar, era comum àquela época a prática de medicar outras pessoas por conta própria, numa atitude de estender para outros as experiências medicamentosas que se julgava terem dado certo consigo mesmo. Joaquim Nabuco fez um registro bastante interessante dessa prática em seu diário íntimo, aos 3 de janeiro de 1877, mantendo um certo tom de ironia:

“[à]s vezes parece-me que ser médico é uma inclinação natural e que o homem tem o instinto curativo. No Brasil a saúde é o tópico geral e nenhuma descrição é mais completa do que fazem os hóspedes e os donos da casa uns aos outros de sua última enfermidade. Se ela foi ou é crônica, a narração não tem outro caráter. O desejo, porém, de dar a alguém o remédio que nos curou, e a insistência que se faz por que os outros o tomem, vem tanto desse ‘leite da bondade humana’, como da metade de charlatão, e se a palavra vai adiante do sentido, da metade desse espírito de universalidade ou de ciência que há na maior parte dos homens”.<sup>161</sup>

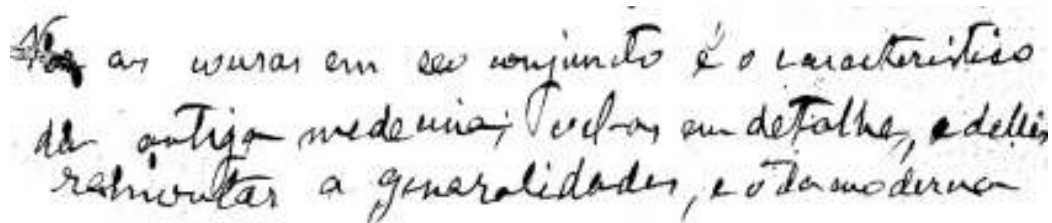
Couto de Magalhães também costumava prescrever remédios para outros, como o fez com sua amante inglesa Lily, aos 27 de agosto de 1880:

*fui a Baker Street onde  
encomendei o remedio de nux vomica pto min  
e pto a Lily e os 4½ uni para casa da Lily, que  
encontrei e que comodada com uma exacerba  
ção da molestia de garganta; receitei um pou  
co de brandi aqua quente apurar e caia de  
limão.*

<sup>161</sup> Cf. NABUCO, Joaquim. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006, p. 85.

“[f]ui à Baker Street, onde encomendei o remédio *nux vomica* para mim e para Lily, que encontrei incomodada com uma exacerbação da moléstia da garganta; receitei um pouco de brandy, água quente, açúcar e casca de limão” (1998, p. 94)

A determinação da medicina hipocrática de que os enfermos deveriam ser tratados como um todo constituía um atrativo para muitas pessoas que não concordavam em serem tratadas de forma especializada, cada parte do corpo correspondendo a um saber médico específico. Couto de Magalhães compartilhava esta crítica à medicina moderna, registrando em seu diário, aos 21 de janeiro de 1881, no momento em que lia a edição das obras completas de Hipócrates, traduzida por Émile Littré:



Ver as coisas em seu conjunto é a característica da antiga medicina; vê-las em detalhes, e delas remontar a generalidades, é a da moderna

“[v]er as coisas em seu conjunto é a característica da antiga medicina; vê-las em detalhes, e deles remontar a generalidades, é a da moderna”. (1998, p. 222)

Mais uma vez, o diário de Joaquim Nabuco nos mostra que essa atitude crítica diante da medicina oficial era comum a outros homens da época. A citação é longa, mas bastante ilustrativa do debate aqui apontado:

“[e]u penso que só se deveria consultar os médicos em conferência. Juntos eles não só prestam mais atenção aos fatos como sentem-se mais responsáveis perante o doente. O defeito do médico "geral" é que raro ele pensa na especialidade, e o do especialista, que tudo lhe parece entrar (pelo menos está sempre disposto a tentar a inserção) no seu domínio. Nas horas de consulta, o médico está ouvindo um doente, pensando nos que esperam no salão e no relógio. Lembra-me os nossos confessores. O médico toma facilmente o que o doente sugere e os fenômenos em que ele insiste como seu guia no diagnóstico. Eu, por exemplo, tive uma pequena tonteira. Queixei-me ao dr. Allingham e ele explicou-a logo pelas hemorróidas. O dr. Weber, pela dispepsia, o dr. Brame por anemia. E todos me trataram da causa. Ora, eu posso sofrer de cada um desses males e não ser nenhum deles a causa determinante do incomodo específico que me levou a consultar os médicos. Quem sabe se a vertigem não foi aural ou ocular? O que me dirão os especialistas de olhos e ouvidos? Pode, porém, não restar-me dinheiro nem paciência, nem confiança, para consultar estes depois da experiência com os outros. Como não teria sido melhor tê-los eu reunido desde o princípio numa conferência ou deixando-os disputar entre si?”. (2006, p. 239, grifos do original)

Em alguns aspectos, guardadas as devidas proporções, a crítica é bastante atual: médicos apressados, incapazes de ouvir e observar os doentes como deveriam e preocupados em atendê-los no menor tempo possível, de forma a diminuir a fila de espera e ganhar tempo. Ao invés de utilizar sua própria observação para elaborar o diagnóstico, o médico

simplesmente acredita no que o doente lhe sugere, o que provavelmente acarretará um diagnóstico impreciso. Ironicamente, Nabuco compara os médicos exatamente com aqueles cuja esfera de influência eles pretendiam substituir junto às famílias, os padres confessores. Por outro lado, a distinção entre médicos “gerais” e “especialistas” aponta para uma das dificuldades enfrentadas pelos médicos para impor seu saber, na medida em que se mostravam diante da opinião pública como divididos em seus discursos e práticas. Fundamentalmente, isso implicava em descrédito junto ao público alvo de seu trabalho. Em se tratando de registros de dois elementos da elite, vê-se que este descrédito não era comum apenas às pessoas de baixo poder aquisitivo, muitas vezes acusadas de não aderirem às prescrições médicas por ignorância.

Em todo caso, nota-se entre a postura adotada por Nabuco e a de Couto de Magalhães uma profunda diferença: Nabuco parece menos afeito aos cuidados de si, expressando certa dependência do saber médico, muito embora este o deixe mais confuso quanto a seu estado de saúde. De certa forma, ele parece acreditar que a questão poderia ser resolvida desde que os médicos fossem reunidos “em conferência”. Enquanto isso, Couto de Magalhães preferia fazer conferências consigo mesmo.

Uma piada publicada no jornal *Opinião Liberal*, de Campinas, São Paulo, aos 13 de outubro de 1881 e relatada por Regina Xavier, indica que mesmo a idéia de reunir os médicos em conferência para atender determinado paciente era alvo de desconfiança:

“[u]m Dr. Célebre em medicina deplorava numa sociedade a morte de um colega, que sucumbira prematuramente.

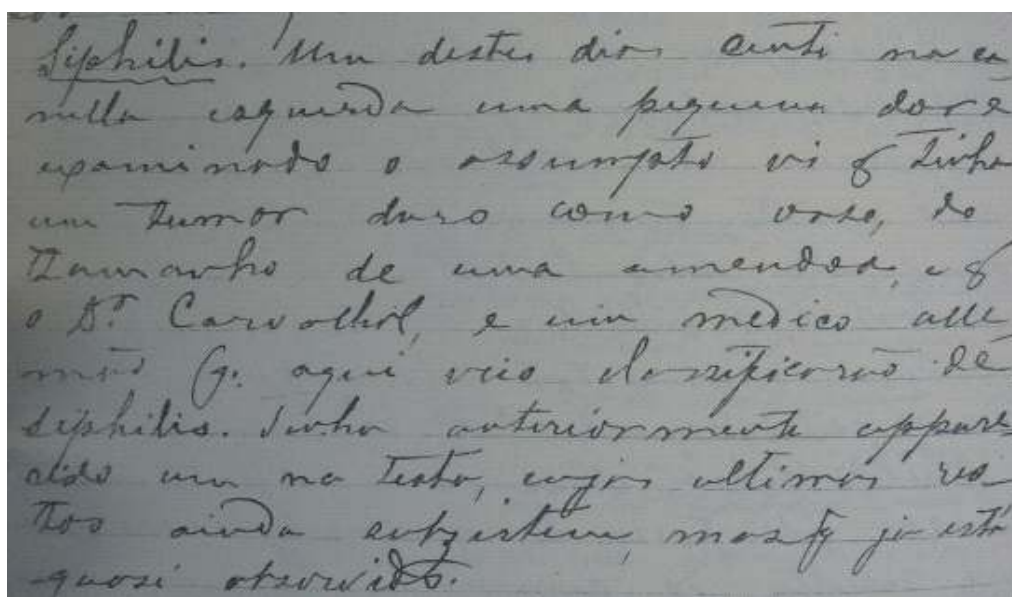
- E contudo, dizia ele, não morreu por falta de cuidados. Eu, o Dr. Fulano e o Dr. Sicrano, não o abandonamos um só momento nos últimos dias de sua doença.

- Pobre rapaz, exclama um dos assistentes; que havia ele de fazer contra três”. (*apud* Xavier, 2003, p. 331)

Ao fazer seus registros no diário analisado nesta pesquisa, Couto de Magalhães havia percorrido diversas regiões do Brasil, seja na condição de presidente de quatro províncias (Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo), seja na de empresário ou simplesmente a passeio. Conhecia, portanto, o trabalho muitas vezes desarticulado dos seguidores de Esculápio em suas batalhas com os demais praticantes das artes de curar pelos mais diferentes cantos do país e a precariedade das instituições de saúde brasileiras. Para ele, estar seguro com relação a sua própria saúde exigia muito mais do que estar sob cuidados médicos. Na verdade, parecia mesmo que o mais sensato era prescindir disso.

## O quadro clínico de um hipocondríaco

Segundo Maria Helena P. T. Machado, “[a]pesar do desfiar constante de sintomas e mal-estares, do que se pode deduzir com base em seus registros, Couto não sofria de nenhuma enfermidade propriamente dita” (1998, p. 34). A referência à sífilis, por exemplo, que abalou profundamente o quadro de saúde do general, só aparece no diário que ele escreveu entre 1887 e 1890, conforme se vê no trecho abaixo:



“Siphilis. Um destes dias senti na canella esquerda uma pequena dor e examinado o assumpto vi q tinha um tumor duro como osso, do tamanho de uma amendoa, e q o Dr. Carvalho, e um medico allemão p. aqui veio classificarão de siphilis. Tinha anteriormente apparecido um na testa, cujos ultimos restos ainda subsistem, mas q já está quase absorvido”.<sup>162</sup>

As análises feitas neste trabalho correspondem aos registros que o general fez em seu diário íntimo escrito entre 1880 e 1887, período em que ele gozava de um estado de saúde bastante tranqüilo. No quadro abaixo, vê-se os registros que ele fazia a partir da observação detalhada de seu corpo, compreendendo tanto sensações reais quanto assimetrias em determinadas partes do corpo que poderiam ser indicativas de desequilíbrio nos humores e possíveis causas de doenças. Em alguns casos, consta a “dieta” a que ele recorreu para recuperar o equilíbrio, ressaltando-se que de acordo com a medicina hipocrática, por “dieta”

<sup>162</sup> Cf. COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Diário do General Couto de Magalhães (1887-1890)*. Revista de História, São Paulo, 1974, versão fac-similar, entrada do dia 16 de maio de 1889.

compreendia-se não só a questão da ordenação do regime alimentar, mas todo o regime de vida do indivíduo.

Quadro 2. Diário Clínico de Couto de Magalhães

| <b>“DIÁRIO CLÍNICO” DE COUTO DE MAGALHÃES</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>“DIETA” AUTO-APLICADA</b>                                                                                 | <b>PÁGINA(S)</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| Coceiras pelo corpo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | Poaia e dieta – resultado: melhorei (57)                                                                     | 57, 135          |
| Mau estado do estômago                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Poaia e dieta – resultado: melhorei                                                                          | 57               |
| Má digestão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Dieta                                                                                                        | 66               |
| Depressão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                              | 67               |
| Sequidão nos dois lóbulos do lábio inferior, fenômenos nervosos, músculo do lado esquerdo do peito diferente do direito, intestinos ruins, ardor no topo da orelha direita, dor no escroto, dor na espádua esquerda                                                                                                                                                |                                                                                                              | 77               |
| Fenômenos nervosos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                              | 77,              |
| Língua amarela                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Quatro grãos de poaia                                                                                        | 77               |
| Estômago mui cheio de gases                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                              | 77               |
| Ameaça de cólica                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Quatro grãos de poia                                                                                         | 77, 80           |
| Vômito ácido                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                              | 77               |
| Ataque de gases                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | “... um grão de poaia que me fez expelir os gases ...” e “... meio purgante de sulfato de magnésio ...” (80) | 77, 78, 80, 92   |
| Dores no estômago                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | Um pouco de poaia, um meio purgante de sulfato de magnésio                                                   | 80               |
| Dispepsia (indigestão)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | Ácido hidroclórico                                                                                           | 83               |
| Língua má antes do jantar, sensibilidade mórbida da orelha, ponto preto no olho, supurenta pequena na gengiva, dor às vezes debaixo da espádua esquerda                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                              | 85               |
| Atrofia leve ou comparativa do músculo da mama esquerda, nevralgias do lado da cabeça, menor força no braço esquerdo, diferença de secreção sudorífica no lado esquerdo, especialmente debaixo do braço, inflamação do prepúcio do lado esquerdo, disposição para inflamação dos gânglios inguinais, atrofia do lobo da coroa do pênis, sensação de frio no grande |                                                                                                              | 86               |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                      |                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-----------------|
| músculo que cobre a bacia, a <i>physsa iliaca</i> esquerda, varicocele dos canais deferentes no escroto do lado esquerdo, temperatura diversa da perna esquerda, hemorróidas e pequenas varizes do ânus no lado esquerdo, predisposição para furúnculos e tumores também no lado esquerdo, cólicas do lado do hipocôndrio direito, borborigmos e desordens no duodeno e no cólon ascendente no lado direito, hemorragias da gengiva no lado esquerdo |                                      |                 |
| Fezes escassas, mais duras e mescladas de grumos amarelo-escuros com massa mais branquicenta                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                      | 87              |
| Urinas turvas saturadas de sais terrosos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                      | 89              |
| Pigarro no lado direito da traquéia-artéria                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                      | 89              |
| Cachexia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                      | 89              |
| Hipocondria                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | “suportei com alguma filosofia” (97) | 89, 96, 97, 105 |
| Cismático <sup>163</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                      | 93              |
| Hemorróidas e evacuações alvinas avermelhadas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                      | 93              |
| Excessivamente nervoso, cheio de terrores vagos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                      | 97, 139         |
| Cheio de cismas e ansiedades                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                      | 100, 101, 153   |
| Epilepsia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                      | 96, 97          |
| Pé esquerdo dormente                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                      | 102             |
| Melancolia                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                      | 122, 135        |
| Espécie de brotoejas no pescoço, pernas e tronco                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                      | 131             |
| Erupção miliar <sup>164</sup> e coceira na pele                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                      | 144             |
| Sensação de estar “escandescido” <sup>165</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Um enema                             | 150             |
| Cólica produzida por pimentas                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                      | 164             |

Alguns elementos do “quadro clínico” do general indicam que muitas vezes o registro era feito muito mais no sentido de manter a vigilância. Dessa forma, a percepção de diferença nas sensações das partes do lado esquerdo e direito do corpo, por exemplo, poderiam ser

<sup>163</sup> Chernoviz identifica o “cismático” entre os “indivíduos atacados de doenças nervosas”, marcados por “soffrimentos puramente Moraes” (1878, p. 462), verbete *nervos*. A categoria “cismático” está associada à noção de “ataque de nervos”, conforme veremos mais a frente.

<sup>164</sup> Neste caso, Couto de Magalhães se referia a brotoejas espalhadas pelo corpo, cuja manifestação ele acompanhava no diário íntimo desde o dia 8 de outubro de 1880.

<sup>165</sup> Escandescer significa “1. Fazer em brasa; inflamar; incandescer. 2. Tornar vermelho; fazer corar; afogear; ruborizar”. Conferir FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975, p. 551, verbete *escandescer*.

indícios de desequilíbrio humoral, sem que representasse ainda uma doença propriamente dita. Seria uma espécie de aviso prévio do corpo, ao qual ele deveria estar atento. Além do sintoma observado, era importante acompanhar seus desdobramentos, registrando inclusive a dieta aplicada e os resultados obtidos, de forma que se pudesse repeti-la ou não posteriormente em situações semelhantes. Daí ele registrar que ao sentir coceiras pelo corpo (sintoma), aplicou poaia (dieta) e que, no fim da contas, melhorou (resultado alcançado).

Algumas observações presentes no quadro acima, dentre as quais “ponto preto no olho”, “brotoejas no pescoço”, “língua amarela” indicam que Couto de Magalhães fazia uso do espelho na atitude de olhar para si. Segundo Alan Corbin, a utilização em maior escala do espelho de corpo inteiro estimulou o que ele definiu como sendo o “ascenso do narcisismo” (1991, p. 423). Nesse sentido, o espelho de corpo inteiro num quarto reservado de hotel, por exemplo, contribuem no processo de identificação do indivíduo com seu corpo, na medida em que este pode ser observado em detalhes. A propósito, Philippe Artières definiu a atitude autobiográfica daquele que guarda papéis, escreve uma autobiografia ou um diário íntimo como a atitude de “... se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio” (1998, p. 4). Observar-se no espelho faria parte do que o autor chama de “arquivamento do eu”: no caso de Couto de Magalhães, as observações do corpo feitas no espelho seriam “arquivadas” nas páginas do diário, fazendo parte do processo de construção de si mesmo como indivíduo saudável, doente e/ou em busca constante do equilíbrio entre corpo e mente.

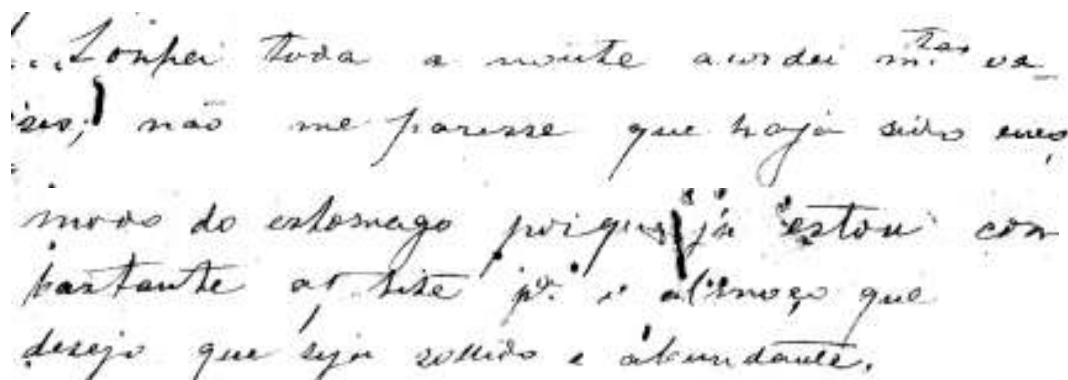
Se é correto afirmar que os diários íntimos evidenciam discursos sobre o doente e as doenças “na primeira pessoa”, registros como os de Couto de Magalhães nos permitem discordar de François Laplantine quando ele sustenta que

*“[o]s diários da doença ... constituem um fenômeno social original e novo. A partir de uns dez anos atrás, com efeito, um número cada vez mais considerável de doentes descobre a escrita por ocasião de uma provação patológica, enquanto que muitos escritores decidem, a exemplo de Raymond Guérin, se tornar ‘o próprio escriba e, ao mesmo tempo, a testemunha e o memorialista de meus males’”. (2004, p. 26)*

Dessa forma, os “diários da doença”, cuja descoberta é situada por Laplantine na década de 1970, seriam na verdade a extensão de uma prática muito mais antiga, um fenômeno social que já podia ser visto em registros íntimos como os diários de Couto de Magalhães, da viscondessa do Arcozelo, citado no capítulo *Diário íntimo: prática cultural de*

*produção de si* ou em “livros de razão” como o de Antônio Pinheiro Pinto, citado mais acima. No caso do general, tudo indica que ele não “descobre a escrita por ocasião de uma provação patológica”, mas que tem na prática do registro de seus males um componente importante da vida cotidiana, independentemente da existência de uma patologia específica. E mais, para ele não bastava ser escriba, testemunha e memorialista de seus próprios males: era preciso ser agente, médico de si mesmo, não apenas “paciente”.

O registro diário de seus sonhos, cismas, ansiedades e sintomas imaginários era feito também no sentido de facilitar o controle de possíveis doenças ou de situações que lhe causassem desconforto. E dentre os sonhos, havia que se prestar bastante atenção àqueles “... em que o espírito anuncia as afecções corporais...” (Hipócrates, 2002, p.104). Sonhar e acordar muitas vezes ao longo da noite, por exemplo, poderia ser sinal de “mau modo do estômago”:



... Sonhei toda a noite acordei m<sup>tas</sup> va-  
zes, não me pareceu que haja sido mau  
modo do estômago porque já estou com  
bastante apetite p<sup>o</sup> o almoço que  
desejo que seja sólido e abundante.

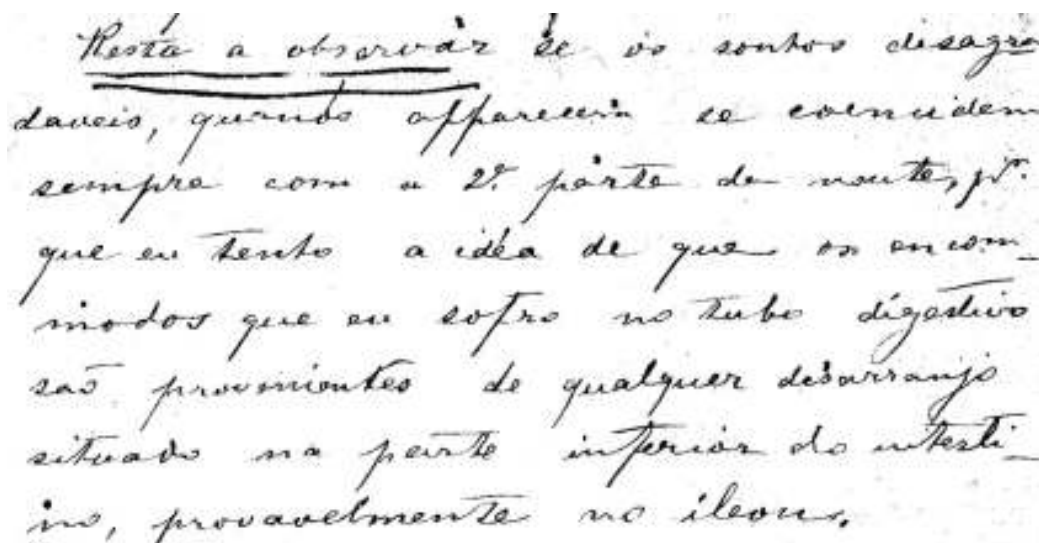
“[s]onhei toda a noite, acordei muitas vezes; não me parece que haja sido mau modo do estômago, porque já estou com bastante apetite para o almoço, que desejo que seja sólido e abundante...” (Couto de Magalhães, 1998, pp. 190-191).

Outras vezes, os sonhos eram divididos em partes, como no registro de 28 para 1º de março de 1881:

*Henrique*  
jantar abundante às 5; À noite muitos  
sonhos; agradáveis na 1.ª parte da noite  
e desagradáveis das 3 da madrugada em  
diante. Será isto indicio que a diges-  
tão se fez melhor no estômago do  
que no duodeno, ou em qualquer  
outra parte do intestino? •

“[o]ntem jantar abundante às cinco e meia. À noite muitos sonhos; agradáveis na primeira parte da noite e desagradáveis das três da madrugada em diante. Será isso indicio que a digestão se fez melhor no estômago do que no duodeno, ou em qualquer outra parte do intestino...”. (1998, p. 207)

A partir da decomposição dos sonhos em partes, o autor procurava identificar regularidades que permitissem acompanhar e associar os movimentos oníricos às sensações corporais, de modo a permitir possíveis mudanças de comportamento:



Resta a observar se os sonhos desagradáveis, quando apparecem se coincidem sempre com a 2ª parte da noite, p.<sup>ta</sup> que eu tenho a idéa de que os incômodos que eu soffro no tubo digestivo são provenientes de qualquer desarranjo situado na parte inferior do intestino, provavelmente no íleo.

“RESTA OBSERVAR: se os sonhos desagradáveis, quando aparecem, se coincidem sempre com a primeira parte da noite, porque eu tenho a idéia de que os incômodos que eu soffro no tubo digestivo são provenientes de qualquer desarranjo situado na parte inferior do intestino, provavelmente no íleo”. (1998, pp. 207-208)

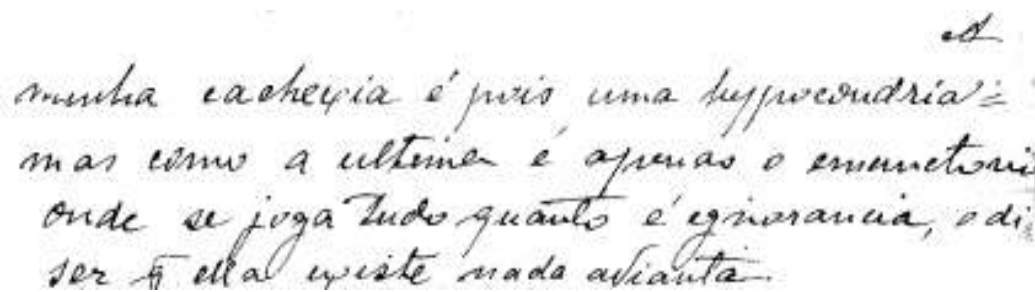
De todo modo, vê-se claramente a idéia hipocrática de que determinados sonhos podem ser indícios de um desarranjo no corpo ou que eles antecipam, avisam quando as afecções estão presentes no corpo. No quarto livro do tratado *Do regime*, Hipócrates afirma que “os sinais que aparecem durante o sono serão de grande valia para aquele que souber julgá-los corretamente” (2002, p. 103). Em outra fonte de leitura de Couto de Magalhães, o gastrônomo Brillat-Savarin, há reflexões bastante parecidas. Assim, ao comentar a “influência da dieta sobre o repouso, o sono e os sonhos”, diz ele:

“[r]epousando, dormindo ou sonhando, o homem não cessa de estar sob a influência das leis da nutrição, e permanece no domínio da gastronomia. A teoria e a experiência se unem para provar que a qualidade e a quantidade dos alimentos influem poderosamente sobre o trabalho, o repouso, o sono e os sonhos”.<sup>166</sup>

Sonhos ruins podem ser indícios de “mau modo do estômago”, de que é preciso fazer alterações na dieta. Como afirmou Savarin, “[a] experiência, baseada em milhões de observações, ensinou que a dieta determina os sonhos” (1995, p. 213).

<sup>166</sup> Cf. SAVARIN, Brillat. *A fisiologia do gosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 211.

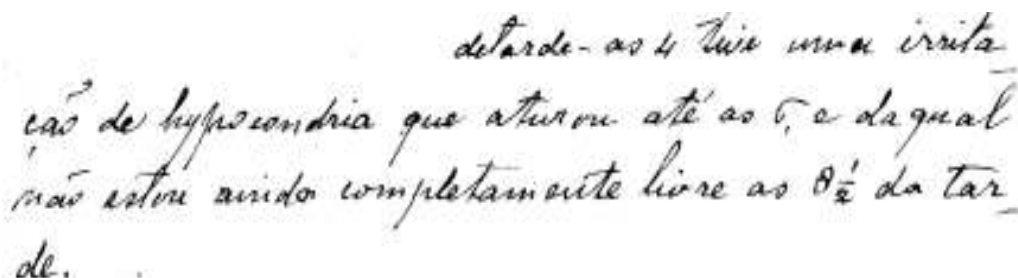
Por três vezes Couto de Magalhães utiliza a palavra hipocondria para definir seu estado de saúde. No primeiro registro, aos 22 de agosto de 1881:



minha cachexia é pois uma hipocondria;  
mas como a última é apenas o ementário  
onde se joga tudo quanto é ignorância, o di-  
zer q' ella existe nada adianta.

“[a] minha cachexia é, pois, uma hipocondria – mas como a última é apenas o ementário onde se joga tudo quanto é ignorância, o dizer que ela existe nada adianta” (1998, p. 89)

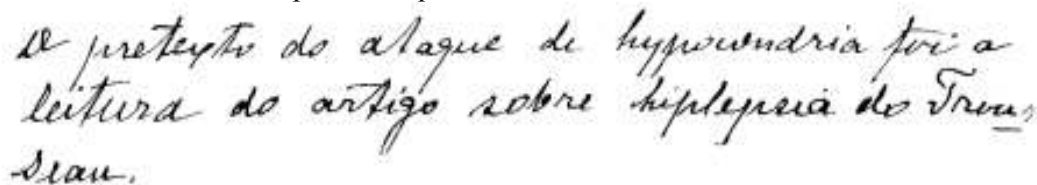
Sete dias depois aos 29 de agosto de 1880:



de tarde - as 4 tive uma irrita-  
ção de hipocondria que aturou até as 6, e da qual  
não estou ainda completamente livre as 8½ da tar-  
de.

“... de tarde – às quatro tive uma irritação de hipocondria que aturou até as seis, e da qual não estou ainda completamente livre às seis e meia”. (1998, p. 96)

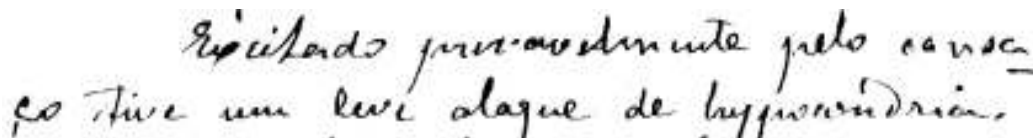
Mais a frente, as razões para o ataque:



O pretexto do ataque de hipocondria foi a  
leitura do artigo sobre epilepsia do Trou-  
seau.

“[o] pretexto do ataque de hipocondria foi a leitura do artigo sobre epilepsia do Trousseau.” (1998, p. 96).

E, por fim, a terceira referência explícita à hipocondria, aos 10 de setembro de 1880:



Excitado provavelmente pelo cansa-  
ço tive um leve ataque de hipocondria.

“[e]xcitado provavelmente pelo cansaço, tive um leve ataque de hipocondria” (1998, p. 105)

Na primeira referência à hipocondria, Couto de Magalhães estava ansioso por imaginar que estava emagrecendo demais, o que poderia comprometer sua saúde. A caquexia, grifada em latim no diário, é caracterizada por um “estado de desnutrição profunda... enfraquecimento geral” (Ferreira, 1975, p. 277) ou ainda um “estado de fraqueza, de emagrecimento extremo do corpo, que constitui a fase final de algumas doenças ou infecções crônicas, como o câncer, a tuberculose e certas intoxicações”.<sup>167</sup> Ele se refere a essa doença no dia 23 de agosto e mesmo admitindo para si que se tratava apenas de hipocondria, no dia seguinte registra que:

*depois do almoço segui para comprar  
uma balança p: me pesar a mim mesmo:*

“... depois do almoço segui para comprar uma balança para me pesar a mim mesmo” (1998, p. 91)

Como apenas dizer que a hipocondria existe de nada adiantaria, a balança ajudaria a confirmar a inexistência da caquexia. Para ser mais preciso, ele se pesava nu e vestido, anotando no diário o peso correspondente (Couto de Magalhães, 1998, p. 95). A “irritação de hipocondria” do dia 29 de agosto de 1880 foi mais curiosa. Depois do almoço, o general deitou para ler um artigo sobre epilepsia do médico francês Armand Trousseau. Bastou a leitura do artigo para que ele passasse toda o resto do dia “excessivamente nervoso”, com uma sensação esquisita no braço esquerdo, alterações na densidade da urina, sentindo choques a qualquer toque e “cheio de terrores vagos”, temia ser acometido de epilepsia e cometer algum crime. Na manhã seguinte ainda estava “apreensivo e cismático” e decidiu fazer um estudo detalhado da epilepsia concluindo que não a tinha nem era provável tê-la. Depois disso, diz ele, “tudo desapareceu como por encanto” (1998, p. 98).

Mesmo assim, o general ainda analisou se havia relação de causa e efeito no fato da irritação de hipocondria ter sido precedida imediatamente de “curiosas alterações nas evacuações alvinas”: as primeiras evacuações estavam avermelhadas e as segundas “não flutuantes” e mais brancas do que o comum. O indicativo de saúde, na linha de interpretação da medicina hipocrática, seriam evacuações flutuantes e mais escuras, mas não avermelhadas. Lembre-se que no registro de 21 de agosto de 1880, citado mais acima, ele observa que as

---

<sup>167</sup> Cf. PINHEIRO, Gilfredo *et. al.* (ed.). *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 193, verbete caquexia.

fezes “nadavam melhor”. Um dos aforismos de Hipócrates diz o seguinte: “[f]ezes negras como sangue, eliminadas espontaneamente, com ou sem febre, são sempre muito funestas” (Hipócrates, 2004, p. 21).

Assim como observou com relação ao espelho, Corbin se refere ao fato de que, a partir de fins do século XIX, “... a crescente intimidade dos locais de defecação favorece a busca do monólogo interior”, o que leva a uma certa “familiaridade do excremento, que constitui um elemento não negligenciável do avanço da *privacy*”. No espaço fechado do sanitário, livre dos olhares curiosos alheios, diz o autor,

“... o corpo nu pode começar a experimentar sua mobilidade a salvo de qualquer intromissão. Este espaço, dessensibilizado ao máximo, transforma-se no templo *clean and decent* do inventário e da contemplação de si próprio”. (1991, p. 442)

Dessa forma, Couto de Magalhães se sentia à vontade para observar a densidade da urina, a cor e o movimento das fezes, o aspecto dos vômitos, enfim, todos os resultados das práticas purgativas às quais ele se submetia por conta própria.

A reação hipocondríaca mais dramática de Couto de Magalhães diante do medo da epilepsia pode ser explicada a partir da lógica da projeção do social sobre o individual. Em primeiro lugar, é possível que o general tenha tido contato com a descrição que Hipócrates fez da epilepsia, então chamada de “doença sagrada”, no tratado *Da doença sagrada*. Uma das preocupações do médico de Cós era exatamente criticar os “charlatães” de sua época, mostrando que tal doença não era mais sagrada que as outras. Segundo Jean Salem, “para lucrar com o doente, os magos o submetem a observâncias ridículas e o fazem imaginar que seu mal constitui a expiação de alguma desonra” (*apud* Hipócrates, 2002, p. 112). Depois de mostrar que a natureza e a origem da epilepsia são físicas como o é nas outras doenças, neste caso originada no cérebro, Hipócrates aponta alguns dos sintomas manifestados numa crise de “doença sagrada”:

“[a] pessoa perderá a voz e sufocará, expelindo espuma pela boca, rangendo os dentes, contorcendo as mãos, virando os olhos, perdendo os sentidos, algumas vezes acontecerá de evacuarem” (2002, p. 117)

Segundo Hipócrates, alguns casos apresentam maior dificuldade de cura: aqueles que manifestam os sintomas desde crianças, os que foram atingidos quando o corpo estava na “força da idade”, dos vinte e cinco aos quarenta e cinco anos e aqueles em quem a doença se manifesta sem indicar com antecedência o lugar do corpo onde começa (2002, p. 122). À

época em que fez estes registros de crises imaginárias de epilepsia, Couto de Magalhães estava com 43 anos de idade, na “força da idade”.

Em *Assassinato e loucura*, Ruth Harris (1993) mostra como, na segunda metade do século XIX, os estudos de neurofisiologia contribuíram para o surgimento de teorias relacionadas com as funções nervosas, suscitando estudos em torno da insanidade mental. As pesquisas médicas acerca dos distúrbios do eixo cérebro-espinhal alertavam para os riscos de desestabilização desse sistema sutilmente organizado, o que poderia gerar no indivíduo situações de desequilíbrio e falta de controle. Nesse sentido, afirma Harris

“[a] linguagem que descrevia o sistema nervoso estava impregnada de expressões metafóricas justapondo controle e desinibição, luta e harmonia, assim como tendências superiores e inferiores”.<sup>168</sup>

Dessa forma, associa-se às explicações dos processos neurofisiológicos todo um conteúdo revestido de implicações morais que poderiam advir do colapso dos mecanismos nervosos que regulariam a vida dos indivíduos em sociedade. Em larga escala, estes indivíduos descontrolados, em função do desequilíbrio do sistema nervoso poderia colocar em risco a própria vida em sociedade. Dentre as evidências clínicas de descontrole observadas pelos psiquiatras oitocentistas, “[o] exemplo mais surpreendente foi o da epilepsia, em que os pacientes eram retratados como máquinas perigosas descontroladas” (Harris, 1993, p. 51), numa metáfora que em tudo alude ao ritmo frenético das máquinas das indústrias européias. O comportamento do epilético traduziria assim o exemplo maior do indivíduo desinibido e incapaz de exercer controle sobre si mesmo. Por outro lado, apesar de uma certa compaixão manifestada pelos médicos para com aqueles que eram acometidos de epilepsia, havia todo um cuidado por parte dos médicos-legistas no sentido de perceber até que ponto determinados indivíduos não dissimulariam os sintomas da doença para encobrir práticas criminosas. Não à toa, o general registra que

82

*Lava cheio de terríveis vagoes, e entre outros  
de eu julga ser acometido de epilepsia  
e cometer algum crime!*

<sup>168</sup> Cf. HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fin de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 50.

“[e]stava cheio de terrores vagos, e entre outros de que eu podia ser acometido de epilepsia e cometer algum crime!”. (1998, p. 97)

A essa altura, a “doença sagrada” dos tempos de Hipócrates era conhecida como “*petit mal*”. Considerando que todo o esforço do hipocondríaco assumido Couto de Magalhães em seu *Diário íntimo* era feito no sentido do exercício constante da moderação, da busca do equilíbrio corpo-mente, compreende-se o fato de uma simples leitura de um artigo sobre epilepsia tê-lo deixado tão aflito, a tal ponto de perder a sensibilidade do braço esquerdo.

Se desde a Antiguidade se explorava a associação entre epilepsia e descontrole moral, com os charlatães da época submetendo os doentes a “observâncias ridículas” e explicando o mal como resultante de alguma desonra cometida pelo indivíduo, Maria Helena P. T. Machado acrescenta que em fins do século XIX a epilepsia era associada à histeria e que

“o caráter polimórfico e teatral dessa ‘doença’, transformada em espetáculo para o público burguês e educado da virada do século, influenciou de modo profundo a imaginação da época, inclusive a de Couto, que acredita apresentar muitos dos sintomas da histeria e do nervosismo, tais como contraturas musculares – note-se aqui a descrição de seus sintomas de perda da sensibilidade da metade do corpo – confusão mental e moral, sugestionabilidade, convulsões e perda da consciência, todos igualmente próximos às crises de epilepsia”. (Machado, 1998, pp. 184-185)

Mais uma vez, o *Diccionario de Medicina Popular* de Chernoviz nos ajuda a compreender melhor determinado aspecto do diário do general. De fato, consta no *Diccionario* uma extensa explicação do verbete *hypochondria*, assim definida pelo médico:

“moléstia especialmente caracterizada por uma preocupação constante, inquieta, sem motivo, ou exagerada, às vezes delirante, sobre a própria saúde. Os symptomas da hypochondria são extremamente variados; não ha quasi parte alguma do corpo que não seja a sede de um soffrimento: a cabeça, o peito, o ventre, são alternativa ou simultaneamente accusados pelo doente de occultarem differentes causas de desordens, de dores e afecções diversas. Estes doentes, que o vulgo chama *scismaticos*, tem geralmente o humor mui variável; ... O estado de sua saúde, sobretudo, os inquieta muito: á menor dor, ao mais fraco accidente, julgão-se no maior perigo. Queixão-se de cahir em estado de fraqueza extrema; empregam as mais exageradas expressões para descreverem os seus soffrimentos...

Os hypocondriacos fallão freqüentemente do aborrecimento que tem da vida, e todavia buscão com ardor os conselhos da medicina; ouvem e consultão os curandeiros, recorrem a todas as receitas que lhes são gabadas, dirigem-se successivamente a novos medicos, ouvem os seus conselhos, mas aborrecem os remedios logo que usão d’elles. O que mais amofina estes infelizes é serem avaliados doentes imaginários... Os hypochondriacos soffrem realmente bastante...

A hypochondria é uma moléstia de natureza nervosa; por isso alguns medicos, e até o vulgo, lhe chamão espasmos, moléstias de nervos ou flatos...”<sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> Cf. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias*. Paris, 1878, vol 2, pp. 171-172.

Não seria difícil encontrar no *Diário íntimo* registros que nos permitem encaixar Couto de Magalhães no conceito de hipocondria. São comuns expressões tais como “passei um dia um pouco abatido” (1998, p. 66), “eu não estava de muito bom humor” (1998, p. 69), “depois do jantar estava cismático” (1998, p. 93), “passei um dia cheio de cismas (1998, p. 100), “ainda hoje estive cismático (1998, p. 101), “... estando ontem e hoje muito nervoso ...” (1998, p. 139). Chamando a si próprio de cismático, imaginando-se epilético, com caquexia, o menor dos indícios parecia colocá-lo diante do maior dos perigos e fazia do estado de sua saúde o tema central de seu diário. Conforme observei mais acima, Couto de Magalhães buscava com ardor os conselhos da medicina, mas não necessariamente essa busca passava pelos médicos. No máximo, por aquilo que estes escreviam. Também não há referências no *Diário íntimo* a consultas feitas a curandeiros ou à utilização de receitas indicadas por terceiros.

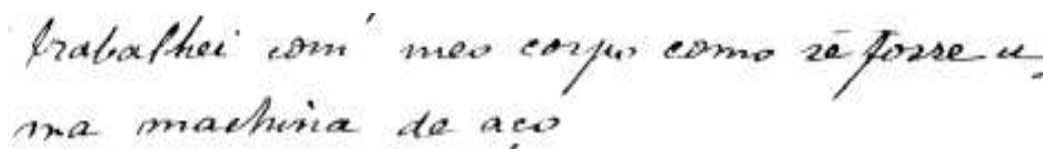
De todo modo, a definição de Chernoviz para a hipocondria me fez relativizar a opinião de Maria Helena P. T. Machado de que o general “não sofria de nenhuma enfermidade propriamente dita”. De certa forma, imaginar que não há enfermidade, é dizer que não há sofrimento ou que não há razão para isso. Conforme definiu Chernoviz, dizer a pessoas com este perfil que elas são doentes imaginários, sem resolução e que não têm moléstia alguma, são “conselhos inúteis” que irritam os doentes e causam-lhes desespero: “os hipochondríacos soffrem realmente bastante” (1878, p. 172), conclui o médico polonês. Em Couto de Magalhães, é difícil discernir o cuidado de si, enquanto técnica de existência, armadura burguesa da vida cotidiana, da hipocondria. Talvez ele tenha sido estimulado de tal forma desde a infância, como muitos outros homens e mulheres de sua época, e tenha se empenhado com tal afincamento em responder a essa petição de saber-poder sobre seu próprio corpo, que essa própria ânsia de tudo conhecer e controlar em si tenha se tornado um problema maior do que qualquer outra doença que lhe acomettesse. Como se, por esse tempo, sua maior doença fosse imaginar a si próprio como portador de todas as doenças do mundo. Talvez esta sim, no período em que escreveu este diário, fosse a doença com a qual ele deveria ter se preocupado, uma “enfermidade propriamente dita”, para usar os termos de Maria Helena P. T. Machado (1998, p. 34).

Também neste aspecto é possível identificar no autor do *Diário íntimo* a projeção do social sobre o individual. Vimos em citação mais acima Joaquim Nabuco afirmar que “no

Brasil a saúde é o tópico geral” (2006, p. 85). Peter Gay observou que, no século XIX, a saúde era o tema predominante nas correspondências pessoais, procurando os missivistas descrever os males que lhes acometiam com detalhes clínicos, numa época em que as doenças eram comuns e os médicos pouco eficientes. No entanto, diz Gay,

“[p]odemos perceber ... que muitos desses males eram psicossomáticos: desmaios, crises inexplicáveis de lassidão e fadiga, dores de estômago e problemas digestivos sem uma causa orgânica, desaparecendo às vezes tão subitamente quanto tinham surgido”. (1999, p. 354)

Muitas cartas pessoais e diários íntimos desta época poderiam ser definidos, conforme Gay, como uma “autobiografia médica”. Segundo Adam & Herzlich, utilizando-se de uma perspectiva comum entre os antropólogos, “[a] experiência da doença tem, certamente, uma nota de universalidade, mas ela também é modelada pelo contexto cultural e social no qual ela ocorre” (2001, p. 8). No século XIX, o avanço da industrialização, com suas implicações sobre o ritmo de vida, a idéia de que é preciso não perder tempo, o fenômeno da multidão, a proliferação de formas de moradia precárias nos grandes centros urbanos, as constantes epidemias, tudo isso vai modelar, de certa forma, a percepção que as pessoas tinham de seus corpos, bem como a noção do que constituía estar doente ou saudável. Cada vez mais, quem trabalhava num ritmo intenso e constante dizia sobre si mesmo que trabalhava “como uma máquina”, como o fez Couto de Magalhães em registro feito aos 20 de outubro de 1880, refletindo sobre as razões que lhe propiciaram dobrar o capital herdado do pai:



Trabalhei com meu corpo como se fosse uma  
máquina de aço

“... trabalhei com meu corpo como se fosse uma máquina de aço” (1998, p. 151)

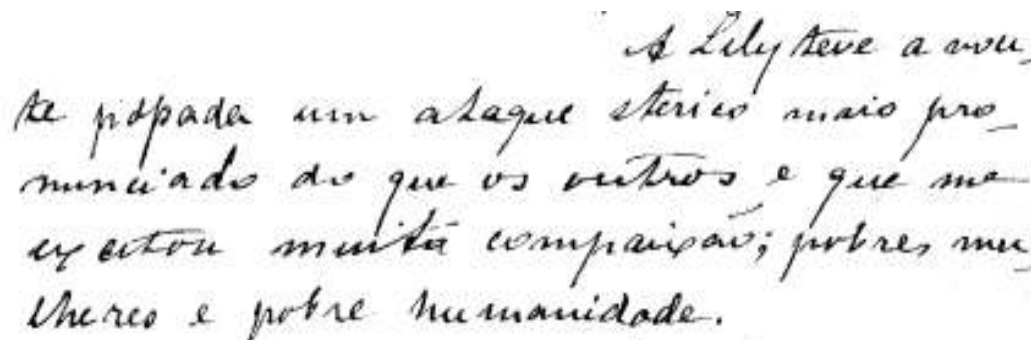
Pouco antes desta citação, Couto de Magalhães se refere à educação que recebeu do pai, que ele define como sendo o “principal instrumento da minha fortuna (1998, p. 151), mas diz orgulhoso que “eu, porém, a edifiquei por mim mesmo: economizei dos meus ordenados ” (1998, p. 151). Note-se que ele se refere a determinadas atitudes valorizadas no mundo capitalista, tais como educação e poupança, com as quais ele traça a trajetória de um *self-made man* que por mérito próprio conseguiu vencer na vida. Depois de dizer que enfrentou toda espécie de perigos, fome e muita ansiedade, o general diz que “o cérebro em que eu tenho posto toda essa pressão necessita urgentemente de repouso” (1998, p. 152). Assim como as máquinas de aço, a máquina humana, guiada pelo cérebro, precisava de repouso, a

fim de não comprometer o elemento determinante de seu funcionamento equilibrado: o sistema nervoso. A “doença dos nervos”, com seus desdobramentos psicossomáticos, constituía uma experiência modelada pelo contexto cultural e social específico em que vivia Couto de Magalhães.

Segundo Foucault, a chamada “doença dos nervos” foi um dos focos utilizados pela medicina, a partir dos séculos XVIII e XIX, para suscitar os discursos sobre o sexo (1984a, p. 32). Chernoviz, define o “ataque de nervos” como

“... certos espasmos, e outros fenômenos nervosos, observados particularmente nas senhoras e nos homens muito irritáveis. Estas pessoas experimentam, a princípio, um incômodo geral que não podem definir; depois sentem uma ansiedade pungente que aumenta até se manifestarem fenômenos convulsivos, e às vezes choro. Os ataques de nervos são produzidos nas senhoras sensíveis pelas palavras ásperas, pelas contradições, contrariedades, e, com mais forte razão, pelos pesares profundos. No mais alto grau constituem o histerismo”.<sup>170</sup>

Se bem que tanto homens quanto mulheres pudessem ser acometidos por “ataques de nervos”, em tese apenas as mulheres eram vítimas das manifestações destes ataques em seu “mais alto grau”, o que constituía o “hysterismo”. Aos 24 de setembro de 1880, por exemplo, Couto de Magalhães fez o seguinte registro:



“[a] Lili teve a noite passada um ataque histérico mais pronunciado do que os outros e que me excitou muito a compaixão; pobres mulheres e pobre humanidade” (1998, p. 115)

Com relação a si mesmo, o general usa termos como cismático, nervoso, hipocondríaco, melancólico, triste, de mau-humor, mas nunca se diz histérico. Ele se acreditava portador de sintomas do nervosismo, sabendo diferenciá-los da histeria. Na verdade, nota-se que hipocondria, histeria, ataque de nervos e epilepsia tinham algo em comum: todas eram enfermidades às quais se associavam explicações que giravam em torno de complicações do sistema nervoso. Daí a referência que Couto de Magalhães faz a uma

<sup>170</sup> Cf. CHERNOVIZ *apud* DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Brasília: Jorge Zahar Editor, CNPq, 1986, p. 65. Duarte cita a edição de 1883 do *Formulário e Guia Médico*.

fórmula para o que ele chama de “dispepsia flatulenta nervosa histérica” (1998, p. 181). Segundo Chernoviz, “[a] hypochondria é uma moléstia de natureza nervosa; por isso alguns medicos, e até o vulgo, lhe chamão espasmos, moléstias de nervos ou flatos...” (1878, pp. 171-172). Os ataques de nervos eram vistos como fenômenos nervosos que ocorriam em homens muito irritáveis e em mulheres muito sensíveis. O mais elevado grau de “ataque de nervos” conduziria à histeria, doença considerada própria das mulheres. E vimos também que a epilepsia era associada ao desequilíbrio do sistema nervoso.

Vimos mais acima que havia uma associação entre o desequilíbrio dos mecanismos nervosos e condutas morais consideradas inadequadas, fora do padrão de normalidade vigente e que colocariam em risco a vida social. Conforme observou Luiz Fernando Dias Duarte, a imbricação entre a avaliação ‘moral’ e o estado ‘físico’ dos sujeitos constituía a marca fundamental da configuração do *nervoso* (1986, p. 65). Indivíduos nervosos em demasia, mulheres histéricas à beira de um “ataque de nervos”, poderiam desenvolver condutas imorais, em função da falta de controle de si mesmos. De acordo com Duarte, o “sistema do nervoso”

“... parece ter sido introduzido no Brasil em meados do século XIX, como atestam títulos de teses das faculdades de medicina brasileiras onde repercutiam a essa altura com razoável rapidez as questões emergentes no saber acadêmico europeu”. (1986, p. 64)

Na literatura brasileira, o autor aponta Aloísio de Azevedo como um marco na introdução do discurso do nervoso na caracterização das perturbações físico-morais dos sujeitos de nossa ficção (Duarte, 1986, p. 65). De fato, tanto em *Casa de Pensão* (1884) quanto em *O homem* (1887), existem várias referências a expressões como sensibilidade, nervosa, sofrer dos nervos, ataque de nervos, entre outras. Magdá, personagem de *O Homem*, volta da Europa, onde procurou melhorar de saúde, no mesmo “... estado em que partiu, se é que não voltou mais nervosa e impertinente”.<sup>171</sup> Além disso, era “melancólica”, “amiga de estar só”, com grandes “olheiras cor de saudade” e, depois de uma decepção amorosa, é acometida de “febre histérica” que vez ou outra vem acompanhada de “delírios e movimentos luxuriosos”. No mundo dos sonhos, Magdá encontra Luís, o homem, seu parceiro amoroso no mundo imaginário, com quem realiza oniricamente seus desejos eróticos.

---

<sup>171</sup> Cf. AZEVEDO, Aluísio de. *O Homem*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2003, p. 18.

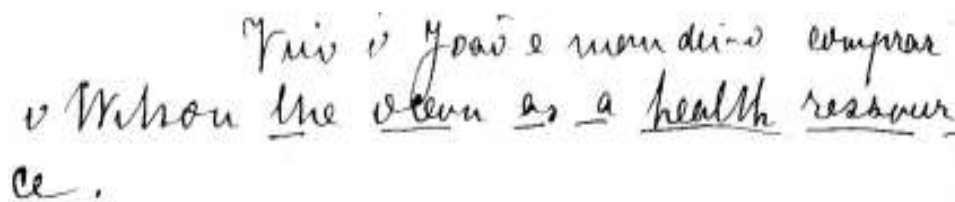
Não mais no campo da ficção, a baronesa de Langsdorff, incomodada com o calor do Rio de Janeiro, além das ruas estreitas e sujas, escreve em seu diário íntimo, em janeiro de 1843, que

“[a] influência do calor tem também algo de desmoralizante. Sentem-se os nervos tão agastados, que a menor resistência machuca. É tanta a preguiça – pois todo movimento demanda um esforço – que não se deseja nenhuma distração ...”. (2000, p. 123)

Também no Rio de Janeiro, preocupada com o tipo de vida que estava levando, a preceptora alemã Ina von Binzer registra em seu diário, aos 24 de dezembro de 1881, o resultado de uma consulta que fez a um médico na Corte:

[o] médico mostra-se muito descontente com o estado de meus nervos esgotados pelo trabalho, o barulho, as dores nevralgias e me aconselhou insistentemente a não retomar meus encargos em S. Francisco, mas, a me despedir da inquisição, dos papagaios, das cinco aulas de piano diárias e, antes de mais nada, a ir a Petrópolis por quatro semanas, (estação climática famosa, além da baía) para me refazer da febre. Petrópolis é também a residência de veraneio do Imperador e durante estes meses toda a diplomacia foge do calor e da febre amarela, para lá”.<sup>172</sup>

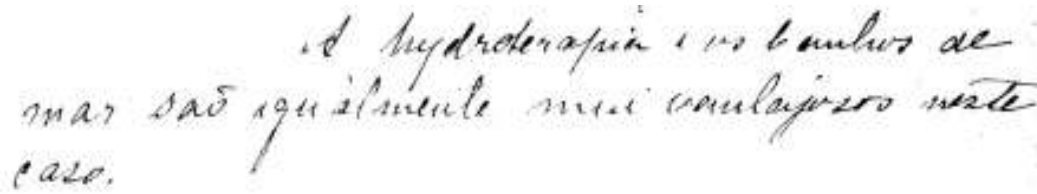
Diante de um calor que “desmoraliza”, que “agasta os nervos”, que deixa os corpos preguiçosos, diante do trabalho excessivo, do barulho e dos “miasmas” que poluíam o ar das cidades, era necessário tomar cuidados para que o desequilíbrio do sistema nervoso não levasse à histeria, no caso das mulheres, ou a um “ataque de nervos”, nos homens. As estações balneárias serviam então como alternativas para se manter o equilíbrio dos nervos, além dos demais efeitos terapêuticos atribuídos às águas taumaturgas, procuradas para cura de enfermidades como lepra, sífilis e reumatismo. Chernoviz recomendava a hidroterapia em casos de “cólicas nervosas”, “afecções nervosas” e “hysterismo” (1996b, p. 896), entre outros. Couto de Magalhães era um adepto da crença neste método terapêutico, registrando em seu diário, aos 6 de outubro de 1880, a aquisição de uma obra que tratava dos benefícios do banhos de mar para a saúde



“[v]iei o João e mandei-o comprar o Wilson, *The Ocean as a health resource*” (1998, p. 129)

<sup>172</sup> Cf. BINZER, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 55, grifos meus.

Tomando notas de fórmulas para combater os flatos, registra aos 22 de agosto de 1880:



“[a] hidroterapia e os banhos de mar são igualmente vantajosos neste caso” (1998, p. 182)

Já no Brasil, escrevendo em seu diário em 1887, o general se refere a uma “viagem para Caxambu ou Lambari” (1998, p. 213), lugares onde havia conhecidas estações climáticas. Para Caxambu, a princesa Isabel e o Conde d’Eu, preocupados em garantir um herdeiro ao trono, teriam de deslocado, em 1868, “... a fim de pôr cobro ao problema de esterilidade da princesa – ou ausência marital do conde” (Marras, 2004, p. 58), atraídos pela fama de fertilidade atribuída às águas. Analisando a estação climática de Poços de Caldas, em Minas Gerais, Marras mostra como, num duplo movimento, as virtudes medicinais das águas foram sendo traduzidas em linguagem médico-positivista de inspiração francesa e, depois de “modernizadas”, as estações climáticas transformaram-se em “... balneários destinados ao prazer burguês, urbano, civilizado e higiênico” (2004, p. 127). Na necrologia de Couto de Magalhães, Miranda Azevedo afirma que

“... se não fosse sua pertinácia, ainda hoje seriam quase inacessíveis as estações de Caxambu, Contendas e Lambary, de sorte que a humanidade soffredora, só com muita dificuldade poderia aproveitar os recursos enormes dessas beneficas aguas medicinaes”. (1898, p. 587)

Azevedo referia-se aos esforços do general no sentido de ampliar as linhas férreas e a abertura de estradas pelo interior do Brasil, o que facilitaria, entre outros, o acesso às estações climáticas. Ao estudar a história da limpeza pessoal na França, Vigarello mostrou o quanto a burguesia, a partir do final do século XVIII, passa a teorizar sobre a importância da limpeza da pele, segundo a noção de que era necessário “desobstruir os poros para melhor dinamizar o corpo, até mesmo utilizar a água fria para melhor firmar as fibras”.<sup>173</sup> Segundo o autor, tanto a representação da água quanto a representação do corpo passam a ser exploradas segundo a “física do enrijecimento” (1996, p. 253). A pele limpa era necessária para uma maior funcionalidade do corpo.

---

<sup>173</sup> Cf. VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo – uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 252.

José Gonçalves Gondra mostra como essa discussão em torno da limpeza pessoal chegou aos colégios brasileiros a partir da década de 1850, período em que os médicos passaram a defender com mais força a necessidade de banhos freqüentes e o esforço de se deixar a superfície do corpo em permanente asseio. Passam a ser comuns, a partir de então, as recomendações médicas procurando delimitar a freqüência ideal, o tempo de duração e o tipo dos banhos, além da temperatura da água. Em 1857, o Dr. Cândido Coutinho, por exemplo, defendia o uso de “banhos gerais” duas vezes por semana e “banhos parciais” todos os dias, com duração de quinze a vinte minutos. Associando o enrijecimento físico ao enrijecimento moral, o médico acreditava que “... nas manhãs devem os alunos usar de agua fresca para o rosto, pescôço e braços, o que é um excellente meio tonico e sedativo do systema nervoso” (Coutinho *apud* Gondra, 2004, p. 189). Acreditava-se que a água não só lavava, mas também conferia energia, protegendo o corpo e fortalecendo moralmente o indivíduo. Por outro lado, a preocupação com o tempo de duração dos banhos evidenciava o medo de que os banhos demorados estimulassem a languidez dos corpos, seja em função de um contato solitário e prolongado com o corpo, seja em função da temperatura da água. Ao relacionar a história moderna dos banhos ao processo burguês de individualização e cultivo da privacidade, Alain Corbin destaca como muitas práticas de limpeza pessoal exigiam uma certa prudência:

“[a] água, cujos efeitos sobre o físico e o moral são superestimados, reclama precauções. Normas extremamente estritas regulam a prática do banho conforme o sexo, a idade, o temperamento e a profissão. A preocupação de evitar a languidez, a complacência, o olhar para si, na verdade a masturbação, limita a extensão de tais práticas” (1991, p. 442)

Em todo caso, referindo-se à Europa, Corbin chama atenção para o fato de que não se trata ainda de uma higiene corporal como a que praticamos nos dias de hoje, mas sim uma “higiene fragmentada” em que se lavava com freqüência as mãos, todos os dias o rosto e os dentes, os pés uma ou duas vezes por mês e a cabeça jamais (1991, p. 444). No *Diário íntimo* de Couto de Magalhães também constam referências ao banho, em suas mais diversas modalidades, conforme se pode verificar no quadro 3:

Quadro 3. Referências a banho no diário íntimo de Couto de Magalhães.

| REFERÊNCIAS A BANHO NO DIÁRIO ÍNTIMO DE COUTO DE MAGALHÃES                         |               |            |        |
|------------------------------------------------------------------------------------|---------------|------------|--------|
| REFERÊNCIAS                                                                        | PERÍODO       | DATA       | PÁGINA |
| “... às duas fui ao banho ... depois do banho senti-me leve e de melhor saúde ...” | Tarde         | 5.8.1880   | 68     |
| “... fui ao banho de fricção ...”                                                  | Manhã         | 14.8.1880  | 80     |
| “... ontem à noite tomei um banho frio e fiz a mesma coisa esta manhã ...”         | Noite e manhã | 20.8.1880  | 83     |
| “O plano do dia de amanhã é o seguinte: banho de manhã ...”                        | Manhã         | 20.8.1880  | 85     |
| “... chegando em casa ..., lavei-me ...”                                           | Noite         | 26.8.1880  | 92     |
| “... chegando em casa, lavei-me ...”                                               | Noite         | 27.8.1880  | 93     |
| “... fui para casa, banhei a cabeça, almocei ...”                                  | Manhã         | 21.9.1880  | 111    |
| “... antes de jantar tomei um banho de pés que muito me acalmou ...”               | Noite         | 22.9.1880  | 114    |
| “... levantei-me cedo, lavei-me aqui ...”                                          | Manhã         | 2.10.1880  | 121    |
| “... banhei-me, dormi ...”                                                         | Noite         | 2.10.1880  | 122    |
| “... levantei-me, fui para casa, lavei-me ...”                                     | Manhã         | 8.10.1880  | 131    |
| “... lavei-me, li os jornais ...”                                                  | Manhã         | 12.10.1880 | 137    |
| “... levantei-me às oito – lavei-me ...”                                           | Manhã         | 13.10.1880 | 139    |
| “... levantei-me às oito ... lavei-me ...”                                         | Manhã         | 14.10.1880 | 142    |
| “... às duas e meia fui ao banho ...”                                              | Tarde         | 19.10.1880 | 148    |

Uma primeira observação faz-se necessária: considerei na elaboração do quadro acima a divisão que se fazia no século XIX entre “banhos gerais” ou banhos de corpo inteiro e “banhos parciais”, em que se banhava apenas algumas partes do corpo, conforme vimos mais acima na citação do Dr. Cândido Coutinho. Na obra *A grande farmacopéia brasileira*, de Chernoviz, consta a seguinte definição de banho:

“[é] a estada ou demora mais ou menos prolongada *de todo o corpo ou então de uma parte d'elle* n’um meio qualquer, que pode ser até o meio atmospherico. S’aqui a moderna divisão dos banhos em Banho de ar simples, banho geral de luz, banho de sol; – Banhos líquidos, ou banhos propriamente ditos, de água simples ou a que se adicionam quaesquer substânciasmedicamentosas, ou na qual se faz passar uma corrente electrica; – Banhos solidos, constituídos por areia, lodos, bagaço de uvas, algas ou varech” (1996a, p. 426, grifos meus)

O fato de Couto de Magalhães se referir a apenas 16 banhos em seu diário íntimo, ao longo de sete anos de registros, não significa que ele tenha tomado apenas este número de banhos. Certamente que muitas vezes ele não tomou nota dos banhos tomados, seja por

esquecimento, seja por opção pelo não registro. Dos 16 registros, seis se referem a banhos gerais ou de corpo inteiro. Nove registros tratam de banhos parciais, onde o general diz “lavei-me” ou “banhei a cabeça”. Um registro se refere a “banho de fricção”, provavelmente o tipo de banho em que ele esfregava o corpo com óleo. Ao explicar o verbete “Hydrotherapia”, Chernoviz diz que este método

“... consiste na administração da água fria em abundância, quer interna quer externamente, combinada com um meio sudorífico energético, fricções prolongadas, exercício quase incessante, regime simples e ar vivo e puro”. (1996b, p. 891)

Vimos mais acima que o general costumava afumantar ou friccionar poaia no corpo. A partir do quadro, pode-se concluir que na maioria dos dias o general apenas lavava determinadas partes do corpo, como o “banho de pés” que muito o acalmou antes do jantar. De maneira geral, suas atividades de limpeza pessoal eram feitas pela manhã, compreendendo nove dos 16 registros feitos. No diário íntimo de André Rebouças, contemporâneo de Couto de Magalhães, o registro da limpeza pessoal era feito numa espécie de fórmula narrativa constante, em que ele anotava: “5hs. Acordar, Toilette, Banho, Diário, Balancete, etc.” ou simplesmente “acordar, etc.”.<sup>174</sup> Se, com relação à cronologia, Rebouças costumava ser mais preciso do que o general, tomando nota da hora dos acontecimentos, não há em seu diário nenhuma nota que nos permita entender o que ele definia como sendo “toilette” ou “banho”, talvez por terem sido suprimidas pelos editores.

Apesar de sua assumida hipocondria, penso que não podemos atribuir a Couto de Magalhães a definição de Chernoviz segundo a qual os hipocondríacos seriam “indivíduos essencialmente infelizes, dignos de toda a compaixão” (1878, p. 172). Em várias entradas feitas no *Diário íntimo*, Couto de Magalhães dedica algumas palavras para registrar a avaliação que ele fez do dia que passou, conforme podemos verificar nos quadros 4, 5 e 6:

---

<sup>174</sup> Cf. REBOUÇAS, André. *Diário*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, p. 323.

Quadro 4. Definição dos dias felizes

| DEFINIÇÃO DOS DIAS FELIZES                                                                                                                        | DATA             | PÁGINA |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|--------|
| “... considero que fez um dia feliz apesar do não mui bom estado de saúde ...”                                                                    | 31.8.1880        | 58     |
| “... com a dieta a saúde está ótima hoje e eu alegre ...”                                                                                         | 1.8.1880         | 61     |
| “... marco mais este dia com uma pedra branca ...”                                                                                                | 2.8.1880         | 64     |
| “... o dia não foi mau hoje ...”                                                                                                                  | 6.8.1880         | 68     |
| “... este é um dia em que vivi ...”                                                                                                               | 10.8.1880        | 75     |
| “... reputo o dia um dia agradável ...”                                                                                                           | 11.8.1880        | 76     |
| “... passei um dia calmo, sonhador e feliz ...”                                                                                                   | 15.8.1880        | 78     |
| “... outro dia quieto e feliz ...”                                                                                                                | 13.8.1880<br>175 | 79     |
| “... foi em resumo um dia feliz e despendido energicamente ...”                                                                                   | 26.8.1880        | 93     |
| “... dia perfeitamente saudável, nenhum fenômeno mórbido ...”                                                                                     | 31.8.1880        | 98     |
| “... passei um dia calmo e feliz, daqueles que se devem marcar com uma pedra branca ...”                                                          | 2.9.1880         | 99     |
| “... um outro dia perfeito e feliz ...”                                                                                                           | 3.9.1880         | 100    |
| “... hoje passei um dia alegre ...”                                                                                                               | 23.9.1880        | 114    |
| “... passei hoje um dia mui agradável”                                                                                                            | 25.9.1880        | 115    |
| “... foi ainda este um dia digno de ser marcado com uma pedra branca”                                                                             | 26.9.1880        | 117    |
| “... foi ainda este um dia feliz ...”                                                                                                             | 27.9.1880        | 117    |
| “... ainda um dia calmo e feliz, se bem que monótono ...”                                                                                         | 28.9.1880        | 118    |
| “... o dia foi em geral agradável ...”                                                                                                            | 29.9.1880        | 119    |
| “... um dia pacífico e feliz ...”                                                                                                                 | 3.10.1880        | 124    |
| “... foi hoje um dos mais úmidos, melancólicos e tristonhos dias nesta triste atmosfera de Londres e, contudo, eu o passei alegre e pacífico ...” | 4.10.1880        | 128    |
| “... um dia calmo e feliz ...”                                                                                                                    | 7.10.1880        | 129    |
| “... um excelente dia e esse é dos que se marcam com pedra branca ...”                                                                            | 8.10.1880        | 130    |
| “... um calmo e agradável dia ...”                                                                                                                | 9.10.1880        | 131    |
| “... igualmente um dia muito calmo hoje e muito agradável ...”                                                                                    | 10.10.1880       | 134    |
| “... passei um excelente dia ...”                                                                                                                 | 13.10.1880       | 139    |
| “... passei hoje igualmente um excelente dia ...”                                                                                                 | 14.10.1880       | 142    |
| “... passei um dia calmo e tranqüilo ...”                                                                                                         | 17.10.1880       | 145    |
| “... dia calmo ...”                                                                                                                               | 27.10.1880       | 160    |

<sup>175</sup> Há dois registros datados de 15 de agosto e, entre estes, os registros de 13 e 14 de agosto de 1880. Talvez o autor tenha feito estas notas *a posteriori*, arranjando-as segundo sua intenção de manter um registro minucioso de seu estado de saúde, conforme percebeu Maria Helena P. T. Machado (1998, p. 80).

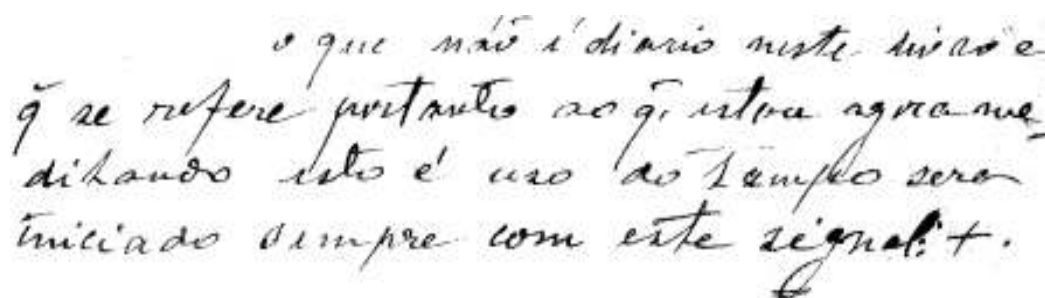
Quadro 5. Definição dos dias indiferentes

| DEFINIÇÃO DOS DIAS INDIFERENTES                                                                                                                                           | DATA       | PÁGINA |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|--------|
| “... o dia estava chuvoso e eu não estava de muito bom humor. Contudo, não deixei de gozar ...”                                                                           | 7.8.1880   | 69     |
| “... com a moléstia o dia não pôde ser feliz, contudo foi um dia calmo ...”                                                                                               | 15.8.1880  | 81     |
| “... passei hoje um dia sem consciência e por isso indiferente ...”                                                                                                       | 16.8.1880  | 81     |
| “... passei um dia indiferente, e desses que se não contam ...”                                                                                                           | 18.8.1880  | 81     |
| “... e assim passou-se um dia indiferente ...”                                                                                                                            | 23.8.1880  | 91     |
| “... e assim foi passado este dia que, pela saúde e independência em que me acho, idade, bom clima, cômodos, devia ser feliz e não foi, sem ter sido contudo infeliz ...” | 27.8.1880  | 94     |
| “... passei um dia indiferente ...”                                                                                                                                       | 19.9.1880  | 110    |
| “... o dia, sem ter sido desagradável, não é, contudo, daqueles que segundo Horácio devem ser marcados com uma pedra branca ...”                                          | 20.9.1880  | 110    |
| “... foi um dia menos mau e dos que se houvessem sido passados conscientemente, mereciam ser marcados com a pedra branca de Horácio ...”                                  | 21.9.1880  | 111    |
| “... conquanto eu não diga que o dia foi mau, contudo não passou de um dia indiferente ...”                                                                               | 30.9.1880  | 120    |
| “... passei hoje igualmente um dia calmo, se bem que um pouco indiferente ...”                                                                                            | 5.10.1880  | 128    |
| “... passei um dia pouco interessante, se bem que eu não possa dizer que tenha sido inteiramente desagradável ...”                                                        | 6.10.1880  | 129    |
| “... não foi o dia de hoje tão agradável como o de ontem ...”                                                                                                             | 11.10.1880 | 136    |
| “... foi hoje um dia calmo, se bem que cheio de ansiedades ...”                                                                                                           | 26.10.1880 | 159    |
| “... o dia hoje foi menos inquieto ...”                                                                                                                                   | 29.10.1880 | 163    |
| “... nada de novo durante o dia de hoje ...”                                                                                                                              | 30.10.1880 | 164    |
| “... dia pouco importante, mas a ansiedade já vai passando ...”                                                                                                           | 5.11.1880  | 170    |

Quadro 6. Definição dos dias ruins

| DEFINIÇÃO DOS DIAS RUINS                                                                                              | DATA      | PÁGINA |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------|
| “... passei um dia um pouco abatido. Má digestão que aliás corriji com dieta ...”                                     | 4.8.1880  | 66     |
| “... passei um dia cheio de cismas, lendo medicina, e uma noite cheia de ansiedades; atribuo isso ao excessivo calor” | 4.9.1880  | 100    |
| “... passei o dia muito aborrecido”                                                                                   | 16.9.1880 | 108    |
| “... passei hoje um dia triste”                                                                                       | 2.10.1880 | 121    |

Mesmo com os muitos registros que dão conta dos constantes “fenômenos nervosos” que o acometiam (ansiedade, “cismas”, melancolia, depressão, “terrores vagos”), além dos sintomas físicos reais ou imaginários que ameaçavam o desejado equilíbrio, nota-se que o general avaliava a maior parte dos seus dias como sendo dias felizes (28 referências). Por outro lado, a leitura do *Diário íntimo* deixa evidente que a felicidade do dia estava intimamente ligada à ocorrência ou não de “fenômenos mórbidos”. Uma dieta adequada garantiria a saúde e, por extensão, traria felicidade. São, portanto, dias dignos de registro e o general faz questão de marcá-los na memória “com uma pedra branca”, inspirado nas *Odes* de Horácio. Para determinadas reflexões, Couto de Magalhães fazia uso de outras balizas do passado:



o que não é diário neste livro é  
q se refere portanto ao q estava agora me-  
ditando isto é uso do tempo será  
iniciado sempre com este signal: +.

“o que não é diário neste livro e que se refere portanto ao que estava agora meditando, isto é, o uso do tempo, será iniciado sempre com este sinal: +” (1998, p. 61)

As balizas do passado, fossem elas as próprias páginas utilizadas como suporte para o registro, pedras brancas ou cruzeiros, agiam no sentido de ajudar

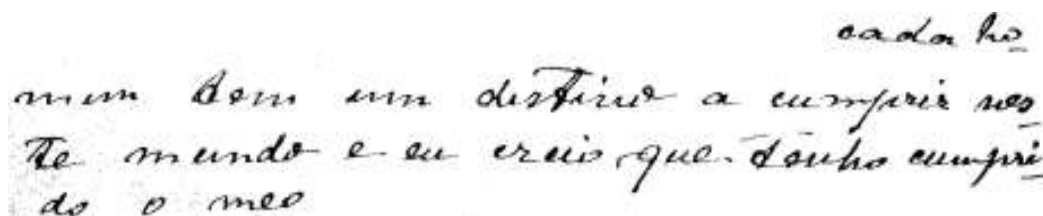
“... o peregrino a encontrar de novo o rasto dos seus pensamentos, das suas lágrimas e das suas alegrias. Ou, ainda, assinalam as libertações das suas ansiedades interiores. Analisar o seu sofrimento, penetrar-lhe a causa ou sómente fixá-lo em palavras, é dissipá-lo e acalmar-se...” (Bouvier, 1947, p. XXX)

Reler e recordar o registro de dias felizes acalma o peregrino de si mesmo e indica em que circunstâncias se experimentou a felicidade, a tristeza ou a indiferença dos dias. As balizas funcionam então como setas indicativas das agruras e alegrias do caminho percorrido. Como afirmou Amiel em seu diário, aos 3 de março de 1852, “... tudo isso serve para encontrar o seu caminho nos Campos Elíseos da alma” (1947, p. 42).

Os dias “indiferentes” (17 referências) eram aqueles que o general passava “sem consciência” do que havia feito durante o dia, talvez sem ter mantido a vigilância necessária diante das manifestações do corpo e, portanto, sem poder observar e/ou relacionar a evolução de seus sintomas com os dias passados. Dias “sem consciência” alimentam o pavor do tempo

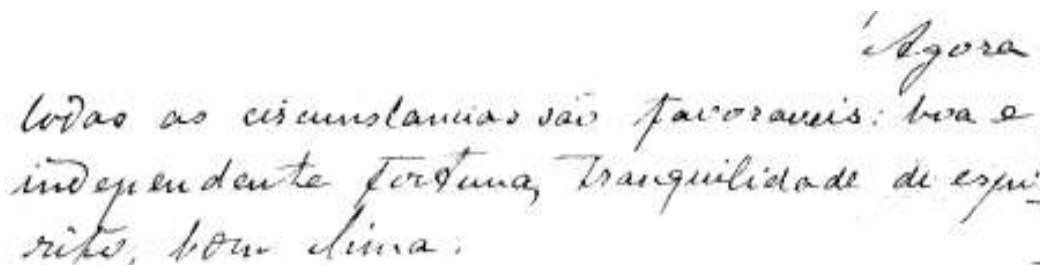
perdido, posto que o indivíduo relegou a segundo plano os cuidados de si. Ao recolher-se sobre si mesmo no fim do dia para avaliar o plano de sua conduta, o indivíduo sente o vazio, a dispersão e a distração, estes inimigos da busca da unidade da existência ou da “ilusão biográfica” (Bordieu, 2005). Sem que se pudesse defini-los como completamente tristes ou infelizes, eram dias marcados pelo mau-humor, ansiedades ou por alguma moléstia. Por fim, restam os dias que o general definia como tendo sido ruins (4 referências), geralmente por não ter conseguido manter sob controle os “fenômenos mórbidos”, principalmente a ansiedade.

De um modo geral, os registros no *Diário Íntimo* revelam um homem que tinha a sensação de dever cumprido, conforme evidencia a reflexão que ele fez aos 20 de outubro de 1880, depois de certificar-se de que o financiamento para a construção da linha férrea Rio Verde estava garantido:



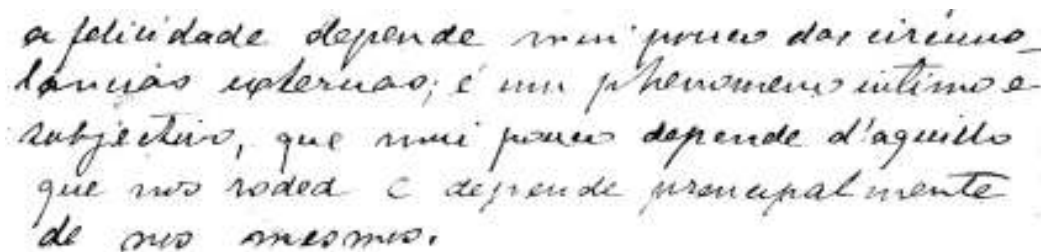
“cada homem tem um destino a cumprir neste mundo e eu creio que tenho cumprido o meu” (1998, p. 151)

O general manifestava também uma enorme satisfação em contar e recontar sua própria fortuna, o que lhe confirmava a cada dia sua independência econômica e sua habilidade em aumentar o pequeno capital recebido de herança paterna. Depois de poder considerar a si próprio “independente para o pão nosso de cada dia” (Couto de Magalhães, 1998, p. 95), todo seu esforço era no sentido de dispor convenientemente do tempo e dedicar-se aos cuidados com a saúde. Quanto a isso, ele também se mostrava bastante otimista, por considerar que



“[a]gora, todas as circunstâncias são favoráveis: boa e independente fortuna, tranquilidade de espírito, bom clima” (1998, p. 84)

Quanto à preocupação em dispor convenientemente do tempo, nota-se uma certa angústia gerada pelo capitalismo: a falta de tempo para usufruir a comodidade conquistada com longos anos de trabalho. Couto de Magalhães reconhecia que “... em última análise toda a minha angústia em matéria de dinheiro é atualmente uma doença do espírito e nada mais” (1998, p. 67). Sentir-se seguro com relação ao futuro era mais uma questão do “estado dos nervos”, daí a importância de se encontrar um equilíbrio nas mais diferentes esferas da vida. Ciente de que o dinheiro não era garantia absoluta da felicidade, ele conclui que



a felicidade depende mui pouco das circum-  
stâncias externas; é um phenomeno íntimo e  
subjetivo, que mui pouco depende d'aquillo  
que nos rodea e depende principalmente  
de nós mesmos.

“... a felicidade depende mui pouco das circunstâncias externas; é um fenômeno íntimo e subjetivo, que mui pouco depende daquilo que nos rodeia e depende principalmente de nós mesmos” (1998, p. 94).

A fortuna acumulada era entendida como garantia de um futuro seguro e tranquilo. O autor procurava se inspirar nas odes de Horácio que diziam que a tranquilidade dependia de se ter apenas o necessário para viver bem. Em todo caso, Couto de Magalhães expressava uma certa ambigüidade diante do ideal de ter o necessário e sua realidade de empresário capitalista que o empurrava para o ter cada vez mais.

Horácio tinha razão. Parece que há uma maldição na riqueza, e é: quanto mais temos, tanto mais nos parece que é necessário para vivermos. Eu ouvi isto muitas vezes, e sempre que isto ouvia me dizia a mim mesmo que eu seria uma exceção a esta regra, e não fui, mas hei de ser ainda; por q<sup>to</sup> o receio de ser pobre, receio infundado, só se apodera de mim quando eu estou desprevenido, e é nessas occasiões que a necessidade de adquirir novas riquezas surge de novo do poço em q<sup>to</sup> eu tentei sufocá-la.

“Horácio tinha razão. Parece que há uma maldição na riqueza e é: quanto mais temos, tanto mais nos parece que é necessário para vivermos. Eu ouvi isso muitas vezes, e sempre que isso ouvia, me dizia a mim mesmo que eu seria uma exceção a essa regra, e não fui, mas hei de ser ainda; porquanto o receio de ser pobre, receio infundado, só se apodera de mim quando estou desprevenido, e é nessas ocasiões que a necessidade de adquirir novas riquezas surge de novo do poço em que eu tentei sufocá-la”. (1998, p. 71)

A questão é que o autor parecia estar sempre “desprevenido”, ou seja, apesar de querer se contentar com o que tinha, valorizando uma vida simples, sem maiores ambições, não conseguia conter seu ímpeto de ter mais e mais. Seu reconhecido “receio infundado de ser pobre” era mais forte do que a segurança de sua fortuna. Evidentemente, não se pode pensar que as preocupações ou os cuidados de Couto de Magalhães com o corpo, a saúde, enfim, com o equilíbrio, eram comuns ao grosso da população brasileira da segunda metade do século XIX, afinal ele era um sujeito afortunado e culto fazendo parte, portanto, de uma pequena elite. Como poucos, ele podia se dar ao luxo de pensar que

não há para mim recurso <sup>é</sup> para restaurar a saúde igual ao de diminuir a comida.

“não há para mim recurso para restaurar a saúde igual ao de diminuir a comida” (1998, pp. 66-67)

Em todo caso, suas preocupações nos revelam as ambigüidades desta mesma elite intelectual e financeira do país, diante da inserção cada vez mais crescente do Brasil no mercado capitalista mundial. Pode-se dizer, então que a análise da representação social do corpo em Couto de Magalhães oferece uma das numerosas vias de acesso à estrutura de uma sociedade particular, no caso a sociedade brasileira de sua época.<sup>176</sup> Por outro lado, as modelações que o autor tenta imprimir ao seu corpo não são fruto exclusivamente de sua individualidade, mas sim dos novos rumos que a vida em sociedade passa a ter com a expansão das relações capitalistas.

## O equilíbrio entre homem e meio

De fato, Couto de Magalhães procurava desenvolver “técnicas corporais” (Mauss, 1974, p. 217) que lhe conduzissem a um estado de saúde ideal, adaptado ao meio em que vivia. É interessante observar que esta busca de equilíbrio entre o homem e seu meio ambiente não se limitou à questão dietética. Pode-se perceber esta mesma preocupação do autor na defesa que ele fazia da imigração de europeus para o Brasil. Dizia ele que,

“... ao passo que importamos o branco, que nos é aliás essencial, me parece que devemos atender também a um milhão de braços indígenas não menos preciosos, porque *é a estes, mesmo por causa de sua pouca civilização, que está reservada a missão de ser o precursor do branco nos climas intertropicais, desbravando as terras virgens, desbravamento que o branco não suporta*”. (Couto de Magalhães, 1940, p. 26)

Assim como Couto de Magalhães procurava conciliar seu regime dietético com o meio em que vivia, ele defendia a imigração como o elemento que possibilitaria à civilização o equilíbrio necessário para estabelecer-se de vez no Brasil. De nada adiantaria a imigração se os imigrantes europeus se mantivessem isolados do contato com os habitantes da terra. Deveria ocorrer um processo de “aclimação”, que significa a mescla com o sangue indígena, condição para que a raça branca pudesse suportar o desbravamento do clima tropical do nosso país. Num primeiro momento, o índio seria o precursor do branco, o desbravador das terras virgens a enfrentar os atropelos de um clima hostil que o branco não suportaria. Somente a partir do momento em que o branco europeu começasse a “cruzar” seu sangue com o do indígena ou do mestiço seu descendente, é que estaria apto ao desbravamento das terras virgens. Os índios seriam “naturalmente aclimatados”; seus defeitos e atrasos, sua pouca ou

---

<sup>176</sup> Esta perspectiva é desenvolvida em RODRIGUES, José Carlos. *O Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1975.

nenhuma civilização os tornavam aptos a enfrentarem os “miasmas”<sup>177</sup> de um clima tropical como o nosso. Os índios teriam, enfim, imunidade natural diante do meio ambiente hostil do nosso país e deveriam usá-la para destruir a primeira braveza de nossos sertões. Foi a partir desta idéia da “aclimatação”, posteriormente retomada por intelectuais como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, que se chegou à formulação da chamada “teoria do branqueamento”.

É interessante perceber a extensão ou o movimento de uma mesma idéia – o equilíbrio homem/meio – presente ao mesmo tempo nas preocupações do autor com sua saúde pessoal e, por outro lado, em suas preocupações com a saúde, por assim dizer, do corpo social brasileiro. Em todo caso, esta atitude de preocupação com o corpo da sociedade fazia parte das preocupações nacionalistas do autor, comprometido com a constituição da identidade nacional brasileira e com o que se convencionou chamar de “o futuro racial do país”. Toda a discussão que o autor fazia sobre a mestiçagem e suas conseqüências, tinha uma ligação com sua preocupação com o corpo, seja o corpo físico, seja o corpo social brasileiro. Afinal, a defesa que o autor fazia da miscigenação era no sentido de tornar o corpo do brasileiro mais forte, mais saudável para enfrentar as intempéries do clima tropical. O conjunto desses homens saudáveis e aptos ao clima conduziria o país à constituição de um corpo social também saudável e, portanto, mais bonito, segundo os princípios eurocêntricos que nortearam estas idéias.

Apesar de conectado ao mercado capitalista e de usufruir todos os confortos da “civilização”, o ideal de vida de Couto de Magalhães estava ligado à natureza, à tranquilidade da selva. Nota-se este ideal nas reflexões que ele fazia sobre qual seria o lugar ideal para passar o resto de sua vida e gastar sua fortuna. Em suas reflexões, o Rio de Janeiro era inviável em função do calor e da “porcaria” que infestavam a cidade. Para o autor, “... viver no Rio quer dizer: ter a vida mais curta e muito mais cheia de moléstias do que em um lugar mais salubre...” (1998, p. 126), apesar do autor indicar a existência de lugares melhores do que outros, como Santa Teresa, por exemplo. Petrópolis era uma opção, “... mas esse é um lugar tão feio, aquelas serras abruptas e estéreis, aqueles precipícios escuros, trazem a idéia

---

<sup>177</sup> Esta doutrina foi desenvolvida a partir do século XVIII, baseada na crença de que em algumas circunstâncias, formavam-se vapores ou miasmas prejudiciais à saúde, na medida em que infectavam o ar que se respirava. Conferir: FOUCAULT, Michel. *O nascimento da medicina social*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982 (1979), 3ª ed. Ver ainda CHALHOUB Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996 e BELTRÃO, 2004.

constante do suicídio” (p. 126). Outra opção seria passar o inverno no Rio e o verão em São Paulo, mas o autor tinha dúvidas se isto lhe permitiria atingir um clima em que se pudesse razoavelmente viver.

Quem sabe viver fora do Brasil? Dinheiro não seria problema.

*Viver  
fora do país natal, viver vida de  
desterrado, isolado sem parentes sem  
amigos e fiando-me somente nos in-  
divíduos que dependem do meu di-  
nheiro, tal seria a vida que eu pode-  
ria levar na Inglaterra na Itália  
ou em Portugal.*

“[v]iver, porém, fora do país natal, viver vida de desterrado, isolado, sem parentes, sem amigos, e fiando-me somente nos indivíduos que dependem do meu dinheiro, tal seria a vida que eu poderia levar na Inglaterra, na Itália ou em Portugal” (1998, p. 127).

Aqui, os laços de familiaridade estabelecidos em sua terra natal aparecem como elementos importantes para a manutenção do equilíbrio e, por extensão, da saúde, evidenciando mais uma vez as relações que o autor fazia entre saúde pessoal e saúde do corpo social. Este temor do isolamento fora do país também pode ser fruto da percepção do autor da peculiaridade das relações sociais e familiares no Brasil, marcadas por uma proximidade muito maior do que em muitos dos países europeus que o autor conhecia, nos quais já se faziam sentir os efeitos do isolamento causado pela urbanização e pelo ritmo de vida ditado pela lógica do trabalho capitalista. Em seu *Diário íntimo*, na ausência de companhia para o jantar, em Londres, muitas vezes ele recorria ao jornaleiro:

*Foltei p.<sup>a</sup> casa, comprei o Echo, o Jo-  
ão se foi embora e eu jantei com o rapaz do  
jornal q' é bem pobre comp.<sup>a</sup>, mas fiz isso em  
falta de melhor.*

“[v]oltei para casa, comprei o Echo, o João se foi embora e eu jantei com o rapaz do jornal, que é bem pobre companhia, mas fiz isso em falta de melhor” (1998, p. 145).

A hora do jantar era, no século XIX, um ritual de sociabilidade, conforme pode ser visto em outros diários da mesma época, seja no da menina Helena Morley (2005), escrito em Diamantina, seja no conto *Memorial de Ayres*, de Machado de Assis (2003) ou ainda no *Livro da sogra*, de Aluísio de Azevedo. Havia um verdadeiro circuito interativo entre as pessoas que, circulando entre as casas na hora de determinadas refeições, estreitavam laços, selavam amizades, arranjavam casamentos. Da mesma forma, deixando de participar do circuito, tornavam a inimizade declarada.

Passava pela cabeça de Couto de Magalhães viver no Pará, movido pela paixão pela mata, mas isto lhe traria o risco das febres, além de retirá-lo do “centro de suas relações sociais” (1998, p. 127). Esta ambigüidade do autor diante da vida na cidade, que ao mesmo tempo fascina e assusta, é um fenômeno que começou a se desenvolver com mais vigor desde o final do século XVIII, principalmente na Europa. As cidades fascinavam pelas facilidades e comodidades que ofereciam, pela urbanização, pelas oportunidades de negócio, pelo ar de liberdade. Por outro lado, esta mesma urbanização trouxe consigo o fenômeno da multidão, da concentração da população, das epidemias. E o suposto ar de liberdade poderia se transformar no ar dos miasmas, no ar que, bloqueado, impedido de circular entre os muros das casas, tornava-se um importante fator patogênico, na mentalidade da época. É este “medo urbano”<sup>178</sup> que está por trás das preocupações de Couto de Magalhães com a escolha do lugar ideal para viver. É isto que lhe faz temer o calor, as moléstias e a “porcaria” que infestavam a cidade do Rio de Janeiro ou as febres do Pará.

Em 1889, Couto de Magalhães descobriu, enfim, uma doença não psicossomática com a qual poderia se preocupar de fato: a sífilis. Um ano depois foi internado no Sanatório dos Ingleses, em São Paulo, aparentemente em decorrência de uma crise nervosa, mas mais provavelmente em decorrência dos sintomas da doença. Ele chegou a viajar para a Europa, a fim de tratar da saúde, mas faleceu no Rio de Janeiro, em 1898, em consequência das complicações da sífilis (Couto de Magalhães, 1998, p. 48). Morreu justamente na cidade que ele definiu como “inviável” para passar o resto de sua vida. Tinha então, 61 anos de idade. Morreu muito moço, como se dizia, do mal da virada do século.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> O nascimento do “medo urbano” na Europa é analisado em FOUCAULT, 1982.

<sup>179</sup> Cf. CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus. A luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.

Se a imagem pública de Couto de Magalhães mostra um homem forte, desbravador, sereno, equilibrado diante dos maiores obstáculos, a análise antropológica do seu diário íntimo aponta para outras direções. Se ele não manifestava abertamente suas angústias e suas dores, reais ou imaginárias, pode-se dizer que era pelo ato de escrever que elas se manifestavam. Ressalte-se que isso não faz dele o oposto da imagem construída por seus biógrafos. Mais do que isso, o diário mostra o quanto ele se empenhou em construir a imagem de um homem forte, moderado, muitas vezes tendo que se dedicar a gigantescas batalhas contra os mais fortes inimigos que habitavam dentro de si mesmo e, de certa maneira, dentro de todos os homens de seu mundo. É esse diálogo ambíguo e tenso com seu mundo que as páginas do *Diário íntimo* revelam, evidenciando facetas habilmente dissimuladas no perfil público de herói nacional brasileiro. Convido o leitor a, no próximo capítulo, refletir sobre a maneira como ele se esforçou em legar ao futuro determinada imagem de si próprio.

### **III. As batalhas da memória**

#### **Brincando de soldado**

Nos últimos anos do Império e nos anos iniciais da República, a brincadeira predileta de grande parte dos meninos brasileiros era brincar de soldado. Em muitas cidades, surgiam rivalidades entre os meninos de um distrito contra os de outro. Embalados pela imaginação infantil, a meninada munia-se de espada de taquara ou bambu, simulando verdadeiros combates, com batalhões de ataque e de defesa. Assim brincavam, por exemplo, Florêncio Carlos de Abreu e Silva, nascido em 1882 no Rio de Janeiro e criado no Rio Grande do Sul e João Coelho Sobrinho, cearense nascido em 1879. Durante o combate, um ou outro menino empunhava sua espada, ao mesmo tempo em que repetia em voz alta o nome de seu soldado-herói inspirador. Foi assim, segundo Gilberto Freyre, que “[o]s nascidos ainda no tempo de Pedro II, mas crescidos sob a presidência de Deodoro e sob a de Floriano ... cresceram: sob o encanto da figura de soldado”.<sup>180</sup>

No prefácio à segunda edição de *Ordem e Progresso*, Freyre acrescentou, segundo ele “[a] pedido de vários críticos e de alguns leitores...”, o roteiro das perguntas que fez a seus entrevistados durante a elaboração do livro. Entre as dezessete questões apresentadas, uma me chamou mais atenção: “5. Quais os seus heróis do tempo de menino? Quem queria ser quando fôsse grande?” (1974, p. XVIII-B). Com base nas respostas dos entrevistados de Freyre, elaborei o quadro 7:

---

<sup>180</sup> Cf. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora: 1974, p. 70. A referência a Florêncio Carlos de Abreu e Silva está à página 69-70 e a João Coelho Sobrinho à página 73.

Quadro 7. Heróis da virada do século

| NOME DO ENTREVISTADO                | DATA E LOCAL DE NASCIMENTO <sup>181</sup> | HERÓIS DO TEMPO DE MENINO                                                                   |
|-------------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| Luís Milton Prates                  | 1888, Minas Gerais                        | Osório                                                                                      |
| João B. de Lima Figueiredo          | São Paulo                                 | “Cresceria quase apolítico”                                                                 |
| Sílvio Rondinelli                   | São Paulo                                 | Garibaldi                                                                                   |
| José Onório de Silos                | 1869                                      | Caxias, Osório, Conde D’Eu                                                                  |
| Aureliano Leite                     | 1887, Minas Gerais                        | “As fardas me atraíam”                                                                      |
| Alberto Carneiro de Mendonça        | 1866, Minas Gerais                        | Coronel Tibúrcio, Duque de Caxias, Trajano de Carvalho                                      |
| Francisco Pinto de Abreu            | 1869, Paraíba                             | Aníbal, Alexandre, Caxias, Osório, Barroso, Tiradentes, Napoleão I                          |
| Eurico de Souza Leão                | Pernambuco                                | “Admirava nos soldados... o fardamento berrante de então...”                                |
| João de Oliveira Machado            | São Paulo                                 | Tiradentes e os “comandantes da Guerra do Paraguai”, Benjamim Constant                      |
| Sebastião Ferreira Barbosa          | São Paulo                                 | General Osório, Caxias, Tamandaré, Tiradentes                                               |
| Antonio Costa Nogueira              | 1883, São Paulo                           | 1883                                                                                        |
| José Junqueira                      | 1884, Minas Gerais                        | Indiferente à Monarquia, à República e aos heróis da Guerra do Paraguai                     |
| José Augusto Vilas Boas             | 1882, Minas Gerais                        | Nenhum                                                                                      |
| José Magalhães Carneiro             | 1880, Sergipe                             | Benjamim Constant                                                                           |
| Cássio Barbosa de Rezende           | 1879, Minas Gerais                        | Caxias, Osório, Barroso e Tamandaré                                                         |
| Cleto Ladislau T. Japi-Açu          | 1856, Bahia                               | Caxias, Tamandaré                                                                           |
| Adauto Mariano das Neves            | 1885, Paraíba                             | Napoleão Bonaparte, Duque de Caxias e Floriano Peixoto                                      |
| Antonio da Rocha Barreto            | 1882, Paraíba                             | Dom Pedro II                                                                                |
| Cláudio da Costa Ribeiro            | 1873, Pernambuco                          | Osório, Caxias, Marcílio Dias                                                               |
| Octávio Tarquínio de Sousa Amaranto | 1889, Rio de Janeiro                      | Presid. Kruger, Gen. Dervet, Gen. Botha (heróis da Guerra do Transvaal, contra os ingleses) |
| Padre Matias Freire                 | 1882, Paraíba                             | Heróis da Guerra do Paraguai                                                                |
| Astrogildo Pereira Duarte da Silva  | 1890, Rio de Janeiro                      | Benjamin Constant, Ruy Barbosa                                                              |

<sup>181</sup> Note-se que em alguns casos Freyre não indicou a data ou o local de nascimento.

|                                            |                         |                                                                |
|--------------------------------------------|-------------------------|----------------------------------------------------------------|
| Manuel Carneiro de Souza<br>Bandeira Filho | 1886, Recife            | Camões                                                         |
| Alfredo Bartolomeu da<br>Rosa Borges       | 1864, Recife            | Napoleão e Néelson, Ruy<br>Barbosa, Nabuco, Martins Júnior     |
| Demóstenes I. de S. Dantas                 | 1880, Pernambuco        | Caxias, Osório, Hilário Gurjão                                 |
| Leopoldo M. de Paula Lins                  | 1857                    | Osório, Caxias e Tamandaré                                     |
| Dona Virgínia Cavalcante                   | 1881, Pernambuco        | “... tive uma impressão bastante<br>desfavorável da república” |
| Rogério Gordilho de Faria                  | Sergipe                 | “Grandes militares do Império<br>brasileiro” e Ruy Barbosa     |
| Florêncio Carlos de Abreu<br>e Silva       | 1882, Rio de Janeiro    | Osório, Caxias, Porto Alegre,<br>Tamandaré, Barroso            |
| Manuel Duarte                              | 1883, Rio Grande do Sul | “campeadores” da região                                        |
| João Barreto de Menezes                    | 1872, Pernambuco        | Caxias e Herval                                                |
| Teófilo de Barros                          | 1877, Pernambuco        | Carlos Magno, Roldão, Osório,<br>Napoleão e Floriano           |
| José Bezerra de Brito                      | 1878, Ceará             | Napoleão B., Caxias, Barroso                                   |
| José Frazão Milanez                        | 1886, Maranhão          | Não indicou                                                    |
| Coriolano de Medeiros                      | 1875, Paraíba           | “os das fabulosas emprêzas dos<br>Doze Pares de França”        |
| D. Ângela Correia de Melo                  | 1875, Rio Grande do Sul | Não indicou                                                    |
| Pedro do Coutto                            | 1872, Rio de Janeiro    | “os precursores da nossa<br>independência” e Danton            |
| João Coelho Sobrinho                       | 1879, Ceará             | Alexandre, Aníbal, César,<br>Napoleão, Benjamim Constant       |
| Dionísio de Farias Maia                    | 1890, Paraíba           | Napoleão, Barroso e Caxias                                     |
| Dona Maria de Barros Leite                 | Bahia                   | Deodoro                                                        |
| D. Lucila W. C. de Sousa                   | 1863, Maranhão          | Não informou, era monarquista                                  |
| Deodoro M. de Mendonça                     | 1889, Pará              | Lauro Sodré                                                    |
| Leonel Vaz de Barros                       | São Paulo               | Pedro II, Deodoro, Floriano,<br>Glycerio, Benjamim, Ruy B.     |
| Júlio de Mesquita Filho                    | São Paulo               | Pedro II                                                       |
| Plínio Barreto                             | 1882, São Paulo         | Não informou, era monarquista                                  |
| Waldemar Martins Ferreira                  | 1885, São Paulo         | Não informou, era monarquista                                  |
| Luís de Toledo P. Sobrinho                 | 1888, São Paulo         | Não informou                                                   |
| Mário Sette                                | 1886, Recife            | D. Pedro II e princesa Isabel                                  |
| Luís de C. Maciel Pinheiro                 | 1875, Recife            | D. Pedro II                                                    |
| Roberto Christiani Naegeli                 | 1881, Rio de Janeiro    | D. Pedro II                                                    |
| Adolfo Faustino Pôrto                      | 1887, Olinda            | D. Pedro II                                                    |
| M <sup>a</sup> Vicentina de Azevedo        | 1868, São Paulo         | Não informou, era monarquista                                  |

|                       |             |                |
|-----------------------|-------------|----------------|
| Pereira de Queirós    |             |                |
| Guaracy Silveira      | São Paulo   | Não informou   |
| Raimundo de N. Mifont | 1890, Ceará | “intelectuais” |

Com base nas respostas das cinquenta e quatro pessoas entrevistadas por Freyre reunidas no quadro acima, elaborei um *ranking* dos dez heróis dos tempos de menino entre finais do século XIX e início do XX: disparado, o herói campeão seria Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, com 13 referências. Em segundo lugar, teríamos Manuel Luís Osório, o marquês de Herval (11). Em terceiro, o imperador do Brasil, D. Pedro II, aparece empatado com Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses (7). Em quarto, também empatados, os almirantes Joaquim Marques Lisboa (Tamandaré) e Francisco Manuel Barroso da Silva (5). Em quinto lugar aparece Ruy Barbosa (4). Em sexto, Tiradentes e Floriano empatados (3) e em sétimo, o marechal Manuel Deodoro da Fonseca empatado com Alexandre e Aníbal (2).

Entre os seis heróis mais citados, cinco eram militares com participação na Guerra do Paraguai. Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, liderou a tomada da ponte de Itororó, as batalhas de Avaí e Lomas Valentinas e a rendição das forças armadas de Angustura.<sup>182</sup> Manuel Luís Osório (1808-1897), o Marquês de Herval, comandante da batalha de Tuiuti. D. Pedro II (1825-1891) que, segundo Lilia Schwarcz, “[e]m atitude bastante inesperada, assim que teve notícia do ocorrido..., resolveu partir para a fronteira...”,<sup>183</sup> assumindo a posição de “voluntário número um”. Joaquim Marques Lisboa (1807-1897), o Almirante Tamandaré, foi o comandante da Esquadra Aliada (Brasil, Argentina e Uruguai) e Francisco Manuel Barroso da Silva (1804-1882), comandante das forças navais brasileiras na Batalha do Riachuelo. Em Belém, por exemplo, quatro dos cinco heróis nacionais com participação na Guerra do Paraguai são homenageados com nomes de ruas.<sup>184</sup>

Curiosamente, à época da Guerra do Paraguai, o presidente da província do Mato Grosso se chamava José Vieira Couto de Magalhães. Por sinal, o título de general agregado

<sup>182</sup> Os dados sobre a participação dos militares na Guerra do Paraguai foram retirados de MICHALANY, Douglas. *Atlas Histórico e Geográfico do Brasil*. São Paulo: Edições Michalany, 1984.

<sup>183</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. “A Guerra do Paraguai: o voluntário número um”. In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 299.

<sup>184</sup> Avenida Duque de Caxias, Avenida Marquês de Herval, Avenida Almirante Barroso, Avenida Almirante Tamandaré.

ao nome foi regalia concedida pelo imperador D. Pedro II, como reconhecimento aos serviços prestados enquanto presidente da Província durante o conflito. A partir disso, ele ostenta orgulhoso o título de general e passa a constar no panteão cívico dos heróis nacionais. Ora, uma breve consulta ao rol de nossos heróis, seja pegando carona na viagem de Freyre na década de quarenta do século XX, seja nos dias atuais, nos faz perceber que Couto de Magalhães é, na verdade, um herói cuja trajetória oscila entre a memória e o esquecimento. Essa mesma impressão teve o jornalista Marcos Sá Corrêa ao comentar a publicação, em 1998, do diário íntimo do general: “Couto de Magalhães anda meio esquecido, mas foi estadista de fino trato”.<sup>185</sup>

### **A lembrança de um esquecimento**

Aos 29 de setembro de 1936, praticamente cem anos após o nascimento do general, Aureliano Leite,<sup>186</sup> um dos entrevistados por Freyre, ministrava no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro palestra intitulada “O Brigadeiro Couto de Magalhães: sentido nacionalista de sua obra”, lamentando que “... de Couto de Magalhães ninguém mais se lembra hoje senão, talvez, da sua face de publicista. E ele teve faces múltiplas e laboriosas...”.<sup>187</sup> Além de mineiro como Couto de Magalhães, Leite também estudou na faculdade de Direito de São Paulo e, à época em que publicou o trabalho sobre o general, era deputado federal por este mesmo estado. Em função da proximidade do centenário de nascimento de Couto de Magalhães e num contexto em que se redefiniam as relações de poder no Estado brasileiro, a partir da ascensão de Getúlio Vargas, Aureliano Leite trazia à tona a memória do conterrâneo mineiro, destacando o “sentido nacionalista de sua obra”.

---

<sup>185</sup> Cf. CORRÊA, Marcos Sá. “Tupi or not tupi”. Disponível em: [http://terraviva.pt/Enseada/8084/Couto\\_veja.htm](http://terraviva.pt/Enseada/8084/Couto_veja.htm), data da captura: 25/10/2002. O jornalista Marcos Sá Corrêa é graduado em História. Trabalhou como fotógrafo, editor-chefe do *Jornal do Brasil* e diretor de redação de *O Dia*. Além disso, foi colunista das revistas *Veja* e *Época*.

<sup>186</sup> Aureliano Leite nasceu em Ouro Fino, Minas Gerais, em 1887, segundo Freyre. Na capital paulista, foi colaborador de vários jornais e teve intensa participação política, sendo um dos fundadores do Partido Democrático (PD). Participou da chamada Revolução de 1930, mas rompeu com Vargas em 1932, o que lhe causou diversas prisões. Foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além de inúmeros artigos, escreveu trabalhos de cunho histórico, contos e romances. Faleceu em São Paulo, aos 4 de dezembro de 1976.

<sup>187</sup> Cf. LEITE, Aureliano. *O Brigadeiro Couto de Magalhães: sentido nacionalista de sua obra*. Rio de Janeiro: Sauer, 1936, p. 10.

Em determinado ponto de sua palestra, Aureliano Leite aponta para uma das razões do esquecimento do general, ao afirmar que

“... J. Mendes, depois de, nas suas Notas Genealógicas, editadas em 1884, citar amiúde C. Magalhães, não o fez mais nenhuma vez sequer no texto de seu Dicionário Geográfico da Província de São Paulo, composto em 1889, que estuda o tupi. A inimizade política tornada tensa entre ambos, a esse tempo, constitui a única explicação”. (Leite, 1935, p. 62)

É bem verdade que, quando ocorre numa escala maior, essa “inimizade política tornada tensa” pode conduzir ao silenciamento sobre determinados autores, bem como a ascensão de outros. Nas batalhas da memória, muitas vezes são os interesses políticos que determinam quem deve ou não ser lembrado ou lido e, no campo das letras, não ser lido significa, na prática, ser esquecido. Como Suely Kofes observou com relação a Consuelo Caiado, personagem esquecida da história de Goiás, “... não narrar alguém ou algo é um mecanismo eficaz de instituí-los como ‘mortos’. Da mesma forma, a autora “... considera a presença de embates políticos, permeando a constituição das narrativas e permeando a lembrança e o esquecimento”.<sup>188</sup>

Pouco mais de um ano depois, em 1º de novembro de 1937, o historiador Jorge Hurley utilizou os microfones da Rádio Clube do Pará para irradiar o trabalho intitulado “Presidente Couto de Magalhães”, como parte das comemorações do 1º centenário de nascimento do homenageado. É como se as ondas irradiassem as informações a serem registradas na memória dos paraenses, num esforço de não-esquecimento. Posteriormente, o discurso de Hurley foi publicado em suas *Noções de História do Brasil e do Pará. De acordo com o Programa de Ensino Primário do Estado do Pará*, fazendo parte, portanto, do aprendizado dos jovens estudantes paraenses da primeira metade do século XX. Em linhas gerais, ele procurava mostrar aos seus leitores que “... a vida de Couto de Magalhães, sempre brilhante e útil, constitui matéria para encher uma longa monographia ...”.<sup>189</sup> O autor conclui sua fala na Rádio Clube do Pará afirmando que, além de existir um retrato conservado na galeria dos

---

<sup>188</sup> Cf. KOFES, Suely. *Uma trajetória em narrativas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001, p. 12.

<sup>189</sup> Cf. HURLEY, Jorge. “Noções de História do Brasil e do Pará. De acordo com o Programa de Ensino Primário do Estado do Pará”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1938, vol. XI, p. 492. Henrique Jorge Hurley nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, e faleceu em Belém em 1956. Tendo ingressado na vida militar em Natal, chegou ao posto de Capitão na Brigada Militar do Pará. Depois, iniciou seus estudos na Faculdade de Direito do Pará, passando a atuar na advocacia em diversos cargos públicos no interior do estado e na capital. Teve também intensa participação no cenário cultural paraense, sendo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e membro da Academia Paraense de Letras. Publicou diversos trabalhos sobre a história e o folclore da região amazônica.

presidentes, no Palácio do Governo do Pará, “... na tradição popular vive ainda na Amazonia a memoria de general Couto de Magalhães” (1938, p. 492).<sup>190</sup>



(Figura 2)

O retrato ao qual Hurley se refere (Figura 2) foi publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e no opúsculo *Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Governo da província do Pará (1864-1866)*, ambos em 1968,<sup>191</sup> data em que se comemorava o centenário da primeira viagem em embarcação movida a vapor no rio Araguaia e o nome de Couto de Magalhães novamente foi lembrado por ter sido ele o responsável por este fato. Ladeado pelo então governador do estado do Pará, Alacid da Silva Nunes (à esquerda do quadro), por Clóvis de Moraes Rêgo (no centro) e Ernesto Horácio da Cruz (à direita), do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, vemos no retrato emoldurado um Couto de Magalhães já em idade avançada, um pouco calvo, vestido com seu uniforme de militar e ostentando no peito algumas medalhas.

Aos 16 de abril do mesmo ano, a Casa do Pará, uma sociedade civil que se destinava a congregar os paraenses e demais “filhos da Amazônia” residentes no Rio de Janeiro, tendo garantido o apoio do governador do Pará, Alacid Nunes, enviou ofícios aos governadores de

<sup>190</sup> Lembro que ao realizar pesquisa de mestrado sobre a principal obra de Couto de Magalhães, *O Selvagem*, alguns colegas de turma faziam gozação comigo dizendo que eu havia inventado esse personagem.

<sup>191</sup> Cf. MORAIS RÊGO, Clóvis Silva de. “Prefácio”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém, 1968, vol. XV, p. 69; CRUZ, Ernesto. *Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Governo da província do Pará (1864-1866)*. Belém: Imprensa Oficial do Governo do Estado do Pará, 1968, p. 34.

Goiás e Mato Grosso solicitando apoio para as solenidades cívicas que resolveu promover comemorando o centenário da navegação a vapor do Araguaia, “... extraordinário feito que nosso País ficou devendo à tenacidade e ao patriotismo do ilustre e Bravo General JOSÉ VIEIRA COUTO DE MAGALHÃES...”.<sup>192</sup> A idéia era reunir documentos, fotografias, gravuras, publicações, “objetos inclusive”, que pudessem compor uma exposição alusiva ao pioneirismo do general na navegação a vapor no Araguaia. Todos estes objetos de memória faziam parte de um grande esforço no sentido de ao mesmo tempo comemorar o feito e tirar o general do esquecimento. O governo do estado do Pará contribuiu enviando para o Rio de Janeiro o opúsculo intitulado *Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Governo da província do Pará (1864-1866)*, escrito pelo historiador Ernesto Cruz.<sup>193</sup> O prefácio dessa obra coube a Clóvis Silva de Moraes Rêgo, que procurou realizar uma pesquisa bibliográfica no sentido de mostrar que “[d]e Couto de Magalhães, conquanto o que se tem proclamado é pouco ante o que foi e o muito que fez, não se pode afirmar que vive relegado ao olvido...”.<sup>194</sup> Possivelmente, Moraes Rêgo respondia ao presidente da Casa do Pará, o jornalista Luís Martins e Silva, que no ofício que enviou aos governadores afirmava que

“[p]or motivos que não nos cabe esclarecer nem mesmo perquirir êsse vulto da Nacionalidade, de singular grandeza, tem sido relegado a *injustificado e deplorável esquecimento*. Quaisquer, porém, que êles sejam, desaparecem confrontando com a importância e a grandiosidade da obra que conseguiu realizar...”.<sup>195</sup>

Ora, o que se percebe é que as efemérides de Couto de Magalhães são geralmente evocadas por membros de associações congêneres das quais ele participou, tais como os institutos históricos regionais ou o IHGB, academias de Direito ou de Letras, que procuram enfatizar o nacionalismo presente nas ações do general. Note-se ainda que elas ocorrem em momentos específicos, geralmente em torno de datas consideradas significativas, tais como o

<sup>192</sup> Of. 211/68, de Martins e Silva, Presidente da Casa do Pará, para Alacid Nunes, Governador do Pará. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1968, *apud* CRUZ (1968, p. 37). Grifos do original.

<sup>193</sup> O paraense Ernesto Horácio da Cruz (1898-1960) destacou-se no cenário cultural paraense como historiador e folclorista, produzindo muitas obras importantes para o conhecimento da história do Pará e da Amazônia. Foi diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, membro do Conselho Estadual de Cultura e da Academia Paraense de Letras. Foi colaborador em diversos jornais da capital paraense.

<sup>194</sup> Cf. MORAIS RÊGO, Clóvis Silva de. “Prefácio”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém, 1968, vol. XV, p. 69. Moraes Rêgo, nascido em Belém, em 1925, foi um dos fundadores e membro da primeira diretoria da Associação dos Professores do Pará. Além de professor de História e Português em escolas de nível médio da capital paraense, foi inspetor do Ensino Público, Diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

<sup>195</sup> Of. 209/68, de Martins e Silva, Presidente da Casa do Pará, para Otávio Lage Siqueira, Governador de Goiás. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1968, *apud* CRUZ (1968, p. 41). Grifos meus. Luís Martins e Silva nasceu em Muaná, na ilha do Marajó, Pará, na última década do século XIX. Coursou “Humanidades” no Porto, Portugal, regressando a Belém em 1915, colaborando com diversos jornais locais. Depois, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas não concluiu o curso. Com a “Revolução de 30”, voltou para o Pará, onde ajudou a fundar diversos partidos políticos de inspiração trabalhista.

centenário de seu nascimento ou da navegação a vapor no rio Araguaia. É como se nesses momentos viesse à tona a lembrança de seu esquecimento. O próprio Martins e Silva evidencia um certo desconforto diante da necessidade de festejar a memória de alguém que “... tem sido relegado a injustificado e deplorável esquecimento ...”, daí a iniciativa de reunir os objetos de memória solicitados ao governo de Goiás. No caso do ofício enviado ao governador do Mato Grosso, Martins e Silva solicitava, além dos tais objetos, dados históricos,

“... especialmente daqueles atinentes à sua atuação como presidente da província, à retomada de Corumbá e expulsão dos paraguaios do território mato-grossense, *recorrendo, se necessário, ao Instituto Histórico do Estado*”.<sup>196</sup>

Nesse caso, além da indicação de que os feitos do herói não eram de conhecimento público, mesmo numa sociedade que tinha como objetivo a “... defesa dos interesses e as tradições regionais ...”, vemos a importância que os institutos históricos passaram a ter enquanto guardiões da memória do país. Como observou Lilia Schwarcz, o papel dessas instituições seria o de “... construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos ...” (Schwarcz, 2005, p. 99). No caso da homenagem ao general organizada pela Casa do Pará, vemos a articulação de pelo menos três institutos históricos, do Pará, Goiás e Mato Grosso, no sentido de, a partir de falas marcadamente regionais, solidificar o mito de fundação da navegação a vapor no Araguaia como parte integrante de uma história nacional que deveria ser valorizada. Não é demais lembrar que Couto de Magalhães, tendo sido presidente de quatro províncias à época do Império brasileiro, apresentava condições excepcionais no sentido da busca de “homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”, conforme definiu Schwarcz.<sup>197</sup>

---

<sup>196</sup> Of. 210/68, de Martins e Silva, Presidente da Casa do Pará, para Pedro Pedrossian, Governador do Mato Grosso. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1968, *apud* CRUZ, 1968, p. 46. Grifos meus.

<sup>197</sup> É interessante notar que, no caso do historiador paraense Ernesto Cruz, essa possibilidade de articulação de fatos dispersos era maior, tendo em vista que ele era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Conferir: Cruz, 1968.

## A batalha da subversão no silêncio

Além de ser tema de palestras e exposições, o nome de Couto de Magalhães também foi utilizado para identificar cidades e paisagens pelo Brasil. No estado de Minas Gerais, fundou-se em 1962 o município de Couto de Magalhães de Minas, sendo que a expressão “de Minas” foi acrescentada para diferenciá-lo do município goiano homônimo, hoje pertencente ao estado do Tocantins. Na capital deste último, Palmas, a Academia Tocantinense de Letras (ATL) criou uma cadeira, aos 15 de agosto de 1997, sob o patronato de Couto de Magalhães, ocupada pelo desembargador Marco Anthony Villas Boas.<sup>198</sup> Na geografia do país se encontram homenagens ao general “esquecido”: uma serra em Roraima e um rio em Mato Grosso ostentam seu nome. Existem ainda avenidas com seu nome em Goiás e Mato Grosso.

Mas a julgar pelos comentários de Octaciano Nogueira, em 1998, o retorno da memória do general, propiciada pela publicação de seu *Diário íntimo*, poderia esperar um pouco mais. Diz Nogueira que

“[e]mbora se trate de um louvável, correto e criterioso esforço de restauração de um *documentário de valor histórico muito relativo*, o volume não tem a relevância de outras obras já incluídas nesta mesma coleção, sobretudo pelo *papel secundário* que, como homem público, o mineiro Couto de Magalhães desempenhou durante o Segundo Reinado, como presidente das províncias de Mato Grosso, Pará, Goiás e São Paulo ...”.<sup>199</sup>

Veja-se que Nogueira reconhece o mérito da publicação pela singularidade de um documento do século XIX cuja restauração foi fruto “... de um louvável, correto e criterioso esforço ...”. Contudo, o *Diário íntimo*, para ele, corresponde a um “... documentário de valor histórico muito relativo ...”, de certa forma empobrecendo a coleção *Retratos do Brasil*, que nos seus treze números anteriores havia publicado documentos mais “relevantes” tais como as *Cartas Chilenas*, de Tomás Antonio Gonzaga e *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado. Além disso, Couto de Magalhães, presidente de quatro províncias, uma delas em situação de guerra que ameaçava a integridade do país (Mato Grosso) e outra que, sendo o foco principal da propaganda republicana ele governou até a proclamação da República em 1889 (São Paulo),

---

<sup>198</sup> Cf. VILLAS BOAS, Marco. *Discurso de posse de Villas Boas na ATL - Abordagem histórica da hidrovía Araguaia-Tocantins*. Disponível em: [http://www.tj.to.gov.br/exibir\\_noticias.asp?id=224](http://www.tj.to.gov.br/exibir_noticias.asp?id=224), data da captura: 10/12/2005.

<sup>199</sup> Cf. NOGUEIRA, Octaciano. *Relato de um empreendedor no Segundo Reinado*. Disponível em: <http://www.jt.com.br/noticias/98/08/08/sa10.htm>, data da captura: 25/10/2002, grifos meus. Octaciano Nogueira é bacharel pela Faculdade Nacional de Direito da antiga Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel e Licenciado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Brasília (UNB), no DF, e Especialista pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC), no Rio de Janeiro. Foi professor do Instituto de Ciência Política da UNB.

iniciador dos estudos folclóricos entre nós, pioneiro na navegação a vapor nos rios Araguaia e Tocantins, é relegado a um “papel secundário”.

Na condição de político de destaque e de personagem importante na história do Brasil imperial, Couto de Magalhães não pode ser definido como uma “memória subterrânea”, segundo a definição de Pollak,<sup>200</sup> pois esta é parte integrante de cultura minoritária e dominada. Trata-se de um fenômeno curioso, posto que a memória do general se opõe à memória oficial ou nacional não no sentido de superá-la, mas no sentido de reivindicação de pertencimento. O imaginário em torno do general seria, portanto, uma espécie de memória oficial periférica. Da mesma forma que a memória subterrânea, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional, prosseguindo em seu “trabalho de subversão no silêncio” e de maneira quase imperceptível aflora em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados ou nas efemérides como tenho encontrado.

Conforme vimos no capítulo anterior, José Vieira Couto de Magalhães nasceu na cidade de Diamantina, Minas Gerais, em 1º de novembro de 1837. Coincidentemente, nasceu no mesmo ano em que a rainha Vitória subiu ao trono na Inglaterra, inaugurando a época que ficou conhecida como a era da introversão, em que mais e mais os burgueses se dedicavam a uma verdadeira peregrinação ao mundo interior, conforme discutimos no primeiro capítulo. Em grande parte, a escrita do diário íntimo de Couto de Magalhães deve ser pensada enquanto parte desse crescente interesse pelas demandas secretas que tão bem caracterizou os homens do século XIX.

Trata-se de um homem nascido numa família de posses e que muito jovem conseguiu construir sua própria fortuna, seja através dos cargos políticos que ocupou, seja através de sua inserção em múltiplas atividades empresariais. Na política, iniciou-se aos 23 anos, ocupando o cargo de secretário da província de Minas Gerais, em 1860. Aos 25 anos, foi nomeado presidente da província de Goiás (1862-1864) e aos 27 assumia a presidência da província do Pará (1864-1866). Em 1866, assumiu a presidência da província de Mato Grosso, com 29 anos, em plena Guerra do Paraguai. Por conta de sua participação nessa guerra, o governo imperial outorgou-lhe o título de brigadeiro honorário do exército. Seu último cargo político foi na presidência da província de São Paulo (1888-1889), assumida aos 51 anos de idade,

---

<sup>200</sup> Cf. POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

tendo sido afastado por ocasião da proclamação da República. Segundo um de seus biógrafos,

“...[p]referia as distinções militares a quaesquer outras.

Vestir o uniforme consistia o seu orgulho, o seu garbo, o seu prazer. Doutor em Direito, conselheiro de Estado, só queria que o chamassem de general, título (outrora não barateiado), com que o Governo galardoara seus serviços bellicos, outorgando-lhe as honras de brigadeiro”.<sup>201</sup>

É recorrente entre os autores que escreveram sobre Couto de Magalhães a informação de que ele foi um “herói da Guerra do Paraguai”. Segundo Jorge Hurley, tendo sido nomeado presidente da província de Mato Grosso, “... fez-se o commandante do exercito de voluntários e corpos de 1ª linha que, expulsou os invasores paraguayos d’aquella província ...” (1938, p. 489). Carlos Alberto Iannone, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, por sua vez, destaca que ele

“... foi um dos que mais colaborou para a expulsão das forças paraguaias do território brasileiro. Comandou a luta contra os invasores, impedindo que por via da Bolívia viessem socorros a López e derrotou os inimigos em Corumbá e em Alegre ...”.<sup>202</sup>

Estevão de Mendonça, em suas *Datas matogrossenses* (1919), obra destinada a comemorar o bicentenário de Mato Grosso, lembra que foi o general quem organizou “... três expedições que deviam simultaneamente assaltar a praça de Corumbá ...” e que “... o sentimento do amor da pátria vibrou tão intensamente naquelles dias, que o presidente se vio na contingencia de recusar voluntários ...”.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> Cf. FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. *José Vieira Couto de Magalhães. Subsídios para uma biographia*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1898, p. 510. Não consegui identificar se este trabalho foi escrito pelo pai ou pelo filho, já que ambos possuíam o mesmo nome e não há indicação explícita no texto. É mais provável, pelo tom mais ou menos distanciado do texto, que tenha sido escrito pelo filho. O pai, nasceu em Belo Horizonte, em 1837, mesmo ano em que nasceu Couto de Magalhães, de quem era amigo pessoal, e faleceu em 1912. Assim como o general, também estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, obtendo o título de bacharel em 1858. Ocupou diversos cargos públicos, tendo sido deputado provincial, senador do Império, ministro da Fazenda, entre outros, recebendo o título de Visconde de Ouro Preto. Era presidente do Conselho do último gabinete monárquico quando foi proclamada a República, ocasião em que foi preso e deportado para a Europa, retornando ao Brasil em 1891. O filho, nasceu em Ouro Preto em 1860 e faleceu no Rio de Janeiro em 1938. Teve uma trajetória bastante semelhante a do pai, bacharelando-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1880, e ocupando o cargo de deputado por Minas Gerais. Monarquista, acompanhou o pai no exílio. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

<sup>202</sup> Cf. IANNONE, Carlos Alberto. “A vida de Couto de Magalhães”; “A obra de Couto de Magalhães”. In: COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três, 1974, p. 10.

<sup>203</sup> Cf. MENDONÇA, Estevão de. *Datas matogrossenses*. Nichterói: Escola Typ. Salesiana, 1919, p. 291. Lançada no mesmo ano em que se instalou o Instituto Histórico de Mato Grosso, a obra de Estevão de Mendonça tinha como objetivo registrar as datas e os feitos considerados mais relevantes da história do Mato Grosso.

Afonso Celso de Assis Figueiredo lembra que

“[o]s paraguayos atacaram mais de uma vez. Couto luctou, ao mesmo tempo com a peste, a fome e a guerra, debellando-as por meio de coragem, energia e perseverança, dignas da celebração de um Xenophonte” (1898, p. 511).

A mesma ênfase é dada por Miranda Azevedo, ao escrever a necrologia do general, em 1898, afirmando que diante da dificuldade em administrar a província de Mato Grosso, assolada pelos paraguaios, o governo imperial lembrou-se “... em boa hora do dr. José Vieira Couto de Magalhães, que aceitou a patriótica missão de libertar o solo pátrio da invasão inimiga ...”, conseguindo “... organizar as forças, criando o batalhão de voluntários, bater o inimigo, e dar a paz à província de Matto Grosso...”.<sup>204</sup> Para Eugênio Egas, em obra destinada a comemorar o primeiro centenário da independência do Brasil, foi ele quem “... em mais de dois annos de aspera campanha, reconquistou a província, expulsando della os paraguayos invasores”.<sup>205</sup>

Note-se que em todas as citações há a preocupação no sentido de destacar Couto de Magalhães como o sujeito principal da ação (às vezes parece ser o único sujeito), num visível reforço de sua atitude heróica: é ele que lutando contra a fome, a peste e a guerra, ousa recusar a ajuda de voluntários, bate o inimigo e expulsa os invasores, libertando o solo pátrio. Se alguém tenta diminuir o heroísmo do general, torna-se alvo de críticas. É o que fez Aureliano Leite, ao condenar a atitude de V. Corrêa Filho que

“... declarando-se inimigo das biografias laudatórias, reparte a glória do Brigadeiro, no tocante à expulsão dos paraguaios de Mato Grosso e à proeza do navio Cuiabá, mudado, através do Araxá brasileiro, do Paraguai para o Araguaia. ... Sem dúvida que o brigadeiro possuiu colaboradores e auxiliares valiosos. Nem jamais negou isso. Mas nenhum poderá colocar-se no mesmo degrau em que ele aparece na história”. (Leite, 1936, p. 125-6)

Ao tentar repartir “a glória do Brigadeiro” quantos aos feitos na Guerra do Paraguai, V. Corrêa Filho chama a atenção para verdades conhecidas, mas indesejadas. “Colaboradores” e “auxiliares”, se existem, devem permanecer em seu devido lugar, alguns

---

<sup>204</sup> Cf. AZEVEDO, Miranda. “Necrologia: General Couto de Magalhães”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. III, 1898. São Paulo: Typographia de *El Diário Español*, 1898, p. 586. Augusto Cezar de Miranda Azevedo nasceu em Sorocaba, São Paulo, em 1851. Formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro onde clinicou por algum tempo. Publicou diversos trabalhos na área da medicina na segunda metade do século XIX.

<sup>205</sup> Cf. EGAS, Eugênio. — *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889*. Publicação oficial do Estado de São Paulo. Comemorativo do 1º aniversário da independência do Brasil. Volume I. 1926, p. 755. A obra apresenta os cem anos da administração pública de São Paulo, relacionando o “progresso” paulista com a biografia de seus presidentes e vice-presidentes.

degraus abaixo na escada do heroísmo, jamais ameaçando a magnitude da ação do herói principal.

Segundo o perfil pintado pelos autores que escreveram sobre Couto de Magalhães, ele era um homem de “realizações corajosas e originais”, de vida “que se desdobra em aventuras, em desbravamentos”, em “lutas reais”.<sup>206</sup> Talvez uma das maiores façanhas do autor tenha sido transportar um navio desmontado do rio Paraguai até o Araguaia, pelo meio dos “sertões”, em dezenas de carros de bois, enfrentando índios hostis, animais ferozes e a oposição da imprensa, conforme relatado por Sílvio Meira (1987, p. 10). Clóvis Moraes Rêgo destaca, em sua personalidade, “... a invulgar estatura moral e a bravura das atitudes, o equilíbrio das decisões e a lucidez no exame dos assuntos” (Moraes Rêgo, 1968, p. 74). Para outros, ele ficou lembrado como o general que conseguiu livrar o Brasil da “ameaça” representada pela invasão dos paraguaios no Mato Grosso, por ocasião da Guerra do Paraguai (1864-1870), onde “[no] meio de tanta perturbação, a têmpera rígida e a calma do General Couto de Magalhães foram sempre inalteráveis...” (Azevedo, pp. 586-587).

### **A batalha maior: construir uma imagem de herói de si mesmo**

Em todo caso, é interessante perceber que os trabalhos que tratam sobre a Guerra do Paraguai silenciam o nome de Couto de Magalhães, mesmo em se tratando do presidente da província por ocasião do conflito que tanto contribuiu para a derrocada do Império.<sup>207</sup> Como explicar esse fenômeno? Seguindo a interpretação de José Murilo de Carvalho,<sup>208</sup> penso que esse jogo de lembrança-esquecimento em torno do nome de Couto de Magalhães tem a ver com a batalha de símbolos e alegorias que se travou entre nós a partir da implantação da República em 1889.

---

<sup>206</sup> Cf. MEIRA, Sílvio. “Couto de Magalhães e a integração nacional”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 148 (354), jan./mar. 1987, p. 1. Sílvio Augusto de Bastos Meira nasceu em Belém, em 1919. Graduiu-se pela Faculdade de Direito do Pará, desempenhando ao longo de sua vida atividades políticas, no magistério e na advocacia. Foi membro da Academia Paraense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, entre outros.

<sup>207</sup> Cf., entre outros, CHIAVENNATO, Júlio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980; MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998; SCHWARCZ, Lília Moritz. “A Guerra do Paraguai: o ‘voluntário número um’”. In: *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, pp. 295-318.

<sup>208</sup> Cf. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Como parte importante das batalhas ideológica e política, urgia atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos. Ora, Couto de Magalhães, muito embora tenha participado da Guerra do Paraguai e pudesse ostentar orgulhoso seu título de general, era indiscutivelmente um personagem ligado à Monarquia e a tudo aquilo que ela representava. De certa forma, Couto de Magalhães tinha consciência de sua ligação com um tempo que passou ou que assim era considerado. Em 1889, ano em que ele ocupava a função de presidente da província de São Paulo, os editores do periódico *O Federalista* pediram sua permissão para publicar uma nova edição da obra *Viagem ao Araguaia*, publicada pela primeira vez em 1863. O general autorizou a publicação de sua obra desde que não tivesse que corrigir nada do que havia escrito em 1863. No entanto, acrescentou um capítulo inicial “para servir como que de complemento aos já publicados” (1974, p. 23), em que manifestava certa falta de sintonia com as questões de seu tempo:

“... os costumes nacionais estão de tal sorte transformados, que eu, que me não considero velho, contudo, em muita coisa, pertenço a uma sociedade que já deixou de existir” (Couto de Magalhães, 1974, p. 44).

Lembre-se que um ano antes desse desabafo do general aboliu-se a escravidão, sustentáculo da economia nacional brasileira por mais de 300 anos. Também não existia mais a idéia de que a monarquia seria uma garantia para o futuro da nação, posto que as idéias republicanas que fervilhavam àquela altura indicavam a proximidade de “novos” tempos na organização política brasileira. Parafraseando Suely Kofes, Couto de Magalhães, ao final de sua vida, tinha consciência de ter sido o Brasil de ontem, construindo seu presente com outro tempo, o passado (2001, p. 141). É em torno desse eixo temporal morto, ligado “a uma sociedade que já deixou de existir”, que ele ordena e reordena sua identidade.

Paradoxalmente, o orgulhoso general Couto de Magalhães, que não poupou esforços para defender a soberania do Império, participou de um momento histórico em que o Exército brasileiro obteve condições de “... interpretar os acontecimentos da guerra, da vida política, e de suas reivindicações profissionais a partir de sua inserção particular no Estado e na sociedade”,<sup>209</sup> voltando-se depois da Guerra do Paraguai contra as estruturas tradicionais consolidadas durante a monarquia de D. Pedro II. Afinal, o mesmo Exército que garantiu a unidade do Império durante a Guerra do Paraguai, tornou-se um dos principais defensores da implantação da República vitoriosa em 1889. Se a oficialidade militar teve um papel decisivo

---

<sup>209</sup> Cf. COSTA, Wilma Peres. “A Guerra do Paraguai e a problemática militar no Império”. In: *História*, São Paulo: UNESP, 1995, v. 14, p. 37.

na queda da monarquia, o nome do general José Vieira Couto de Magalhães faz parte desse processo apenas enquanto sinal dos impulsos contraditórios que constituíam a chamada “Questão Militar”.

Como disse Amador Florence, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, referindo-se ao general: “... monarquico convite, admirador de S. M., cairia com o Império...”,<sup>210</sup> recusando-se a aderir ao novo regime com as seguintes palavras:

“[t]endo sido ha pouco tempo funcionario de alta confiança do governo decaído, julgo que a minha ida ao palacio, para cumprimentar oficialmente o governo provisório, não teria outro efeito além de aumentar de mais um nome a longa lista daqueles que os republicanos antigos devem considerar como pretendentes importunos dos proventos e honras de uma situação que não ajudaram a criar”. (Couto de Magalhães *apud* Florence, 1937, p. 64)

De fato, a construção dos novos mitos, dos novos heróis a carregarem em si mesmos os medos e aspirações da nação, giraria em torno dos nomes que ajudaram a criar a situação republicana, estando Couto de Magalhães identificado às forças do passado e da oposição. Ao optar por não mudar de lado, negando-se a se tornar um republicano de última hora, ele agenciou seu próprio esquecimento, da mesma forma que Kofes observou com relação a Consuelo Caiado (2001, p. 186). Para não ser infiel à análise de José Murilo de Carvalho, cabe uma lembrança: no processo de construção do panteão cívico republicano, dado o fato de que a “... pequena densidade histórica do 15 de novembro (uma passeata militar) não fornecia terreno adequado para a germinação de mitos ...” e que “[o]s candidatos a heróis não tinham, eles também, profundidade histórica, não tinham a estatura exigida pelo papel ...” (Carvalho, 1995, p. 57), os republicanos acabaram realizando uma transmutação da figura histórica de Tiradentes, de modo a torná-lo um arquétipo dos valores ou das aspirações coletivas que se queria valorizar com o novo regime.

O diário íntimo de Couto de Magalhães, escrito entre 1880 e 1887, também nos fornece algumas pistas para refletir sobre seu papel na Guerra do Paraguai. Em primeiro lugar, muito embora o autor afirme, na entrada do dia 14 de outubro de 1880, que “... a vida que passei entre os 25 e os 35 anos... ocupa na minha imaginação um espaço aparentemente mais longo de que todo o outro resto da minha existência” (1998, p. 143), são poucas as referências no diário a fatos ligados ao conflito. No momento em que ele se refere mais explicitamente a um dos fatos citados por seus biógrafos para provar seu heroísmo, a batalha

---

<sup>210</sup> Cf. FLORENCE, Amador. “No centenário de Couto de Magalhães”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. 33, 1937, São Paulo: Edição do IHGSP, 1937, p. 62.

de Corumbá, o registro nos conduz a uma conclusão bastante diferente. Diz ele no diário, aos 20 de outubro de 1880:

*Como me sentisse  
mui escandescido tomei um enema. Deitei-  
me, jantei e vim p[ar] aqui onde a L. está na  
sua má tempera. Sinto uma estranha sen-  
sação de prazer que é semelhante a aque-  
las que eu sentia quando terminei gran-  
des e perigosas coisas, por exemplo quando  
nos Dourados soube da vitória da expedi-  
ção de Corumbá*

“[c]omo me sentisse mui escandescido, tomei um enema. Deitei-me, jantei e vim para aqui, onde a L. está na sua má t[em]pera. Sinto uma estranha sensação de prazer que é semelhante àquelas que eu sentia quando terminei grandes e perigosas coisas, por exemplo, quando nos Dourados soube da vitória da expedição de Corumbá”. (1998, p. 150, grifos meus)

Apesar da referência a experiências que ele define como “grandes e perigosas coisas”, observe-se que ele reconhece que “... nos Dourados soube da vitória da expedição de Corumbá”. Conforme vimos linhas atrás, Iannone apresentava Couto de Magalhães como “... um dos que mais colaborou para a expulsão das forças paraguaias do território brasileiro. Comandou a luta contra os invasores impedindo que por via da Bolívia viessem socorros a López e derrotou os inimigos em Corumbá e em Alegre” (1974, p. 10, grifos meus). Essa opinião é corroborada por Silvio Meira ao afirmar que ele “[c]omanda a expulsão dos invasores paraguaios, que põe fora de Corumbá a 13 de junho de 1867...” (1987, p. 9). Ora, derrotar os inimigos em Corumbá é bastante diferente de saber ou ser informado sobre a vitória em Corumbá. Ser informado significa não estar presente no ato, não podendo, portanto, reivindicar para si o papel de principal sujeito da ação.

É compreensível o fato de que as principais lideranças militares numa guerra, pela própria natureza da função que ocupam, não se exponham à frente dos batalhões. Mas é preciso ter em mente que ao assumir o tom em primeira pessoa para se referir ao papel determinante para a vitória na batalha ou na guerra, os candidatos a heróis passam por cima da memória de milhares de soldados que a História relega ao esquecimento. Consultando os

relatórios dos presidentes da província de Mato Grosso, não há como duvidar que, de fato, Couto de Magalhães organizou e acompanhou a expedição que partiu de Cuiabá para Corumbá. De acordo com o Barão de Melgaço, em seu relatório de 20 de setembro de 1869

“[n]esse anno porem de 1867, o Exmo. Dr. Couto de Magalhães no patriótico empenho de, sem prejuízo do serviço da guarnição, organizar uma expedição para expellir os Paraguayos de nosso littoral do rio Paraguay, chamou ao serviço de Corpos destacados a totalidade do 4º, 5º e 6º Batalhões, sem distincção de classes.

Effectuou-se a expedição sob as vistas do Illustre Presidente que pessoalmente tomou n’ella distincta parte. Escuso recordar-vos que, no dia 13 de junho, a vanguarda da dita expedição, sob o commando do Tenente Coronel Antonio Maria Coelho, apoderou-se à viva força de Corumbá, libertou as famílias brasileiras que ali existião e exterminou a guarnição inimiga, cujos destroços retirarão-se, agoas abaixo, em dous vapores que estavam no porto, e havião activamente cooperado na sua defensão”. (Mato Grosso: 1869, p. 13)

Note-se que a expedição foi organizada por iniciativa de Couto de Magalhães, que “pessoalmente tomou n’ella distincta parte”. No entanto, o comando ou a vanguarda da ação que expulsou os paraguaios de Corumbá coube ao Tenente Coronel Antonio Maria Coelho, futuro barão de Amambá. Tudo indica que o presidente da província determinou a saída da guarnição para Corumbá e ficou aguardando o resultado da batalha em local estratégico, daí ele ter registrado em seu diário íntimo que “soube da vitória da expedição de Corumbá”. Se Couto de Magalhães costumava falar das batalhas da Guerra do Paraguai como se fossem batalhas de um homem só contra o inimigo paraguaio, havia aqueles que, muito embora também fizessem parte da elite política do país, procuravam dividir o mérito das vitórias. Em relatório datado de três de maio de 1868 o Barão de Aguapehy se referia à batalha de Monte Alegre nos seguintes termos:

“[n]ão ignoraes que a 11 de julho no ponto denominado Alegre deo-se um combate naval entre dois Vapores de nossa flotilha e um forte vapor inimigo aonde ainda foi nossa a Victoria. Se apraz ver que a vanguarda desta expedição e a Marinha forão devidamente galardoadas, causa entretanto pezar ver que até hoje não teve recompensa alguma o 1º Corpo destacado de guardas nacionaes commandado pelo Tenente Coronel Antonio José da Costa, a cujo fogo se deve principalmente a Victoria do Alegre”. (Mato Grosso, 1868, pp. 7-8)

Por um lado, as principais lideranças eram “devidamente galardoadas”, vendo-se muitos “homens ilustres” receberem títulos de honra durante o próprio conflito – como ocorreu com o Brigadeiro Couto de Magalhães –, garantindo o acesso ao panteão dos heróis da pátria. Por outro, a grande massa que compunha as tropas e que garantia a vitória dos generais era excluída das recompensas materiais e simbólicas prometidas antes do alistamento para as batalhas.

No fim da vida, Couto de Magalhães parecia plenamente à vontade com a condição de herói nacional, reivindicando para si uma condição heróica nos combates. Nesse sentido, seu desconforto era apenas com a República, já que ele preferia não constar como um “pretendente importuno” dos proventos e honras de uma situação que não ajudou a criar, conforme vimos na citação mais acima. No capítulo que acrescentou a *Viagem ao Araguaia* em 1889, ele nos oferece uma explicação de sua escolha para presidir a província do Mato Grosso por ocasião da Guerra do Paraguai:

“[d]emitido da presidência do Pará, vim para o Rio, em época em que a Guerra do Paraguai estava no seu período mais agudo.

A Província de Mato Grosso havia sido invadida e, desde a invasão, o baixo Paraguai brasileiro, o que se comunicava com a Bolívia, permanecia em poder do inimigo ...

Nessa ocasião, o governo do Brasil estava ativando a luta por todos os meios:

... Para desalojar os paraguaios de Mato Grosso e cortar-lhes as comunicações com a Bolívia, fui eu escolhido, em falta de melhor, porque todos os nossos generais válidos estavam no Sul, empenhados na guerra, e cá só tínhamos os velhos, de todo impróprios para fazer a viagem difícilíssima daqui a Cuiabá, por terra, e os quatro que me antecederam ficaram no caminho ...

Efetivamente, fui mais que feliz; em pouco mais de dois meses, fiz a viagem, e *em menos de um ano tinha conseguido derrotar os paraguaios, libertar a Província e impedir os auxílios que da Bolívia pudessem ir aos paraguaios*, como consta dos relatórios dos ministros da Guerra desse tempo”. (1974, pp. 44-45, grifos meus)

Certamente que a experiência adquirida por Couto de Magalhães em suas inúmeras viagens pelos “sertões” do Brasil, muitas vezes dormindo em redes amarradas em árvores e se alimentando “à moda dos índios”, influenciaram em sua escolha para a “difícilíssima viagem” de São Paulo até Cuiabá. Se modestamente ele diz ter sido escolhido “em falta de melhor”, o tom em primeira pessoa na conclusão da missão de desalojar os paraguaios do Mato Grosso expressa uma reivindicação pessoal dos proventos e honras de uma situação que, dessa vez, ele ajudou a criar. Em outro trecho do mesmo capítulo referido acima ele esclarece, aos 14 de maio de 1889, que *Viagem ao Araguaia* trata de recordações do interior, de costumes e coisas que ele julgava estar desaparecendo ou recordações

“... ligadas à minha vida individual, ou a *acontecimentos históricos de que fui o principal autor – como sejam: a libertação da Província de Mato Grosso do jugo dos paraguaios e a fundação da navegação a vapor do Araguaia ...*” (1974, p. 23).

Seis dias antes de falecer, em setembro de 1898, o general escreveu o prefácio da obra *Caças e caçadas no Brasil*, de Henrique Silva. Depois de apontar a caça e a pesca como “... exercícios athleticos de primeira ordem, e que preparam o homem para a vida enérgica do militar ...”,<sup>211</sup> afirma que

---

<sup>211</sup> Cf. COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. “Carta para servir de prólogo”. In: SILVA, Henrique. *Caças e caçadas no Brasil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898, p. 6.

“[s]em os exercícios másculos da caça, se eu não fora outrora robusto, canseiro e nadador, não teria vencido os paraguayos nem reconquistado, durante dous annos de campanha na guerra do Paraguay, parte do hoje Estado de Matto-Grosso, que esteve em seu domínio...” (1898, p. 6).

Quando se refere a sua própria participação na Guerra do Paraguai, nosso herói dispensa “colaboradores” e “auxiliares” reafirmando sua virilidade máscula e reivindicando a primazia da ação que derrotou os paraguayos e reconquistou parte do estado de Mato Grosso para o Brasil. Não se pretende com isso desbancar o general de seu posto de herói. A idéia é refletir sobre o processo de formação e destruição de mitos, de tessitura de lembranças e esquecimentos por meio da experiência de um personagem histórico específico. No caso em questão, para lembrar, conforme Carvalho, que “... a formação do mito pode dar-se contra a evidência documental ...” (1995, p. 58). Se não era possível ou viável elevar Couto de Magalhães a condição de herói republicano, com um pouco de distorção, fenômeno comum no processo de heroificação, poder-se-ia transformá-lo em herói nacional, a partir da associação de seus feitos (ou não-feitos) com determinados valores ou aspirações coletivas. É nesse sentido que Amador Florence destaca “... a sua conduta altamente patriótica na campanha do Paraguay ...” (1937, p. 58), Silvio Meira se refere à “... Pátria, que Couto de Magalhães tanto amou, que desbravou, que palmilhou de sul a norte, traçando com sua vida uma epopéia difícil de ser imitada e igualada ...” (1987, p. 18) e Jorge Hurley afirma que ele honrou o título de general “... não como caudilho indisciplinado mas, como soldado de sciencia e da lei” (1938, p. 489). Afinal, amor à pátria, obediência às verdades da ciência e submissão às leis são valores muito caros aos detentores do poder, principais responsáveis pela criação dos heróis nacionais a partir do século XIX. Mais uma vez, faço uso das reflexões de Suely Kofes, ao analisar a trajetória de Consuelo Caiado. Não se trata de uma defesa da necessidade da lembrança, pois não estou defendendo a idéia de que é preciso não esquecer Couto de Magalhães. O problema é de ordem compreensiva: por meio de um personagem que não é excepcional, pode-se entender um processo específico de um silêncio específico (Kofes, 2001, p. 181)

Do ponto de vista da memória oficial, pode-se dizer que o esforço dos que se empenharam em retirar o general do esquecimento foi bem sucedido. A reivindicação de pertencimento foi atendida, sendo que o nosso herói da Guerra do Paraguai foi retirado da periferia da memória oficial. Em 1985, no bojo da comoção em torno da morte do ex-presidente Tancredo Neves, o governo brasileiro construiu o Panteão da Pátria Tancredo

Neves, prédio de três pavimentos destinado a homenagear os heróis nacionais. O Panteão, situado na Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), foi inaugurado aos sete de setembro de 1986 pelo então presidente da república José Sarney. No centro do 3º pavimento encontra-se o *Livro de Aço dos Heróis Nacionais* (Figura 3) que acolhe em cada página o nome de um herói brasileiro.<sup>212</sup>



(Figura 3)

A denominação de herói nacional se dá por ato do Congresso Nacional, observando-se um período mínimo de cinquenta anos após a morte do homenageado. O primeiro a ter seu nome inscrito no *Livro de Aço* foi Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, oficialmente considerado líder e mártir da Inconfidência Mineira. Sua inscrição ocorreu aos 21 de abril de 1992, bicentenário de sua execução. Depois dele, muitos outros nomes começaram a ser apresentados ao Congresso Nacional, o que fez com que o referido livro acolhesse em suas páginas heróis dos mais diferentes credos e bandeiras políticas. Além de Tiradentes, pode-se ver, entre outros, o marechal Deodoro da Fonseca, responsável pela Proclamação da República; Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares; D. Pedro I, que proclamou a Independência do Brasil; Duque de Caxias, patrono do exército brasileiro; José Plácido de Castro, que lutou pela anexação do território do Acre ao território brasileiro; Almirante Tamandaré, patrono da marinha brasileira; Almirante Barroso, que comandou a força naval brasileira na Batalha do Riachuelo; Alberto Santos Dumont, “Pai da Aviação” e patrono da aeronáutica brasileira; Chico Mendes, líder seringueiro e... José Vieira Couto de Magalhães.

---

<sup>212</sup> Cf. “Museus - Centro Cultural Três Poderes - Panteão da Pátria”. Disponível em: [http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus\\_06.htm](http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm), data da captura: 26.02.2007.

O nome de Couto de Magalhães foi proposto pelo deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP). O parecer favorável foi aprovado por unanimidade no dia seis de novembro de 2006. Na justificativa de seu projeto, Elimar Damasceno afirma que

“[p]ela presente proposição, pretendemos inserir, nesse mesmo livro, o nome de um brasileiro que, por sua atuação como político, escritor e militar, prestou relevantes serviços à nação brasileira. Estamos nos referindo ao mineiro José Vieira Couto de Magalhães”.

O deputado argumentou ainda que

“[s]ua habilidade político-militar impediu que da Bolívia viessem reforços para o Paraguai. Tendo os paraguaios invadido Mato Grosso, foram derrotados por Couto de Magalhães em Alegre e Corumbá. Por sua atuação nesse episódio de nossa história - a tomada de Corumbá, foi alçado ao posto de brigadeiro honorário do Exército”.<sup>213</sup>

O autor do projeto aponta para as múltiplas atividades de Couto de Magalhães enquanto político, escritor, precursor dos estudos folclóricos no Brasil, dedicado ao estudo dos índios brasileiros, monarquista convicto, mas desde o início de sua justificativa o que se sobressai é a imagem dele como Brigadeiro Honorário do Exército.

Fora do contexto em que a sombra da monarquia ainda assustava os republicanos brasileiros, o general Couto de Magalhães, amigo do imperador D. Pedro II e herói da Guerra do Paraguai, não apresenta mais nenhum risco à memória oficial, da qual passa a pertencer a partir da associação de seus feitos com determinados valores ou aspirações coletivas oficialmente nacionais. Assim, o general que registrou em seu diário íntimo “... eu tenho a ambição de fundar alguma coisa que preserve meu nome do esquecimento...” (1998, p. 112) pode descansar em paz. Afinal de contas, o projeto de lei que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria garante em seu artigo 1º o

“... *registro perpétuo* do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo”.<sup>214</sup>

Aos 29 de setembro de 2004, a discussão sobre o *Livro de Aço dos Heróis Nacionais* foi parar num diário íntimo típico do século XXI: o *blog ncc.embuste.com.br*, ao criticar um artigo que propunha inscrever o nome de Pelé como herói nacional, se perguntava: “vale a pena sustentar uma instituição tão anacrônica como esse livro?” Para o autor do blog,

---

<sup>213</sup> Cf. “Projeto de lei nº 954, de 2003”. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/131429.pdf>, data da captura: 26.02.2007.

<sup>214</sup> Cf. “Projeto de lei do Senado”. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/pls/prodassen/PRODASEN.LAYOUT\\_MATE\\_DETALHE.SHOW\\_INTEGRAL?t=4742](http://legis.senado.gov.br/pls/prodassen/PRODASEN.LAYOUT_MATE_DETALHE.SHOW_INTEGRAL?t=4742), data da captura: 26.02.2007. Grifos meus.

“[a] medida que a democracia se prolonga e que diferentes governos se sucedem, a tendência é que o *Livro dos Heróis* se transforme em um verdadeiro saco de gatos ..., melhor seria deixar essa coisa cair no esquecimento”.<sup>215</sup>

Ao sugerir o esquecimento do *Livro de Aço*, o autor do *blog* aponta para os embates sempre presentes nas discussões sobre memória, assim como relativiza a idéia do “registro perpétuo” e incomoda os heróis inscritos na memória nacional oficial: assim como o tempo inscreve, o tempo apaga.

A leitura do diário íntimo de Couto de Magalhães, bem como a leitura de suas obras e de seus retratos, nos permitem concluir que a imagem de militar faz parte da identidade que o autor escolheu para si próprio, constituindo um elemento fundamental da maneira como ele gostaria de ser conhecido publicamente.

Escrevendo em seu diário em São Paulo, aos 7 de fevereiro de 1886, o autor registra em forma de lembrete:

“[t]irar o meu retrato a óleo pelo Almeida Jr.” (1998, p. 212)

Segundo Alain Corbin, o desenvolvimento do retrato ao longo do século XIX corresponde a um esforço do indivíduo no sentido de afirmar-se e tomar consciência de si mesmo.

“[a]dquirir e afixar sua própria imagem desarma a angústia; é demonstrar sua existência, registrar sua lembrança. Bem encenado, o retrato atesta o sucesso; manifesta a posição. Para o burguês, familiarizado com o papel de herói e pioneiro, não se trata mais, como fora outrora para o aristocrata, de inscrever-se na continuidade das gerações, mas de criar uma linhagem; ele deve portanto inaugurar seu prestígio por meio de seu êxito pessoal”. (1991, p. 423)

Conforme se pode ver no retrato abaixo, Almeida Júnior compõe a imagem de um militar uniformizado, cujo sucesso é atestado pelas várias medalhas ostentadas no peito (Figura 4). Possuir sua própria imagem significa demonstrar sua própria existência, manifestar sua posição social, fixar uma memória de si no tempo na esperança de perpetuar-se, instigando assim o sentimento de auto-estima.

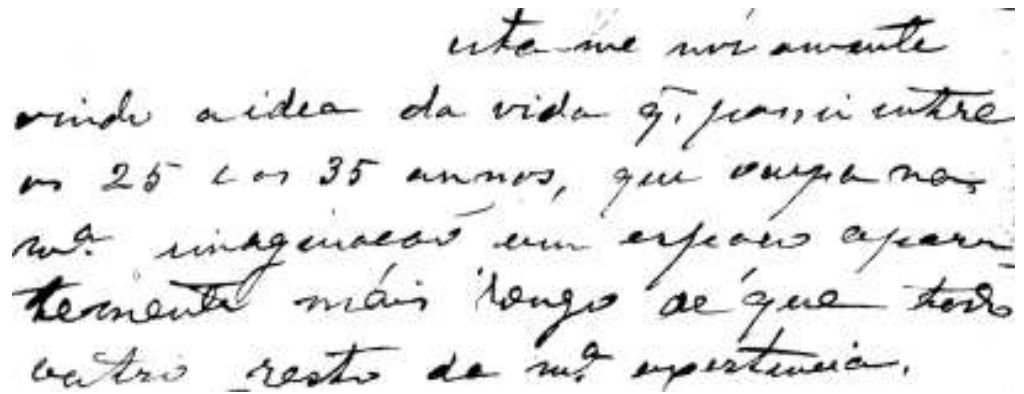
---

<sup>215</sup> Cf. “Herói quem?”. Disponível em: <http://www.ncc.embuste.com.br/archives/000319.html>, data da captura: 26.02.2007. Este *blog*, não mais disponível, era organizado por um sociólogo morador de Belo Horizonte. Em alguns dos comentários feitos por internautas no *blog*, chamam o organizador de Guto.



(Figura 4)

Na época em que foi feito o retrato, Couto de Magalhães estava com 49 anos e seus feitos heróicos na Guerra do Paraguai tinham ocorrido 19 anos antes disso. Mas, como ele afirmou em outro trecho do diário, na entrada do dia 14 de outubro de 1880,



está-me novamente  
vindo a ideia da vida q. passei entre  
os 25 e os 35 annos, que occupa na  
m.ª imaginação um espaço appare-  
ntemente mais longo de que todo  
o outro resto da m.ª existência.

“... está me novamente vindo a idéia da vida que passei entre os 25 e os 35 anos, que ocupa na minha imaginação um espaço aparentemente mais longo de que todo o outro resto da minha existência” (1998, p. 143).

À época em que Couto de Magalhães articulou as tropas em Corumbá (1867), ele estava com 30 anos. Olhando para o retrato pintado por Almeida Júnior, vemos, entretanto, nas marcas do rosto do general uma idade bem mais adiantada, mais próxima dos 49 anos que ostentava ao ser retratado. Situado bem no centro da imagem, testa franzida, olhar gravemente direcionado para o observador da imagem. É um olhar que aprisiona, assusta, impõe respeito.

Afonso Celso de Assis Figueiredo, que conheceu o general, descreveu-o com as seguintes palavras:

“[p]hysicamente, era de regular estatura, esbelto, barba em ponta, olhar franco e vivo, ampla fronte, ar decidido e marcial, irrequieto, voz plácida e de tons velados, extremamente sympático e insinuante”. (1898, p. 517)

A paisagem na qual o general está inserido no retrato pintado por Almeida Júnior, uma região descampada, faz alusão a uma das paisagens da Guerra do Paraguai. Ao fundo, a partir do braço direito do general, a bandeira do império brasileiro aparece esvoaçante (Figura 5), signo do território nacional que o herói protege de longe. Na figura 6 pode-se ver com mais clareza a bandeira a qual Almeida Júnior fez alusão.



(Figura 5)



(Figura 6)

O herói está só e parece ter dispensado mesmo sua própria sombra. No peito, traz todas as insígnias de sua glória, mostrando tratar-se de um militar respeitado, várias vezes condecorado por suas muitas vitórias em diferentes batalhas. Segundo Iannone, além de membro de inúmeras associações científicas e literárias, Couto de Magalhães “... foi comendador da ordem de Cristo, oficial da Rosa e do Cruzeiro, merecendo condecoração com as medalhas da campanha do Paraguai e da libertação da Província de Mato Grosso” (1974, p. 11).

Conforme afirmou Lilia Schwarcz, refletindo sobre a dimensão simbólica do poder político, “[s]e não há governo que deixe de usar esse tipo de recurso, pode-se dizer que é somente na monarquia que rituais e símbolos ganham um lugar oficial, fazendo parte do próprio corpo da lei”.<sup>216</sup> Com relação a Couto de Magalhães, sua opção em ser sempre

---

<sup>216</sup> Cf. SCHWARCZ, Lilia. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001, p. 7.

retratado ostentando medalhas e títulos alcançados, nos faz pensar que tais símbolos passam a fazer parte do próprio corpo do general, suporte para batalhas simbólicas. Dessa forma, a narrativa pictórica expõe e reafirma a cada olhar o lugar social do sujeito: as insígnias testemunham sua coragem, sua ação heróica subentendida na defesa da nação, bem como seu *status* enquanto membro de importantes instituições brasileiras.

Segundo a leitura que o antropólogo Luiz Mott fez do quadro de Almeida Júnior, vê-se no retrato “... um másculo cidadão e valoroso militar acima de qualquer suspeita...”.<sup>217</sup> No canto inferior direito do quadro, o pintor marcou numa grande pedra os dizeres “Guerra do Paraguay” seguido de um pequeno texto laudatório narrando os feitos do herói, como a edificar sobre esta pedra uma imagem para o futuro (Figura 7):



(Figura 7)

“Guerra do Paraguay

Gl. J. V. Couto de Magalhães commandante em chefe das forças q libertaram a prov.<sup>a</sup> de Matto Grosso da invasão dos paraguayos depois de derrotal-os nos combates de Corumbá a 13 de junho, e do Alegre a 11 de julho de 1867.

Ex-commandante do 1º Regimento de voluntários, ex-deputado geral por Goyas e Matto Grosso e ex-presidente das prov.<sup>a</sup> de Goyas, Minas<sup>218</sup>, Pará, Matto Grosso e S. Paulo”.

<sup>217</sup> Cf. MOTT, Luiz. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: RECORD, 2003, p. 175.

<sup>218</sup> Na verdade, Couto de Magalhães foi apenas secretário da Província de Minas e não presidente, como consta no quadro de Almeida Júnior.

A escolha de Almeida Júnior, o mais importante pintor paulista em fins do século XIX, para pintar o retrato de Couto de Magalhães não se deu de forma aleatória. Se considerarmos que os pressupostos culturais sobre os quais repousam as telas de qualquer pintor são tão constitutivos da imagem quanto as cores e as pinceladas,<sup>219</sup> torna-se primordial refletir sobre as relações entre Almeida Júnior e o meio cultural em que ele estava inserido.

José Ferraz de Almeida Júnior nasceu em Itu, interior do Estado de São Paulo, em 1850. Em 1869, impulsionado pelo vigário da referida cidade, foi estudar desenho e pintura na Academia Imperial de Belas-Artes, no Rio de Janeiro, instituição que nasceu (em 1826) e se desenvolveu como um projeto político-estético, responsável pela montagem de todo um sistema de produção simbólica que visava legitimar a imagem que se queria para o Império brasileiro (Schwarcz, 2003).<sup>220</sup> Deve-se destacar que esse projeto político-estético não seguiu um padrão iconográfico homogêneo, apresentando variações ou coloridos diferentes ao longo do tempo. Na Academia, cuja relação de maior proximidade com o governo se deu a partir de D. Pedro II, Almeida Júnior teve aulas de pintura histórica com Vítor Meireles que, em 1860, pintou o quadro *Primeira Missa no Brasil*, obra que expressa a relação entre o romantismo nascente e o projeto de construção de uma identidade nacional para o país. A pintura oficial tinha, então, naquele momento, um papel político bastante claro, cabendo aos pintores, enquanto historiadores visuais, imprimir nas telas o equivalente das verdades históricas construídas pelos intelectuais reunidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Em 1875, Almeida Júnior recebeu do imperador D. Pedro II uma bolsa de estudos para a Escola Superior de Belas Artes de Paris, para onde partiu no ano seguinte, lá permanecendo por cinco anos. Esta relação de mecenato, fazia parte dos auxílios públicos e privados que o imperador concedeu à Academia, distribuindo prêmios, medalhas, bolsas para o exterior e financiamento, além de entregar as insígnias das Ordens de Cristo e da Rosa aos artistas mais destacados (Schwarcz, 2003, p. 145). Em 1882, Almeida Júnior retornou ao Brasil, abrindo no ano seguinte um ateliê na Rua da Glória, em São Paulo. Em sua breve vida (morreu assassinado aos 49 anos, em 1899), produziu obra farta e variada. Pintou retratos, temas regionalistas, históricos e religiosos, paisagens e pinturas de gênero.

---

<sup>219</sup> Cf. COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005, p. 14.

<sup>220</sup> Cf. também MATTOS, Claudia Valladão de. “Independência ou Morte!: o Quadro, a Academia e o Projeto Nacionalista do Império”. In: *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp. 79-102.

Era grande o número de encomendas de retratos que ele recebia de homens públicos e familiares, marqueses, barões e condes, ávidos por ostentar seu próprio retrato em repartições públicas e/ou salas de visitas. Em todo caso, esta parece ter sido uma tarefa a que o pintor não se dedicava com muito prazer. Em 1884, dois anos antes de Couto de Magalhães registrar em seu diário que iria “[t]irar o meu retrato a óleo pelo Almeida Jr.” (1998, p. 212), o periódico *Imprensa Ytuana* reproduziu um artigo do escritor português Lino de Assumpção a respeito de Almeida Júnior. Ao percorrer o ateliê do pintor ituano, Assumpção se deparou com a “... profusão de fotografias dos retratos de encomenda”:

“[p]ara que faz trabalhos d’estes?

Para viver! ... e mal, me responde ele, com triste sorriso amargo. – E já faço muito em viver. E depois eu preciso ganhar dinheiro, tenho ainda muito que fazer... Se soubesse como tudo aqui é difícil, continua ele, animado na voz e no gesto, desde o modelo, que se não encontra, que se não presta, até o gosto do público, não só indiferente para as coisas da arte, como que obrigando-nos a troco de dinheiro que nos dá – para vivermos – a ter uma maneira que, se é do seu agrado, não o é da nossa consciência!”.<sup>221</sup>

O relato do escritor português expressa a idéia de que Almeida Júnior e, muito provavelmente, muitos dos grandes pintores da época eram obrigados a dedicar parte de seu tempo à pintura de retratos por uma questão de sobrevivência econômica, submetendo-se ao “gosto do público” a troco de dinheiro. Conforme afirmou Lilia Schwarcz, o retratismo constituía “... grande moda entre as famílias abastadas até a difusão da fotografia” (2003, p. 145), sendo o próprio D. Pedro II uma espécie de retratista amador que costumava recheiar seus diários com ilustrações feitas a lápis. Esta paixão pelo retrato pessoal faz parte de um processo de acentuação do sentimento de identidade individual que ocorre ao longo do século XIX. Com a chegada da fotografia e sua paulatina redução dos custos, vulgariza-se o retrato, momento em que o cartão de visita surge associado à pose fotográfica, cuja elaboração passa a fazer parte dos procedimentos de sofisticação da apresentação de si mesmo (Corbin, 1991).

O escritor Lino de Assumpção compartilhava da mesma opinião de Almeida Júnior sobre os retratos, pois pensava que

“... quem envia a sua fotografia para se retratar poupa umas longas horas de pose; mas ganha muito pouco, porque, além de estragar um artista, se fica com um retrato, perde a ocasião de possuir uma obra de arte. Terá na vera efigie o valor de seu dinheiro e uma prova do seu mau gosto” (Assumpção *apud* Pinacoteca do Estado, 2007, p. 9)

---

<sup>221</sup> Para o artigo do jornal *Imprensa Ytuana*, conferir PINACOTECA DO ESTADO, Catálogo da exposição “Almeida Júnior: um criador de imaginários”. São Paulo, 2007, p. 8.

Certamente, mesmo que Almeida Júnior tivesse recebido de Couto de Magalhães um valor que lhe fizesse expressar mais do que “um triste sorriso amargo”, isso não mudaria a opinião do pintor a respeito de um tipo de produção que contrariava sua consciência pictórica, na medida em que o afastava do que ele definia como as “coisas da arte”. Maria Cecília França Lourenço, ao mesmo tempo em que enfatiza que a modalidade retratística aproximava Almeida Júnior das autoridades políticas em São Paulo, conferindo-lhe certa autonomia financeira, destaca a coragem do pintor em

“... renegar tal modalidade publicamente, em jornal naquela época com ampla penetração, o *Correio Paulistano*, dizendo que teria vergonha de mostrá-los para colega conhecedor do ofício, fato esse ousado e independente. Em tempo de encomendas, qual outro fez também autocritica semelhante?” (Lourenço *apud* Pinacoteca do Estado, 2007, p. 31).

O certo é que, na manhã do dia oito de outubro de 1888, o *Diário Popular* anunciava que, a partir do dia seguinte, os leitores poderiam apreciar no ateliê de Almeida Júnior, na rua da Glória (ou rua do Imperador), além do quadro *Dois Caipiras negaceando*,

“... um esplêndido retrato do general Couto de Magalhães, a nosso ver – o mais perfeito e acabado de todos os retratos que temos visto, feitos pelo pintor paulista”.<sup>222</sup>

Apresentado ao público juntamente com *Dois caipiras negaceando*, quadro que em junho de 1889 foi exposto na Exposição Universal de Paris, sendo comprado em 1890 pela Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, o retrato de Couto de Magalhães acabou ficando em segundo plano diante da crítica da época. Aos dez de outubro, o mesmo *Diário Popular*, anunciava que “[e]stá sendo muito visitado o ateliê de Almeida Júnior por pessoas que vão admirar o seu belo quadro cinético A espera [Caipiras negaceando]”.<sup>223</sup>

De acordo com Maria Cecília Clara Lourenço, curadora da exposição *Almeida Júnior, um criador de imaginários*, realizada em São Paulo, em janeiro de 2007,

“[a] narrativa associada às obras pictóricas, em que explora o típico e o significativo, colabora para explicitar e construir variantes caras ao tempo então corrente. Retratos e caipiras convergem em certos tratamentos, como se buscará esclarecer, aproximando-se, assim, tanto de segmentos mais conservadores, quanto das forças mais transformadoras, seja sob a ótica política, seja cultural, englobando artistas, escritores e jornalistas” (Pinacoteca, p. 27)

Assim, o mesmo Almeida Júnior conhecido por registrar em suas pinturas cenas do cotidiano regional, tais como o homem simples do campo (*O derrubador brasileiro*, 1879),

<sup>222</sup> “O Quadro de Almeida Júnior”. *Diário popular*. São Paulo, 8 de outubro de 1888, 3ª col., p. 2, *apud* PINACOTECA, 2007, p. 10.

<sup>223</sup> “O Quadro de Almeida Júnior”. *Diário popular*. São Paulo, 10 de outubro de 1888, 3ª col., p. 2, *apud* PINACOTECA, 2007, p. 11.

seu ambiente (*Apertando o lombilho*, 1895), os costumes e o modo de vida interiorano (*Caipira picando fumo*, 1893, *Violeiro*, 1899), o caipira paulista caçando (*Caipiras negaceando*, 1888), pescando (*Pescando*, 1894), “pitando” (*Caipira pitando*, 1895) ou simplesmente amolando seu instrumento de trabalho (*Amolação interrompida*, 1894), também produziu obras associadas ao projeto de construção de uma identidade nacional para o país, projeto este encetado por D. Pedro II ao longo de seu reinado. Neste último caso, encontram-se obras com tema histórico, tais como *Partida da monção*, de 1897, que cristaliza visualmente o mito fundador dos “heróis” bandeirantes, contribuindo para fazer palpitar entre os brasileiros um sentimento de pátria.

Por outro lado, o mesmo Almeida Júnior que expõe em 1888 o retrato de Couto de Magalhães, político ligado ao decadente Império brasileiro, associado aos segmentos mais conservadores do país, expõe dois anos mais tarde (1890) o retrato de Prudente de Moraes, ex-aluno de Couto de Magalhães no Mosteiro de São Bento,

“... a quem muito mais tarde, em 1889, numa dessas coincidências interessantes, ele [*Couto de Magalhães*] teve que passar o quinquagésimo terceiro governo da província de S. Paulo, atada ao carro triunfal da República” (Leite, 1936, p. 38).

Curiosamente, apesar da postura corporal bastante semelhante dos dois personagens em seus respectivos retratos, que deve ser entendida a partir da teatralização das atitudes, dos gestos e das expressões faciais que acompanham o desenvolvimento do retratismo, eles olham para lados diferentes (Figuras 4 e 8).



(Figura 8)

Todas essas questões evidenciam o quanto “Almeida Júnior dialoga com muitas dentre as questões de seu tempo, denunciando dilemas, conflitos e saídas ... naquela São Paulo que dava as costas ao século XIX” (Lourenço *apud* Pinacoteca, 2007, p. 31). Mostram ainda que, muito embora Almeida Júnior tenha viajado para Paris sob mecenas de D. Pedro II, sua produção pictórica não estava atrelada exclusivamente ao projeto pessoal do imperador de construção de uma identidade nacional ou, pelo menos, suas obras revelam outras *nuances* do que se pensava ser a nacionalidade brasileira.

O retrato de Couto de Magalhães pintado por Almeida Júnior fixa no quadro e imprime nas mentes o mito fundador do herói da Guerra do Paraguai, ainda que seja apenas para o próprio general, preocupado em construir e legar à posteridade uma determinada imagem de si próprio. Em todo caso, deve-se notar que, muito embora a Guerra do Paraguai tenha trazido conseqüências para as artes no Brasil, revigorando o gênero da pintura de batalhas tão bem exemplificado pelas obras de Vítor Meirelles (*Batalha dos Guararapes*, 1979) e Pedro Américo (*Batalha do Avaí*, 1877), o general-herói de Almeida Júnior não é retratado em batalha. Ele está sozinho. Nesse sentido, o retrato de Couto de Magalhães evidencia uma peculiaridade na produção pictórica de Almeida Júnior, com relação às obras de Vítor Meirelles e Pedro Américo, por exemplo. Conforme Cláudia Valladão de Mattos, a partir da Guerra do Paraguai, as cenas de batalha tornam-se a nova fonte de imagens evocativas do Brasil, passando a fazer

“... exigências inéditas à estrutura formal dos quadros oficiais produzidos pela academia: impuseram a substituição do modelo alegórico por um modelo organizado a partir do princípio da ação, vale dizer, narrativo”. (1999, p. 87)

Nesse sentido, o herói deveria ser retratado numa estrutura pictórica narrativa que evidenciasse uma determinada ação heróica. Assim, a ação heróica do personagem seria legitimada na iconografia não mais por sua condição de nascimento, mas pela lógica do “feito glorioso”. Como vimos no quadro de Almeida Júnior, apesar da farda do general e da paisagem do fundo nos remeterem ao contexto da Guerra do Paraguai, não há movimento na narrativa pictórica em que Couto de Magalhães está inserido, a não ser a esvoaçante bandeira do Império. De certa forma, o pequeno texto laudatório fixado na rocha confere um pouco de movimento ao quadro, na medida em que didaticamente remete o observador para os principais feitos heróicos do retratado.

Conforme observou Jorge Coli, na arte de Almeida Júnior as relações geométricas dão força aos personagens afirmados, conferindo-lhes uma evidência icônica. O retrato de Couto de Magalhães seria, portanto, um quadro emblemático, do tipo em que

“... os personagens realçam-se, articulados com o fundo. São integrados, mas também valorizados pelos efeitos de composição. São eles, e não o meio, o tema essencial” (Coli, 2005, p. 105).

Segundo Coli,

“Almeida Júnior foge da eloquência, como foge também do pitoresco e do narrativo. Não existe, em seus quadros, nenhuma afetação sentimental ou heróica. Não existe nenhuma vontade em retratar os dramas, os atos ou os resultados da violência. Ele traz sempre seus personagens e seus cenários a uma observação discreta, a um comedimento neutro, muitas vezes difícil de descrever. Ao fazer isto, por contraste, indica o quanto os grandes efeitos – a comoção piedosa diante da miséria, o contágio exaltado diante dos impulsos heróicos – mostram-se redutores e, de fato, simplificadores; enquanto, ao contrário, a aparente simplicidade e discrição que lhe são próprias são o melhor veículo para um complexo aprofundamento”. (2005, p. 112)

A princípio, poderíamos pensar que essa “falta de afetação heróica” ou a ausência de batalha demonstrada no retrato pintado por Almeida Júnior poderia contrariar Couto de Magalhães, interessado em cristalizar visualmente a imagem do herói que na condição de comandante-em-chefe das forças que libertaram a província de Mato Grosso da invasão dos paraguaios, derrotou-os nas batalhas de Corumbá e Alegre. Entretanto, deve-se lembrar que para Couto de Magalhães, que tinha 49 anos ao ser retratado por Almeida Júnior, a moderação era um elemento muito importante em sua busca do auto-equilíbrio, sendo comuns reflexões a esse respeito em seu *Diário íntimo*, conforme vimos no capítulo Corpo, saúde e doença, e em outras obras suas. Em *Viagem ao Araguaia* (1974), por exemplo, ao relembrar o convite do imperador para presidir a província do Mato Grosso por ocasião da guerra do Paraguai, o general afirma:

“[s]eguei para lá, alegre e contente, certo de que, se houvesse rios cheios e sem pontes, eu os passaria a nado; se os bugres me quisessem estorvar, eu os afugentaria a bala... Que é que a gente não imagina na dezena dos 20 aos 30 anos, quando tem boa saúde?” (Couto de Magalhães, 1974, p. 45)

Mais à frente, ao explicar porque exigiu que os editores publicassem *Viagem ao Araguaia* sem modificações, observou:

“[s]e me metesse, porém, a emendar o livro, o faria todo de novo, pois havia de cortar ou modificar tudo quanto fosse manifestação de entusiasmo, de que tenho hoje especial antipatia...”. (1974, p. 47)

Dessa forma, a “observação discreta” e o “comedimento neutro” presente nas obras de Almeida Júnior podem ter sido uma das motivações para que o general o escolhesse para retratá-lo além, é claro, de tratar-se do mais prestigiado pintor de São Paulo àquela altura. Refletindo sobre o papel dos daguerreótipos e das fotografias tradicionais, Patrícia Lavelle chama atenção para um fato que pode ser evocado na análise do retrato de Couto de Magalhães:

“... não é difícil percebermos que o modelo também participa ativamente da composição de seu retrato – sobretudo quando paga por ele, quando sua imagem lhe pertence. Neste caso pode participar da escolha do fundo, determinar o recorte da imagem (fotografia de rosto ou de corpo inteiro), e interferir em todos os detalhes que se referem à pose”. (2003, p. 25)

O retratado não é um objeto passivo nas mãos do pintor. O retrato final pode ser pensado enquanto resultado de uma tensão entre a ótica do retratado e a do autor do retrato, tensão esta que passa pelas preferências e intenções pessoais de cada uma das partes, pelo valor atribuído ao retratismo e também pelo valor pago ao pintor.

De todo modo, a atitude de Couto de Magalhães ao procurar perpetuar determinada imagem de si mesmo num retrato pintado por Almeida Júnior, nos ajuda a pensar o quanto os processos do recordar e do esquecer, mesmo quando demandados por um indivíduo, se dão a partir de construções sociais. Afinal, o general escolhe ser retratado, como o fizeram muitos burgueses vitorianos. Ao mesmo tempo, sua atitude evidencia o processo de acentuação do sentimento de identidade individual e a sofisticação da apresentação de si mesmo, todos estes fenômenos comuns a sua época, conforme vimos mais acima. Assim, diz-nos Anna Lisa Tota,

“... se é o indivíduo enquanto actor social a pôr em movimento o percurso das recordações, é igualmente verdade que as modalidades com que isso acontece (os materiais a selecionar, o modo como fixar a atenção) são eminentemente sociais”. (Tota, 2000, p. 97)

A arte do retratismo, construída socialmente, ao mesmo tempo constrói a sociedade, utilizando-se para isso de fragmentos de memória individual e coletiva que contribuem para legitimar e/ou perpetuar interesses de determinados grupos sociais. Mais do que espelho da época, o retrato de Couto de Magalhães pintado por Almeida Júnior deve ser pensado enquanto parte de um processo de fabricação de significados, cujos pressupostos devem ser discutidos. Importa aqui, tratar o retrato do general como um monumento (Le Goff, 1992), produto da sociedade que o fabricou, construído com a intenção de evocar o passado, perpetuar a recordação, com base em artefatos da memória socialmente valorizados à época

de sua fabricação. Note-se também que para cada aspecto da experiência individual que se quer perpetuar, busca-se um artefato específico: para a perpetuação da imagem pública, Couto de Magalhães utiliza o retrato. Quando se trata de construir e perpetuar uma imagem de si para si mesmo, ele recorre ao diário íntimo.

Se em vida Couto de Magalhães se empenhou em ser retratado sempre como general fardado, o fato é que mesmo depois de sua morte, tudo indica que foi sempre assim que sua imagem foi apresentada ao público. Na necrologia escrita por Miranda Azevedo, em 1898, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (RIHGSP), Azevedo, que conhecia o general e fez parte da comissão enviada a fim de comunicar a este a vitória dos republicanos, acrescentou um retrato do general fardado, num fundo sem paisagem, com suas medalhas estampadas no peito, mas dessa vez sem chapéu e olhando para a esquerda (Figura 9).



(Figura 9)

Muito embora destaque em sua necrologia aspectos diversos da vida do general, Azevedo o associa às figuras heróicas retratadas por Almeida Júnior em *Partida da monção*:

“[b]em que não fosse paulista e não pertencesse ao Instituto [*Histórico e Geográfico de São Paulo*], o general Couto de Magalhães estava tão ligado e amava tanto S. Paulo, como o mais genuíno paulista, podendo mesmo ser considerado o último dos *bandeirantes*, por suas viagens e explorações pelo sertão brasileiro” (Azevedo, 1898, p. 583)

Muito provavelmente, o retrato estampado na RIHGSP foi pintado a partir de uma fotografia (Figura 10) que pode ser vista na obra *Galeria dos Presidentes de São Paulo*, de

Eugênio Egas (1926). Egas concluía sua apresentação de Couto de Magalhães afirmando ter sido ele “... sem dúvida um homem notável; mas ao tempo de sua presidência de São Paulo já não se achava no pleno vigor de suas faculdades” (1926, p. 757). A fotografia mostrando o general com cabelos brancos e sinais de calvície, talvez tenha sido feita pouco tempo antes de sua morte, em 1898. É provável também que esta tenha sido a farda que Couto de Magalhães vestia pelo avesso, à espera do imperador, ocasião em que teria sido flagrado pelo Dr. João Fleury, fato que discutirei no item *Um descuido de Deus?* e que evidencia um momento em que ele “já não se achava no pleno vigor de suas faculdades”, conforme afirmou Egas.



(Figura 10)

Essa preocupação em legar à posteridade a imagem de militar pode ser constatada em outros retratos do general, como o que é visto numa página da *internet* que divulga informações sobre a cadeira nº 31 da Academia Tocantinense de Letras, cujo patrono é Couto de Magalhães. O retrato do patrono exibido na página mostra um militar com cabelos e barba grandes, olhando para o infinito, cheio de medalhas no peito e com certo ar de satisfação. Não tem mais o olhar grave do retrato feito por Almeida Júnior, mas um semblante tranquilo, talvez por enfatizar um momento em que a guerra havia sido vencida e o herói podia dar-se ao luxo de descansar. Não há também uma paisagem de fundo associada aos feitos da guerra. A imagem chega a destoar do conteúdo da página, que destaca na trajetória de Couto de Magalhães o fato de ele ter sido presidente das províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso (São Paulo foi esquecida), “escritor reconhecido nacionalmente” e “entusiasta da navegação

fluvial”.<sup>224</sup> Não há nenhuma referência a sua participação na Guerra do Paraguai ou a atividades militares. Mas quando se olha para o retrato, depara-se com um militar fardado (Figura 11).



(Figura 11)

Em 1938, por ocasião das comemorações do centenário do nascimento do autor, o *Correios* brasileiro lançou um selo com a imagem do general, mais uma vez fardado (Figura 12). Além de circular em correspondências por todo o Brasil, a imagem do general poderia ser colada no *Álbum de selos do Brasil* (s/d),<sup>225</sup> dividindo o mesmo espaço com outros fatos considerados importantes na história do país, tais como o “1º Grito de República”, que curiosamente ecoou nos ouvidos do último presidente da província de São Paulo, o próprio Couto de Magalhães (Figura 13).

---

<sup>224</sup> “Couto Magalhães”. Disponível em: <http://www.terraviva.pt/Enseada/8074/Couto.htm>, data de captura: 25/10/2002.

<sup>225</sup> Cf. *Álbum de selos do Brasil*. Ariró, s/d.



(Figura 12)



(Figura 13)

Seja em função da alta tiragem do selo em 1938, seja pela pouca demanda dos amantes da filatelia na atualidade, a cotação do selo do general Couto de Magalhães à época em que o adquiri via *Internet* era das mais baixas: segundo informações obtidas no *site* [www.filatelia77.com.br](http://www.filatelia77.com.br), o *Catálogo de Selos do Brasil RHM*, que regula as atividades de filatelia no país, indica o valor de R\$ 1,30 (hum real e trinta centavos) para o selo com a

imagem de Couto de Magalhães. Como o referido *site* vende os selos brasileiros com descontos de 40 a 50% sobre as cotações do *Catálogo de Selos do Brasil RHM*, paguei pelo selo do general, localizado na categoria “Comemorativos usados”, a bagatela de R\$ 0,65 (sessenta e cinco centavos), gastando mais com as despesas de *Correios* do que com o selo em si.<sup>226</sup> É bem verdade que encontrei em outro site (<http://www.oselo.com.br>),<sup>227</sup> na categoria “envelopes – comemorativos”, um envelope circulado de Porto Alegre para Curitiba contendo três selos com a mesma imagem de Couto de Magalhães (Figura 14) e cujo preço era bem maior: R\$ 90,00 (noventa reais). Ainda assim, o preço mais alto não está em função da elevada procura, mas pela dificuldade em se encontrar envelopes antigos com uma sequência de selos circulados no país, fato que contribui para encarecer o preço dos selos.



(Figura 14)

Mais do que discutir o valor atribuído ao selo com a imagem de Couto de Magalhães, o que importa aqui é registrar o alcance da memória do general ou da tentativa de comemorar suas efemérides, retirando-o do esquecimento. Tudo indica que, pelo menos na década de 1930, a memória do general circulou pelo país, seja nas ondas irradiadas via microfones da Rádio Clube do Pará pelo historiador Jorge Hurley, como vimos no início deste capítulo, seja nas diversas correspondências que muitos brasileiros trocaram entre si utilizando-se do serviço do *Correios*.

Numa das edições de *Viagem ao Araguaia* (1946), mais uma vez é a imagem militarizada de Couto de Magalhães que se sobrepõe às outras (Figura 15). O general aparece de cintura para cima, quase de perfil, com ar grave, vestido com a mesma farda do retrato

<sup>226</sup> Agradeço a Júlio César Rodrigues de Castro, do site [www.filatelia77.com.br](http://www.filatelia77.com.br), pelas informações prestadas quanto ao funcionamento do *site* e quanto ao selo com a imagem de Couto de Magalhães.

<sup>227</sup> Cf. “Couto de Magalhães p/Curitiba”. Disponível em: <http://www.oselo.com.br>, data de captura: 28/8/2007.

pintado por Almeida Júnior, mas com apenas três medalhões no peito e cabelos e barba bem aparados. Ele não aparenta a idade que tinha por ocasião da Guerra do Paraguai (30 anos), parecendo bem mais velho no retrato.



(Figura 15)

Em outra edição de *Viagem ao Araguaia* (1974), o desenho da capa remete à figura do general (Figura 16), muito embora no período em que ele fez as viagens pelo rio Araguaia (1862-1863), ainda não tivesse esse título, só adquirido anos depois, no decorrer da Guerra do Paraguai (1864-1870).



(Figura 16)

Aqueles que, como eu, ficarem intrigados com o guarda roupa tão restrito do general e alimentarem esperança de encontrá-lo com outra roupa numa dessas inúmeras enciclopédias que justapõem uma imagem do personagem à sua biografia, ficarão desapontados. Assim, por exemplo, a *Nova Enciclopédia de Biografias* (1979),<sup>228</sup> apresenta Couto de Magalhães com traços mais finos, semblante mais jovial, cabelos e barba aparados e bastante escuros, mas com a mesma farda de general e seus medalhões no peito (Figura 17).



(Figura 17)

Por fim, o desejo de perpetuação de sua imagem de general-militar foi absorvido por Nicolina Vaz de Assis (1874-1941) ao produzir, em 1898, a escultura *O Selvagem* (Figura 18), sobreposta ao túmulo em que foram recolhidos os restos mortais de Couto de Magalhães, no cemitério da Consolação, em São Paulo. O Cemitério Municipal, depois Cemitério da Consolação, foi construído em 1858, no bojo dos embates entre sanitaristas e médicos contra o costume comum a várias regiões do Brasil daquela época de se fazer o sepultamento dentro das igrejas, prática considerada insalubre e nociva à saúde pública. À época, a localização do cemitério garantia a salubridade da área urbana, então circunscrita à região que hoje corresponde ao centro velho de São Paulo.

---

<sup>228</sup> Cf. RODRIGUES, Vicente. *Nova Enciclopédia de Biografias*. S/C, Planalto Editorial Ltda, 1979, p. 807.



(Figura 18)

Com essa obra, Nicolina Vaz de Assis, que era natural de Campinas, São Paulo, e estudou na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, tornou-se a primeira escultora mulher no tradicional cemitério paulista.<sup>229</sup> O título da escultura é uma referência a principal obra de Couto de Magalhães, *O Selvagem*, encomendada pelo imperador D. Pedro II para figurar na Exposição Universal da Filadélfia, nos Estados Unidos, em 1876. Da mesma forma, faz referência às inúmeras viagens que o general fez ao interior do Brasil, mantendo contato direto com diversos grupos indígenas “selvagens”. Na escultura, o selvagem é indicado pela figura de um índio que, remando, atravessa um rio montado em sua canoa (Figura 19), tendo seu caminho iluminado por uma espécie de ninfa vestida que, à margem esquerda superior da imagem, segura uma tocha com uma das mãos, talvez simbolizando a proposta de civilização que o general formulou para os índios em sua principal obra. À direita, uma figura feminina vestida segura uma bandeira enrolada em sua mão direita, com os olhos voltados para o busto de Couto de Magalhães, na parte mais alta da escultura.

---

<sup>229</sup> Cf. “General José Vieira Couto de Magalhães”. Disponível em: [www.calendario\\_cnt\\_bromonumentocouto.jpg.htm](http://www.calendario_cnt_bromonumentocouto.jpg.htm). Data da captura: 24.02.2007.



(Figura 19)

Comparando o registro fotográfico que fiz em abril de 2006 com a reprodução da fotografia da escultura publicada em 1936 por Aureliano Leite em sua obra *Brigadeiro Couto de Magalhães*, nota-se que a figura feminina segurava algo como um ramo de flores ou de palma em sua mão esquerda (Figuras 20 e 21), destruído pelo tempo ou por ação humana semelhante a que acrescentou ao mausoléu uma pichação em sua parte inferior.



(Figura 20)

Segundo um *site* da Prefeitura de São Paulo, o crítico de arte Clarival Valadares teria definido esta escultura como “... a primeira manifestação do "art-nouveau" em São Paulo, mostrando uma figura feminina, simbolizando a glória, homenageando o último presidente da Província de São Paulo”.<sup>230</sup> Logo abaixo do busto de Couto de Magalhães, um pequeno texto informa alguns dados da biografia do general, sendo o primeiro, logo abaixo do seu nome, o de que ele foi Brigadeiro Honorário do Exército Brasileiro (Figura 21).

---

<sup>230</sup> Cf. “Escultores e suas obras”. Disponível em: [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas\\_autarquias/servico\\_funerario/arte\\_tumular/0023](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/servico_funerario/arte_tumular/0023), data da captura: 02/05/2007.



(Figura 21)

Situado na parte mais alta da escultura, pode-se ver que Couto de Magalhães está usando a velha farda com a qual tantas vezes foi retratado (Figura 22).



(Figura 22)

Sugestivamente, nosso herói nacionalista, que tanto se preocupou em fixar no tempo sua imagem de destruidor da ameaça externa paraguaia, observa do outro lado da rua um dos símbolos do imperialismo cultural que tira o sono de tantos nacionalistas dos tempos atuais (Figura 23), como a indicar que, atualmente, a invasão das fronteiras nacionais se dá por outras vias.



(Figura 23)

Se é verdade que Couto de Magalhães “... teve faces múltiplas e laboriosas”, conforme vimos na citação de Aureliano Leite mais acima, com uma trajetória marcada por inserções no campo do folclorismo, da política imperial, das letras, do empresariado, o fato é que as imagens que dele o tempo nos legou expressam seu desejo de impor ao futuro uma face bastante determinada de si próprio: a de um homem guerreiro, forte e lutador. Por outro lado, se Lilia Schwarcz observou, em *As barbas do Imperador* (2003), as diferentes maneiras pelas quais o imperador D. Pedro II se fazia retratar ao longo de seu reinado, com a ajuda de seu inseparável mordomo-mor e dos chamados “pintores pensionistas”, sendo o traje militar de “rei guerreiro” apenas indicativo de um momento específico de sua trajetória, o da Guerra do Paraguai, Couto de Magalhães fez deste mesmo momento a marca que cristalizaria sua imagem para a posteridade, simbolizada na farda de general. Se as barbas do imperador transformaram-se em elementos destacados na sua representação, enquanto “peça de

iconografia política” (Schwarcz, 2003, p. 87), no general (que também não tirou a barba), esse elemento era a sua farda. Do ponto de vista do simbolismo de sua imagem pública, o general que gostaria de ser lembrado como herói da Guerra do Paraguai não abandonaria mais o uniforme militar, praticamente não mudou de roupa.

No próximo capítulo, a ênfase será sobre um aspecto que ainda se configura como tabu na vida dos heróis nacionais brasileiros: a sexualidade. Veremos como o general Couto de Magalhães faz o registro de suas relações sociais com as mulheres, com os homens, sua posição quanto ao casamento e como registra seus sonhos eróticos homossexuais, evidenciando um diálogo próprio com as questões de seu tempo.

#### IV. Solteirão até morrer

Enquanto Octaciano Nogueira definiu o diário íntimo de Couto de Magalhães como sendo “... um documentário de valor histórico muito relativo ...”, conforme vimos no item *A batalha da subversão no silêncio*, outros pesquisadores se posicionaram de maneira diferente. A começar pela historiadora Maria Helena P. T. Machado, que encontrou o diário no AESP e escreveu a introdução de sua publicação. Para ela, o tom intimista e espontâneo do diário é o que o torna valioso, além de se tratar “... de um tipo de documento praticamente inexistente, ou ao menos muito raro, na história do Brasil” (1998, p. 20). Seu valor histórico residiria no fato de ser um

“[d]ocumento histórico a colaborar no estudo das mentalidades vigentes entre as elites letradas e econômicas de um Brasil que se defrontava então com as vicissitudes da expansão do imperialismo e da integração tangencial ao mundo moderno do capital”. (1998, p. 21)

A raridade do diário do general foi percebida pelo antropólogo Luiz Mott, apontando outras razões para o valor do documento. Postura diferente ele adota também com relação ao autor do diário, definido como alguém cuja “... vida foi uma coleção de sucessos ...”: formado em Direito, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), presidente de quatro províncias, brigadeiro honorário do exército, escritor fecundo, político influente e bem sucedido homem de negócios (Mott, 2003, p. 174). Para ele,

“[a] publicação do *Diário Íntimo* de Couto Magalhães (1837-1898) abre uma nova página na história da homossexualidade do Brasil, na medida em que o próprio autor fornece diversas pistas para concluirmos que se não praticou o ‘amor dos bugres’, não resta dúvida que foi um homossexual latente, gay enrustido ou popularmente, bicha mal resolvida”. (2003, p. 173)

Com essas palavras, Mott envereda por um filão nem de longe explorado pelos biógrafos do general e, de certa forma, dos heróis do nosso panteão cívico: a sexualidade. Para ser mais exato, com relação ao diário do general, o “‘decano’ do movimento homossexual brasileiro”, como gosta de se apresentar, é bastante explícito ao estabelecer a relação entre o diário e a história da homossexualidade no Brasil. De fato, como ele afirmou,

“[g]ente importante, personalidades históricas, heróis nacionais geralmente têm suas biografias despojadas de qualquer menção ou fato que pudessem embaçar o brilho de suas virtudes intelectuais ou patrióticas. Nossos luminares parecem-se anjos – sem sexo e sem vida sexual...”. (2003, p. 173)

Aqueles que ousam referir-se a experiências de nossos heróis no sentido do “amor que não ousa dizer o nome”, são apedrejados, combatidos pelos que só conseguem pensá-los como

seres completamente assexuados ou considerados naturalmente heterossexuais. O próprio Mott dá seu testemunho das perseguições que sofreu por divulgar a suspeita de que Zumbi, o grande rei dos Palmares, teria sido gay:

“... os muros da minha casa foram pichados e os vidros de meu carro quebrados por alguém que considerou um ultraje um herói negro ser amante do mesmo sexo. Vários líderes negros me condenaram por estar ‘denegrindo’ (*sic*) a imagem do líder quilombola, outros chegaram a dizer que homossexualismo era coisa de branco e que não existiam gays e lésbicas na África”. (2003, p.159)

A referência que Mott faz a uma possível homossexualidade latente nas páginas do diário de Couto de Magalhães destoa das abordagens geralmente feitas sobre o autor. Em sua conferência na Rádio Clube do Pará, Jorge Hurley destacou a “atração” do general pela mulher paraense, que lhe inspirou versos poéticos:

“[p]enetrando a ilha de Marajó, viu-se alli malhado, de surpresa, pelos puçás mysteriosos e invisíveis das yáras cabôclas, descendentes dos aruans, dos bocas ou dos igaruãnas. E vencido pela atracção da mulher paraense, compôz alli, á sombra dos miritizeiros, esses versos:

I  
Na sombra do assahi,  
Dos ingaseiros em flor,  
Tapuynha me esperava  
Tapuynha meu amor!  
Adeus Carolina, Carola,  
teu olhar é uma esmola!

II  
Tua saia de chitão,  
teu barrado pelo chão,  
no barrado desta saia  
Navega meu coração!  
Adeus Carolina, Carola,  
teu olhar é uma esmola!

III  
Quando a vejo de manhã  
juntando seu muruxi  
Tapuynha meu amor,  
cada vez mais penso em ti,  
Adeus Carolina, Carola,  
Teu olhar é uma esmola!

IV  
Vamos dar a despedida  
a ti e a doce mulata,  
perdição de minha vida  
que jamais me foi ingrata  
Adeus Carolina, Carola,  
Teu olhar é uma esmola!”. (Couto de Magalhães *apud* Hurley, 1938, p. 490-491)

A princípio, dos versos atribuídos a Couto de Magalhães, não é possível associar o autor ao amor pelo mesmo sexo, pois o narrador é visivelmente apaixonado por uma tapuia, em cujo barrado da saia navega seu coração, além de deixar claro sua ligação amorosa com a doce mulata que o leva a perdição, na rima fácil do general. Da leitura de Hurley sobressai, portanto, uma conduta heterossexual. Justifico o “a princípio...”: como lembrou Mott,

“... algumas celebridades, hoje reconhecidas como praticantes do ‘amor que não ousa dizer o nome’, entre elas, Miguel Ângelo, Shakespeare, Proust e vários outros, disfarçaram com nomes femininos seus verdadeiros amores do mesmo sexo, cabendo nalguns casos, aos editores de suas obras, esta desprezível censura: heterossexualizar suas paixões homoeróticas”. (2003, p. 9)

O próprio Mott confessa, em suas *Crônicas de um gay assumido*, ter hesitado em usar a primeira pessoa ao apresentar algumas de suas experiências eróticas. Segundo ele, ao publicar a primeira versão de suas crônicas, afirmava ter tido

“... o privilégio de receber pelo correio uma verdadeira preciosidade: o Diário de um homossexual onde conta, com detalhes, diversos aspectos e passagem de suas experiências eróticas ao longo de quase meio século de sua existência. Certamente enviou-me suas confidências sexuais com a intenção de que eu as divulgasse. Para garantir seu anonimato, usou um pseudônimo: Miguel Angelo Yag” (2003, p. 111).

Somente quando reuniu todas as crônicas para publicação é que resolveu assumir a autoria, ao invés de atribuí-la a um “misterioso gay anônimo”. Se não heterossexualizou suas paixões homoeróticas, Mott se sentiu tentado a disfarçá-las, exercendo, de certa forma, uma “desprezível censura” de si mesmo.

Em todo caso, mesmo considerando pertinente a observação de Mott, por si só, os versos de Couto de Magalhães inspirados pelas tapuias da Ilha do Marajó não nos permitem concluir tratar-se de um artifício para expressar sua atração pelos tapuios marajoaras ou que “tapuinha” e “Carolina” fossem formas heterossexualizadas de encantos homossexuais.

Aureliano Leite chama atenção para o fato de que Couto de Magalhães “[p]agava porventura o tributo de se manter solteirão ...” e, a princípio, utiliza este dado para explicar o fato de, graças a isso, o autor, “... por nunca se haver casado, talvez, que pôde viver a vida de estudos e penosas explorações a que se entregou” (1936, p. 54). Mais à frente, quando discute o tópico que chamou de “homem privado”, afirma que o general

“[s]em ter sido um assexual, pois andou na sua vida muito rabo de saia, manteve-se solteirão, até morrer. Naquele tempo, mais do que agora, isso já constituía certa originalidade”. (Leite, 1936, p. 133)

Ainda aqui, muito embora chame atenção para “certa originalidade” que constituía o fato de ser “solteirão” no século XIX, a ênfase é sobre a postura heterossexual do general que, longe de ser um “assexual”, andou metido com “muito rabo de saia” ao longo de seus sessenta e um anos de vida. De acordo com Lopes & Toledo,<sup>231</sup> o “morro da viúva”, no bairro do Itaim Bibi, era “... assim chamado por pertencer à viúva Gabriela, amante do Gal. Couto de Magalhães”. As autoras não indicam a fonte desta informação, mas afirmam na apresentação ter feito “pesquisas em arquivos públicos e particulares, bibliotecas, repartições públicas, e realizamos entrevistas e levantamentos de dados” (1988, p. 9). Possivelmente este relato fazia parte do imaginário que se criou em torno do general, metido em “muito rabo de saia”, conforme citação de Aureliano Leite. Referindo-se ao general, Egas afirma que “... sua figura se tornou original e em torno della bordaram-se anedoctas e historietas interessantes e chistosas” (1926, p. 756).

A “originalidade” apontada por Aureliano Leite não passou despercebida por Mott que observou que o general

“... não quis esconder que foi pouco convencional em questões de moral sexual: solteirão convicto, reconheceu em seu testamento a paternidade de três filhos naturais” (2003, p. 174).

Se não entregou seus filhos à Casa dos Expostos, como o fez Rousseau, conforme vimos no primeiro capítulo, o general também não os criou. Até 1889, dois dos três filhos de Couto de Magalhães moravam no Pará, segundo informa Pedro Brasil Bandecchi:

“[e]m carta de 16 de janeiro [de 1889] enviada ao Visconde de Ouro Preto, confidencia: ‘Tenho necessidade de trazer para aqui para educar dois filhos naturais que tenho e que estão no Pará em poder de estranhos e para isso necessito de fazer uma combinação com meu irmão, que pretendo também mandar para aqui, pois está cheio de filhos que necessitam de educação’”.<sup>232</sup>

Na introdução ao *Diário íntimo*, Maria Helena P. T. Machado indica que, ao falecer em 1898, o general deixou “... registrada em inventário vultosa fortuna a ser partilhada entre seus familiares e três filhos naturais” (1998, p. 48). Aureliano Leite afirma que os filhos do general se chamavam José, Pedro e João: “o primeiro, inteligente e estudioso, dado às letras,

---

<sup>231</sup> Cf. LOPES, Helena de Queiroz Ferreira e TOLEDO, Vera Lúcia Vilhena de. *Itaim Bibi*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988. Série História dos bairros de São Paulo, p. 58.

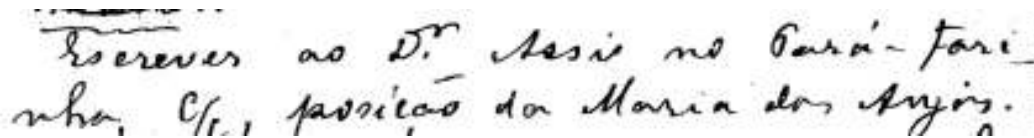
<sup>232</sup> Cf. BANDECCHI, Pedro Brasil. “Couto de Magalhães: solitário e calculador”. In: *Coleção Museu Paulista: História*. São Paulo: Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da USP, 1980, p. 115. Foi Bandecchi quem escreveu o prefácio do *Diário do General Couto de Magalhães (1887-1890)*, publicado na coleção da Revista de História, em 1974.

chegando a anotar eruditamente a edição definitiva de ‘Os Guaianás’; os outros, talvez ainda existentes, obscuramente, no Marajó” (1936, p. 131).

Sendo correta a informação de Bandecchi, Couto de Magalhães também foi “pouco convencional” ao descobrir que um de seus filhos, cujo nome indicado diferia dos nomes dos três acima citados,

“... o que ele mais estimava e mais protegia, um dia, o que deve ter-lhe causado grande desgosto, mas não ao extremo de abandoná-lo, veio a saber que não era dele. Chamava-se Lucas. Sofreu, mas manteve serenidade”. (1980, p. 115)

O certo é que essas questões não aparecem no diário íntimo de Couto de Magalhães. A única vez em que ele se refere a sua relação amorosa com uma mulher do Pará, é para dizer que ela “... me não deixa saudades ...” (1998, 125). Em seu “diário de pequenas coisas a fazer”, anota aos 31 de janeiro de 1886:

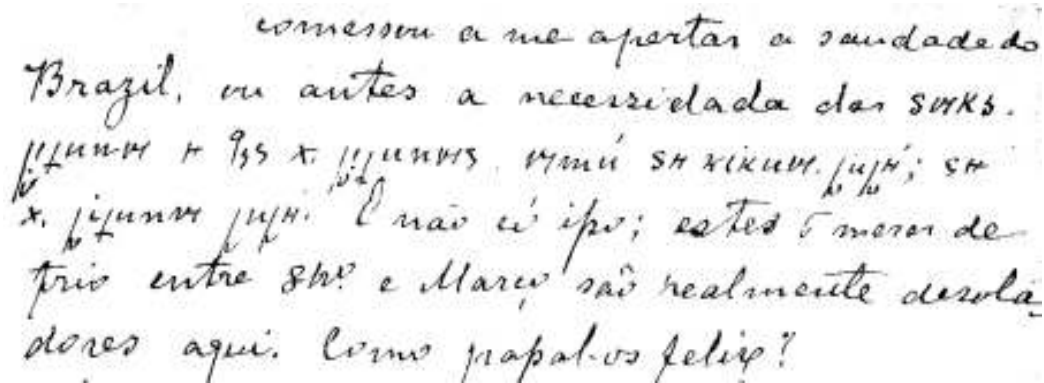


“[e]screver ao Dr. Assis no Pará – Farinha c/c, posição da Maria dos Anjos” (1998, p. 211).

Em todo o diário, a única referência explícita ao nome de uma mulher com quem ele teve envolvimento amoroso é sobre sua amante inglesa, Lily Grey. Seria Maria dos Anjos a mãe de seu(s) filho(s)? A partir do diário, não há como saber nada mais além de seu interesse em conhecer a sua “posição”. Em pesquisa sobre o bairro do Itaim Bibi, que se desenvolveu a partir da chácara de Couto de Magalhães, em São Paulo, Lopes & Toledo afirmam que o general

“NUNCA SE CASOU, MAS DEIXOU UM FILHO MAMELUCO, TIDO COM UMA ÍNDIA DO PARÁ: TROUXE O MENINO PARA SÃO PAULO E O REGISTROU COM O NOME DE JOSÉ COUTO DE MAGALHÃES”. (1988, p. 15, grifos do original)

Em todo caso, não há no diário nenhuma referência a José, o “mameluco”. Quando o autor, estando em Londres, fala em saudades do Brasil, como na entrada do dia 19 de setembro de 1880, não há referências a seus filhos:



começou a me apertar a saudade do  
Brasil, ou antes a necessidade das \*\*\*.  
E não só isso; estes 6 meses de  
frio entre São Paulo e Maré são realmente desola-  
dores aqui. Como passar os felizes?

“... começou a me apertar a saudade do Brasil ou, antes, a necessidade das \*\*\*. E não só isso; estes seis meses de frio entre outubro e março são realmente desoladores aqui. Como passá-los feliz?”. (1998, p. 110)

Em *Ordem médica e norma familiar*, Jurandir Freire Costa discute o processo que fez com que a família burguesa, a partir do século XIX, se tornasse dependente de agentes educativo-terapêuticos. A chamada medicina social, a partir de sua política higiênica, passa a se insinuar na intimidade das famílias burguesas, com vistas a salvar os indivíduos do pressuposto caos em que se encontravam. Dentro desse processo, “[a] família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa” (Costa, 2004, p. 13). A partir de então, todas as práticas que estivessem fora do modelo de família higiênica estariam sujeitas a

“... epidemia de repressão sexual intrafamiliar que, até bem pouco tempo, transformou a casa burguesa numa verdadeira filial da ‘polícia médica’” (Costa, 2004, p. 15)

No rol dessas práticas estavam os solteiros que não casavam, passando a ser alvo de humilhação por parte dos homens casados. Da mesma forma, os homossexuais passaram a ser perseguidos pelos heterossexuais, amedrontados diante de uma prática que, para estes, comprometia a reprodução e, por extensão, a própria sobrevivência da espécie humana.

Couto de Magalhães não se encaixava nem no modelo de família colonial, em que os homens eram ao mesmo tempo pais e patrões, nem no modelo de família burguesa higiênica, em que

“... a nova criança reclamava um casal que ao invés de comportar-se como proprietário, aceitasse, prioritariamente, ser tutor. Tutor de filhos cujo verdadeiro proprietário era a nação, o país.” (Costa, 2004, p. 170)

Na ótica da medicina social, enquanto solteirão, ele se recusava a cumprir seu papel de pai tutor e fornecedor de filhos saudáveis e bem educados para a nação, posto que nenhum de

seus filhos morava com ele. Ao recusar o modelo de família imposto como o único possível, tornava-se suspeito e potencialmente alvo da “polícia médica”. Fenômeno curioso, Couto de Magalhães, tão preocupado com o engrandecimento da pátria brasileira em sua principal obra, *O Selvagem* (1876), mostrava-se dissonante com essa teoria na esfera da vida privada.

A partir da estabelecida unidade entre sexo, amor, matrimônio e procriação, a sexualidade fora do casamento passou a ser considerada ilícita, combatendo-se práticas tais como o coito pré ou extra-conjugal, a prostituição, a masturbação ou a chamada sexualidade sem procriação, caso do homossexualismo. Se “... o homem, segundo a higiene, devia ser antes de tudo pai...” (Costa, p. 2004, 240), a condição paterna só era admitida dentro do casamento, no seio da família nuclear e conjugal. Negando-se a assumir plenamente o modelo médico de homem-pai, Couto de Magalhães estaria sujeito a ser definido como pai irresponsável. Ocorre que o adjetivo irresponsável era amplamente aplicado aos libertinos, celibatários e homossexuais, considerados desertores da obrigação de ser pai, o que o colocava numa condição, no mínimo, desconfortável. O fato de ser pai, mas não ter uma família, não residir na mesma casa com uma mulher e não participar da educação de seus próprios filhos o aproximava da condição dos libertinos.

Compreende-se assim a “certa originalidade” que Aureliano Leite via no fato de Couto de Magalhães ter sido “solteirão até morrer” e que Mott definiu como uma atitude “pouco convencional em questões de moral sexual”. Num mundo em que a família nuclear e conjugal se apresentava como a única alternativa para homens e mulheres, o solteiro passa a ser visto com desconfiança. De qualquer modo, nada disso nos permite concluir pela sua homossexualidade. De fato, nenhuma tentativa de retirar o autor de seu “... injustificado e deplorável esquecimento”, nas palavras do jornalista Martins e Silva, passa pela questão de sua sexualidade, espécie de tabu no panteão cívico nacional.

## Faces múltiplas e silenciosas

### Insatisfação com as mulheres

Em que páginas do *Diário íntimo* Mott teria vislumbrado uma das “faces múltiplas” (Leite, 1936, p. 10) tão bem silenciadas de nosso herói? Demos a palavra ao próprio antropólogo:

“*Diário Íntimo* é um livro importante para a história da homossexualidade no Brasil pois numa dezena de passagens, Couto Magalhães demonstra que um másculo cidadão e valoroso militar acima de qualquer suspeita, tal qual o vemos de corpo inteiro retratado por Almeida Júnior em quadro conservado no Museu Paulista, mantinha curiosidade, sensibilidade e devaneios que revelam insistente ligação com a homossexualidade” (2003, p. 175).

É importante lembrar que na introdução do *Diário íntimo*, Maria Helena P. T. Machado havia feito referências “... a uma homossexualidade que se manifesta em sonhos...” (1998, p. 37) e corretamente chamava atenção para a necessidade de “... uma aproximação cuidadosa e empática, avessa a sensacionalismos e julgamentos moralistas, que destruiriam a própria riqueza do documento” (p. 36). Em todo caso, pelos limites de uma introdução, a discussão sobre essas questões não foi além disso.

O artigo de Mott, publicado pela primeira vez na revista *Sui generis* com o título de “Um herói gay do Brasil imperial”,<sup>233</sup> no mesmo ano de publicação do *Diário íntimo* (1998), fez dessa temática o fio condutor da discussão. Editada pelo jornalista Nelson Feitosa, *Sui Generis* lançou seu número zero em 1994, no Rio de Janeiro, num momento em que se desenvolvia um *marketing* específico em torno de produtos voltados para o público gay no Brasil. Seu último número chegou às bancas em 2000, perfazendo um total de 55 edições. Preocupada em não se limitar ao modelo editorial que privilegiava a pornografia e a exibição do nu masculino, a revista enfatizava temas tais como cultura, comportamento, moda, artes, política e serviços, voltados para o público de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes). Mesmo assim, a revista sucumbiu diante das novas exigências do mercado em torno de um conteúdo onde o sexual e o nu se fizessem mais presentes. Assumindo postura militante, combatia o preconceito contra os amantes do mesmo sexo, defendendo a necessidade de “assumir-se gay”

---

<sup>233</sup> Cf. MOTT, Luiz. “Um herói gay do Brasil imperial”. In: Revista *Sui Generis*, ano IV, nº 38, 1998.

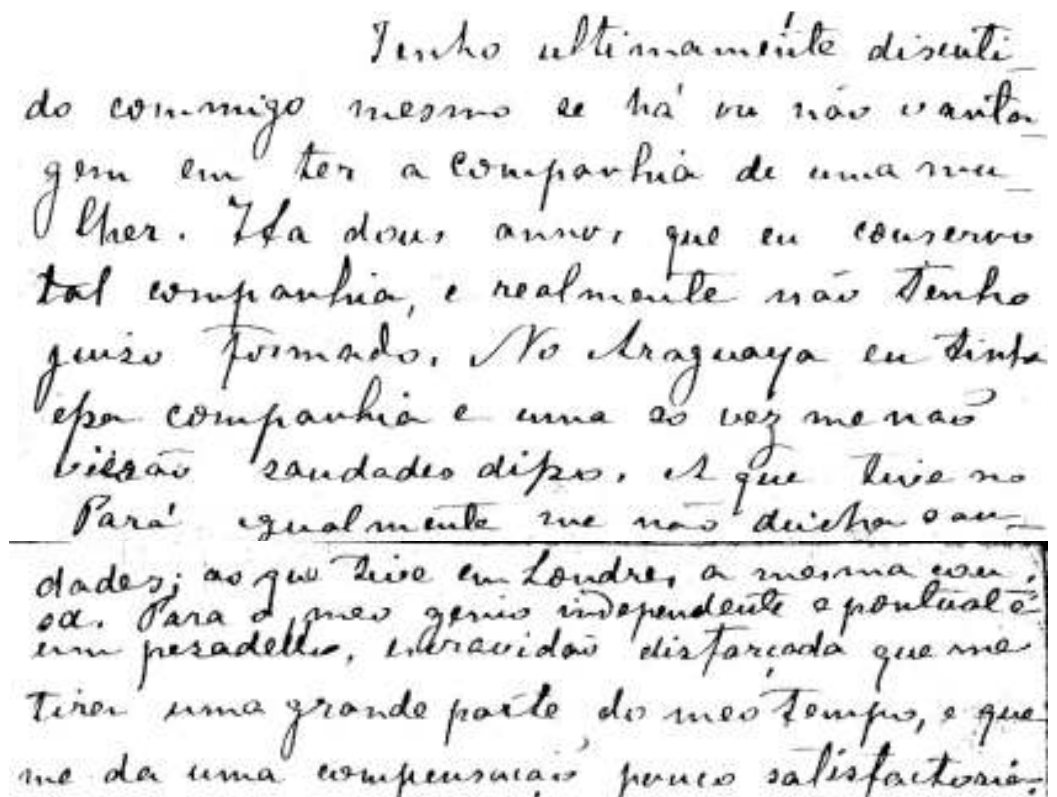
ou “sair do armário”.<sup>234</sup> Dessa forma, *Sui Generis* contribuiu decisivamente para conferir maior visibilidade ao tema da homossexualidade no Brasil.

É nesse contexto que, pela primeira vez, aparece de forma mais ampliada a discussão acerca da suposta homossexualidade de Couto de Magalhães. Segundo Mott, é possível perceber no diário

“... diversos episódios e sonhos que revelam que nosso herói não era heterossexual exclusivo: como tantos outros mortais do mundo inteiro, tinha sonhos e desejos homoeróticos” (2003, p. 174).

Os argumentos de Mott são os seguintes:

Em primeiro lugar, “... seu desgosto com suas principais experiências heterossexuais” (2003, p. 175). Para confirmar sua tese, o antropólogo cita a seguinte entrada do diário, feita em Londres, aos 3 de outubro de 1880:



Tenho ultimamente discuti-  
do comigo mesmo se há ou não vanta-  
gem em ter a companhia de uma mu-  
lher. Há dois annos que eu conservo  
tal companhia, e realmente não tenho  
juízo formado. No Araguaia eu tinha  
essa companhia e uma so vez me não  
vieram saudades disso, e que tive no  
Pará igualmente me não deixa sau-  
dades; ao que tive em Londres a mesma co-  
isa. Para o meu génio independente e pontual é  
um pesadelo, escravidão disfarçada que me  
tira uma grande parte do meu tempo, e que  
me dá uma compensação pouco satisfactoria.

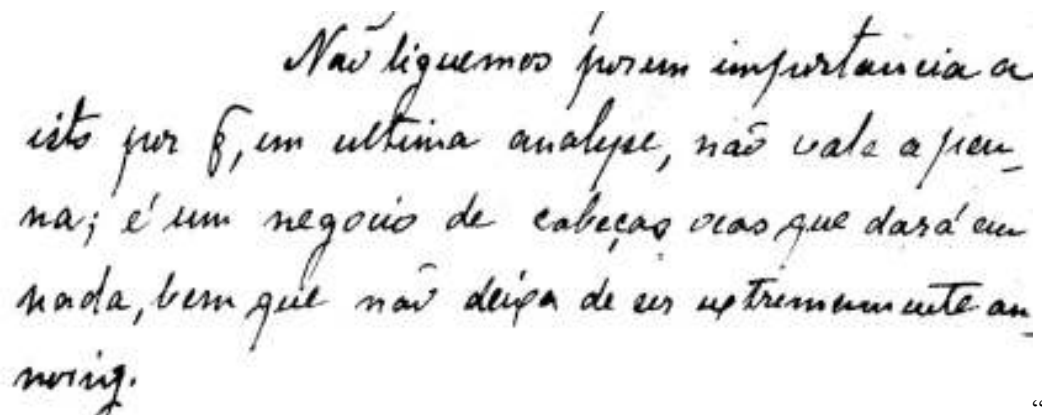
“[t]enho ultimamente discutido comigo mesmo se há ou não vantagem em ter a companhia de uma mulher. Há dois anos que eu conservo tal companhia e realmente não tenho juízo formado. No Araguaia eu tinha essa companhia, e uma vez só me não vieram saudades disso. A que tive no Pará igualmente me não deixa saudades; a que tive em Londres a mesma coisa. Para o meu gênio independente e pontual é um pesadelo, escravidão disfarçada que me tira

<sup>234</sup> Cf. MONTEIRO, Marko. “O homoerotismo nas revistas *Sui Generis* e *Homens*”. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/~marko/ohomoero.htm>, data da captura: 17/05/2007.

grande parte do meu tempo e que me dá uma compensação pouco satisfatória”. (Couto de Magalhães, 1998, p. 125-126)

Assim como Couto de Magalhães buscava encontrar e manter a perfeita harmonia entre seu regime dietético e seu estado de saúde, ele o fazia na relação amorosa. Em todo caso, neste aspecto o diário mostra um homem bastante insatisfeito. À época em que registrou suas reflexões sobre a “vantagem em ter a companhia de uma mulher”, o general vivia em Londres e tinha uma amante inglesa: Lily Grey. Por todo o diário, as referências a ela são sempre vagas e associadas a questões que comprometiam o equilíbrio tão desejado pelo autor. Maria Helena P. T. Machado chamou atenção para a presença concreta da amante do general no diário, “... embora notavelmente opaca em termos afetivos...” (1998, p. 38).

De fato, ele não tinha com ela a mesma paciência que tinha consigo mesmo com relação à saúde, apesar de também medicá-la por conta própria, como fazia consigo mesmo. A imagem dela no diário é a de uma mulher histérica, extremamente mau-humorada. Aos 23 de agosto de 1880 Couto de Magalhães chega em casa e se depara com Lily agitada, acompanhada por duas senhoras francesas e um policial. Seu relógio havia sido roubado. Couto de Magalhães demonstrou estar mais incomodado com o escândalo que o depoimento de Lily na polícia acarretaria do que com o estado de emocional de sua amante. Ele procura manter o equilíbrio distanciando-se da situação com estas palavras:

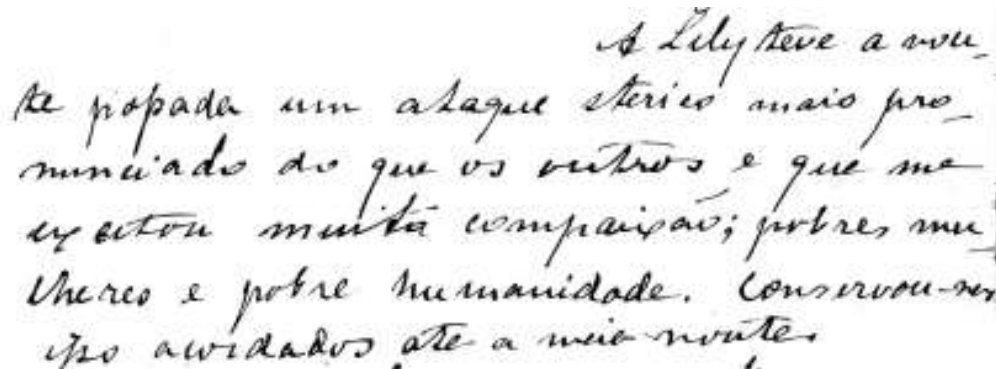


*Não liguemos por um importancia a isto por q, em ultima analise, não vale a pena; é um negocio de cabeças ocas que dará em nada, bem que não deixa de ser extremamente annoying.*

[n]ão liguemos, porém importância a isso, porque, em última análise, não vale a pena; é um negócio de cabeças ocas que dará em nada, se bem que não deixa de ser extremamente annoying ...” (1998, p. 90).

Este episódio fez com que Lily mudasse de casa e ao que parece, a partir daí sua relação com o general tornou-se mais conflitiva. Magoada, possivelmente com a pouca atenção recebida, ela confessou a sua criada que Couto de Magalhães não era seu marido. Ao

que ele se perguntou: “... é verdade – mas se ela o disse, que fins tem com isso?” (1998, p. 91). Aos 24 de setembro ele registra:



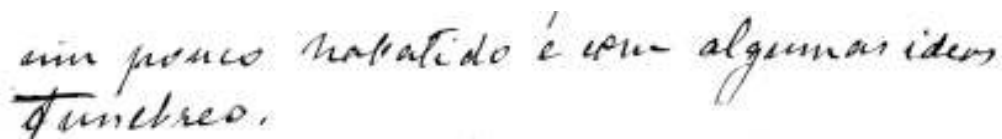
A Lily teve a noite passada um ataque histérico mais pronunciado do que os outros e que me excitou muito a compaixão; pobres mulheres e pobre humanidade. Conservou-nos isso acordados até a meia-noite.

“... A Lily teve a noite passada um ataque histérico mais pronunciado do que os outros e que me excitou muito a compaixão; pobres mulheres e pobre humanidade. Conservou-nos isso acordados até a meia-noite”. (1998, p. 115)

Em *Viagem ao Araguaia*, depois de elogiar a beleza dos índios Xavante, comparando-os às estátuas gregas e romanas, Couto de Magalhães diz que as

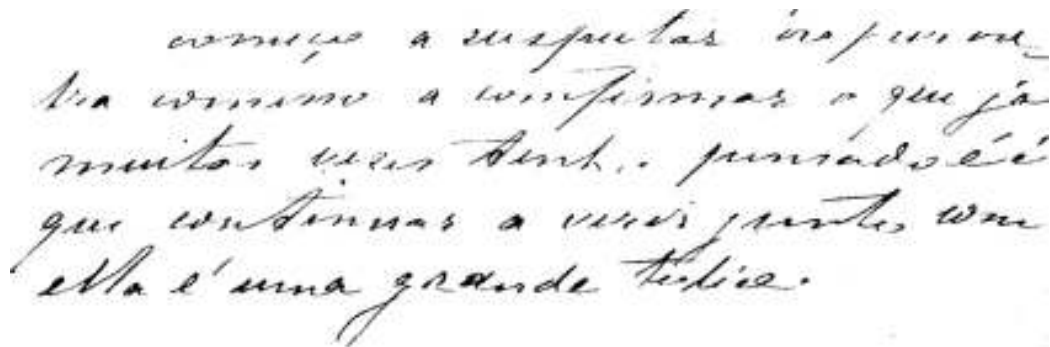
“... mulheres não são belas; suas formas atléticas, seus queixos ordinariamente grossos, poderiam agradar a romanos, não a nós, que estimamos ver esse sexo rodeado de formas delicadas e frágeis, que dando idéia de sua fraqueza, animam o instinto da generosidade e rodeiam-no de interesse e encanto” (Couto de Magalhães, 1946, 122-123).

“Compaixão” diante dos “ataques histéricos” e “generosidade” diante da “fraqueza” indicada em suas “formas delicadas e frágeis” eram termos que o general utilizava para se referir ao tipo de sentimentos que as mulheres despertavam nele. O certo é que a presença de Lily por vezes o fazia pensar que ela o deixava



um pouco abatido e com algumas idéias fúnebres.

“... um pouco abatido e com algumas idéias fúnebres ...” (1998, p. 117) o que o distanciava do equilíbrio que ele buscava. Aos 28 de setembro de 1880 ele diz que



começo a suspeitar ou por outra  
via começo a confirmar o que já  
muitas vezes tenho pensado é  
que continuar a viver junto com  
ella é uma grande tolice.

“... começo a suspeitar, ou, por outra, começo a confirmar, o que já muitas vezes tenho pensado e é que continuar a viver junto com ela é uma grande tolice”. (1998, p. 119)

Nas palavras do general, Lily lhe tirava o sono, era histérica, mau-humorada, impaciente, de má têmpera e cabeça oca. Em todo caso, impossibilitado de ficar sozinho e de assumir publicamente não sentir tanto prazer na companhia das mulheres, Lily parecia ser um mal necessário, um “... pesadelo, escravidão disfarçada que me tira grande parte do meu tempo e que me dá uma compensação pouco satisfatória...”, como as outras mulheres que fizeram companhia a Couto de Magalhães nas províncias por onde passou.

De fato, isto deveria ser para ele um tormento, por revelar no diário, aos 31 de julho de 1880, que

A primeira condição para que o homem faça uma disposição razoável do seu tempo é que ele o tenha livre.

D'aqui resulta a seguinte regra: 1º Tudo aquilo que nos obriga a empregar o tempo de uma maneira independente da nossa vontade é uma perda irreparável. É muito conveniente entrar n'um exame detalhado das coisas que nos obrigam a aplicar o tempo independente de nossa vontade, e se olhar-se a questão pelo lado pratico, isto é, por aquilo que acontece na vida, veremos que a maior parte do tempo que de facto perdemos sob esta denominação resulta de falta de energia da nossa parte, de maus hábitos, de concurso de circunstâncias em fim, que as mais das vezes dependem da nossa vontade.

“[a] primeira condição para que o homem faça uma disposição razoável do seu tempo é que ele o tenha livre.

Daqui resulta a seguinte regra: 1ª TUDO AQUILLO QUE NOS OBRIGA A EMPREGAR O TEMPO DE UMA MANEIRA INDEPENDENTE DE NOSSA VONTADE É UMA PERDA IRREPARÁVEL. É muito conveniente entrar num exame detalhado das coisas que nos obrigam a aplicar o tempo independente de nossas vontades e olhar-se a questão pelo lado pratico, isto é, por aquilo que acontece na vida veremos que a maior parte do tempo que de fato perdemos sob esta denominação resulta de falta de energia da nossa parte, de maus hábitos, de concurso de circunstâncias, enfim, que as mais das vezes dependem da nossa vontade”. (1998, pp. 58-59, grifos do original)

A convivência com as mulheres seria então uma perda de tempo, por ser algo que o autor fazia contra sua vontade, por força das circunstâncias. Quarenta anos antes, em Recife, o diário íntimo do engenheiro francês Louis Léger Vauthier fazia referência às mulheres num

tom bastante diferente do que era usado pelo general brasileiro. Dizia ele aos 30 de outubro de 1840:

“[c]ertas idéias agitam-me o sangue de modo estranho. O que nos dizia ontem Mr. Millet sobre a beleza de formas das mulheres deste país, de sua lascívia, de sua ânsia de gozo, fez-me subir o sangue à cabeça. A quasi completa castidade de minha vida atrae-me para esses prazeres com todo o ardor de um corpo robusto e quasi virgem e por toda a curiosidade e desejo de sensações de toda espécie que me atormentam tanto. É necessário todo o domínio sobre mim mesmo para resistir a esses poderosos aguilhões e por freio a esse ardor intenso que me arrasta, para não ceder às volúpias que minha imaginação sugere nesses instantes, em lufadas inebriantes!”<sup>235</sup>

Ao que parece, a beleza das formas das mulheres brasileiras, afora o tom estereotipado da lascívia que lhes era atribuída, não faziam subir o sangue à cabeça do general. Por outro lado, pode-se perceber uma certa insatisfação com as mulheres ou com o modelo de casamento burguês do século XIX em outros homens da época. O francês Sully Prudhomme, muito embora apaixonado por uma prima, que se casou com outro, destila em seu diário íntimo uma série de preconceitos contra as mulheres e contra o casamento. Com relação às primeiras, ele escreve aos 13 de outubro de 1862:

“[a]s mulheres encantam-se com os versos que lhes são dedicados ou, pelo menos, encantam-se quando lhes dedicamos versos, pois não é necessário que os entendam” (1962, p. 72).

No dia seguinte: “[p]arece-me às vezes, que o amor não é digno de inspirar uma grande obra, porque ele envolve a mulher, que é ignorante, vã, frívola” (p. 76). Aos 18 do mesmo mês e ano: “[o] passado de uma mulher é a raiz da flor; a raiz mergulha no lôdo e, no entanto, levamos a flor aos lábios. Quem se preocupa em procurar o que se passa debaixo da terra? Eu procuro...” (p. 78). Aos oito de fevereiro de 1864: “[u]ma mulher feia coberta de enfeites não é e não pode ser senão um cabide e é pena que suas vestes não a escondam completamente...” (p. 112). Em todo caso, apesar dos registros tão depreciativos para com as mulheres e de considerar que “[a] união artificial do homem e da mulher por toda a vida é o que se possa imaginar de mais imprudente e monstruoso” (p. 184), Prudhomme admite, aos 19 de junho de 1868, que

“[h]oje não poderia ser feliz; não recebi uma carta sequer e não trabalhei. A vida sem mulher torna-se cada dia mais intolerável. Nem fim, nem repouso, nem céu – nem sombra, nem luz, o nevoeiro do tédio, o abismo do aborrecimento, as idéias de morte, o terrível ‘para quê?’” (1962, p. 145).

---

<sup>235</sup> Cf. VAUTHIER, Louis Léger. *Diário íntimo do engenheiro Vauthier* (1840-1846). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940, p. 78. Louis Léger Vauthier esteve no Brasil entre 1840 e 1846, trabalhando como engenheiro das Obras Públicas da Província de Pernambuco. Seu diário foi adquirido em Paris pelo escritor Paulo Prado, que o entregou a Gilberto Freire, em 1937.

O engenheiro Vauthier, que vimos mais acima atormentado pelas tentações de toda espécie que o acometiam em Recife, assumia-se preso a uma “lembrança sagrada”. Assim, ele registrou em seu diário íntimo aos 18 de outubro de 1840:

“[s]onhei à noite com mulheres sensíveis. Isso me cansa horivelmente o corpo e a cabeça; mas que fazer! É preciso sofrer muito para se conservar fiel a uma lembrança sagrada. Aliás, à idéia do respeito a um juramento, alia-se o receio dessas moléstias infames cuja manifestação me tornaria sumamente infeliz”. (1940, p. 56)

No Brasil também há exemplos semelhantes. Ao discutir o diário íntimo de Acióli Lins, escrito na segunda metade do século XIX, Evaldo Cabral de Mello afirma que “[d]o casamento, [ele] tem a queixa da doença incurável dos filhos, suficiente para fazê-lo duvidar por vezes da ‘vantagem da vida conjugal’” (Mello, 2002, pp. 421-422).

Em outro exemplo, Joaquim Nabuco registra em seu diário íntimo uma seqüência de comentários sobre o casamento e seus desdobramentos. O primeiro é feito aos três de abril de 1877, três anos antes do registro de Couto de Magalhães sobre sua insatisfação com as companhias femininas: “[n]o casamento afoga-se realmente uma parte de nós mesmos, e a melhor – que é a esperança – não falando da liberdade de ser um só ...” (Nabuco, 2006, pp. 120-121). No mês seguinte, aos 30 de maio, ao registrar que “[e]stive a pensar no que seria a felicidade para mim”, a figura feminina aparece num lugar bem discreto, entre outros elementos propiciadores de felicidade:

“... uma casa confortável, livros sempre novos, o trabalho bem recompensado, uma mulher com o sentimento do belo e podendo realizá-lo em si mesma e em torno de si, alguns amigos capazes de formar uma vez por semana um simpósio e o céu azul...”. (2006, p. 146)

Uma mulher com quem Nabuco compartilhou essa reflexão perguntou-lhe assustada: “[n]ada mais do que isto?” (2006, p. 146), ao que ele respondeu:

“... com um pouco de felicidade faz-se uma vida mais feliz do que com muita, e uma mulher que seja econômica de felicidade e saiba aborrecer-se sem melancolias deve ajudar muito ao marido e ensinar-lhe a economizar com ela”. (2006, p. 147)

Note-se que há um distanciamento emocional bastante significativo na referência feita ao lugar da mulher em seu ideal de felicidade. Afinal, ela deveria ter “o sentimento do belo e podendo realizá-lo em si mesma e em torno de si”, não necessariamente em torno do marido ou junto com ele. A mulher não deveria desejar muito, sendo “econômica de felicidade”. Deveria ainda “aborrecer-se sem melancolias”, fugindo dos estereótipos tão largamente imputados às mulheres ao longo do século XIX: histéricas, mau-humoradas, impacientes, de má têmpera, como vimos Couto de Magalhães se referir à sua amante inglesa. Por outro lado,

é preciso pontuar este distanciamento emocional a partir da reflexão sobre o que se esperava de um casamento àquela época. Conforme destacou Evaldo Cabral de Mello,

“[é] sabido que no casamento pré-romântico, a felicidade conjugal não decorria predominantemente do relacionamento entre marido e mulher mas do atendimento de outras necessidades práticas de que o casal era apenas instrumento. À convivência conjugal bastava a estima e o respeito mútuos, a reciprocidade de serviços, sobretudo em caso de doença”. (2002, p. 397)

Mary Del Priore destaca que

“[e]m São Paulo, o amor como estímulo para o casamento parece ter ocupado lugar de menor importância, aparecendo como consequência da vida cotidiana. Nos testamentos paulistas são mais comuns as referências à estima, à dedicação e à gratidão do que realmente amor, como o definimos em nossos dias. Entre ricos, a condição a que estava sujeita a mulher, com estreitas oportunidades de vida social, dificultava maior participação na escolha do par. Os raros contatos que precediam a cerimônia não ajudavam”.<sup>236</sup>

Deve-se ressaltar que, se por um lado, muitos casais foram instrumentos do atendimento de “necessidades práticas”, existem testemunhos de muitos casais que se amaram intensamente, posto que a emoção amorosa não é uma invenção de nossa época. Um exemplo possível é o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889): viúva aos 34 anos, fez das páginas de seu registro íntimo uma longa e recorrente conversa com o marido falecido, conforme apontou Vavy Pacheco Borges. No trecho abaixo, Eugénie deixa claro todo seu amor e saudade do marido, ao relembrar um dos vários momentos vividos com ele:

“... você esquadrinha todos os recantos de um coração que é todo seu ... E você, sempre bom e amoroso, diz que sempre descobre em meu coração caminhos novos e cada vez mais brilhantes – adulator! – você conhece bastante bem seu poder sobre esse coração onde fez nascer uma flor tão linda, a ‘paixão’, mas paixão com tudo que essa tem de mais puro e de mais louco ...” (Masset *apud* Borges, 2002, p. 129)

O componente de “loucura” que Eugénie insere em vários momentos na descrição de seu casamento é bastante diferente das fórmulas distantes e de pouca expressão emocional com que muitas das vezes as mulheres se referiam a seus maridos, tais como defini-los como “honesto”, “honrado”, “trabalhador”.

Em todo caso, é interessante perceber que o modelo de família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, sinônimo histórico de família burguesa, não era seguido à risca mesmo por muitos dos homens que se encaixavam nessa genérica designação de “burguês”, casos de Couto de Magalhães e Joaquim Nabuco. Grande parte das vezes as reflexões sobre o casamento associavam esta prática à falta de liberdade. Como afirmou

---

<sup>236</sup> Cf. DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 159.

Nabuco aos 21 de junho de 1877, “[q]uem casa toma raízes, e quem toma raízes, como toda a árvore, vegeta” (2006, p. 156). Por outro lado, pensava-se que as raízes adquiridas com o casamento iam criando ramificações, envolvendo o casal numa teia da qual dificilmente conseguia escapar. Daí porque Nabuco afirmava que “[é] um erro dizer-se como tantas vezes se ouve: ‘Eu não caso com o pai, não caso com a mãe; caso com ela’. Casa-se até com os avós” (2006, p. 207). Talvez aqui se possa novamente lembrar a reflexão feita no capítulo *Corpo, saúde e doença*, com relação à definição de hábito evocada por Couto de Magalhães. O casamento seria, então, uma das teias com as quais brincavam os moços e que aprisionava os velhos. Além disso, o casamento era visto como algo que beneficiava mais as mulheres do que os homens. Aos 30 de junho de 1877, Nabuco registra em seu diário:

“[n]ão há dever mais árduo, que exija uma abnegação mais constante, do que o casamento ... O casamento destrói o eu, e não se pode exigir maior sacrifício de um homem do que obrigá-lo a ser a segunda pessoa para si mesmo, e com os filhos a terceira, a quarta, a quinta, e menos ainda! A mulher, porém, no casamento, não faz senão desenvolver seu egoísmo e alargar o seu eu. É por isso que o casamento parece inventado para favorecê-la e para fazê-la tirar o maior partido possível de sua posição natural em relação ao homem. Ela, porém, não lhe é mais agradecida por isso e continua a pensar que é a vítima”. (2006, p. 161)

No século em que a construção e perpetuação do “eu” adquiriu um lugar de destaque entre as preocupações burguesas, nota-se a angústia de ter que se submeter a um modelo de casamento que obriga o homem a “ser uma segunda pessoa para si mesmo” enquanto a mulher “alarga o seu eu”. Certamente que esta é uma leitura masculina do casamento, devendo ser confrontada com o testemunho de mulheres da época, a fim de que este embate possa ser percebido na sua justa dimensão. O desabafo de Nabuco deve ser pensado num contexto em que muitos casamentos eram arranjados, muitas vezes satisfazendo determinadas conveniências econômicas, sem levar em consideração os interesses pessoais dos homens e mulheres que eram submetidos ao matrimônio. Por outro lado, a riqueza desse desabafo está no que ele nos apresenta em termos de fissura com o modelo estabelecido.

No romance *Livro da sogra* (1895), discutido inicialmente no capítulo “Diário íntimo: prática cultural de produção de si”, Aluísio de Azevedo constrói uma interessante leitura sobre o casamento no Brasil do século XIX. Muito embora o principal narrador da estória queira apresentar ao leitor a concepção de casamento da sogra de um amigo seu, é preciso ter sempre em mente que tanto o narrador quanto o autor do romance são homens.

O romance narra os desdobramentos do enlace matrimonial de um jovem casal morador do Rio de Janeiro: Olímpia, uma rapariga órfã de mãe e pai que aos 18 anos passou

das mãos de seu tutor para as de seu esposo, Dr. Virgílio Xavier da Câmara, que contava com 27 anos à época do casamento. Ambos “de boa família”, ele era “médico, inteligente e trabalhador”, com um patrimônio de quarenta réis herdados quando ainda criança,

“... gênio feliz, costumes irrepreensíveis, nada de vícios perigosos e nada de paixões de qualquer gênero, nem mesmo desses perturbadores sonhos de glória ou dessas ambições descomedidas, que nos fazem sacrificar às vezes a doce tranquilidade do presente garantido, pela hipotética e fascinadora conquista de um nome no futuro incerto”. (p.2)

Ela, “inocente e pura, educada sob os mais austeros exemplos de moral e virtude”, com sessenta contos de dote e com uma aprendizagem doméstica feita sem prejuízo aos dotes sociais: Olímpia sabia coser, bordar; dirigir o serviço dos criados, governar uma casa, tocar piano, receber visitas e dançar uma valsa. Tinha ainda boa ortografia, alguma leitura, falava um pouco de francês e de inglês, sabia um pouco de desenho, possuía “princípios religiosos bem regulados”, “caráter sereno, temperamento garantido por hereditariedade natural, seguros hábitos de asseio, alinho e gosto no vestir”. Diferentemente de muitos casais da época Olímpia e Virgílio casaram “por inclinação de parte a parte, com o aplauso de ambas as famílias, depois de um calmo namoro de seis meses” (p. 2). Com tantos dotes econômicos e sociais de ambas as partes, tudo indicava que seria um casamento feliz e eterno.

A princípio, o casal do romance tinha todas as condições de construir o ideal de felicidade vislumbrado por Joaquim Nabuco. Afinal de contas, Dr. Virgílio, livre dos “perturbadores sonhos de glória” e das “ambições descomedidas”, parecia compartilhar com Nabuco a idéia de que “com um pouco de felicidade faz-se uma vida mais feliz do que com muita”. Por outro lado, Olímpia “educada sob os mais austeros exemplos de moral e virtude”, parecia ser a expressão da mulher “econômica de felicidade” que faria de Nabuco um homem casado feliz. Sendo ambos despreocupados com questões financeiras e possuidores de muitos dotes sociais, não haveria porque se preocupar com a destruição do “eu” de nenhuma das partes, nem porque temer que a mulher se colocasse na posição de “vítima”. Olímpia tinha plena consciência de que nem todas as mulheres de sua época gozavam do privilégio de poder escolher seu próprio noivo como ela o havia feito:

“[o] meu dote tirava-me pois da ridícula situação em que se acham muitas moças, coitadas! que não podem, como eu podia, escolher noivo. Virgílio, pelo seu lado, era também um excelente partido; de sorte que nenhum de nós dois teve de representar, nas salas em que nos encontramos e namoramos, o triste e odioso papel de caçador ou de caça”. (p. 7)

De acordo com Olímpia, “[n]ão se poderia, pois desejar casamento mais equilibrado, nem se poderia conceber um par mais harmonioso, e até mais simétrico” (p. 2). Contrariando

as expectativas, o casamento fracassou. Intrigada, Olímpia desabafava em seu manuscrito íntimo:

“... apesar de tudo isso, tanto ele como eu fomos igualmente muito desgraçados, enquanto nos não separamos; fomos os dois um casal de infelizes amarrados um ao outro pelo duro e violento laço do matrimônio; fomos dois calcetas, seguros na mesma corrente de ferro, condenados a suportar a existência eternamente juntos. Não foi possível! Quebramos a cadeia, arrancamo-nos da grilheta. O governo nomeou-o para uma honrosa comissão fora do Brasil; aproveitamos o ensejo e separamo-nos”. (p. 2)

Olímpia não conseguia entender por que ela, que estimava e compreendia tanto seu marido não podia às vezes suportá-lo ou por que razão ele, que tanto a amava, não conseguia viver junto dela. Esta certeza da insatisfação de Virgílio, Olímpia adquiriu depois de ter lido umas notas que ele escreveu admitindo para si próprio que

“[e]studo-me e descubro com horror que já não há em mim a menor sombra de entusiasmo amoroso por minha mulher. — Fico indignado! Quero convencer os meus rebeldes sentidos de que isto é uma indigna injustiça, e chamo em socorro dos meus deveres de bom marido a idéia dos encantos de Olímpia, evocando o ardor com que a desejei durante o noivado e durante a lua-de-mel. É tudo inútil!” (p. 4)

Mesmo quando o narrador principal do romance é a sogra Olímpia, a visão sobre o casamento reproduz em larga medida idéias compartilhadas por muitos homens daquela época. Assim, Olímpia afirma que “[o] marido é uma conquista social... A mulher que não tem posição social, conquista-a com o casamento” (p. 5). Lembre-se das palavras de Nabuco citadas mais acima, ao afirmar que no casamento, a mulher “... não faz senão desenvolver seu egoísmo e alargar o seu eu”, parecendo-lhe ter sido “inventado para favorecê-la e para fazê-la tirar o maior partido possível de sua posição natural em relação ao homem”. Olímpia concorda que no casamento, “sacrifício de um homem em proveito da sociedade”, o escravizado é o marido:

“[a] mulher casada vê no ‘seu’ marido uma propriedade sua; e, para manter a felicidade burguesa do seu lar e para não perturbar a suposta tranquilidade da sua vida conjugal, quer que ele, ao entrar casado na câmara nupcial, despeje para sempre o coração de todos os seus sonhos de glória; quer que ele abdique, em proveito do seu novo estado, de todas as suas ambições brilhantes, de todo o seu ideal de conquistas na vida pública. E desse dia em diante, tudo o que nele for pessoal e de alcance exterior encontrará nela um inimigo terrível. No triunfo individual dele ela verá uma perene ameaça aos seus direitos de proprietária conjugal. A felicidade particular dele, posto que de caráter moral, será por ela considerada um roubo, um atentado cometido contra a solidariedade do casal. Que ele seja um “Bom marido” é o essencial, é quanto basta; é tudo o que ela exige dele e é só o que ela consente que ele ambicione.

E para ser um “Bom marido” convém que ele seja caseiro, metódico, pacato, previdente; que disponha de recursos para manter a família, e não tenha a menor ambição de nome. O que por aí se chama “Bom marido” é um ser genérico e coletivo, que, por si só, particularmente, nada

representa, e que não pode ser aproveitado, na cadeia dos interesses gerais da vida humana, senão como simples e obscuro elemento de procriação. Um bom marido é útil somente porque produz filhos”. (p. 5)

Nota-se neste trecho o interessante diálogo que Aluísio de Azevedo estabelece com as teorias médico-higienistas de sua época sobre o casamento. Conforme vimos mais acima, caberia ao homem cumprir seu papel de pai tutor e fornecedor de filhos saudáveis e bem educados para a nação. Para isso, o marido-pai-tutor deveria participar da educação de seus filhos e, para não comprometer a felicidade burguesa do lar, deveria despejar seu coração de todos os sonhos de glória. Disso resulta o desabafo de Joaquim Nabuco, ao dizer que “o casamento destrói o eu”. Da mesma forma, compreende-se a insatisfação de Couto de Magalhães ao refletir em seu diário íntimo se havia vantagem ou não em ter a companhia de uma mulher, concluindo tratar-se de “... um pesadelo, escravidão disfarçada que me tira grande parte do meu tempo e que me dá uma compensação pouco satisfatória” (1998, p. 125-126). Os interessantes diálogos construídos por Aluísio de Azevedo no *Livro da sogra* deixam claro que a estabelecida unidade entre sexo, amor, matrimônio e procriação era vista por muitos homens e mulheres como um limite ao alargamento do “eu”.

Conforme vimos no primeiro capítulo, era comum entre muitos autores de diários do século XIX a preocupação em sobreviver a seu tempo, não sendo esquecido pela posteridade. Ao exigir de um “bom marido” que ele fosse caseiro, metódico, pacato, previdente e que não tivesse ambição de nome, o modelo de família higiênica burguesa contrariava em larga medida essa pretensão de perpetuar-se no tempo. Ser um “bom marido” implicava em renunciar a hipotética e fascinadora conquista de um nome no futuro incerto, exatamente uma das ambições expressas por muitos autores de diários, ávidos por deixar memória de si mesmos e longe de querer entrar para a história como seres “genéricos e coletivos” aproveitados apenas como “simples e obscuros elementos de procriação”, conforme palavras de Olímpia. Fora do Brasil as críticas a esse modelo de casamento também eram freqüentes. Assim, refletindo em seu diário íntimo se constituía um bem, um mal, uma estupidez ou uma virtude não ter ainda, aos 28 anos, entregue sua força a mulher alguma, o solteirão Amiel registrava aos 7 de abril de 1850:

“... um casamento que te fizesse esquecer a vocação e teus deveres; que te impedisse de olhar sempre em ti, que não te melhorasse, em suma, é mau. De nada vale o casamento que te aparecer como uma cadeia, como uma escravidão, como uma opressão ...” (1947, p. 26)

Por outro lado, é preciso destacar que o romance de Aluísio de Azevedo é bastante preconceituoso com relação às mulheres. Em determinados trechos, é bastante explícita a idéia de que o casamento fora inventado para favorecer a mulher:

“[I]logicamente, quem deveria perder o nome com o casamento e adotar o do cônjuge era o homem e não a mulher, porque se o casamento for o que se chama ‘regular’ e o marido sair ‘um bom marido’, é ele quem desaparece engolido pela família; ao passo que ela, até aí escondida atrás dos parentes, sem ter mesmo até então o direito de pensar, casando-se, surge desassombradamente à tona social e forma à direita do esposo um novo elo na grande cadeia”. (p. 5)

Depois de todas essas reflexões, Olímpia conclui que a grande razão da infelicidade doméstica, a causa imediata da infelicidade dos cônjuges, mesmo daqueles que se casam por amor legítimo e verdadeiro, é a convivência matrimonial. Diz ela: “... convenci-me de que um marido, para não perder a ilusão do seu amor conjugal, precisa afastar-se da mulher em certas ocasiões. Eis tudo!” (p. 8). E vimos no primeiro capítulo tudo o que a sogra Olímpia fez para que a infelicidade de seu casamento não se repetisse com sua filha. No fim das contas, a solução preconizada por Olímpia se apresenta como uma espécie de solução de compromisso entre os interesses da medicina social, preocupada em garantir a reprodução de bons filhos servidores da nação e os interesses dos homens preocupados em alargar e perpetuar o seu próprio “eu”. De certa forma, a “culpa” maior da infelicidade conjugal recai sobre as mulheres, já que os homens é que devem afastar-se delas periodicamente, “para não perder a ilusão do seu amor conjugal”. É à mulher que cabe conservar e até desenvolver a estima, a consideração e o respeito que o marido lhe tributa.

Na verdade, homens e mulheres estavam sujeitos ao mesmo modelo de casamento imposto pela medicina social e, mesmo com as reclamações masculinas, os espaços de liberdade que cabiam aos homens eram significativamente maiores que os reservados às mulheres. Assim como havia mulheres que ascendiam socialmente com o casamento, havia homens caçadores de dotes sempre atentos a uma oportunidade de adquirir *status*, fundar ou ampliar negócios. No romance *Livro de uma sogra*, quando Olímpia resolve dar festas em busca de um marido para sua filha, ela não se espantou com o grande número de frequentadores: “[c]omo sabiam por aí que éramos ricas, não faltavam pretendentes à mão de minha filha ...” (p. 11). Entre os candidatos, apesar da preferência da sogra em escolher um oficial da marinha, o que mais se adequou ao perfil do noivo desejado foi um empregado público, pobre, mas que revelou ser um “moço de bom caráter, regularmente estimado” (p. 11) e, principalmente, disposto a se submeter às exigências da sogra.

O modelo de casamento romântico burguês implicava num tipo de convivência em que homem e mulher precisavam conhecer tudo um do outro. Essa disposição, na medida em que roubava uma parte considerável do tempo que os vitorianos desejavam dedicar a si mesmos, tornava os amantes figuras anti-sociais, posto que concentravam sua libido um no outro. Era contra essa espécie de “narcisismo a dois” (Gay, 1999, p. 117) que muitos homens se rebelavam. Nesse sentido, além do casamento ser criticado por implicar numa limitação da vida social, também poderia sê-lo por limitar o narcisismo a um: roubando o tempo em que o sujeito poderia estar dedicando ao conhecer-saber sobre si mesmo, o casamento comprometia, por exemplo, o registro livre no diário íntimo, este “inimigo da vida conjugal” (Corbin, 1991, p. 459).<sup>237</sup>

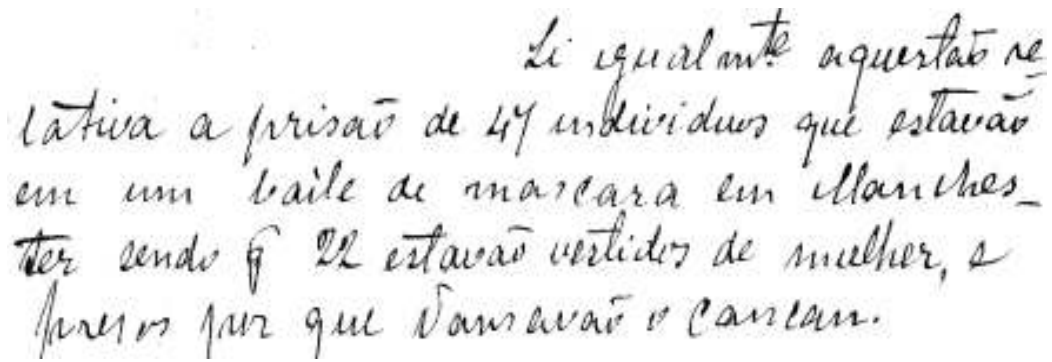
Toda essa aparente digressão em torno do ideal de casamento no século XIX, longe de pretender desviar a discussão da insatisfação de Couto de Magalhães com as companhias femininas, tem como objetivo mostrar que esta atitude do general não era isolada, não podendo ser utilizada como um indicativo determinante de uma suposta homossexualidade. Trata-se de uma insatisfação comum a muitos outros homens de sua época e que não tem a ver apenas com um descontentamento com a figura feminina, mas sim com um modelo de casamento que se pensava limitar a plena satisfação dos indivíduos. Agindo assim, estes homens rebelavam-se contra o ideal burguês da família enquanto instituição modeladora dos corpos e das condutas dos sujeitos, agente privilegiado de medicalização da sociedade (Foucault, 1982).

### **Satisfação com os homens**

O segundo argumento utilizado por Mott para se referir à homossexualidade do general diz que “Couto Magalhães não resiste à tentação de deixar escrito o que era nefando, isto é, proibido de se falar” (2003, p. 175), ele se mostra sensível ao tema do homossexualismo. Mott identifica esta sensibilidade ao tema no seguinte trecho do diário, registrado no dia 27 de setembro de 1880:

---

<sup>237</sup> No século XX, Carolina Maria de Jesus inverte essa atitude tida como predominantemente masculina até o século XIX ao apontar as razões que a fizeram recusar uma proposta de casamento: “... um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal” (2006, p. 44).



Li igualmente a questão re-  
lativa a prisão de 47 indivíduos que estavam  
em um baile de máscara em Manchester,  
ter sendo q 22 estavam vestidos de mulher, e  
presos por que dançavam o cancan.

“... Li igualmente a questão relativa à prisão de 47 indivíduos que estavam num baile de máscara em Manchester, sendo que 22 estavam vestidos de mulher, foram presos porque dançavam o cancan ...”. (1998, p. 118)

Segundo Mott, o cancan seria uma festa de travestis ingleses e o registro de Couto de Magalhães confirmaria sua sensibilidade ao amor pelo mesmo sexo, mesmo considerando os riscos de tratar de um tema polêmico num país onde a homossexualidade era tratada como crime hediondo. Lembre-se que, muito embora alguns anos depois do registro do general no diário, foi nessa mesma Londres que o poeta Oscar Wilde foi preso, em 1895, condenado a dois anos de trabalhos forçados por suas práticas homossexuais. Mais do que a condenação à reclusão, ser preso por homossexualismo levava à morte social do acusado, a partir de então abandonado pelos amigos e com sua reputação destruída. Para o jornalista Marcello Rollemberg

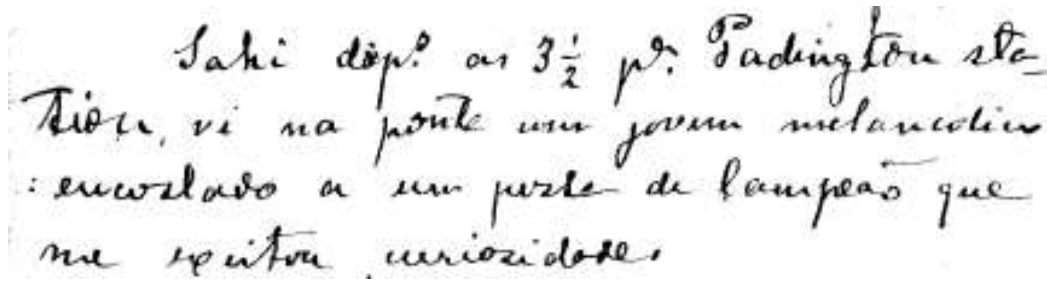
“Wilde morreu no momento em que o tribunal de Old Baley o condenou a dois anos de trabalhos forçados por seu homossexualismo, depois de uma pendenga com o Marquês de Queensberry, pai de seu amante Lorde Alfred ‘Bosie’ Douglas, que o chamara textualmente de ‘sodomita’”.<sup>238</sup>

Considerando que em 1880 o clima de perseguição aos homossexuais estava instalado, registrar num diário íntimo atitudes associadas ao nefando era um ato de ousadia e coragem. Certamente ele estava a par da chamada “psiquiatrização do prazer perverso” (Foucault, 1984a, p. 100), que tinha como um de seus objetos privilegiados de saber a figura do adulto perverso, daí talvez a atitude de codificar os trechos mais comprometedores de seus sonhos.

Mais à frente, Mott observa que “[a]pesar do risco do erotismo, Couto de Magalhães revela sua atração unissexual” (2003, p. 105) na seguinte entrada do diário, feita aos 11 de setembro de 1880:

---

<sup>238</sup> Cf. ROLLEMBERG, Marcello. “Morte e redenção do dândi”. In: *Cult*, Revista Brasileira de Literatura, ano IV, novembro de 2000, p. 51.



Saí dep.<sup>o</sup> às 3½ p.<sup>o</sup> Paddington sta-  
tion, vi na ponte um jovem melancólico  
encostado a um poste de lampião que  
me excitou curiosidade.

“... Saí depois às três e meia para Paddington Station, vi na ponte um jovem melancólico encostado a um poste de lampião que me excitou curiosidades ...”. (Couto de Magalhães, 1998, p. 105)

Tanto Foucault quanto Gay nos revelam em suas pesquisas o quanto - a partir dos séculos XVI (Gay) e XVIII (Foucault) - a sexualidade sai de casa, toma conta das livrarias, das confissões, das conversas de botequim. “Em torno do sexo”, cada vez mais “se fala”. Cada vez mais os corpos são mostrados em atitudes indecorosas e os discursos são carregados de palavras indecentes, seja em diários íntimos, como o de Rousseau, seja no de Couto de Magalhães. Os discursos continuam “sujos” para a normalidade. A esse mecanismo de crescente incitação do falar sobre o sexo, Foucault chama de “colocação do sexo em discurso” (Foucault, 1984a, p. 16). O diário íntimo surge assim como um dos dispositivos de registro dos discursos sobre o sexo, elevado à condição de segredo sobre o qual todos deveriam falar sempre, de forma regulada e com moderação. Os que se mostravam demasiadamente continuavam sendo estigmatizados como anormais e por isso sofriam sanções. Gay lembra que

“... até o fim da Era Vitoriana, o amor dos homens por outros homens, ou das mulheres por outras mulheres, era visto por muitos como virtualmente impensável – quase literalmente, o amor que não ousava confessar seu nome” (Gay, 1999, p. 195).

Foucault, referindo-se a homossexualidade, afirma que

“... foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituir-la como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controle novos. É o início tanto do internamento dos homossexuais nos asilos, quanto da determinação de curá-los... A partir de então, todos serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual”. (1982, p. 233-233)

Em torno do termo homossexualidade existe um amplo e caloroso debate. Para alguns, o termo teria sido inventado por um médico com o objetivo de reprimir os amantes do mesmo sexo. Segundo Trevisan

“... os estudiosos buscavam conhecimento de todos os aspectos da sexualidade desviante. Mas, para viabilizar suas abordagens, era necessária uma definição rigorosamente científica. Surgiu então a figura clínica do homossexual, termo lançado originalmente em 1869, na

Alemanha, pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny, e desde então amplamente utilizado pela ciência, inclusive no Brasil”.<sup>239</sup>

Apesar de amplamente repetida, essa afirmação, segundo outros pesquisadores, é equivocada. Segundo Luiz Mott (2003, p. 233), na verdade, Karol Maria Kertbeny não era médico e sim jornalista, tendo escrito o termo homossexualidade pela primeira vez nos jornais em 1869. Ele pretendia lutar contra o parágrafo 175 do Código Penal Alemão que condenava os praticantes do amor pelo mesmo sexo à prisão com trabalhos forçados, tal qual aconteceu com Oscar Wilde em Londres. Em artigo em que procura discutir a trajetória social do vocábulo homossexualidade, David Halperin, professor de Literatura na Universidade de Michigan, apresenta uma outra leitura. Segundo Halperin, Kertbeny teria participado de uma campanha para convencer a Federação da Alemanha do Norte a revogar o artigo 143 (e não 175 como diz Mott) do Código Penal prussiano, que considerava crime as relações sexuais entre homens. Em 1869, Kertbeny publica então, dois folhetos anônimos dirigidos ao ministro da justiça prussiano, nos quais o termo homossexualidade aparece pela primeira vez. Segundo seus argumentos, muitos dos considerados grandes homens na história teriam sido homossexuais, e que esta era uma condição inata, não adquirida, sendo, portanto, um absurdo criminalizá-la. Seus esforços, porém, não obtiveram resultado:

“... el nuevo Código penal de la Federación de Alemania del Norte conserva la vieja ley prusiana en su artículo 152, que será luego incorporado, en 1871, al nuevo Código del Império alemán en su famoso artículo 175, el cual volverá criminales las ‘obscenidades contra natura’ entre hombres...”<sup>240</sup>

Em todo caso, tanto Mott quanto Halperin concordam que Kertbeny não era médico. A confusão surgiu em função de Kertbeny, para se proteger e conferir maior respeitabilidade à defesa de sua causa, ter usado o pseudônimo de Dr. Benkert, mesmo não sendo médico. Para Mott,

“[a]í está o erro de Foucault e de quantos criticam o termo homossexual como sendo uma invenção estigmatizante da classe médica. Há estudos cuidadosos que comprovam que Kertbeny era um militante pelos direitos dos homossexuais - embora ainda não se saiba se era ou não praticante do “uranismo”, outro termo igualmente usado naquela época para designar nossos antepassados gays” (2003, p. 233).<sup>241</sup>

<sup>239</sup> Cf. TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: RECORD, 2002, p. 178.

<sup>240</sup> Cf. HALPERIN, David. “Homosexualidad, una categoría en crisis”. Disponível em: <http://www.modemmujer.org/docs/16.82.htm>. Data da captura: 27/02/2007. Agradeço a Ernani Chaves por esta indicação.

<sup>241</sup> Segundo Mott (2003, p. 233), o termo “homoerótico”, que muitos propõem como substituto de “homossexual”, este sim, foi inventado por um médico, Dr. Ferenczi e propagandeado no Brasil pelo médico Dr. Jurandir Freire Costa. Discutirei o termo “uranismo” mais à frente.

Muito embora não fosse médico, o fato de Kertbeny recorrer ao artifício de agregar ao seu pseudônimo o título de doutor evidencia o papel que a ciência adquiria àquela época enquanto detentora ou legitimadora da verdade. Segundo Halperin, o termo homossexual, em sua origem, teria sido “una invención de militante pro-gay” (2004). Em 1887, o médico vienense Richard Von Kraft-Ebbing se apropria do termo na segunda edição de sua obra *Psycopathia sexualis*, a partir do que o termo passou a adquirir conotações médicas e médico-legais, deixando ser “una afirmación pro-gay” (Halperin, 2004). Por tudo isso, conforme Royston Lambert,

“[u]sar o termo homossexualidade independentemente do contexto histórico em que se processam as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo constitui um desses casos que permitem todas as confusões, abrindo falsas pontes entre práticas distintas”.<sup>242</sup>

Por outro lado, é interessante perceber o quanto o surgimento de práticas de intervenções e de controle novos sobre os homossexuais provocou o que Foucault chamou de “respostas em forma de desafio”: a literatura da homossexualidade produzida por escritores como Oscar Wilde e Gide seria a expressão da “inversão estratégica de uma ‘mesma’ vontade de verdade” (Foucault, 1982, p. 234). Considerando o diário íntimo como tentativa de construção de uma verdade para si próprio, Couto de Magalhães, ao registrar um tipo de sensibilidade dissonante com o que se convencionou chamar de moral da época, expressava, numa outra esfera, a “mesma” vontade de verdade. Ao responder à incitação da moral vitoriana no sentido da “colocação do sexo em discurso”, ele o faz “em forma de desafio”, posto que suas respostas (o registro de sua sensibilidade ao homossexualismo) devolve a incitação à moral dominante no sentido da “colocação da diferença em discurso”, parafraseando Foucault. Assim, talvez pudéssemos acrescentar nas motivações para a escrita de diários, discutidas no primeiro capítulo, mais esta: diário como resposta em forma de desafio.

Conforme vários estudos que abordam a questão do amor pelo mesmo sexo no Brasil, as informações sobre a vida dos homossexuais masculinos no Brasil império são muito raras (Green & Polito, 2006; Mott, 2003). Somente no final do Império começam a surgir dados que revelam a cultura homossexual no país, produzidos principalmente por médicos ligados à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, inspirados em teorias homofóbicas vindas da Europa. Em 1872, por exemplo, o médico Francisco Ferraz de Macedo publica *Da*

---

<sup>242</sup> Cf. LAMBERT, Royston. *Pederastia na Idade Imperial: sobre o amor de Adriano e Antínoo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990 p. 9.

*prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro, profilaxia da sífilis*. É também em fins do século XIX que a homossexualidade aparece como tema literário, em obras como *O Cortiço*, em que Aluísio de Azevedo (1890) narra uma cena lésbica e *Bom crioulo*, de Adolfo Caminha (1895),<sup>243</sup> que trata do amor entre Aleixo, um loiro grumete (aprendiz de marinheiro) e Amaro, um marinheiro negro e ex-escravo. O aparecimento do tema na literatura nacional brasileira era visto com reservas. O jurista Viveiros de Castro, em 1894, referindo-se, ao “estilo colorido e vibrante” de *O Cortiço*, diz que

“Aluizio Azevedo, contou em phrases de uma sonoridade de bronze e de uma opulencia de marmore, a conquista de uma moça, ainda virgem e pura, por uma franceza dissoluta. Estes livros despertam na mulher curiosidades terríveis.

Duas amigas se encontraram, fallam do romance que ambas leram, experimentam ao vivo a sensação que o escriptor tão ardentemente descreveu, gostam do ensaio, transmittem adiante a descoberta, iniciam outras no segredo.

E Sapho assim vai conquistando adeptos, propagandistas de seu culto” (1932, p. 200-201).

Nesse caso, o lesbianismo era definido como algo que vinha de fora para dentro do Brasil, prática trazida pelas mulheres estrangeiras “dissolutas” que aportavam no país, seduzindo com seus “vícios de além-mar” as supostamente frágeis mulheres brasileiras. Viveiros de Castro considerava inadmissível que “... mulheres viciadas corrompam e estraguem crianças, iniciando-as nessas práticas lésbicas” (1932, p. 202). Como afirmou Sônia Brayner, o romance naturalista de fins do século XIX “trouxe para o leitor brasileiro um ser humano provido de sangue, músculos e nervos”<sup>244</sup> num momento em que a ficção brasileira se desligava das idealizações de heroínas e heróis românticos. Para muitos críticos, o romance naturalista era considerado perigoso na medida em que a exposição das “perversões” poderia levar a uma permissividade descontrolada.

Viveiros de Castro observa que, ao contrário do lesbianismo, os romancistas nacionais de fins do século XIX ainda não haviam atentado para o tema da pederastia “... ou porque o assumpto repugne como immundo e porco, ou porque falte o encanto que a mulher sempre offerece, ainda mesmo em suas aberrações” (1932, p. 219). Em todo caso, ele sabia que

---

<sup>243</sup> Adolfo Ferreira Caminha nasceu em Aracati, Ceará, em 1867, falecendo no Rio de Janeiro, em 1897. É considerado um dos principais representantes do Naturalismo no Brasil. Era republicano e, em 1883, entrou para a Marinha de Guerra, liderando o movimento contra o uso da chibata na Marinha. Transferido para Fortaleza, foi obrigado a dar baixa por ter se envolvido com a esposa de um oficial do Exército, com a qual passa a viver, causando grande escândalo. Morreu vítima de tuberculose, aos 29 anos.

<sup>244</sup> Cf. BRAYNER, Sônia. “A obsessão do corpo no romance naturalista”. In: *Cultura*. Brasília, ano 4, nº 13, abr/jun. 1974, p. 51.

escrevia seu *Attentados ao pudor* no mesmo período em que Adolfo Caminha escrevia *Bom crioulo*:

“Caminha, o promettedor romancista nacional, que firmou na *Normalista* seus dotes de observador e de psychologo, disse-me que está escrevendo um romance – *Bom Crioulo* – onde a inversão é largamente estudada a bordo de um navio de guerra” (1932, p. 220).

De fato, Adolfo Caminha mostrou-se conhecedor do vocabulário utilizado nas discussões sobre o homossexualismo em sua época. Segundo Peter Fry, “Caminha foi um verdadeiro observador participante do mundo da Marinha”,<sup>245</sup> sendo que o mais provável é que em *Bom crioulo*, ele estivesse “retratando uma situação bastante real na marinha brasileira da época em que jovens rapazes eram iniciados sexual e afetivamente por marinheiros mais velhos” (1982, p. 47).

Já no primeiro capítulo de *Bom crioulo*, Caminha narra a história do marinheiro Herculano, que foi castigado por ter sido surpreendido ao

“... praticar uma ação feia e deprimente do caráter humano. Tinham-no encontrado sozinho, junto à amurada, em pé, a mexer com o braço numa posição torpe, cometendo, contra si próprio, o mais verdadeiro dos atentados” (Caminha, s/d, p. 17).

Num contexto em que se condenava o desperdício do sêmen por contribuir para o enfraquecimento da nação, posto que gerava homens fracos e incapazes de servir a pátria, o marinheiro Herculano era castigado a vinte e cinco chibatadas pelo crime de “lesa-natureza, derramando inútilmente, no convés seco e estéril, a seiva geradora do homem” (s/d, p. 17). O castigo deveria lembrá-lo do lugar e do momento considerado correto em que deveria despejar o líquido precioso, livrando-se do “vício solitário”. No mesmo dia, o marinheiro Amaro, o Bom crioulo, foi castigado, por agredir um “segunda-classe” que maltratou o jovem grumete Aleixo, de quinze anos, loiro de olhos azuis pretendido por Amaro e com quem ele estabeleceu uma “amizade escandalosa”. Relutando, de início, a sucumbir diante daquele “delírio invencível de gozo pederasta” (s/d, p. 62), a que ele se referia como “aquilo”, Amaro conclui ser inútil lutar contra o desejo de possuir o jovem Aleixo, entregando-se a sua paixão cujo final trágico é relatado por Adolfo Caminha.

Nesse sentido, mesmo que não possamos detectar claramente em Couto de Magalhães mais do que uma sensibilidade ao tema, seu *Diário íntimo* não deixa de ser um documento

---

<sup>245</sup> Cf. FRY, Peter. “Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas”. In: EULÁLIO, Alexandre *et all* (org.). *Caminhos cruzados: Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 36.

precioso no sentido de percebermos como tal sensibilidade era experimentada por um personagem específico daquele período. Dessa forma, se é possível afirmar que “Bom-crioulo é candidato ao título de primeiro romance ‘gay’ na literatura brasileira” (Fry, 1982, p. 43), até o estágio atual das pesquisas, tudo indica que o diário do general Couto de Magalhães é o primeiro diário íntimo em que um homem brasileiro revela sensibilidade ao tema do homossexualismo, conforme podemos verificar no registro de seus sonhos eróticos.

### Sonhos eróticos em nheengatu

Luiz Mott refere-se ao fato de que no *Diário íntimo* consta o “... relato de uma dezena de sonhos com forte presença do falo...” (2003, p. 176). Penso que depois dos códigos pessoais criados por Couto de Magalhães para registrar no diário as situações mais desafiantes à moral de sua época, cujas chaves da completa decifração ele levou para o túmulo, o relato dos sonhos são, de fato, o maior indício de sua homossexualidade “latente”. Mesmo em se tratando de um diário íntimo, ele procurava não correr nenhum risco: registrava as partes mais “picantes” dos sonhos em nheengatú. Mas ao contrário de seus códigos pessoais, as chaves para a decifração do nheengatú ainda nos são acessíveis. Tanto é que na publicação do *Diário íntimo* consta a tradução dos termos nessa língua, feita por Auxiliomar da Silva Ugarte e seu pai Hermes Ugarte (Couto de Magalhães, 1998, p. 44) e que utilizei neste trabalho.

Em 1936, Aureliano Leite se referia às “horas de ócio” do general em Londres e diz que

“... ele as empregava, muitas vezes, recolhendo-se à solidão do seu quarto de hotel, a fim de evocar, pela pena, episódios do sertão invio, na floresta, ou à orla dos grandes flumens, entre o bugre e a caboclada fiel e humilde que o cercava acorçada, atormentados dos insetos, ouvindo perto os passaros trinareem e ao longe uivarem as feras famintas.

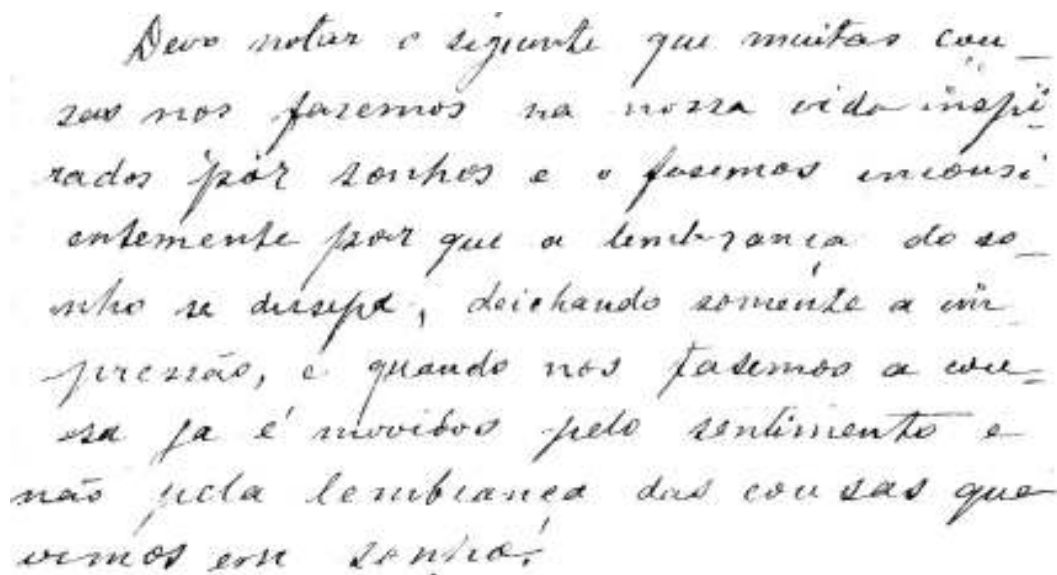
Os manuscritos em poder do seu sobrinho Agenor Couto de Magalhães narram tudo isso, por vezes coloridamente.

*Mesmo no estrangeiro, quando queria guardar só para si certos factos, por vezes escabrosos, o seu decoro levava-o a recorrer ao nheengatú.* Por sinal que nos seus manuscritos existem páginas vasadas nesse dialecto, as quais todavia *não devem jamais ser traduzidas.* São tais quais certos episódios de Juvenal ou de Rabelais, com que mais se lucraria continuarem os textos no latim ou no velho francês...” (1936, pp. 87-88, grifos meus)

Vimos no primeiro capítulo a demora de Agenor Couto de Magalhães em entregar o diário de seu tio a Pedro Brasil Bandecchi, “... devido a algumas anotações cuja divulgação não seria, ainda hoje, conveniente ...” e o referido “... corte visível e recente de duas folhas ...”

a que ele se refere (Bandeccchi, 1974, pp. 8-9). Quando Agenor Couto de Magalhães enfim resolveu liberar a publicação do diário de seu tio, já não se vê mais todas as páginas que guardavam os “... factos, por vezes escabrosos ...” do general, se bem que seus códigos pessoais permaneceram instigando a curiosidade e imaginação dos leitores.

Com relação ao número maior de homens nos sonhos de Couto de Magalhães, é preciso considerar que na segunda metade do século XIX, a presença da mulher no mercado de trabalho ou no mundo dos negócios ainda não era tão marcante. Na condição de empresário, o general mantinha relações de negócio com outros homens. Assim como em suas viagens pelo interior do Brasil, nas quais passava dias e mais dias no meio da mata ou nas embarcações que singravam os rios, a maior parte da comitiva que o acompanhava, se não toda ela, era formada por figuras masculinas. A mesma observação pode ser feita para o período em que o general esteve envolvido nas batalhas da Guerra do Paraguai. Para o autor, “... sonhar é trabalhar com o cérebro quando o cérebro deveria estar repousando ...” (1998, p. 189). Escrevia ele:

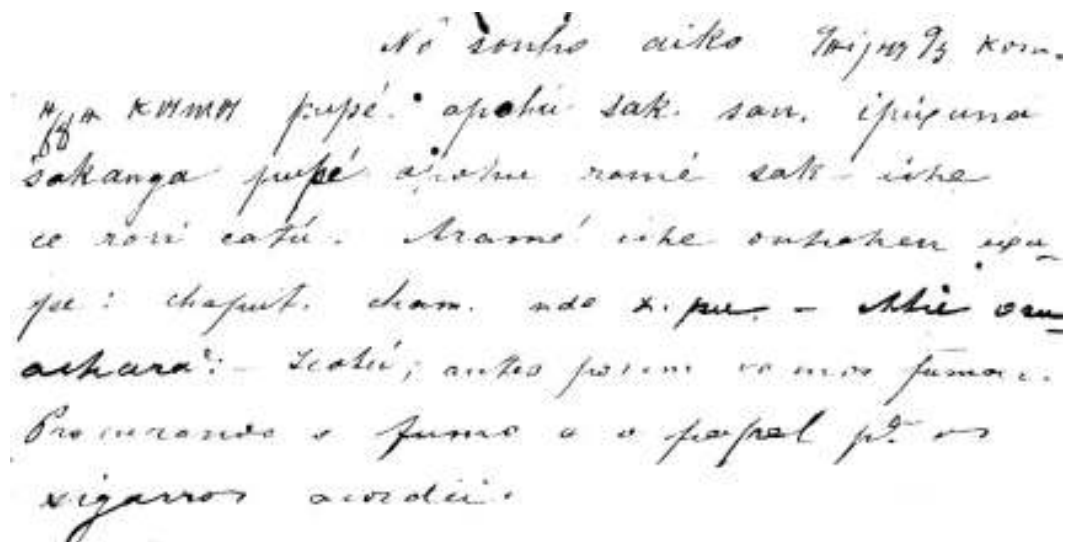


Devo notar o seguinte que muitas coisas nos fazemos na nossa vida inspirados por sonhos e o fazemos inconscientemente por que a lembrança do sonho se dissipa, deixando somente a impressão, e quando nós fazemos a coisa já é movido pelo sentimento e não pela lembrança das coisas que vimos em sonho.

“[d]evo notar ao seguinte, que muitas coisas nós fazemos na nossa vida inspirados por sonhos e fazemos inconscientemente, porque a lembrança do sonho se dissipa, deixando somente a impressão, e quando nós fazemos a coisa, já é movido pelo sentimento e não pela lembrança das coisas que vimos em sonho!”. (1998, p. 198)

De fato, o universo onírico do general era quase que exclusivamente povoado por figuras masculinas. Brancos, negros, caboclos, índios, tapuios ... Alguns eram figuras

ilustres da época como Homem de Mello<sup>246</sup> e Joaquim Nabuco.<sup>247</sup> Mas também aparecia gente simples como o Chiquinho Caiapó do Araguaia, o crioulo Brás, o tapuio Dionísio e o escravo Aarão. Chama atenção a forma livre e completamente subjetiva com que Couto de Magalhães registrava seus sonhos, confrontando a si mesmo diante da moral de sua época. Assim, por exemplo, ele registrou o sonho que teve com um certo Capitolino, que conheceu no Rio de Janeiro em 1877:



“[n]o sonho oikó \*\*\* pupé apohu sak. San. Ipuxuna sakanga pupé apohu ramé sak. Iche ce rori catu. Arame iche onhahen ixupe: chaput. chan. ndo x.pu – Ahe osuachará? Icatú; antes, porém, vamos fumar. Procurando o fumo e o papel para os cigarros acordei...” (1998, pp. 203-204)<sup>248</sup>

Em português, os trechos em nheengatu correspondem a

“[...] ele pegava \*\*\* dentro o galho preto e endurecido enquanto eu também pegava seu galho dentro e estava muito alegre. Então falei para ele: Quero que amarres minha mão. – [Ao que] ele respondeu?: está bem [...]”.

Conforme observou Maria Helena P. T. Machado, mesmo fazendo uso de outra língua para registrar seus sonhos eróticos homossexuais, o autor conferia a certas palavras um significado próprio. Por exemplo, a palavra *sakanga* ou *rakanga* significa galho em

<sup>246</sup> Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello nasceu em Pindamonhangaba, São Paulo, em 1837 e faleceu em Campo Belo, no mesmo estado, em 1918. Amigo pessoal de Couto de Magalhães, foi presidente das províncias de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Bahia, além de deputado geral e ministro do Império. Destacou-se também como escritor, tornando-se membro da Academia Brasileira de Letras.

<sup>247</sup> Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, nasceu em Recife, 1848 e faleceu em Washington, em 1910. Eleito deputado por Pernambuco, em 1878, destacou-se pelas reformas liberais que defendia, tais como a secularização dos cemitérios, eleição direta, voto dos analfabetos e abolição da escravidão, uma de suas principais lutas. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

<sup>248</sup> Lembro ao leitor que na tradução do nheengatu para o português, Maria Helena P. T. Machado optou por substituir os códigos pessoais do autor por três asteriscos.

Nheengatú, mas ele a utilizava no sentido metafórico de pênis (1998, 43).<sup>249</sup> Como Couto de Magalhães não se referiu à condição racial de Capitolino, é bem provável que ele fosse branco. Os não-brancos geralmente aparecem identificados, como o Barbosa caboclo, o Chiquinho Caiapó e o crioulo Brás, o tapuio Dionísio ou “aquele negro árabe”.<sup>250</sup> Mas não havia fronteiras étnicas nos sonhos eróticos de Couto de Magalhães, tão diversos neste aspecto quanto os contatos que o general fazia em seu cotidiano.

Apesar do sugestivo e provocativo título de seu artigo, *Um herói gay na Guerra do Paraguai*, Mott conclui afirmando com cautela que

“[s]e Couto Magalhães passou da intenção à ação homoerótica, não podemos saber. Seus escritos e sonhos identificam-no quando menos como homossexual latente. Se até Oscar Wilde, apesar de toda evidência, negou praticar este amor na época tratado como crime, seria demais esperar de um brigadeiro honorário do Exército Imperial assumir a prática de um amor criminoso. Para bons entendidos, contudo, bastam seus sonhos...” (2003, p. 177).

De fato, não há como concluir pela homossexualidade de Couto de Magalhães unicamente a partir dos registros de seu diário íntimo, a menos que a decifração de seus códigos pessoais nos revelassem os segredos mais escondidos do general. Em todo o debate que ocorreu a partir da publicação do diário de Malinowski, por exemplo, ninguém o definiu como sendo homossexual em função da narrativa de um dos seus sonhos:

“[h]oje, segunda-feira, 20.9.14, tive um sonho estranho; homosex. com um sósia meu como meu parceiro. Estranhos sentimentos autoeróticos; a impressão de que eu gostaria de ter uma boca exatamente como a minha para beijar, um pescoço que se curve como o meu, uma fronte exatamente igual à minha (vista de perfil). Levantei cansado e me recompus devagar”. (1997, p. 50)

O fato de um homem ter sonhos homoeróticos e registrá-los num diário pessoal não faz dele um homossexual. Por outro lado, aceitar tacitamente a idéia de que o conteúdo destes registros é verdadeiro porque está escrito num diário íntimo, espaço em que o autor revelaria para si sua própria verdade, significa cair nas armadilhas do adjetivo “intimidade” ostentado pelos diários, conforme discutimos no primeiro capítulo. Não esqueçamos da necessidade de inserir a dúvida no enunciado íntimo, para não ser vítima de seu “efeito de verdade”.

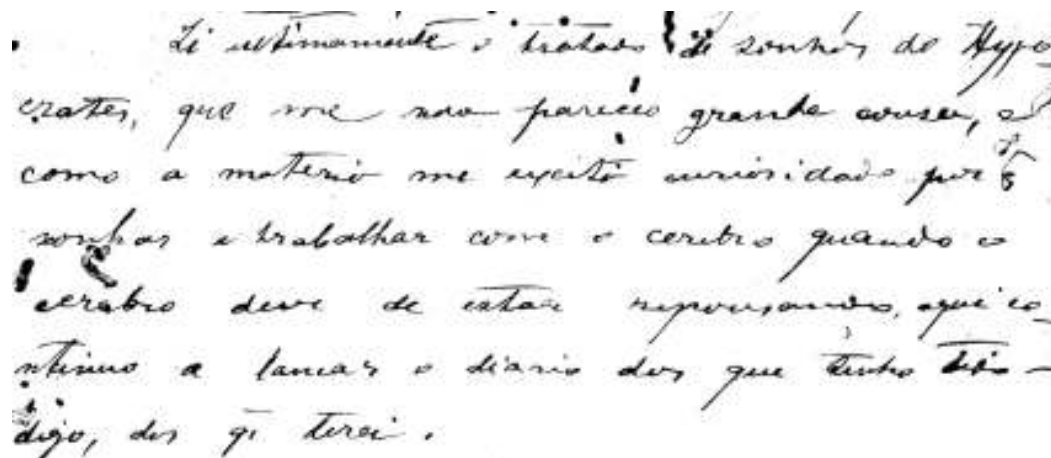
---

<sup>249</sup> Luiz Mott sugere que ao invés de “galho”, as palavras *sakanga* ou *rakanga* poderiam ser traduzidas como “pau”, expressão hoje recorrente para se referir ao órgão sexual masculino. Conferir Mott, 2003, p. 176.

<sup>250</sup> Cf. Couto de Magalhães, 1998. Para as referências aos não-brancos, p. 189, 190, 198 e 206 respectivamente.

## Sonhar com os próprios prazeres

Antes de concluir a discussão desse aspecto polêmico da biografia do general, cabe um pouco de mais de oniromancia. Aqui, a inspiração para a análise da interpretação dos sonhos por Couto de Magalhães será o texto *Sonhar com os próprios prazeres*, de Michel Foucault (1985). Muito embora o autor discuta um texto escrito no século II d. C., escrito por Artemidoro, e que este não seja citado no diário do general, trata-se de um texto do mundo clássico, literatura familiar a Couto de Magalhães que cita, por exemplo, o quarto livro do tratado *Do regime*, de Hipócrates (c. 460 a c. 377 a. C.), que não o convenceu quanto a melhor maneira de interpretar os sonhos, conforme registro feito aos 31 de janeiro de 1881:



“[L]i ultimamente o tratado de sonhos de Hipócrates, que me não pareceu grande coisa, e como a matéria me excitou a curiosidade, porque sonhar é trabalhar com o cérebro quando o cérebro deve de estar repousando, aqui continuo a lançar o diário dos que tenho tido, digo, dos que terei”. (1998, p. 189)

Não se trata aqui de interpretar os sonhos registrados no diário íntimo segundo o método proposto por Artemidoro. O que me proponho é tão somente, a partir da leitura do texto de Foucault, interpretar não os sonhos de Couto de Magalhães, mas a maneira como ele próprio os interpretava. Nesse sentido, a compreensão dos sonhos numa perspectiva social, que Foucault destaca no método de interpretação dos sonhos em Artemidoro, é o que chamo de inspiração para minha própria análise. Não pretendo saber mais do que o próprio Couto de Magalhães sabia de si mesmo. Por outro lado, é importante ter consciência de que o registro que o general fez em seu diário íntimo não nos dá acesso, necessariamente, ao sonho em si, mas a um registro escrito posterior ao ato de sonhar, modificado pelo processo de recordação

e por esquemas de classificação conscientes ou não, por parte do sujeito que sonha.<sup>251</sup> Nesse sentido, o sonho narrado não é necessariamente o sonho sonhado. O esforço no sentido de tornar o sonho compreensível no registro escrito do diário íntimo pode implicar num acréscimo de coerência que muitas vezes os sonhos não têm. Parafraseando Hanna Arendt em sua biografia de Rahel Varnhagen,

“[a]qui foi deliberadamente evitada a moderna forma de indiscrição que tenta desvendar os truques do outro e deseja saber ou pensa descobrir mais do que este sobre si mesmo, ou do que estava disposto a revelar...”. (Arendt, 1994, p. 13)

Nesse aspecto, distancio-me da análise de Peter Gay, para quem “[o]s retratos históricos que se mantêm no nível da experiência manifesta, sem explorar os recôncavos da mente, deixam de captar muita coisa importante” (1999, pp. 18-19). Em nenhum momento pretendo explorar os “recôncavos da mente” de Couto de Magalhães. Certamente que haverá sempre o risco de extrair das fontes mais do que elas o permitem, mas esta é uma dificuldade em que pode incorrer qualquer pesquisador das Ciências Sociais, seja diante de informantes de carne e osso, seja diante de informantes de papel. Manter a consciência de que não é possível fazer uma análise estritamente objetiva das fontes e, por outro lado, não exigir delas mais do que podem oferecer, já constitui um passo importante.

A diferença fundamental entre a interpretação dos sonhos de Artemidoro e o período em que viveu Couto de Magalhães é apontada por Foucault ao refletir sobre o que ele chama de “cultura de si”. À época de Artemidoro

“[a]inda se está longe de uma experiência dos prazeres sexuais em que estes serão associados ao mal, em que o comportamento deverá se submeter à forma universal da lei e em que a decifração do desejo será uma condição indispensável para aceder a uma existência purificada”. (1985, p. 72)

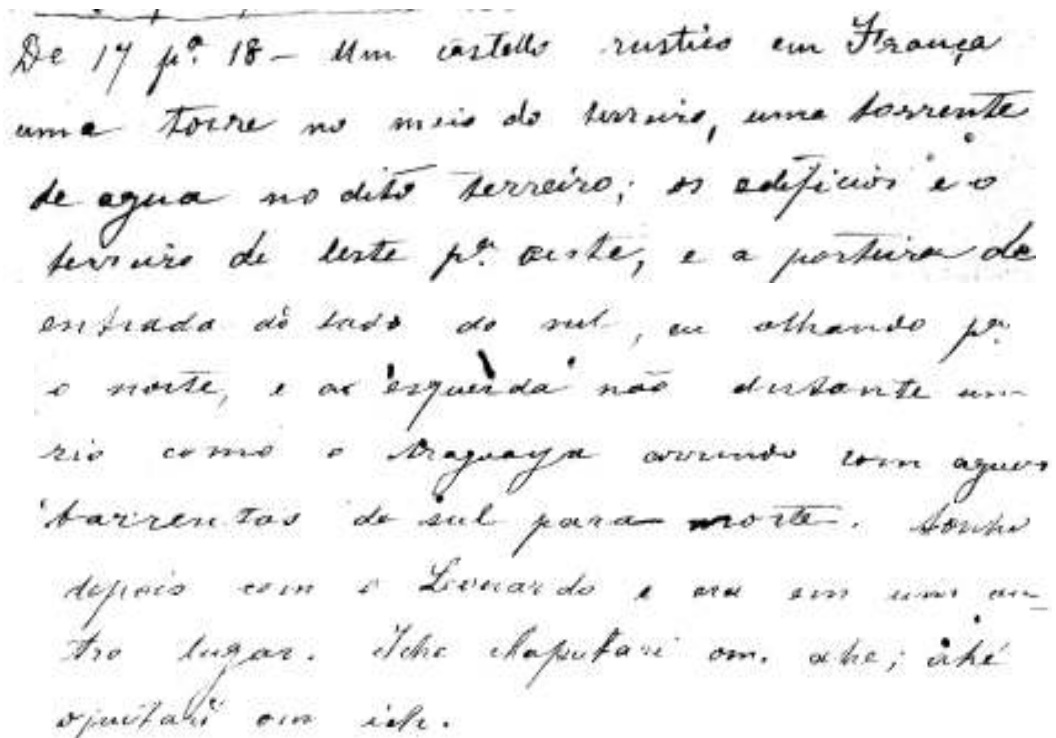
Este será o contexto de Couto de Magalhães, que registra seus sonhos eróticos numa época em que, apesar de menos sujeita às exigências de uma “existência espiritual purificada”, não se admitia experiências sexuais fora da família nuclear e conjugal e em que o comportamento das pessoas deveria se submeter às teses da ciência e da higiene.

Em primeiro lugar, é interessante perceber que o registro dos sonhos por Couto de Magalhães, muito embora não tratasse de “esquemas de apreciação geralmente aceitos” (Foucault, 1985, p. 13) não implicava numa busca de novas exigências em matéria de conduta

---

<sup>251</sup> Cf. BURKE, Peter. “A história cultural dos sonhos”. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 47.

sexual ou de enquadramento a um nenhum modelo religioso, médico ou higiênico. Seus atos oníricos não são mais relacionados a mensagens divinas, mas restritos ao funcionamento do cérebro. Não há nenhum tipo de julgamento moral, de auto-condenação ou tentativa de adaptar-se a um tipo de conduta vinda de fora e do alto. Nesse sentido, trata-se de um registro desafiador da moral de sua época. Isto não implica em dizer que o século XIX não permitia o registro ou a revelação de segredos íntimos ou de sonhos eróticos, pois como temos visto ao longo deste trabalho, houve mesmo uma incitação aos discursos sobre o sexo. O aspecto desafiador dos registros do general está mais na forma da revelação, já que os vitorianos esperavam que os autores de diários fossem circunspectos na revelação de suas intimidades. No sonho com Leonardo, de 17 para 18 de 1881, longe de fazer um julgamento moral, o autor expressa sensação de “grande alegria”:



De 17 p.<sup>o</sup> 18 - Um castello rustico em França  
uma torre no meio do terreiro, uma torrente  
de agua no dito terreiro; os edificios e o  
terreiro de leste p.<sup>o</sup> oeste, e a porteira de  
entrada do lado do sul, eu olhando p.<sup>o</sup>  
o norte, e a esquerda não distante um  
rio como o Araguaia correndo com aguas  
barrentas de sul para norte. Sonho  
depois com o Leonardo e eu em um ou-  
tro lugar. Iche chaputari om. ahe; iché  
oputari om iché.

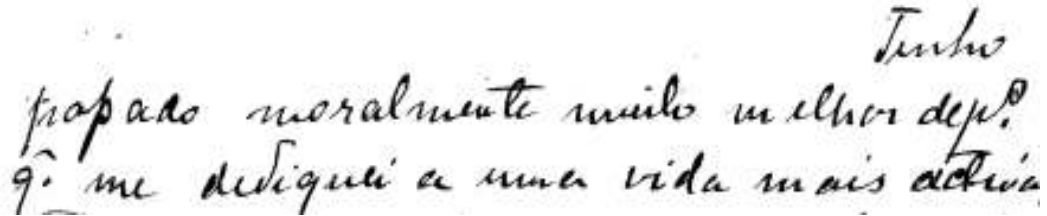
“...[u]m castelo rústico em França, uma torre no meio do terreiro; os edificios e o terreiro de leste para oeste, e a porteira de entrada do lado sul, eu olhando para o norte, e à esquerda não distante um rio como o Araguaia correndo com águas barrentas de sul para norte. Sonho depois com o Leonardo, e era um outro lugar. *Iche chaputari om. ahe; iché oputari om. iché*.”

Observação:

Sensação de prazer vendo o rústico castelo francês; o rio, e água. Sensação de grande alegria pelo encontro com o Leonardo. Esse já é falecido; mas no sonho eu não tinha a consciência disso”. (1998, p. 202)

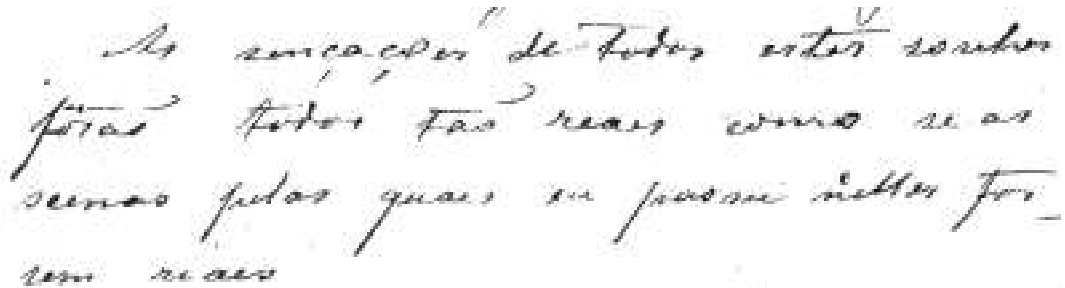
Em *nheengatu* no trecho acima: “eu quero fazer sexo com ele, e ele comigo”. Sendo “... um tema bem freqüente nos moralistas o de que a virtude se marca pelo desaparecimento

dos sonhos que traduzem no sono os apetites ou os movimentos involuntários da alma e do corpo” (Foucault, 1985, p. 20), Couto de Magalhães passa ao largo desses moralistas pois registra em seu diário íntimo os “apetites ou os movimentos involuntários da alma e do corpo” sem estabelecer qualquer relação entre estes e um comportamento virtuoso. Nenhum sonho é definido por ele como sendo desonesto, imoral ou licencioso, apesar dele se mostrar preocupado em alcançar um comportamento moral que lhe fizesse sentir bem. Aos 15 de setembro de 1880, por exemplo, registra:



“[t]enho passado moralmente muito melhor depois que me dediquei a uma vida mais ativa” (1998, p. 108).

Não há nenhuma reflexão semelhante a esta quando ele se refere aos seus sonhos. Nenhum esforço feito no sentido de combater suas paixões e resistir-lhes seja dormindo, seja acordado. De fato, Couto de Magalhães parecia mesmo sonhar com os próprios prazeres. O registro cuidadoso de seus sonhos eróticos ou a construção de uma narrativa onírica erótica parecem indicar um processo de repetição, prolongamento e estímulo dos prazeres vividos e/ou sonhados. Depois de registrar uma sequência de sonhos eróticos homossexuais o general fez a seguinte observação:



“[a]s sensações de todos esses sonhos foram todas tão reais como se as cenas pelas quais eu passei neles fossem reais” (1998, p. 205)

Lembre-se que ao longo do século XIX a Igreja Católica, herdeira de um código moral anterior ao próprio Cristianismo, impôs uma série de restrições à vida sexual, condenando com veemência a idéia do corpo como meio de prazer e definindo a carne como o lugar da impiedade. Conforme Philippe Áries, “[o]s cristãos se apropriaram da moral estóica a tal ponto que certos textos chegaram ao nosso conhecimento por meio de citações dos Padres da

Igreja...”.<sup>252</sup> Uma das idéias estóicas que teria sido apropriada pelos cristãos é a que determina que um homem não deve amar sua mulher como uma amante. Com esta, o sexo seria guiado pelo princípio do prazer, enquanto que com a esposa, a lógica seria a da obrigação e do débito contraído no sacramento do matrimônio.

Nesse sentido, tudo o que não conduzia diretamente à procriação, esfera do lícito, tornou-se pecaminoso e ilícito. Como vimos, na esfera secular, as teses da ciência e da higiene também pressionavam o sujeito a limitar sua sexualidade dentro dos limites do modelo de família higienicamente tratada e regulada. Todas estas questões tornam o registro dos sonhos por Couto de Magalhães bastante original e desafiador. Por outro lado, é possível pensar que, ao excluir o gozo do casamento, a Igreja contribuía para a insatisfação que muitos homens e mulheres experimentavam ao contraírem o matrimônio, como vimos no início deste capítulo. Muitas vezes, o acesso ao prazer estava restrito ao adultério, às aventuras amorosas ou a prostituição, contribuindo para isto o fato de que não era visto com bons olhos o marido que tratava sua esposa tal como as amantes.<sup>253</sup> Conforme afirmou Harris,

“[t]oda a cultura burguesa, que tanto valorizava a virgindade da mulher como a garantia fundamental num contrato de casamento, necessariamente impelia os futuros maridos a procurarem o prazer em outro lugar” (1993, p. 207).

O exercício de leitura aqui gira em torno da escrita íntima de um homem, mas possivelmente a leitura dos diários escritos por mulheres no século XIX nos mostraria que, ao serem negligenciadas, muitas delas traíam seus maridos em busca de amor e romance.

O *Diário íntimo* do general nos mostra outra via de acesso ao prazer excluído do casamento: os sonhos. Como afirmou Jacques Le Goff, “... mesmo aviltado ao estado de acessório ... o sonho continua a desempenhar o seu papel de dispersão, de instrumento próprio para vencer as censuras e as inibições” (1993, p. 288). Mais próximo do mundo do general, Brillat Savarin, citado no *Diário íntimo*, manifesta opinião semelhante ao afirmar que, nos sonhos, “... estamos nos limites extremos da humanidade: pois o homem que dorme não é mais o homem social; a lei ainda o protege, mas não mais o comanda” (1995, p. 193).

---

<sup>252</sup> Cf. ARIÈS, Philippe. “O amor no casamento”. In: ARIÈS, Philippe & BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 157.

<sup>253</sup> Cf. LANTERI-LAURA, Georges. *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p. 22.

A análise dos sonhos por Couto de Magalhães fazia parte do que Foucault chamou de “técnicas de existência”. Tal qual em Artemidoro, algumas das imagens presentes nos sonhos do general eram interpretadas por ele como sendo signos de realidade ou mensagens do futuro. Interpretar os sonhos não significa satisfazer pura e simplesmente uma curiosidade pessoal, mas um trabalho útil, contribuição para o ato de gerir a própria existência e preparar-se para eventos futuros. Diferentemente do mundo clássico, ele não recorre aos profissionais das imagens da noite, mas a si próprio para interpretar os signos.<sup>254</sup> O que ele realizava, portanto, era uma análise dos sonhos como prática de vida, fundamental para a correção de condutas cotidianas e como forma de preparação para eventos futuros. Neste último aspecto, ao que parece, ele seguia a recomendação de Hipócrates que via

“[e]ntre os sonhos, aqueles que são divinos e pressagiam, ou para as cidades ou para as pessoas, acontecimentos felizes ou infelizes, que não são causados por culpa das partes interessadas, têm interpretes que possuem uma arte exata. Mas os sonhos em que o espírito anuncia as afecções corporais, por excesso de plenitude ou de evacuação das coisas congênicas, ou mudanças para coisas diferentes, são explicados também pelos mesmos intérpretes que, então, ora acertam ora se enganam, sem nunca saber por quê. *Avisando que será preciso tomar cuidado para evitar o mal, eles não ensinam como prevenir-se: contentam-se em prescrever preces aos deuses. Rezar é sem dúvida uma coisa oportuna e excelente, porém, mesmo invocando os deuses, é preciso ajudar a si mesmo*”. (2002, p. 104)

É bem verdade que Couto de Magalhães não recorre aos “interpretes que possuem uma arte exata”. Muito menos se contenta em prescrever preces aos deuses: em todo o diário, não há nenhum registro em que ele se dirija a Deus ou faça qualquer tipo de prece religiosa, a não ser a costumeira expressão “se Deus quiser” (1998, p. 103), que ele utiliza uma vez quando se refere ao início das obras da Estrada de Ferro do Rio Verde. Para ele, os sonhos não contêm presságios divinos, já que “... sonhar é trabalhar com o cérebro quando o cérebro deve de estar repousando...” (1998, p. 189). É como se a vida continuasse no sonho, momento em que o cérebro reproduz sensações e noções recebidas ao longo dia e dos anos (1998, p. 205).

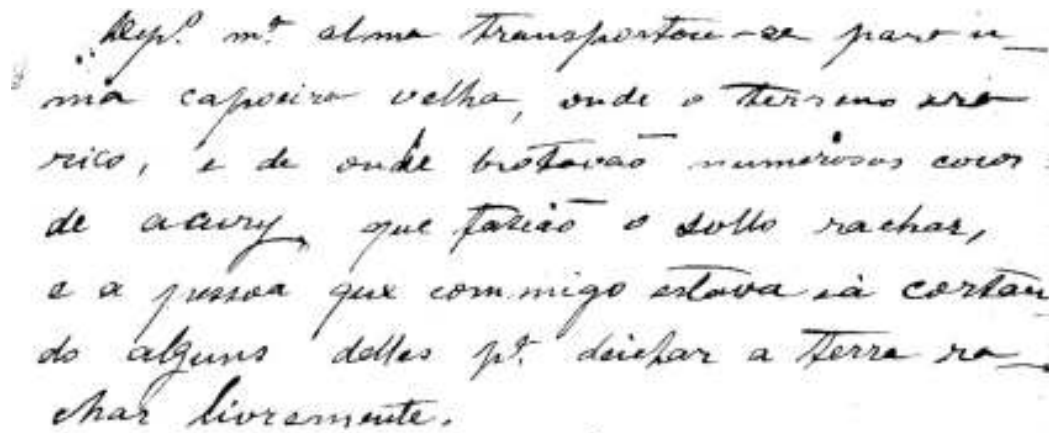
O general não se satisfazia com explicações como a que “Mãe Tina” ofereceu a Helena Morley, em fins do século XIX, querendo ajudá-la a entender seus “sonhos esquisitos”: “[s]onho é a alma que não dorme como o corpo e fica pensando. Se a gente é boa e vive com Deus o sonho é bom; se está em pecado mortal o sonho é ruim” (Morley, 2005, p.

---

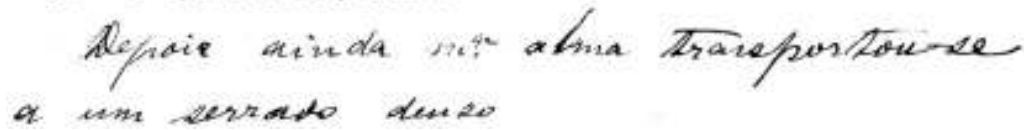
<sup>254</sup> No mundo clássico se estimulava tanto o recurso aos profissionais das imagens da noite quanto a si próprio na interpretação dos sonhos.

197). Quando registrava sonhos “ruins”, Couto de Magalhães não se punha de joelhos rezando, nem se preocupava em descobrir se estava em “pecado mortal”.

Em todo caso, em alguns momentos ele registra que, durante os sonhos, é sua “alma” que se transporta por diferentes paisagens. Na narrativa dos sonhos de 10 para 11 de fevereiro de 1881, ele escreve:



Depois m<sup>a</sup> alma transportou-se para u-  
ma capoeira velha, onde o terreno era  
rico, e de onde brotavão numerosos cocos  
de acuri, que fazião o solo rachar,  
e a pessoa que comigo estava ia cortan-  
do alguns deles p<sup>t</sup> deixar a terra ra-  
char livremente.



Depois ainda m<sup>a</sup> alma transportou-se  
a um cerrado denso

“[d]epois minha alma transportou-se para uma capoeira velha, onde o terreno era rico, e de onde brotavam numerosos cocos de acuri que faziam o solo rachar, e a pessoa que comigo estava ia cortando alguns deles para deixar a terra rachar livremente.

Depois ainda minha alma transportou-se a um cerrado denso...”. (1998, pp. 194-195)

Distante da época em que estes passeios noturnos da alma poderiam levar à morte do corpo na fogueira da Inquisição, a alma sonhadora de Couto de Magalhães transportava-se livremente pelo mundo, sem risco de ser confundida com um *benandanti*.<sup>255</sup> Da mesma forma, o transporte das almas não mais conduzia o sonhador para danças e banquetes noturnos presididos pelo diabo, ou para batalhas noturnas contra as bruxas, conforme o imaginário tão caro a muitos homens e mulheres do início da Europa moderna. No mesmo contexto, a menina Helena Morley registrava em seu diário íntimo, em 1894, “sonhos maravilhosos” que causariam espanto aos inquisidores do século XVI:

“[t]enho ido muitas vezes em sonho à Escola, descalça e sem saber onde esconder os pés. É um martírio todo o tempo. Tenho tido também sonhos maravilhosos. Não têm conta as vezes

<sup>255</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Os *benandanti* ou “andarilhos do bem”, eram os praticantes de um culto da fertilidade no Friul, Itália, entre o final do século XVI e a primeira metade do século XVII. Ao se apresentarem como defensores das colheitas contra bruxas e feitiçeiros, a quem combatiam em batalhas noturnas ocorridas em sonhos, com ramos de erva-doce nas mãos, os *benandanti* foram vítimas das perseguições da Inquisição, acusados de feitiçaria.

que tenho voado sem asas para Boa Vista ou em cima das casas na cidade. Que coisa agradável! Já estive num palácio maravilhoso, como a menina dos anoezinhos ...” (Morley, 2005, p. 198)

Diferentemente de Couto de Magalhães, a menina Helena Morley ainda dependia das interpretações de seus sonhos pelos adultos, principalmente para compreender o que ela definia como “sonhos esquisitos”. Ao reconhecer que “as minhas mestras dessas coisas de sonho, em pequena, foram as negras da chácara”, lamentava-se: “[s]e houvesse ainda hoje adivinhadores de sonhos, como antigamente no tempo de José do Egito, que coisa boa não seria!” (Morley, 2005, p. 196). Ao contrário de Morley, Couto de Magalhães não mais esperava pelos adivinhadores de sonhos e, o tempo inteiro, procurava “ajudar a si mesmo”, sendo o seu diário íntimo um elemento importante desse cuidado de si. Aliás, essa insistência sobre a atenção que convém ter para consigo mesmo, muito embora por razões diferentes,<sup>256</sup> é comum tanto às exigências de sua época, o século XIX, tão marcado pela peregrinação ao mundo interior, quanto aos autores clássicos que ele lia com frequência, muitos citados em seu *Diário íntimo*: Galeno, Hipócrates, Juvenal, Horácio, Virgílio ou os filósofos epicuristas.

Maria Helena P. T. Machado apontou na introdução do *Diário íntimo* como o autor, insatisfeito com a interpretação hipocrática e

“... segundo uma concepção muito mais moderna, ... inverte a proposta de Hipócrates, refletindo sobre a autonomia dos sonhos e de sua misteriosa capacidade de condicionar as ações despertas. É interessante observar a maneira como o autor do diário intuiu a existência de impulsos e estímulos fora do alcance do consciente e os persegue, registrando minuciosamente seus sonhos. Embora tenha vivido numa época anterior ao advento da psicanálise e da publicação de *A interpretação dos sonhos*, a obra clássica de Sigmund Freud que só viria a lume em 1900, Couto parece sensível ao fato de os sonhos serem importantes para a compreensão da vida mental e dos estados emocionais dos indivíduos”. (1998, p. 40)

Ao que parece, esta sensibilidade era comum a muitos outros homens da época. Em 1904, quatro anos depois da publicação de *A interpretação dos sonhos*, obra que nesse período ainda era restrita aos especialistas, Joaquim Nabuco, que fazia parte do círculo de amigos de Couto de Magalhães, registrava em seu diário íntimo sua inquietação com o assunto. Dizia ele:

---

<sup>256</sup> Para não incorrer em anacronismo, convém explicitar ao máximo os limites da inspiração de Foucault. Segundo ele, “... as exigências de austeridade sexual que foram expressas na época imperial não parecem ter sido a manifestação de um individualismo crescente. Seu contexto é, antes de mais nada, caracterizado por um fenômeno de um bem longo alcance histórico mas que conheceu nesse momento seu apogeu: o desenvolvimento daquilo que se poderia chamar um ‘cultura de si’, na qual foram intensificadas e valorizadas as relações de si para consigo” (1985, p. 49).

“[a] minha teoria é que o cérebro é um *refletor* permanente (não será uma fonte contínua?) e que, à noite, o aparelho reflete como de dia, mas de algum modo se acha embaraçado em certas partes, certos vidros, ou focos (como o da realidade), não trabalham. Todos sonham sempre, o cérebro não pára; uns, porém, têm consciência, outros não, do sonho, isto é, em uns o vidro e o espelho da consciência funciona, em outros não. Mas não é só um refletor. O cérebro tem o poder de ser ele mesmo luminoso, mas não o é senão com os restos das antigas idéias, imagens refletidas, isto é, com as reminiscências. Estas são partículas luminosas como o *radium*, que não se gastam inteiramente; a prova é que brilham nos sonhos, quando as esquecemos ...” (Nabuco, 2006, p. 541, grifos do original)

É importante lembrar que tanto Nabuco, como embaixador do Brasil em Washington, quanto Couto de Magalhães, tratando de negócios particulares em Londres, estavam fora do país ao fazerem estas reflexões, em locais por onde todas estas idéias circulavam. Em Couto de Magalhães, a referida intuição da “existência de impulsos e estímulos fora do alcance do consciente” pode ser verificada no seguinte trecho do diário, citado anteriormente:

“[d]evo notar o seguinte, que muitas coisas nós fazemos na nossa vida inspirados por sonhos e fazemos inconscientemente, porque a lembrança do sonho se dissipa, deixando somente a impressão, e quando nós fazemos a coisa, já é movido pelo sentimento e não pela lembrança das coisas que vimos em sonho!”. (1998, p. 198)

O autor atribui muita importância às impressões que os sonhos produzem no cérebro, posto que elas são, muitas vezes, determinantes de decisões que tomamos quando estamos acordados, mesmo sem termos consciência de que tais decisões são motivações adquiridas no trabalho dos sonhos ou, na sugestiva metáfora de Nabuco, nas ocasiões em que “o vidro e o espelho da consciência” não funcionam. Acreditava o general que, mesmo que a memória dos sonhos se dissipe, as sensações que eles produziram subsistem, iluminando, com as reminiscências referidas por Nabuco, atitudes conscientes. O autor chega a atribuir sua decisão de ir para o Mato Grosso, durante a Guerra do Paraguai, às impressões que ele teve num sonho:

a 1.ª ideia  
que eu tive de ir p.<sup>o</sup> Mato Grosso  
durante a guerra do Paraguay  
me veio em um sonho que me  
figurava com o Dr. Danim  
ambos a cavallo em um  
campo percorrendo a propo-  
sito das probabilidades de vitória  
ou derrota. Devo notar que a  
minha ida a Mato Grosso determi-  
nou por assim dizer o resto da minha  
existência, e tudo na minha dita vi-  
da se encadeia a aquilo tão profun-  
damente que o meu destino seria  
totalmente outro se eu não hou-  
vesse feito a dita viagem.

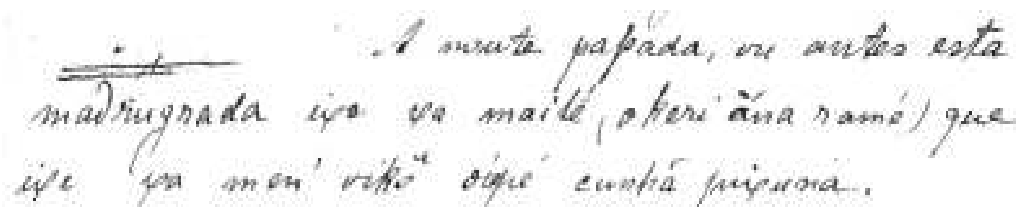
... a primeira idéia que eu tive de ir para Mato Grosso durante a guerra do Paraguai me veio em um sonho que me figurava com o dr. Danim, ambos a cavalo, em um campo, percorrendo a propósito das probabilidades de vitória ou derrota. Devo notar que a minha ida ao Mato Grosso determinou por assim dizer o resto da minha existência, e tudo na minha dita vida se encadeia àquilo tão profundamente que o meu destino seria totalmente outro se eu não houvesse feito a dita viagem” (1998, p. 210)

Por este trecho, pode-se perceber a importância que o autor conferia ao registro e interpretação de seus próprios sonhos, na medida em que eles poderiam determinar o seu futuro. O sonho aparece no diário de Couto de Magalhães como parte integrante de seu “manual para a vida cotidiana”, que era o sentido do próprio diário.

Se em Artemidoro “... o sentido prognóstico do sonho e, portanto, de uma certa maneira, o valor moral do ato sonhado é a condição do ou da parceira, e não a própria forma do ato...” (Foucault, 1985, p. 27), em Couto de Magalhães o “status social do ‘outro’” não tem

muita implicação sobre o valor moral do ato sonhado. A narrativa de seus sonhos eróticos envolve homens e mulheres (estas em número bem menor), pessoas de diferentes posições econômicas e sociais. O vocabulário utilizado pelo general para definir os personagens de seus sonhos compreende expressões como branco, preto, crioulo, mestiço, índios, preta, mulher, rapariga, mocinha. Entre os personagens, alguns são soldados, como “o adão soldado do 20”, outros escravos, alguns pertencentes ao próprio sonhador, indicados por expressões como “um crioulo meu”. É possível que aqueles cujos nomes não são precedidos de designativos étnicos sejam brancos, como Herman da Silva, que o autor diz ter conhecido em Londres (1998, p. 204).

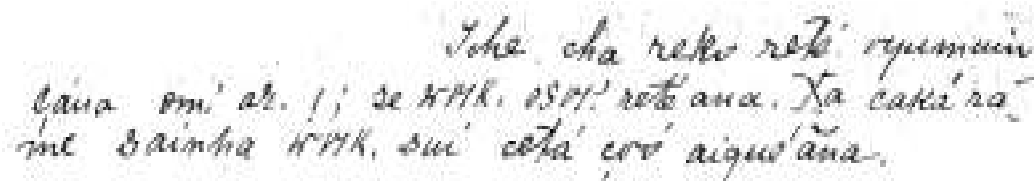
Quanto às mulheres, o general registra ter sonhado com “uma rapariga de grande cabeleira, ama de uma mocinha de doze ou treze anos, que me causou impressão amorosa” e diz que no sonho, “passei a mão no seio da mulher” (1998, p. 208). Em outro ele diz:



*A noite passada, ou antes esta  
madrugada ixa xa maité (okeri ána ramé) que  
ixe xa men' oikô oipé cunha pixuna.*

“[a] noite passada ou, antes, esta madrugada, ixa xá maité (okeri ána ramé) que ixe xa men' oikô oipé cunha pixuna” (1998, p. 87).

Trecho em nheengatú: “eu sonhei que estava fazendo sexo com uma mulher preta”. Mais adiante, ele complementa o registro do sonho:



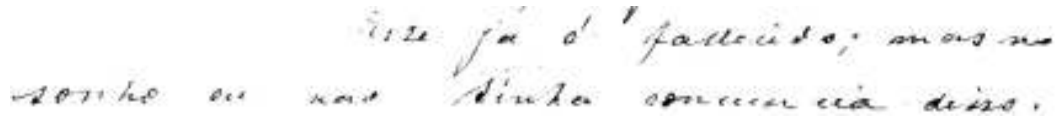
*Iche cha reko reté oyumuin  
cana omi ar! Se\*\*\* reté ana. Xa caká rame  
sainha\*\*\* sui cetá cõo aiqueãna.*

“Iche cha reko reté oyumuin cana omi ar! Se\*\*\* reté ana. Xa caká rame sainha\*\*\* sui cetá cõo aiqueãna”.

Em português: “[e]u estava bem escondido fazendo sexo! [É] muito gostoso\*\*\*. Enquanto eu tirava de seu carço [v]ulva\*\*\*, ela ficava como um animal” (1998, p. 88).

Considerando que a atividade das amas-de-leite era mais comum entre mulheres negras, é possível que a “rapariga de grande cabeleira” fosse negra, escrava doméstica ou mesmo livre. No segundo caso, ele não cita se era uma “preta” livre ou escrava. Note-se que,

se Couto de Magalhães refletia acordado sobre as vantagens de se ter a companhia feminina, sonhando ele não manifestava desprazer em se envolver sexualmente com elas ou se tal envolvimento onírico era mais ou menos prazeroso do que o que ele sentia ao sonhar com homens. O universo onírico homossexual do general também envolvia indivíduos que já haviam morrido, como um certo Leonardo, sobre o qual o autor diz que



“esse já é falecido; mas no sonho eu não tinha consciência disso” (1998, p. 202).

De um modo geral, a elaboração que o autor faz da memória de seus sonhos não indica desconforto. Poucos sonhos são definidos como sendo desagradáveis: um deles é o que ele sonhou com um crioulo que fotografado, continuava a rir, sonho este referido mais à frente (Couto de Magalhães, 1998, p. 111). Os outros, em que aparece um caixão com um defunto e “uma casa velha, a qual eu subi e da qual estava em iminente perigo de cair” (1998, p. 208). Ao contrário do que Hanna Arendt observou com relação aos sonhos de Rahel Varnhagen, “... que havia banido do dia tudo que realmente lhe importava, tudo que basicamente desejava ...” (1994, p. 119), os sonhos de Couto de Magalhães não afastavam a paz da noite, não revelavam aquilo que o dia tentara dissipar, evitar ou melhorar. A noite do general parece muito mais um prolongamento da paz do dia, apesar de toda a sua hipocondria. A noite e o sonho não parecem confirmar nem reproduzir o que o dia falseava ou escondia, do que resulta, talvez, a atitude normalmente compreensiva e satisfeita do sonhador, sonhando com seus próprios prazeres. A continuidade do dia não era questionada pela noite. O panorama onírico de Couto de Magalhães não seria, portanto, “... um segundo país no qual poderia estabelecer-se confortavelmente ...” (Arendt, 1994, p. 121), mas a extensão prolongada do prazeroso conforto de um mesmo país.

Em algumas situações, Couto de Magalhães aparece na condição de “ativo”, como no sonho com Timóteo de Goiás, de dezoito para dezenove de fevereiro de 1881:

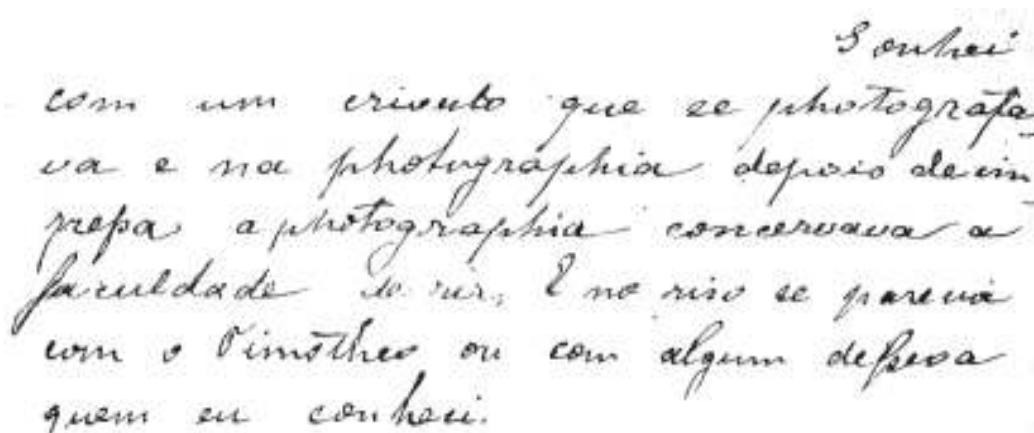
Com o Timóteo a cena foi a seguinte:  
2 *iche aput. reté amé ahe; ce rac.*  
*sant. ahe oputá oyum. x. p.* e seguimos  
até um vale humido de agua, e segui  
depois, costa a riba por um morro, um  
caminho no meio de mata densa,  
e no sonho o caminho me era muito co-  
nhecido, porém não o reconheço dep.  
de acordado; o Timóteo figurava muito  
mais moço do q' elle não é actualmente  
e depois 'perdi-me' delle, e *inti an. Ahé*.

“[c]om o Timóteo a cena foi a seguinte: *iche aput. Reté amé ahe; ce rac. Sant. Ahé oputá oyum. x. p.*, e seguimos até um vale úmido de água, e segui depois costa arriba por um morro, um caminho no meio da mata densa, e no sonho o caminho me era muito conhecido, porém não o reconheço depois de acordado; o Timóteo figurava muito mais moço do que ele não é atualmente e depois perdi-me dele, e *inti an. Ahé*” (1998, p. 203).

O trecho em *nheengatú* significa: “... eu quero muito fazer sexo com ele, meu galho preto endurecido quer estar escondido no ânus p. [...] não falei com ele”. Como vimos mais acima, a palavra *sakanga* ou *rakanga* (registrada como *rak* ou *rac* no diário) significa galho em *nheengatú*, mas ele a utilizava no sentido metafórico de pênis. Como observou Maria Helena P. T. Machado,

“... o que se inscreve aí é a sensualidade do narrador e suas fantasias, aprisionando numa teia de passividade e despersonalização corpos que não chegam a constituir seres. Em outras palavras, seria essa narrativa sensual, ao mesmo tempo, um discurso de poder, capaz de transformar o outro na matéria flexível com que as fantasias do autor podem ser preenchidas” (1998, pp. 38-39).

Ocorre que nem sempre os personagens que contracenam com o autor em seus sonhos estão aprisionados “numa teia de passividade e despersonalização”. Um exemplo emblemático disso é o registro de um sonho ocorrido aos 21 de setembro de 1880:



Sonhei  
com um crioulo que se photographa-  
va e na photographia depois de im-  
pressa a photographia conservava a  
faculdade de rir. E no riso se parecia  
com o Timóteo ou com algum desses  
quem eu conheci.

“[s]onhei com um crioulo que se fotografava e na fotografia, depois de impressa, conservava a faculdade de rir. E no riso se parecia com o Timóteo, ou com algum desses que eu conheci” (1998, p. 111)

O simbolismo presente na imagem de um crioulo que continua rindo num momento em que deveria estar “congelado” pela fotografia serve bem (o uso metafórico aqui é meu e não de Couto de Magalhães) para indicar o próprio movimento dos sonhos, incapazes de aprisionar os personagens numa “teia de passividade”. A própria Maria Helena P. T. Machado, referindo-se a este sonho em artigo posterior à publicação do *Diário íntimo*, observou que os personagens dos sonhos do general, “... caboclos, índios e negros, a raça americana imaginada por Couto de Magalhães, também trafega por este espaço onírico, porém revoltando-se contra a sua apropriação” (Machado, 2000/1).

No sonho de quatorze para quinze de fevereiro de 1881, com dois mestiços, outra situação nos ajuda a refletir sobre esta questão:

(Depois de dormir de novo)  
Depo<sup>s</sup>. um crioulo meo em comp<sup>h</sup> de um mul-  
tatinho em mangas de camisa e simplório e am-  
bos de 15 a<sup>o</sup> de idade, ~~em~~ em m<sup>a</sup> comp<sup>h</sup> passa-  
mos um bar com compoteiras com açúcar,  
e saímos em um lago mui grande  
coberto de muito lodo verde, e nos banha-  
mos os tres nesse lago. Ixa oyuputar om.  
curiboca, tapayuna; anahen oiko tapayuna  
sak, opirari uana i pupé.

“... (Depois de dormir de novo)

Depois um crioulo meu em companhia de um mulatinho em mangas de camisa e simplório e ambos de quinze anos de idade, em minha companhia, passamos um bar com compoteiras com açúcar, e saímos em um lago mui grande coberto de muito lodo verde, e nos banhamos os três nesse lago. *Ixa oyuputar om. Curiboca, tapayuna; anahen oiko tapayuna sak. Opirari uana i pupé...*” (1998, pp. 199-200)

O trecho em nheengatu significa: “[e]u quero fazer sexo com um mestiço, com um preto; eu falo que o membro viril do preto foi tirado de dentro”. Aqui, a suposta “passividade” se inverte, posto que a hierarquia social é posta de cabeça para baixo, na medida em que Couto de Magalhães tem dentro de si o “membro viril do preto”, que inclusive pode ser seu escravo, já que ele se refere a “um crioulo meu”.

No registro do sonho com um certo Capitolino, de 18 para 19 de fevereiro de 1881, a condição de “passivo” ou “subordinado” do sonhador aparece de forma mais clara:

Capitolino. No sonho oiko \*\*\* pupé apohu sak. san. ipuxuna  
sakanga pupé apohu ramé sak. ihe  
ce rori catu. Aramé ihe onhahen ixe  
ixupe: chaput. chan. ndo x.pu - Ahe osuachara?:  
Icatú; antes porém vamos fumar.  
Procurando o fumo e o papel para os  
cigarros acordei. (Observação: O Cap-  
itolino eu o conheci em 1877, a última  
vez que o vi foi em 1877.)

Capitolino: No sonho oiko \*\*\* pupé apohu sak. san. ipuxuna sakanga pupé apohu ramé sak. ihe ce rori catu. Aramé ihe onhahen ixe ixupe: chaput. chan. ndo x.pu - Ahe osuachara?: Icatú; antes, porém, vamos fumar. Procurando o fumo e o papel para os cigarros acordei. (observação: O Capitolino, eu o conheci em 1877, a última vez que o vi foi em 1877.)” (Couto de Magalhães, 1998, pp. 203-204)

Trecho em nheengatú: “[...] ele pegava \*\*\* dentro o galho preto e endurecido enquanto eu também pegava seu galho dentro e estava muito alegre. Então falei para ele: Quero que amarres minha mão. – [Ao que] ele respondeu?: Está bem [...]” (1998, p. 204).

Ao contrário de Artemidoro, inverter a hierarquia social no sonho não é considerado mau augúrio. Ser “possuído” ou “possuidor” não altera a ordem dos prazeres e não altera o vocabulário erótico de Couto de Magalhães. O ato de penetração não aparece como qualificador dos atos sexuais. Observe-se ainda que o fato de os dois mestiços terem quinze anos de idade e pelo menos um ser escravo não é merecedor de nenhum tipo de reflexão moral por parte do autor. Em seu *A homossexualidade na Grécia Antiga*, Dover afirma que

“[t]odas as informações de que dispomos, no sentido de apoiar a hipótese de que os gregos consideravam o desejo homossexual masculino como natural, referem-se ao parceiro ativo, e precisamos levar em conta que, para eles, a diferenciação entre os papéis ativo e passivo, na homossexualidade, era de profunda importância”.<sup>257</sup>

<sup>257</sup> Cf. DOVER, Kenneth James. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994, p. 100.

Note-se que em Couto de Magalhães, a distinção entre a atividade corporal do sujeito “ativo” e a passividade corporal do “objeto” na relação com o mesmo sexo não tem maior importância. A necessidade de interpretar a assimetria, tão marcante na interpretação dos sonhos na Grécia antiga<sup>258</sup> desaparece na medida em que ambos os personagens do sonho seguram o “galho” um do outro e o sujeito sonhador-narrador, além de manifestar que “estava muito alegre”, não se mostra incomodado em reconhecer para si mesmo a atitude “passiva” de ter suas mãos amarradas por seu parceiro onírico. No registro dos sonhos do general, não há nada como a “resposta grega convencional” (Dover, 1994, p. 82) que identificava a experiência do prazer corporal apenas no sujeito tido como “ativo” na relação. Dessa forma, a resposta convencional presente nos registros oníricos do general está mais para o lugar do sexo subversivo, que “... ignora as classes e hierarquias, as artes e as ciências, o dia e a noite; dorme e só acorda para fornicar e voltar a dormir...”<sup>259</sup>

Segundo David Halperin, não caberia aplicar à época clássica a noção de homossexualidade, posto que

“ahí donde la simetria, la polaridad y la jerarquia se encuentran tan marcadas, no existe lugar para la noción de ‘homosexualidad’, y es que dicha noción define de la misma forma a los dos participantes de la relación sexual, si tomar en cuenta su rol en el acto sexual, su condición social o su estilo masculino o femenino”.<sup>260</sup>

Não à toa, o termo homossexualidade, em seu uso original, surgiu na segunda metade do século XIX, num contexto em que cada vez mais os amantes do mesmo sexo sentiam necessidade de se confrontar às noções de pederastia, sodomia e inversão, termos que se remetiam a apenas um dos participantes da relação, os “ativos”, e que os definiam como “anormais” ou “invertidos”. No romance *Bom crioulo*, por exemplo, as referências a pederastia ou ao uranismo são todas aplicadas ao negro Amaro, o “ativo” da relação, ao passo que Aleixo, muito embora se reconheça acostumado com “aquilo”, depois de romper com o

---

<sup>258</sup> Conforme Dover, “[é] importante lembrar que, sempre que se cede a tentação de fazer generalizações a respeito dos gregos, se está falando, nos períodos clássico e arcaico, de centenas de cidades-estado soberanas, espalhadas pela Grécia, pelo mar Egeu, e pelas costas (principalmente) da Turquia, constituindo um todo do ponto de vista linguístico e cultural, mas dando margem a diferenças marcantes na estrutura política e nos ideais sociais” (1994, p. 16).

<sup>259</sup> Cf. PAZ, Octavio. *A dupla chama: amor e erotismo*. São Paulo: Siciliano, 1994, p. 17.

<sup>260</sup> Cf. HALPERIN, David. “Homosexualidad, una categoría en crisis”. Disponível em: <http://www.modemmujer.org/docs/16.82.htm>. Data da captura: 27/02/2007. Em todo caso, é preciso lembrar que Dover esclarece que para o propósito de sua pesquisa, “... a homossexualidade foi definida como a disposição para buscar prazer sensorial através do contato corporal com pessoas do mesmo sexo, preferindo-o ao contato com o outro sexo. Certamente para outros propósitos esta definição poderá parecer inadequada e superficial...” (1994, p. 13). Conforme o autor, apesar dos gregos terem consciência de que os indivíduos diferem em suas preferências sexuais, não havia na língua grega substantivos correspondentes a “homossexual” ou “heterossexual”. Conferir ainda Foucault, 1984b, p. 167.

Bom crioulo passa a ter um caso amoroso com a portuguesa Carolina, sem que se questione sua sexualidade. Aleixo, o “efebo”, o “bonitinho” branco de olhos azuis, querido por todos, é apresentado como uma espécie de vítima do uranismo de Amaro, que Carolina chamava de “grandessíssimo pederasta!” (Caminha, s/d, p. 151). Tanto é que Aleixo, antes de consumir o “delito contra a natureza”, começa a sentir uma “vontade ingênita de ceder aos caprichos do negro... um prurido de passividade” (p. 58).

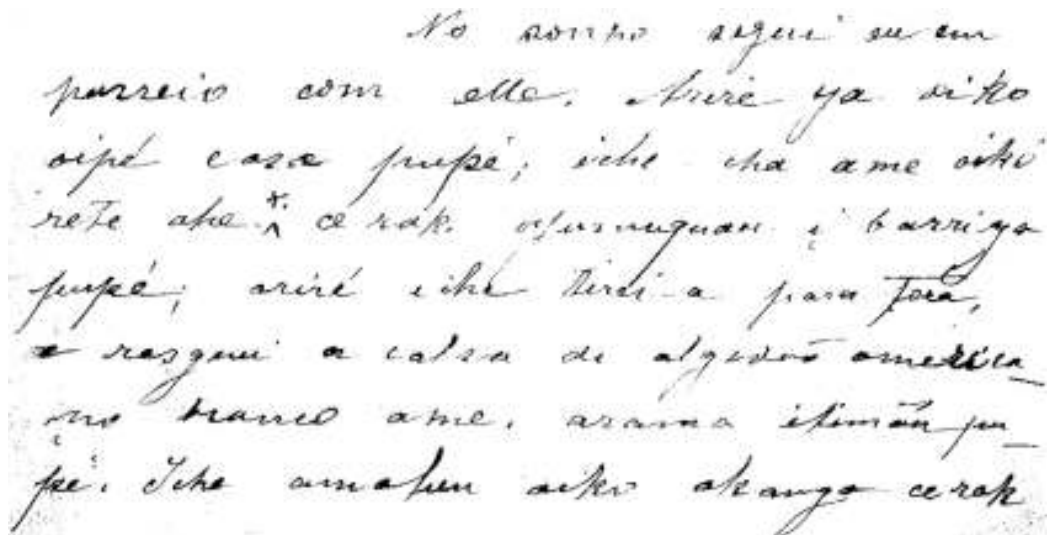
Por outro lado, Peter Fry destaca a maneira ambígua como Adolfo Caminha trata da homossexualidade, seja na condição de narrador, seja através dos seus personagens. Se num primeiro momento o Bom crioulo é identificado como um tipo “uranista”, “pederasta”, no restante do romance seu personagem é construído em cima dos tipos do “homem” e do “negro”. A ambiguidade de Caminha ao tratar da homossexualidade pode ser identificada também quando se percebe que, mesmo que ele se refira apenas a Bom crioulo como “uranista” ou “pederasta”, em nenhum momento ele classifica a relação homossexual entre os dois personagens como doença, conforme observou Fry (1982, p. 47). Dessa forma, tanto no romance de Caminha quanto nos registros dos sonhos de Couto de Magalhães, nota-se o mesmo caráter subversivo do sexo se opondo à ciência moralizante do século XIX:

“... enquanto os médicos trabalhavam no sentido de controlar a sexualidade e taxar todas as atividades sexuais fora da vida em família de degeneradas e imorais, outras vozes e outras falas corriam discordantes” (Fry, 1982, p. 51)

Conforme Halperin (2004) e também Dover (1994), na pederastia, a busca sexual de adolescentes se dava a partir do indivíduo de maior idade, que supostamente deveria ser sempre o sujeito da experiência erótica. No caso do romance *Bom crioulo*, Adolfo Caminha define Amaro como uranista, mas o perfil deste no romance está mais para um pederasta, no sentido de que sua relação amorosa com o grumete é extremamente assimétrica. Desde o início, Aleixo é o objeto de desejo de seu enamorado maior e não um sujeito erótico por vontade própria. Como afirma Halperin, a noção de sodomia ou pederastia pressupõe que “el compañero pasivo no siente um deseo comparable al de su amante y debe ser motivado com regalos, dinero, halagos o amenazas” (2004). Em *Bom crioulo*, antes de sucumbir aos desejos de Amaro, Aleixo “[v]iu passarem, como em sonho, as mil e uma promessas de Bom-Crioulo: o quartinho na Rua da Misericórdia no Rio de Janeiro, os teatros, os passeios...” (Caminha, s/d, p. 58). Só depois disso é que ele consentiu, murmurando apressadamente: “ande logo!”.

A originalidade do termo homossexual estaria no fato de se referir às duas pessoas, não importando se eram “ativas” ou “passivas” ou se eram consideradas “normais” ou “desviadas” em relação a seu gênero. O registro dos sonhos de Couto de Magalhães evidencia um momento em que as noções de simetria, polaridade e hierarquia não mais eram consideradas enquanto demarcadoras exclusivas da condição do sujeito no ato sexual. Mais uma vez, o general aponta para uma leitura bastante particular da pederastia no mundo clássico, o que nos faz pensá-lo como um homem de seu tempo, impulsionado ao passado em busca de esclarecer questões de seu presente.

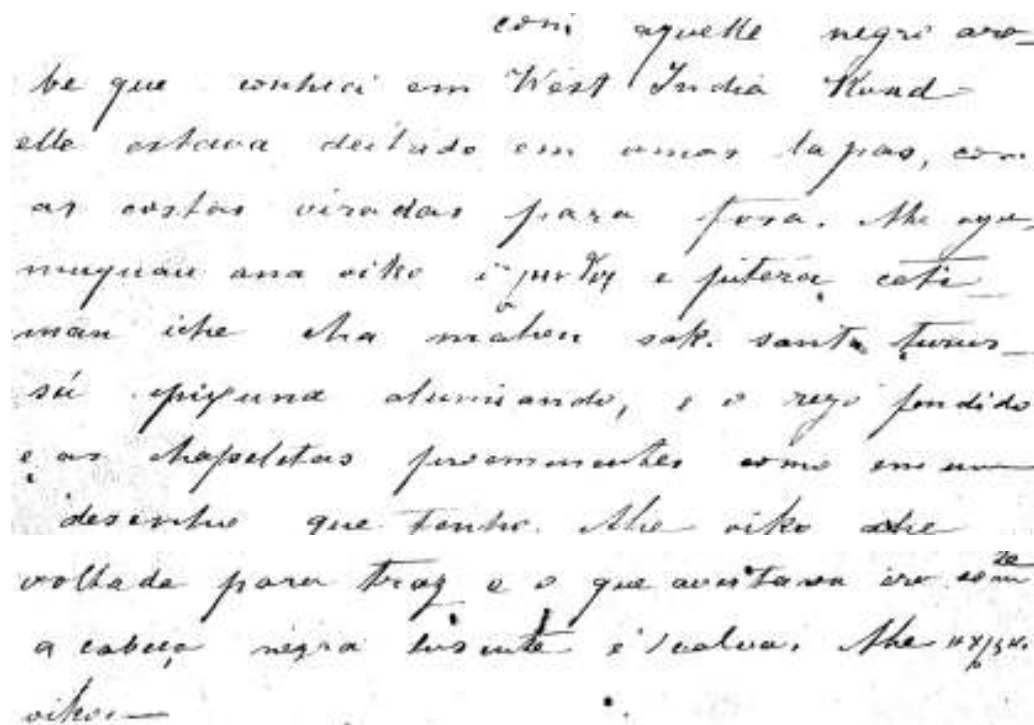
Em dois sonhos, o registro do erotismo oral, também sem julgamentos morais. O primeiro, com um certo Herman da Silva, que Couto de Magalhães diz ter conhecido em Londres:

A photograph of a handwritten page in Nheengatu script. The text is written in dark ink on a light-colored, slightly textured paper. The handwriting is cursive and somewhat slanted to the right. There are approximately 10 lines of text, with some words written in a larger, more prominent script than others. The overall appearance is that of a personal or field notebook entry.

“... no sonho segui eu em passeio com ele. *Ariré ya oiko oipé casa pupé; iche cha ame oiko rete ahe \*\*\* ce rak. oyumuquau i barriga pupé; ariré iche tirei-a para fora, e rasguei a calça de algodão americano branco ame. arama itimân pupé. Iche amahen oiko akanga ce rak opuxuna putera icatú, porém inti apauana*”. (1998, p. 204)

O trecho em nheengatu: “[d]epois estávamos numa casa; dava com meu galho\*\*\* em sua barriga; depois [...] para fazer sexo em sua perna. Dei a cabeça de meu galho preto, [ele] chupa bem [...] não acabei”.

No segundo,



comi aquelle negro arabe  
que conheci em West India Road  
elle estava deitado em umas lapas, com  
as costas viradas para fora. Ahe oyumuquau ana oiko i \*\*\* e pitera cati man iche  
cha mahen sak. sant. turussú opixuna alumando, e o rego fendido  
e as chapeletas proeminentes como em um  
desenho que tenho. Ahe oiko iche  
voltada para trás e o que avistava era  
a cabeça negra luzente e calva. Ahe \*\*\* oiko.

“... com aquele negro árabe que conheci em West Índia Road - ele estava deitado em umas lapas, com as costas viradas para fora. *Ahe oyumuquau ana oiko i \*\*\* e pitera cati man iche cha mahen sak. sant. turussú opixuna* alumando, e o rego fendido e as chapeletas proeminentes como em um desenho que tenho. *Ahe oiko iche* voltada para trás e o que [eu] avistava era somente a cabeça negra luzente e calva. *Ahe \*\*\* oiko*”. (Couto de Magalhães, 1998, p. 206)

Trecho em nheengatu: “... ele está na água enlouquecido \*\*\* e chupa bem, vê-me dar o galho duro, grande, preto [...] Ele está comigo [...] Ele \*\*\* está”.

Em se tratando da felação, tal prática era alvo de condenação moral mesmo no mundo clássico. Referindo-se ao mundo clássico romano, Paul Veyne sustenta que

“...existia realmente uma conduta sexual que era absolutamente vergonhosa, tanto que as pessoas passavam o dia se perguntando ‘quem era’; essa conduta,... era a felação... A felação era a injúria suprema e citavam-se casos de feladores envergonhados que tentavam, na opinião dos relatores, disfarçar sua infâmia sob a aparência de um vexame menor, fazendo-se passar por homófilos passivos!”<sup>261</sup>

<sup>261</sup> Cf. VEYNE, Paul. “A homossexualidade em Roma”. In: ARIÉS, Philippe & BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 44.

Neste caso, o general mostrava-se contrário tanto à moral convencional de sua época quanto à moral que informava grande parte de seu mundo intelectual. Em nenhum momento ele se confessa envergonhado ao registrar tal conduta em seus sonhos eróticos, se bem que em ambos os registros de felação em seus sonhos ele aparece na condição de quem recebe o sexo oral. Nesse sentido, Couto de Magalhães, ao afirmar o prazer como um único fim diante de qualquer outro valor, encaixava-se na definição de libertinagem tal qual indicada por Otavio Paz, prática que, enquanto “... expressão do desejo e da imaginação exasperada, é imemorial” (1994, p. 25).<sup>262</sup> Na figura do libertino, conforme reflexão de Paz, ocorre uma oposição entre religião e erotismo. O libertino

“... quase sempre se opõe com paixão aos valores e às crenças religiosas ou éticas que postulam a subordinação do corpo a um fim transcendente. A libertinagem faz fronteira, em um de seus extremos, com a crítica e transforma-se em uma filosofia; no outro extremo, com a blasfêmia, o sacrilégio e a profanação, formas contrárias à devoção religiosa”. (Paz, 1994, p. 24)

Em seu diário em forma e autobiografia em conteúdo, conforme vimos no primeiro capítulo, Gilberto Freyre registrou:

“... [d]izem-me que no Brasil a felação é prática repelida pelas próprias prostitutas brasileiras, quando jovens; e por elas deixada só às ‘francesas’ e às ‘polacas’ velhas e demasiadamente gastas pelo tempo e pelo uso e abuso dos homens”. (2006, p. 147)

Até o século XIX, práticas tais como o sexo oral, o coito anal, o “vício solitário” (masturbação) e o homossexualismo era combatidos por se acreditar que implicavam em desperdício do sêmen. Segundo Sérgio Carrara, a discussão em torno da masturbação passava pelos perigos da incontinência sexual para as faculdades mentais. Nesse aspecto, diz o autor, o pensamento médico do século XIX era herdeiro da antiga tradição legada pela medicina hipocrática e galênica, que considerava que o exercício sexual devia ser mantido sob um estrito regime de raridade (1996, p. 30). Conforme vimos mais acima, no romance *Bom crioulo*, o marinheiro Herculano foi castigado depois de ter sido flagrado sozinho “... a mexer com o braço numa posição torpe, cometendo, contra si próprio, o mais verdadeiro dos atentados” (Caminha, s/d, p. 17). O próprio “Bom crioulo” Amaro, surpreendido por uma poluição noturna,

“... verificou, cheio de indignação, cheio de tédio, com um gesto de náusea, a irreparável perda que sofrera inconscientemente durante o sono – um verdadeiro esgotamento de líquido

---

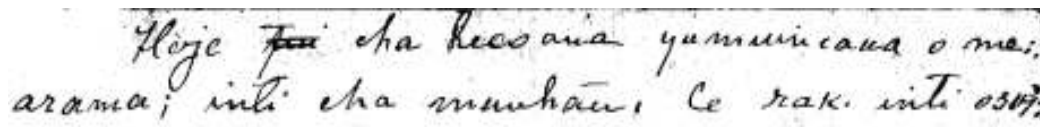
<sup>262</sup> Paz lembra que, em espanhol, “libertino significou em princípio ‘filho do liberto’ e só mais tarde designou uma pessoa dissoluta e de vida licenciosa”. Da mesma forma, em francês, “a palavra teve durante o século XVII um sentido parecido ao de liberal e liberalidade: generosidade, desprendimento” (1994, p. 25).

seminal, de forças procriadoras, de vida, enfim, que ‘aquilo’ era sangue transformado em matéria!” (Caminha, s/d, pp. 65-66).

O combate à libertinagem, por exemplo, era movido pela idéia de que ela enfraquecia as nações. Por isso o médico higienista Pires de Almeida escrevia, preocupado, que nosso país “não goza da mesma virilidade” por causa da perda da potência masculina. Dizia ele:

“... ninguém ignora a reação que exerce o aparelho genital no resto da economia... Quando os cidadãos não gozam, por assim dizer, de toda sua potência, os exércitos não gozam, por sua vez de toda sua bravura [...]” (Almeida *apud* Trevisan, 2002, p. 172).

É interessante o fato de que o general Couto de Magalhães tinha como uma de suas principais preocupações em suas obras publicadas a “virilidade” necessária à recém-formada nação brasileira e, nas páginas de seu diário, é recorrente o registro de suas ereções ou ausência delas, bem como o consumo de afrodisíacos ou estimulantes sexuais como a *nux vomica* (ver capítulo *Corpo, saúde e doença*), amplamente utilizada no século XIX. Mas o registro de suas ereções ou da prática do sexo oral não aparece no *Diário íntimo* associado a uma preocupação com o fortalecimento da nação. Aos 20 de agosto de 1880 ele registra em nheengatu:

A photograph of a handwritten note in Nheengatu script. The text is written on a piece of paper with a dark border. The script is cursive and somewhat difficult to read, but it appears to be a personal entry. The text is: "Hoje fui cha Recoana yumuncana o me: arama; inti cha menhan. Ce rak. inti osho?"

“... [h]oje *cha Recoana yumuncana o me: arama; inti cha menân. Ce rak. Inti\*\*\**” (Couto de Magalhães, 1998, p. 84).

Em português: “... deram-me um abraço; não fiz sexo. Meu galho nada”. Segundo Mary Del Priore, na Europa oitocentista desenvolveu-se uma verdadeira

“... aritmética do coito, os homens contando e anotando em seus diários o número de vezes em que faziam sexo com suas esposas. Essa contabilidade – que pode ter chegado aqui como mais uma moda emprestada – tinha por objetivo manter a mulher ocupada com gestações e sem interesse por outros possíveis parceiros. Também, em certo espírito burguês, tal contabilidade ajudava a não desperdiçar sêmen. Era importante controlar a gestão do esperma, da mesma forma como se controlava a gestão do dinheiro”.<sup>263</sup>

Esta euforia com as ereções bem sucedidas pode estar ligada ainda a um medo que, segundo Mary Del Priore, atormentava grande parte dos homens no século XIX: a temível “pica mole”. Como se vê, o sonho das ereções permanentes vem de longa data. Para tornar mais claro esse medo, Del Priore apresenta um poema do mineiro Bernardo Guimarães (1825-

<sup>263</sup> Cf. DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 178.

1884), nascido doze anos antes de Couto de Magalhães, em Ouro Preto, e que também estudou na Faculdade de Direito de São Paulo. O poema, intitulado *Elixir do Pajé*, foi publicado clandestinamente em 1875:

“Que tens, caralho, que pesar te oprime, que assim te vejo murcho e cabisbaixo  
sumido entre essa basta pentelheira, mole, caindo pela perna abaixo?  
Nessa postura merencória e triste para trás tanto vergas o focinho,  
que eu cuido vais beijar, lá no traseiro, teu sórdido vizinho!  
Que é feito desses tempos gloriosos em que erguias as guelras inflamadas,  
na barriga me dando de contínuo tremendas cabeçadas?

... Porém não é tempo ainda de esmorecer, pois que teu mal ainda pode alívio ter.  
... Eis um santo elixir miraculoso que vem de longes terras,  
transpondo montes, serras, e a mim chegou por modo misterioso.  
Um pajé sem tesão, um nigromante das matas de Goiás,  
sentindo-se incapaz de bem cumprir a lei do matrimônio,  
foi ter com o demônio, a lhe pedir conselho  
para dar-lhe vigor ao aparelho, que já de encarquilhado,  
de velho e de cansado, quase se lhe sumia entre o pentelho.  
À meia-noite, à luz da lua nova, co'os manitós falando em uma cova,  
compôs esta triaga de plantas cabalísticas colhidas,  
por suas próprias mãos às escondidas.

Esse velho pajé de pica mole, com uma gota desse feitiço,  
sentiu de novo renascer os brios de seu velho chouriço!  
E ao som das inúbias, ao som do boré, na taba ou na brenha, deitado ou de pé,  
no macho ou na fêmea de noite ou de dia, fodendo se via o velho pajé!

... Vassoura terrível dos cus indianos, por anos e anos, fodendo passou,  
levando de rojo donzelas e putas,  
no seio das grutas fodendo acabou!  
E com sua morte milhares de gretas fazendo punhetas saudosas deixou...  
... Sus, caralho! Este elixir ao combate hoje te chama  
e de novo ardor te inflama para as campanhas do amor!  
Não mais ficará à-toa, nesta indolência tamanha,  
criando teias de aranha, cobrindo-te de bolor...  
... Eu te adoro, água divina, santo elixir da tesão,  
eu te dou meu coração, eu te entrego a minha porra!  
Faze que ela, sempre tesa, e em tesão sempre crescendo,  
sem cessar viva fodendo, até que fodendo morra!

Sim, faze que este caralho, por tua santa influência,  
a todos vença em potência, e, com gloriosos abonos,  
seja logo proclamado, vencedor de cem mil conos...  
E seja em todas as rodas, d'hoje em diante respeitado  
como herói de cem mil fodas, por seus heróicos trabalhos,  
eleito rei dos caralhos!” (Guimarães *apud* Del Priore, 2005, pp.  
203-207)

Couto de Magalhães conhecia Bernardo Guimarães. Em seu *Viagem ao Araguaia*, o general afirma ter encontrado, em fins de 1862, o autor de *Elixir do pajé*, próximo ao rio

Paranaíba: “... no meio desse sertão inóspito me fui encontrar com o nosso poeta Bernardo Guimarães, que para aí fora, como juiz municipal do Catalão ...” (1974, p. 29). É provável que Guimarães tenha se inspirado em alguma história de pajé ouvida no município goiano de Catalão. Afinal, o pajé sem tesão de seu poema era “um nigromante das matas de Goiás”. Por outro lado, o tipo de erotismo expresso em *Elixir do pajé* também se mostra bastante dissonante com o modelo de família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, o que nos revela uma outra voz discordante do referido modelo. Uma breve leitura do poema nos mostra a maneira como Bernardo Guimarães dialogava ou se contrapunha à suposta rigidez da moral vitoriana.

Em primeiro lugar, um dos significados do termo “elixir” se refere a algo “que tem efeito mágico, milagroso”.<sup>264</sup> Na Idade Média, o termo estava associado à crença na substância procurada pelos alquimistas, que se acreditava ser capaz de transformar metais em ouro, além de curar, fortalecer ou rejuvenescer o corpo humano (Ferreira, 1975, p. 505). Metaforicamente, era este o objetivo do pajé: devolver o valor ao seu desvalorizado “aparelho”. Por outro lado, muito embora motivado pelo desejo de “bem cumprir a lei do matrimônio”, o sujeito da história é um pajé, personagem amplamente perseguido tanto pela Igreja quanto pelos médicos em fins do século XIX, que acusavam os pajés de demoníacos e charlatões (Beltrão, 2004). Paradoxalmente, o pajé do poema, ávido por garantir o cumprimento da obrigação matrimonial prescrita pela Igreja, recorre ao demônio, a quem pede conselho, recebendo então o elixir que, apesar de definido como “miraculoso”, foi feito a partir de “plantas cabalísticas”, às escondidas de Deus e de seus representantes na terra. Às escondidas também dos “homens de ciência”, que se auto-proclamavam únicos detentores do saber médico.

No mais, o uso que o narrador faz do elixir miraculoso constitui uma afronta à moral da época, o que faz do argumento de “bem cumprir a lei do matrimônio” uma profunda ironia. Se coube à esposa alguma parte na ressurreição dos “tempos gloriosos” do “aparelho” do marido, ela não foi a única a se beneficiar do “feitiço”. Afinal, “... no macho ou na fêmea de noite ou de dia, fodendo se via o velho pajé!”. Na referência ao sexo anal e/ou homossexual, evidencia-se o confronto com os preceitos da moral dominante que, preocupada em limitar o

---

<sup>264</sup> Cf. PINHEIRO, Gilfredo *et. al.* (ed.). *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 345, verbete elixir. Agradeço a Veruska Dias por me chamar atenção para este aspecto da noção de elixir.

sexo à procriação, preferencialmente sem prazer corporal, combatia o coito “contra a natureza”. O pajé rompia com todos esses limites, pois que com seu elixir acabou tornando-se “vassoura terrível dos cus indianos”, fossem eles de homens, donzelas ou putas. Ao referir a morte do pajé, morto de prazer, Bernardo Guimarães aponta para mais uma prática considerada aberração àquela época, conforme vimos mais acima no romance *Bom crioulo*. Afinal, “... com sua morte milhares de gretas fazendo punhetas saudosas deixou...”.<sup>265</sup> Por fim, o narrador eleva, de forma herética, o elixir à condição de “água divina”, de “santa influência”, objeto de sua adoração e de sua entrega, desejando viver tal qual o pajé, “até que fodendo morra!”.

Segundo o que se pode concluir da leitura que Décio Freitas fez das cartas pessoais do francês Jean-Jacques Berthier, aqueles que possuíam grande potência sexual tornavam-se famosos. Berthier foi deportado para Caiena, por ocasião da Revolução Francesa e de lá fugiu para Belém, participando da tomada da cidade pelos cabanos, em 1835. Segundo Décio Freitas, Berthier escreveu a seu irmão que em Caiena, “seu falo se tornou famoso”: “tanto que um grande general da Revolução um dia o procurou, em sua cabana, e pediu para que ele lhe mostrasse o falo”. Tal fama teria se estendido por Belém, onde, segundo Freitas, o francês “teve várias mulheres e viveu um período de orgias sexuais permanentes”.<sup>266</sup>

Certamente que a referida “aritmética do coito” ou, no caso de Couto de Magalhães, aritmética das ereções, também estava associada a uma experiência de construção de sua própria virilidade e a um indicativo de perfeita harmonia já que as diferentes partes do corpo estariam funcionando de maneira equilibrada. Se a expressão “meu galho nada” indica uma certa insatisfação, ele se mostra bastante eufórico quando se refere a sonhos (!?! ) em que seu “galho preto” aparecia “grande”, endurecido e “escondido” ou “enfurecido dentro” de alguém. No fim das contas, trata-se mesmo da construção de uma virilidade dissonante, o que torna seu registro íntimo ainda mais valioso.

Além de Bernardo Guimarães, o próprio Couto de Magalhães pode ser citado como exemplo de produtor de literatura erótica no século XIX, na medida em que ele registra em

---

<sup>265</sup> Segundo Aurélio Buarque de H. Ferreira, no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, um dos sentidos de “greta” é fenda, racha ou abertura. Conferir Ferreira, 1975, p. 701, verbete greta. Ainda hoje é comum ouvir-se referências ao órgão feminino como “racha”, no mesmo sentido utilizado por Bernardo Guimarães.

<sup>266</sup> Cf. FREITAS, Décio. “Entrevista: Décio Freitas”. In: *Os desafios da Amazônia em questão*. Belém: Editora Cabana, ano I, nº 10, junho de 2003, p. 8.

seu diário íntimo que estava escrevendo um “descabelado romance”. No primeiro registro, feito aos 25 de setembro de 1880, em Londres, ele diz:

“escrevi um capítulo do descabellado romance Calmirú” (Couto de Magalhães, 1998, p. 116)

Ao comentar este trecho do *Diário íntimo*, Maria Helena P. T. Machado afirma que

“... foi na era vitoriana, com sua excessiva preocupação com a moralidade sexual e em contraponto a ela, que a literatura pornográfica se tornou uma indústria, subterrânea, é verdade, mas extremamente lucrativa” (1998, pp. 116-117).

Curiosamente, ao mesmo tempo em que Couto de Magalhães escrevia seu “descabellado romance”, ele lia o não menos “descabelado” *Pantagruel*, de François Rabelais (c. 1494-1553). Pouco antes de registrar que escreveu um capítulo do romance *Calmirú*, o general escreveu:

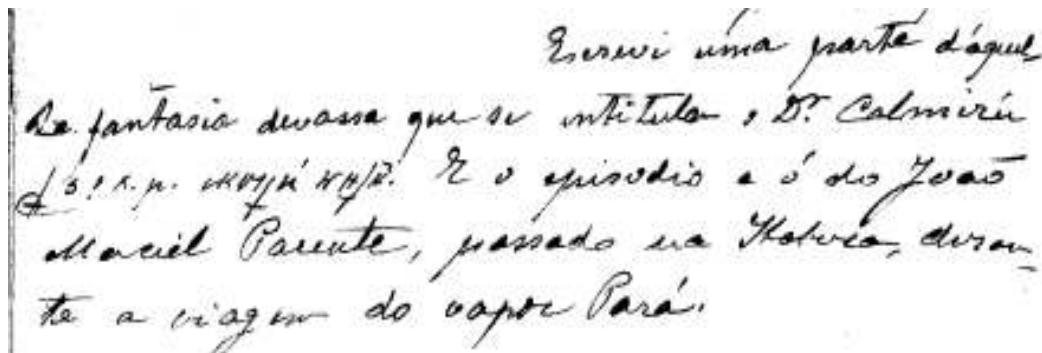
“[c]omo estivesse mui cansado, subi para meu quarto de dormir com o Rabelais, li um pouco e dormi cerca de uma hora” (Couto de Magalhães, 1998, p. 116)<sup>267</sup>

Como o romance *Calmirú* até hoje não foi encontrado, não é possível afirmar se havia sobre a escrita erótica de Couto de Magalhães algum tipo de influência da obra de Rabelais, tão marcada pelas múltiplas imagens do corpo, da bebida, da comida, da satisfação das necessidades naturais e da vida sexual. Em todo caso, sabe-se que as noções de “corpo” e “vida material” da época de Rabelais eram bastante diferentes das noções correntes à época de Couto de Magalhães. Se em Rabelais as imagens referentes ao princípio material e corporal são a herança de uma cultura cômica popular, que Bakhtin denominou “realismo grotesco”,

<sup>267</sup> Segundo Bakhtin, a obra de Rabelais ganhou maior visibilidade com o Romantismo no século XIX, a partir de um certo renascimento da “estética do grotesco”, na medida em que os românticos procuravam as raízes populares do grotesco. Em todo caso, o autor aponta uma diferença entre o grotesco romântico e o grotesco popular da Idade Média e do Renascimento: na Idade Média e no Renascimento, não havia a idéia do “caráter infinito interior”, posto que o descobrimento do indivíduo subjetivo, profundo, íntimo, seria característico do Romantismo. Conferir BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993, p. 38.

em Couto de Magalhães estas mesmas imagens estavam associadas aos ideais da higiene e da medicina.

Machado sugere a possibilidade de o general estar escrevendo este “romance picante” com base em episódios reais ocorridos em suas viagens pelo interior do Brasil. Esta sugestão se dá em função da segunda referência que o general faz a seu “descabelado romance”, aos 13 de outubro de 1880:



Escrevi uma parte d'aquela  
fantasia devassa que se intitula: Dr. Calmiru  
E o episódio é o do João  
Maciel Parente, passado na Itaboca, duran-  
te a viagem do vapor Pará.

“[e]screvi uma parte daquela fantasia devassa que se intitula *O dr. Calmiru*\*\*\*. E o episódio é o do João Maciel Parente, passado na Itaboca, durante a viagem do vapor *Pará*.” (Couto de Magalhães, 1998, p. 140)

Note-se que no processo de edição do *Diário íntimo* para publicação, omitiu-se os códigos pessoais aos quais o autor recorreu para registrar, possivelmente, alguma das cenas picantes do romance. A referência ao nome de João Maciel Parente e ao lugar em que o episódio ocorreu sustentam a sugestão de Machado vista acima quanto a inspiração para o conteúdo do romance. Não sabemos se o general publicaria seu “descabelado romance” assinando seu próprio nome ou se recorreria a um pseudônimo, como muitos literatos que produziam literatura erótica em sua época. O que cabe aqui é sinalizar a sintonia de Couto de Magalhães com as questões de seu tempo e o quanto seu diário íntimo pode nos mostrar a esse respeito.

O francês Amiel, registrando em seu diário aos 25 de fevereiro de 1861, afirma que

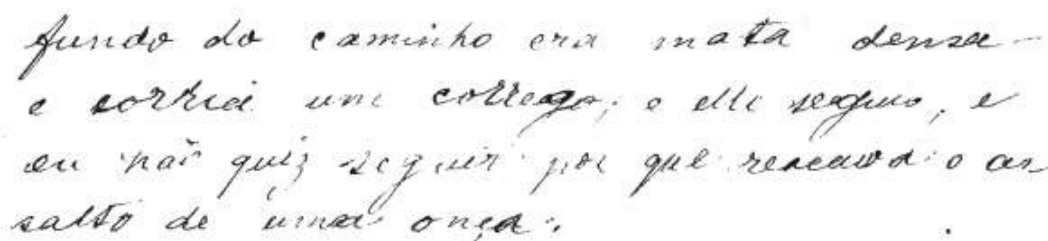
“[a] sexualidade terá sido a minha Nêmesis, o meu sacrifício desde a infância. A minha extraordinária timidez, o meu constrangimento com as mulheres, os meus violentos desejos, os ardores da imaginação, as más leituras na primeira adolescência, depois a eterna desproporção entre a vida sonhada e a vida real ...”. (1947, p. 125)

Assim, a alternativa para muitos adolescentes em crise com os “ardores da imaginação”, com “violentos desejos”, era recorrer às “más leituras” que cada vez mais alimentavam o erotismo. Trata-se, portanto, de um tipo de literatura bastante comum à época. Assim, tanto os diários íntimos quanto as obras literárias clandestinas evidenciam o quanto o século XIX, no que diz respeito às técnicas de colocação do sexo em discurso, foi marcado por uma “inventividade perpétua” (Foucault, 1984a, p. 113).

## A cenografia social dos sonhos

De um modo geral, os registros do *Diário íntimo* indicam uma coerência entre os cenários e os personagens que aparecem nos sonhos e as situações reais ou cotidianas em que eles conviviam com Couto de Magalhães. Assim, por exemplo, o coronel Benedito Marcondes Homem de Melo e seu irmão, o barão Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo aparecem em um sonho dando almoço para o general, situação possível de ter acontecido por diversas vezes, já que os três eram amigos (1998, p. 190). Em outro sonho, o barão Homem de Melo conversa com Couto de Magalhães a respeito de uma conferência que o general tinha que dar, em presença do imperador (1998, p. 192). Da mesma forma, a sensação reproduzida no sonho pode encontrar correspondente no cotidiano posto que tanto Couto de Magalhães quanto o barão Homem de Mello, que foi presidente de diversas províncias no país ao longo da segunda metade do século XIX eram letrados e pertenciam ao círculo de aliados políticos do imperador D. Pedro II.

Em outro registro, um certo Maneco do Araguaia aparece ao anoitecer num caminho em morro de terra vermelha, e no



“... fundo do caminho era mata densa e corria um córrego; e ele seguiu, e eu não quis seguir porque receava o assalto de uma onça” (1998, p. 193).

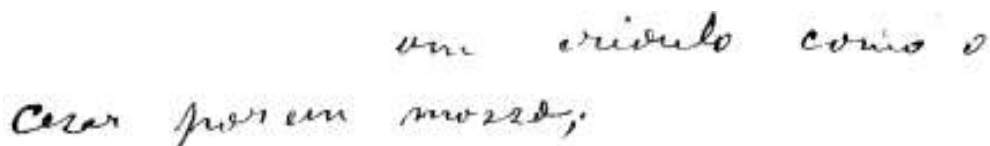
Dessa vez, o personagem surge associado à memória dos muitos perigos vividos pelo general em suas viagens pelo interior da Brasil, conforme ele mesmo relatou em *Viagem ao*

*Araguaia*. Tais sonhos estavam, portanto, relacionados com a vida e os problemas privados de Couto de Magalhães, o que nos ajuda a observar que os sonhos nos dizem muito sobre o sonhador individual e sua cultura, fornecendo dados para análise dificilmente encontrados em outro tipo de fontes.

Os personagens que aparecem nos sonhos do general são tão variados quanto os diversos locais por onde ele andou. Há figuras proeminentes da política nacional como o imperador D. Pedro II, Joaquim Nabuco e o barão Homem de Mello, militares como o alferes Espírito Santo de Goiás, o cabo Dionísio ou simplesmente “uma porção de soldados”. Aparecem ainda religiosos como padre Siqueira Mendes<sup>268</sup> ou o bispo do Pará<sup>269</sup>. Índios como o Chiquinho Caiapó do Araguaia ou, mais vagamente, “um bando de índios”. São muitas as referências a negros, tais como a “preta Joana lá de casa”, “aquele negro árabe”, “uma porção de crioulos”, “um tapuio”. Geralmente os personagens aparecem identificados pelo nome, mas quando não é possível o general procura associá-los com pessoas conhecidas. Disso decorrem registros como o de



“um crioulo quase como o Brás, mas que não era o Brás” (p. 190)



“... um crioulo como o César porém moço ...” (p. 191).

Alguns membros de sua família também aparecem em seus sonhos, tais como seus dois irmãos Antônio e Antonino ou sua mãe (Teresa Antônia do Prado Vieira Couto). Trata-se, portanto, de um universo onírico bastante polissêmico e que, ao mesmo tempo, serve de

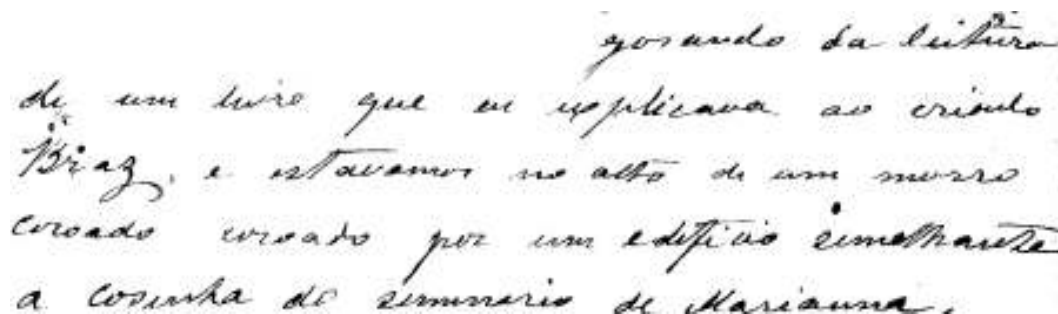
---

<sup>268</sup> Manoel José de Siqueira Mendes nasceu em 1825, em Cametá, Pará. Ordenado padre à época em que Dom José Afonso de Moraes Torres era bispo do Pará, ocupou o cargo de Secretário do Bispado. Ingressando na política, foi deputado, senador e vice-presidente da província do Pará. Faleceu em Fortaleza, em 1892.

<sup>269</sup> Trata-se de Dom Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará entre 1861-1890. Foi um dos mais destacados defensores da chamada Romanização no Brasil, envolvendo-se em inúmeros conflitos com autoridades políticas, religiosas e leigos. Chegou a ser preso, junto com D. Vital, de Recife, ao tentar colocar em prática uma determinação papal que proibia o ingresso de maçons nas irmandades religiosas, estopim da chamada Questão Religiosa, apontada por muitos como uma das causas que contribuiu para a decadência do império brasileiro.

indicativo do capital social de Couto de Magalhães. Mesmo que sua identidade não fosse revelada no diário íntimo, seria possível obter informações importantes sobre a trajetória de um brasileiro da segunda metade do século XIX, bem como do mundo em que ele circulava.

Quanto aos cenários em que os sonhos ocorrem, também há uma grande diversidade, reunindo lugares do Brasil e do exterior. O general insere os fatos ocorridos em seu universo onírico numa cenografia social que lhe é peculiar. Há sempre um esforço no sentido de trazer as paisagens, lugares e pessoas para o mundo que é lhe familiar. Assim, em certo sonho ele estava



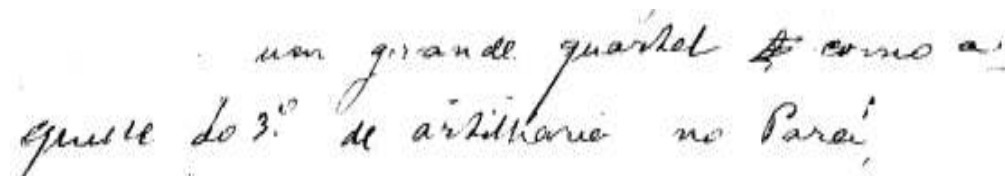
“... gozando da leitura de um livro que eu explicava ao crioulo Brás, e estávamos no alto de um morro coroado por um edifício semelhante à cozinha do seminário de Mariana”. (p. 193).

Sonhando com uma porção de “rapazes caboclos” o



“... lugar dessa cena parece que era no alto do Bacalhau em Goiás” (p. 194).

Em outro sonho, ele vê



“... um grande quartel como aquele do terceiro de artilharia do Pará ...” (p. 190).

Este cenário militarizado, comum ao cotidiano de um general que participou da Guerra do Paraguai, poderia ainda evocar uma capoeira velha ou um cerrado denso. Em outros, o cenário remete a experiências vividas no “sertão”, em que ele se vê pendurado no galho de uma árvore, ameaçado de quebrar, ou está a cavalo seguindo para uma caçada de perdiz ou

numa pescaria de rede em um rio. Há ainda cenários que remetem a sociabilidade do homem de negócios, num salão iluminado, um castelo rústico em França ou em

“... uma passagem por baixo de um arco *como em Londres* ...” (p. 199)

Por vezes, tempos e lugares são embaralhados, como é comum em sonhos, e o general se vê em Londres,

“caindo de uma canoa que estava em cima de um viaduto” (p. 192).

Todos estes cenários remetem a locais por onde o general passou, na condição de viajante, de político, de folclorista ou de empresário. A propósito, Alain Corbin observa com relação ao século XIX que

“[v]ale registrar ainda a frequência do tema onírico da viagem, da diligência, do trem e da evocação de uma paisagem; elemento tendente a confirmar que está em gestação uma nova experiência de espaço” (1991, pp. 473-474)

Nos sonhos do general, são muitas as referências a situações que se remetem a deslocamentos nos espaço, seja em trens, canoas, mulas, velocípede de madeira, viadutos ou estradas. As situações vividas ou observadas oniricamente nestes cenários também são todas integradas ao dia-a-dia do general: um almoço de galinha ou de couves e bacalhau; um jantar de peru; pardais mudando de ninhos; um grande salão onde estavam diversos colegas de Academia de Direito; “eu montado na minha mula, a Águia” (1998, p. 201); um conflito com o arrieiro<sup>270</sup> que ameaçou lhe dar um tiro; a eleição para Senador. Conhecido por sua defesa dos costumes nacionais, em vista da constituição de uma identidade para o país, Couto de Magalhães também se debate com estas questões em sonhos: estando num salão iluminado com diversos soldados e tapuios, ele observa que se dançava o cururu, dança indígena em que se imitava saltos de sapos, mas se vê

---

<sup>270</sup> O arrieiro é a pessoa “que guia bestas de carga”. Conferir Ferreira, 1975, p. 139, verbete arrieiro.

admirando que havendo paulistas na dança não cantassem canções de S. Paulo.

“... admirando que havendo paulistas na dança não cantassem canções de S. Paulo” (1998, p. 198).

Um registro específico nos ajuda a refletir sobre a relação entre o sonho sonhado e o sonho narrado. Ao registrar o sonho que teve de 15 para 16 de fevereiro de 1881, o general relata que

O presidente do Mato Grosso subindo uma ladeira por orgulho me não quis cumprimentar primeiro e como eu também o não cumprimentei a ele depois me cumprimentou, e parecia o Bandeira de Mello-gordo.

“O presidente do Mato Grosso subindo uma ladeira por orgulho me não quis cumprimentar primeiro, e como eu também o não cumprimentasse, ele depois me cumprimentou, e parecia o Bandeira de Mello gordo”. (1998, p. 201)

Algumas linhas depois, Couto de Magalhães faz o seguinte comentário sobre este sonho:

Observação neste sonho não houve sensação de prazer nem de amor por um novo sentimento de orgulho ofendido, quando o Bandeira me não cumprimentou.

“Observação: Neste sonho não havia sensação de prazer nem de amor, porém houve o sentimento de orgulho ofendido quando o Bandeira me não cumprimentou”. (1998, p. 201)

Note-se que na “elaboração secundária” (Burke, 2000, p. 47) que o general fez de seu sonho, num primeiro momento o personagem que não quis cumprimentá-lo era certamente o presidente da província de Mato Grosso, que apenas “parecia o bandeira de Mello gordo” mas, em seguida, a dúvida desaparece e o personagem “é” o Bandeira de Mello. O registro

dos sonhos é feito no sentido de enquadrar as sensações oníricas em experiências possíveis ou compreensíveis para o autor.

Assim, a “alma” sonhadora e secularizada de Couto de Magalhães, livremente misturando os diferentes lugares por onde ele passou, vai se deslocando por diferentes paisagens e fantasias, que o autor procura inserir, quando acordado, em algum lugar de seu mundo conhecido ou de suas experiências históricas, como que a conferir aos sonhos maior significação. Dessa forma, tal como em Artemidoro, a análise de Couto de Magalhães é saturada de “elementos socialmente marcados”, o que

“... faz aparecer personagens retirados de um cenário social do qual eles ainda possuem todas as características; e ela os distribui em torno de um ato essencial que se situa ao mesmo tempo no plano das conjunções físicas, no plano das relações sociais de superioridade e de inferioridade e no das atividades econômicas de despesa e de lucro”. (Foucault, 1985, p. 36-37)

Os personagens de seus sonhos são, além dele próprio, outros homens e mulheres, brancos, índios, negros e tapuios que contracenam com ele em suas fantasias eróticas (“plano das conjunções físicas”), “caboclos” sem nome e sem rosto oferecendo-se para assentar em sua guarnição ou a preta Joana que “eu a repreendi pela estupidez de nos haver levado até o quarto de minha mãe sem nos prevenir que ela, minha mãe, lá se achava” (“plano das relações sociais de superioridade e de inferioridade”) ou pessoas ligadas às suas relações empresariais, seja no Brasil, seja em Londres (plano das “atividades econômicas de despesa e de lucro”). Conforme afirmou Brillat Savarin, o que confere estranheza aos sonhos é o fato de que neles, a associação de idéias é “... insólita, porque desligada das leis da cronologia, das conveniências e do tempo; de modo que, *em última análise, ninguém jamais sonhou com aquilo que lhe era antes inteiramente desconhecido*” (1995, p. 203, grifos meus).

A paisagem social evocada nos sonhos de Couto de Magalhães nos remete a experiências comuns à época em que ele viveu, sendo umas definidas como pertencendo ao campo do que era considerado normal e esperado dos sujeitos, enquanto que outras, muito embora ocorressem numa proporção bem maior do que a moral da época permitia admitir, justamente por isso são codificadas ou registradas em outra língua. Em todo caso, sua interpretação passa longe de qualquer tipo de associação à problemática da sexualidade, tal como definida pela medicina social do século XIX, preocupada com os “desvios” de conduta dos sujeitos ou mesmo à experiência da carne do ponto de vista religioso, preocupado com a identificação e extirpação dos usos pecaminosos do corpo e da mente. Em Couto de

Magalhães, o movimento do registro e da interpretação dos sonhos se inicia e se conclui no próprio sujeito que sonha, percorrendo os diversos campos de sua atividade cotidiana.

Pode-se pensar que essa postura diferenciada de Couto de Magalhães diante dos valores morais de sua época, presente, por exemplo, na ausência de julgamento moral na interpretação de seus próprios sonhos, tem relação com a familiaridade que ele possuía com a literatura do mundo clássico. Nesse sentido, a interpretação pessoal de seus próprios sonhos e/ou experiências com outros homens pode estar muito mais informada pela experiência da pederastia entre os gregos do que pela perspectiva médico-higiênica que circunscrevia tais práticas ao campo do “homossexualismo”, com toda a carga preconceituosa que este termo carregava em fins do século XIX. Conforme Royston Lambert

“[p]ode, em rigor, afirmar-se que não existe homossexualidade nas culturas greco-romanas, já que nem as práticas sexuais nem as relações entre varões desfrutavam de lugar autónomo no seio do discurso geral sobre o corpo, que não exclui actos, mas define o lugar que cada um deles deve ocupar numa sábia hierarquia, cujo resultado final deverá assegurar a harmonia do ser”. (1990, p. 12)

Nesse sentido, as considerações morais da época em que viveu Couto de Magalhães (ou de qualquer outra), não lançam luz sobre o amor Clássico. A moral e os costumes socialmente aceitos no século XIX, marcadamente influenciados pela ética cristã, mais confundem do que ajudam a compreender a atitude do chamado mundo antigo diante de questões como o sexo, por exemplo. Dessa forma, a leitura de um tempo e lugar em que o amor pelo mesmo sexo estava sujeito a outras regras, poderia constituir para os vitorianos uma alternativa, se não de confronto com o mundo externo, pelo menos de possibilidade de lidar interiormente com “... as incertezas vagas e brandas dum *Eu* perdido do seu porto interior” (Lambert, 1990, p. 16). Por sinal, as noções de indivíduo e privacidade, tais quais desenvolvidas a partir da modernidade, inexistiam no mundo clássico.

Vários autores do mundo clássico latino citados por Couto de Magalhães em seu *Diário íntimo* fizeram referências de alguma forma à pederastia, seja enquanto inspiração poética, seja enquanto prática a qual se associava uma nobreza intelectual e moral ou mesmo como fonte de depravação sexual de romanos considerados degenerados. Assim, de acordo com Lambert (1990), os *Epigramas* de Marcial estariam “perpassados de amores e ciúmes homossexuais, ocupando-se, com alguma obscenidade, de práticas como a felação e a sodomia” (1990, p.33). Da mesma forma, Virgílio e Horácio “exercitaram a pena compondo versos de celebração do amor pederástico” (1990, p. 35). Segundo Lambert

“talvez os dois mais profundamente pederásticos sejam Marcial (cujos epigramas, fortes ou delicados, sensuais ou etéreos, parecem revelar um sentimento mais autêntico quando tratam de rapazes) e Juvenal – cujas afeições reprimidas assomam breve e timidamente por detrás dos seus ódios violentos e obsessivos” (1990, p. 36).

Alexandrian define Juvenal e Marcial como

“... dois grandes moralistas da imoralidade... Descreveram com exatidão as depravações sexuais dos romanos degenerados, mas de maneira corrosiva que não dá ao leitor nenhuma vontade de imitar tais costumes” (1993, p. 28).

Segundo Alexandrian, para Marcial, que ridicularizava o pederasta “que não pode se sentar porque o traseiro está machucado”, bastava

“... um dístico para marcar com ferro em brasa suas vítimas.

*Mentula cum doleat puero, tibi, Naevole, culus,*

*Non sum divinus, sed scio quid facias.*

(‘Quando esse rapaz se queixa de dor no cacete, e tu no cu, Névolo, não sou adivinho mas sei o que fizeste.’). (Alexandrian, 1983, p. 29)

Longe de se apresentar como modelo de virtude, Marcial

“... fala livremente de seus amores, recrimina sua mulher por não ser bastante libidinosa na cama, confessa suas aventuras com garotas e até mesmo com garotos. Sua moral não é muito exigente e se limita a recusar o que é ignóbil, a observar uma justa medida na satisfação de seus apetites” (Alexandrian, 1983, pp. 29-30)

Como se evidencia em vários momentos do *Diário íntimo*, o general Couto de Magalhães dedicava-se a encontrar exatamente “a justa medida na satisfação de seus apetites” e nos demais aspectos de sua vida íntima.

Muito embora não cite no diário aqui analisado autores como Plutarco, Sócrates ou Platão, geralmente citados pela referência à pederastia em suas obras, certamente que Couto de Magalhães era conhecedor da discussão deste tema entre os gregos. Conforme Peter Gay, uma forma de introduzir o tema do homossexualismo entre os leitores cultos vitorianos era

“... recorrer aos gregos antigos. Todo estudante com uma educação clássica (Winckelmann chamava Platão de ‘velho amigo’) sabia que houve uma época, e uma civilização esplendida, em que certas formas bem definidas de relacionamento homossexual eram sancionadas, e até mesmo codificadas” (1999, p. 196).

Lembre-se que Couto de Magalhães bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo, onde manteve contato com a formação clássica típica de toda a elite de sua época. Em todo caso, conforme Paul Veyne, “[n]ão há o

que distinguir entre autores gregos e autores latinos, e o chamado amor grego poderia ser chamado amor romano com igual legitimidade” (1987, p. 42).

Em seu *Attentados ao pudor*, Viveiros de Castro afirmava, referindo-se a Grécia, que “... as escolas dos philosophos convertiam-se em casa de deboche. Sócrates amou Alcibiádes. Epaminondas amou quasi todo o sagrado batalhão de Thebas...” (1932, p. 212). Também em Roma, segundo o autor, “... nos últimos tempos da Republica e no Imperio, a pederastia tornou-se um costume publico” (1932, p. 213). Era comum referir-se a certos autores como “gregos” ou adeptos do “amor socrático”. No romance *Bom crioulo*, Adolfo Caminha descreve como Amaro, num dia de folga,

“... não sossegara toda a tarde, ruminando estratagemas com que desse batalha definitiva ao grumete, realizando, por fim, o seu forte desejo de macho torturado pela *carnalidade grega*” (s/d, p. 56, grifos meus).

Segundo Alexandrian, por volta de 1889 Oscar Wilde freqüentava a Livraria Parisiense, em Londres, onde procurava “... se abastecer de livros que ele qualificava de ‘socráticos’” (1993, p. 362).

Na primeira metade do século XX, registrando uma conversa que teve com dois rapazes da Universidade de Oxford, Gilberto Freyre observa em seu diário que

“... os pudores da Rainha Vitória ainda impedem os rapazes, mesmo quando sós, de resvalarem em linguagem puramente canalha, como seria o caso na França ou no Brasil” (2006, p. 157).

Curioso, Freyre observa que não havia

“... [n]enhum entusiasta de Wilde no grupo. Um deles porém me diz que há em Oxford quem pratique o amor socrático. Não é de todo desprimoroso entre aristocratas, embora o seja nas classes média e proletária” (2006, p. 158).

Apesar de indicar um momento posterior ao que analiso neste trabalho, a observação de Freyre é relevante na medida em que evidencia o quanto a atitude de Couto de Magalhães confrontava os supostos “pudores da Rainha Vitória”.

Por um lado, a leitura dos prazeres no mundo clássico servia como alternativa para muitos homens e mulheres do século XIX insatisfeitos com as condenações cristãs aos prazeres da carne, definida enquanto lugar da impiedade. Aos 25 anos, por exemplo, o francês Sully Prudhomme lamentava-se em seu diário, aos cinco de fevereiro de 1864, por sua

incapacidade de “dominar-se, possuir-se, dispor livremente de seus instintos e de suas faculdades”. Angustiado, confessa a si mesmo: “[e]stou prejudicado pelo catolicismo”. Atraído pelo “esforço generoso dos estóicos”, Prudhomme afirmava:

“[s]e eu tivesse nascido no tempo de Zenão, talvez houvesse sido melhor. Preferiria a noite profunda da Antiguidade, em que cada um deveria tatear seu caminho e arriscar-se corajosamente, a esta meia-luz incerta, em que flutua a consciência, ainda a arrastar as fraldas de sua primeira educação católica”. (1962, p. 106)

Assim, Couto de Magalhães e Sully Prudhomme tinham em comum, além do fato de escrever um diário íntimo, essa necessidade de tatear seu próprio caminho, correndo todos os riscos que esta atitude implica. Melhor seria caminhar sozinho numa “noite profunda”, do que seguir um caminho que não escolheu, guiado por “uma meia-luz incerta”. É interessante perceber a maneira como esses autores do século XIX dialogam com a leitura do mundo clássico, apropriando-se de maneira bastante peculiar daquilo que consideravam útil para “iluminar” seu próprio caminho. Por outro lado, é preciso considerar que, em cidades como Londres, ao longo do século XIX, surgiram verdadeiras comunidades de colecionadores de livros eróticos e estampas libertinas, contrariando a reputação de puritanismo rígido que por muito tempo se atribuiu ao reinado da rainha Vitória (Marcus, 1966). Conforme afirmou Alexandrian, “[a] rainha Vitória, que morreu em 1901, não desconfiava de que durante seu reinado os ingleses tinham se tornado, às escondidas, os primeiros pornógrafos do mundo” (1993, p. 262).

## **Um descuido de Deus?**

Depois de toda essa discussão do universo onírico de Couto de Magalhães, muitos podem concluir que a cautela na conclusão de Mott sobre a suposta homossexualidade do general teria sido bastante generosa. Ou seja, ao expressar tanta familiaridade e prazer no registro de seus sonhos homossexuais, torna-se difícil imaginar que o general não teria passado “... da intenção à ação homoerótica ...”. Aliando minha formação de historiador com a de antropólogo, “bisbilhoteiro profissional”, conforme vimos na definição de Roberto Cardoso de Oliveira no primeiro capítulo, e sendo o desembaraço na invasão da intimidade alheia condição mesma para o desenvolvimento de minha pesquisa, lanço mais alguns ingredientes nessa apimentada discussão.

Corria o ano de 1890. Na cidade do Rio de Janeiro, ainda atordoada pelas agitações republicanas que derrubaram o convalescente império brasileiro, o Dr. Márcio Nery, um conceituado professor da Academia de Medicina e médico do Asylo Nacional de Alienados, autoridade bem conhecida em assuntos de psiquiatria, foi “convidado para examinar um cavalheiro acommettido de alienação mental”. Segundo nos conta o próprio médico, tratava-se de um “indivíduo de grande illustração”, cujo delírio “versava sobre ideias eróticas e de grandeza” e que apresentava uma “notável perversão sexual sobre um terreno viciado pela herança nevropathica”. O ilustrado cavalheiro

“[e]ra um homem solteiro, de 54 annos de idade, tendo gasto o melhor de seu tempo em viagens pelo interior do nosso paiz, na política e na guerra do Paraguay, representando sempre um papel eminente. Sua grande fortuna lhe permittia uma vida cheia de commodidades; não obstante porem vivia mediocrementem em uma chácara, acompanhado de dois criados, com os quaes praticava actos de pederastia activa. No meio de seu delírio erótico fazia poesias ternas ás moças e muitas vezes cheias de sensualidade; mas para suas relações carnaes reclamava sempre um de seus empregados, embora auzente ou acercava-se de algum menino que descuidadamente se aventurasse para os lados onde elle se encontrava. Esta perversão sexual não era recente; datava de muitos annos, mas foi sempre praticada com recato de modo que poucas pessoas a conheciam. A desordem mental modificou-se favoravelmente, mas não sei o que veio a ser da perversão sexual, pois não acompanhei mais a evolução da moléstia deste enfermo.” (Nery *apud* Viveiros de Castro, 1932, p. 235-236)

Depois de ler o depoimento do Dr. Márcio Nery, inserido por Viveiros de Castro em seu livro *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instincto sexual*, publicado pela primeira vez em 1894, quatro anos antes da morte de Couto de Magalhães, não pude me conter em estabelecer relações entre os dados biográficos do ilustrado cavalheiro examinado pelo médico e nosso herói da Guerra do Paraguai...

Tendo nascido em novembro de 1837, Couto de Magalhães estava com 53 anos em 1890, data em que o Dr. Márcio Nery examinou o cavalheiro de 54 anos, acometido de “alienação mental”. À essa época Couto de Magalhães era um “homem solteiro” e, seja na condição política de presidente das províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo, “representando sempre um papel eminente” ou na de empresário do setor de navegação, grande parte do seu tempo havia sido gasto em viagens pelo interior do Brasil, conforme pode-se constatar em suas obras *Viagem ao Araguaia* e *O Selvagem*. Na presidência de Mato Grosso, como sabemos, alcançou o título de herói da Guerra do Paraguai. Também sabemos que muito jovem, conseguiu acumular uma significativa fortuna, “que lhe permitia uma vida cheia de comodidades”. Em São Paulo, era conhecida a chácara (Figura 24) onde o ex-presidente da província morava, origem remota do atual bairro do Itaim, na capital paulista (Lopes & Toledo, 1988).



(Figura 24)

Conforme Aureliano Leite,

“[n]os últimos tempos, habitava, ora uma casa da rua da Constituição, 8 ou 10, hoje Florêncio de Abreu; ora a sua famosa chácara da Ponte Grande, literalmente arborizada, à uma e outra margem do lendário Tietê, cujo terreno, ao depois, foi todo retalhado” (1932, p. 133)

É bem verdade que Viveiros de Castro se refere a “três casos notáveis de pederastia nesta cidade”, ou seja, no Rio de Janeiro e que Couto de Magalhães morava em São Paulo. Mas nada impede que ele, que fazia visitas freqüentes ao Rio, onde inclusive veio a falecer, em 1898, tivesse sido “acommettido de alienação mental” nesta cidade, sendo atendido pelo Dr. Márcio Nery e depois internado no Sanatório dos Ingleses, em São Paulo. Em seu diário correspondente aos anos de 1887 a 1890, ao refletir sobre que razões teria para passar o inverno de 1888 no Rio de Janeiro, o general aponta a possibilidade de ter “[s]aúde em clima mais quente, *algum divertimento aventureiro* e no mais o isolamento de outrora ...” (Couto de Magalhães, 1974, S/P, grifos meus).

Quem sabe esse “divertimento aventureiro” não ocorreria no Largo do Rocio, famoso por ser um “... lugar onde à noite reuniam-se os pederastas passivos à espera de quem os desejasse ...”, espaço frequentado por muitos “... frescos, como eram elles conhecidos na gyria popular ...” (Viveiros de Castro, 1932, p. 222). Outros pontos de encontro de amantes do mesmo sexo no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX eram o Largo do Paço e o

Campo de Santana (Trevisan, 2002, p. 175). Por outro lado, o Dr Márcio Nery diz apenas que em 1890 foi “convidado para examinar um cavalheiro acometido de alienação mental”, sem se referir ao local do ocorrido, além do que, por se tratar de um personagem muito conhecido e rico, nota-se uma visível preocupação de não revelar de quem se tratava.

Segundo informações repetidas por seus biógrafos, em 1890, Couto de Magalhães “[é] internado no Sanatório dos Ingleses, em São Paulo, aparentemente em decorrência de uma crise nervosa...” (Machado, 1998, p. 47). Menos seguro, Iannone afirma que “[p]arece que, no fim da vida, por duas vezes teve perturbações mentais...” (1974, p. 11). Segundo Figueiredo,

“[e]m consequência de graves achaques e desgostos, Couto de Magalhães, como Augusto Comte e Nietzsche, sofreu total eclipse das faculdades mentaes. Succedeu-lhe tal desgraça duas vezes. Da primeira foi julgado incuravel, nomeiaram-lhe curador, metteram-no numa casa de doidos, onde muito padeceu. Curou-se rapidamente de ambos os accessos mediante tratamento adequado na Europa” (1898, p. 518).

Assim como o Dr. Márcio Nery afirmou sobre o ilustrado cavalheiro, “a desordem mental modificou-se favoravelmente”. Segundo nos aponta Maria Helena P. T. Machado, o general, em 1891, “viaja à Europa para tratamento de saúde” (1998, p. 48). De fato, este “eclipse das faculdades mentaes” causou espanto aos amigos do general, como o barão Homem de Mello, que deixou registrada sua preocupação em duas cartas enviadas a seu irmão, Coronel Benedito Homem de Mello, existentes no acervo do Museu Paulista (MP):

“Rio, 12 de setembro 1890  
Meo Mano,  
Tenho estado muito afficto com a moléstia do Couto.  
Os jornaes hoje dizem, que elle não tem tido melhoras.  
E antes veio, que elle tem delirado.  
Escreva-me miudamente, dando-me conta exacta da moléstia d’elle. Com effeito, tem elle  
chegado a ter delírio? Qual é a molestia real, de que elle está soffrendo?  
Escreve-me longamente.  
Teo Mano e Amigo  
Homem de Mello”.<sup>271</sup>

Na segunda, diante da falta de resposta do irmão, Homem de Mello insiste:

“Conselho de Intendência Municipal do Districto Federal – Intendência da Justiça  
Rio, 17 de setembro de 1890  
Meo Mano,  
Estou afflictissimo com o estado de nosso Amigo Couto.  
Não me respondeste a minha carta, em que pedi noticia sobre elle.

---

<sup>271</sup> Museu Paulista, São Paulo. Coleção Francisco Ignácio Homem de Mello, arq. 11, doc. 498.

Escreve-me miudamente e manda-me contar tudo. Como se eu ahi estivesse.  
Teo Mano e Amigo  
Homem de Mello”.<sup>272</sup>

Segundo Aureliano Leite, um dos delírios de Couto de Magalhães teria sido presenciado pelo Dr. João Fleury que, ao visitá-lo, “[e]ncontra-o fardado, a farda pelo avesso, espada em punho, descalço, de polainas, satisfeito, à espera do imperador, *que aí vinha*” (1932, pp. 145-146). Esta situação vexatória em que nosso herói foi flagrado me fez lembrar do intrigante conto *O espelho*, em que Machado de Assis pôs na boca do personagem Jacobina uma interessante reflexão sobre a natureza da alma.<sup>273</sup> Em primeiro lugar, dizia Jacobina, não há uma só alma, há duas. Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro. Esta última é a que o personagem chama de nossa “alma exterior”. Há casos em que a alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, um livro, uma máquina, um par de botas. Tal como a primeira alma, o ofício dessa segunda é transmitir a vida. Estas duas almas completam o homem. Aquele que perde uma delas, perde metade da existência. Há mesmo casos em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. Em outras palavras, a perda da alma exterior, nesses casos, implica na morte do perdedor. No caso de Jacobina, sua alma exterior era o título de alferes da Guarda Nacional. No caso de Couto de Magalhães, tudo indica que sua alma exterior eram o título e a farda de general, conforme vimos no capítulo *As múltiplas faces de um herói nacional*. Daí porque mesmo delirante, é à imagem de militar, de guerreiro, que ele recorre, a fim de não perder metade de sua existência.

Dado o fato de o Dr. Márcio Nery não ter revelado a identidade do ilustrado cavalheiro, há de se respeitar o limite das fontes, assim como um antropólogo respeita o limite do não dito na fala de seu informante. Em todo caso, se a leitura que fiz não é estritamente verdadeira, nada impede de considerá-la uma leitura verossímil.<sup>274</sup> Se minha bisbilhotice não me engana, o solteirão Couto de Magalhães, que morava acompanhado de seus criados em sua chácara, que fazia poesias ternas às moças, como as que vimos na citação de Hurley, inspiradas pela mulher marajoara, e que guardava suas fantasias sexuais com muito recato nas páginas de seu diário íntimo, teria passado “... da intenção à ação homoerótica ...”, reclamando para suas relações carnavais seus empregados, muito provavelmente seus ex-

<sup>272</sup> Museu Paulista, São Paulo. Coleção Francisco Ignácio Homem de Mello, arq. 11, doc. 499.

<sup>273</sup> Cf. MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “O espelho”. In: *Contos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>274</sup> Raciocínio semelhante utilizou Peter Fry para analisar os romances *Bom Crioulo* e *O Cortiço*: “embora fictícias, as situações representadas nesses dois romances são verossímeis” (1982, p. 35).

escravos, ou algum “descuidado” menino, como os dois de quinze anos que apareceram em seus sonhos.

Cabe observar que a obra de Viveiros de Castro, que reproduziu o depoimento do Dr. Márcio Nery, apresenta o registro de dezoito “attentados ao pudor”.<sup>275</sup> Ao ser publicado pela primeira vez, em 1894, o livro causou grande escândalo, sendo acusado de pornográfico, obsceno, imoral, “... escripto para deleite dos devassos e excitação de velhos impotentes” (Viveiros de Castro, 1932, p. XI). Isto porque o autor desenvolveu suas idéias a partir da narrativa de diversos casos do que se considerava então atentados ao pudor. Curiosamente, o “attentado” em que o jurista mais se estende é exatamente a pederastia, merecedora de dezenove páginas em seu capítulo XVII. Refletindo sobre os dois “instinctos fundamentaes” do homem, o nutritivo e o sexual, “... o primeiro garante a conservação do individuo, o segundo assegura a reproducção da espécie ...”, demonstrados pelo “...eminente chefe da philosophia positiva, Augusto Comte”, Viveiros de Castro parte de uma citação latina que também aparece no *Diário íntimo*. Mas suas conclusões são bastante diferentes das do general:

“[o] homem e a humanidade seriam felizes, realisariam o ideal sonhado pelo medico grego – *mens sana in corpore sano* – si estes instinctos funcionassem sempre de um modo normal”. (1932, p. V)

Em Couto de Magalhães, ao fazer uma reflexão sobre a felicidade e o bom uso do tempo, a sátira de Juvenal é citada da seguinte forma:

---

<sup>275</sup> Os atentados são, na grafia original do texto: os exhibicionistas; os necrophilos; a lubricidade senil; os satyros; a nymphomania; os allucinados; o amor fetichista; o amor azoophilico; a erotomania; o sadismo; os suicidas; os ciumentos; os incestuosos; a bestialidade; os hermaphroditas; as tribades; os pederastas; os assassinos.

Para procedermos com método começemos por examinar quais são os elementos, os meios que se deve possuir para se ser feliz.

Os únicos elementos sobre os quais a humanidade está de acordo, se é que mesmo nisso está de acordo, é o mens sana in corpore sano, de Juvenal, isto é: um espírito são em um corpo são.

Excetuado isto a humanidade, esta esteve, e provavelmente estará sempre em divergência.

“[p]ara procedermos com método começemos por examinar quais são os elementos, os meios que se devem possuir para ser feliz.

O único elemento sobre o qual a humanidade está de acordo, se é que mesmo nisso está de acordo, é o *mens sana in corpore sano*, de Juvenal, isto é, UM ESPÍRITO SÃO EM UM CORPO SÃO.

Excetuado isso, a humanidade está, esteve e provavelmente estará sempre em divergência” (1998, p. 62)

De fato, nem todos estavam de acordo com a interpretação da sátira de Juvenal. Note-se que Viveiros de Castro associa sua interpretação da sátira do poeta satírico latino, que ele chama de “grego”, à condição de normalidade. Os instintos fundamentais do homem deveriam funcionar “sempre de um modo normal”, condição da felicidade humana. Como vimos mais acima, na interpretação que Couto de Magalhães faz de seus próprios sonhos eróticos, a sensação de prazer e grande alegria que ele expressa passa longe de estar condicionada ao que muitos médicos e juristas de sua época consideravam “normal”. Sabedor da amplitude das práticas sexuais em desacordo com o que ele considerava “normal”, Viveiros de Castro mostrava-se profundamente preocupado com “... aberrações as mais extravagantes, que affectam não somente a vida, a honra e a liberdade de suas infelizes victimas, como também compromettem a segurança social” (1932, p. V). Seu livro, portanto, era apresentado como sendo “... escripto em um fim humanitário e sob um critério rigorosamente scientifico ...” (1932, p. VIII).

É preciso lembrar que Viveiros de Castro expressa essas preocupações num momento em que havia uma ampla discussão em torno da identidade nacional brasileira, considerando-se então que o Brasil se constituía a partir da “fusão” de três “raças” diferentes. Por um lado, acreditava-se que o negro estava prestes a desaparecer, “absorvido” pela superioridade da “raça branca”. Por outro, havia um certo medo das conseqüências da miscigenação sobre o suposto “tipo genuinamente nacional”, o mulato, visto por muitos como mais propenso à criminalidade e à “corrupção dos costumes”. Se isto fosse verdade, o Brasil estaria fadado à degenerescência. Viveiros de Castro tenta chegar a uma resposta para essa questão por meio do estudo das aberrações do instinto sexual no país, mas como ele mesmo reconhece, “[n]ão pude resolver o problema” (1932, p. VIII).

A narrativa que o jurista faz do trabalho do médico é bastante significativa quanto ao papel que a medicina passou a ocupar no Brasil a partir da segunda metade do século XIX:

“[d]iante do corpo que se lhe estende nu, no mármore da mesa de operação, o medico não vai se deter na contemplação dos contornos e da pureza das linhas; abstraher completamente do sexo, vê apenas um *soffrimento* que implora o auxílio da sua arte. Para elle rasgaram-se todos os véos do pudor, porque *não é um homem que se inflamma e sim um sacerdote austero e frio*. Sua bocca é muda, seus olhos são cegos. *É do mesmo modo com a miséria moral*”. (1932, p. IX, grifos meus)

A prática da medicina é elevada à condição de um ritual sagrado, religiosamente executada pelo médico-sacerdote que, austero, não vê diante de si um homem ou uma mulher, mas “apenas um *soffrimento* que implora o auxílio da sua arte”. Referindo-se à redefinição da atuação médica no Brasil, a partir das últimas décadas do Império, Lilia Schwarcz afirma que “[e]ssa é a época do surgimento da figura do ‘médico missionário’, obstinado em sua intenção de cura e intervenção” (1993, p. 198). Imbuído de sua sapiência, acima do bem e do mal, “não é um homem que se inflamma e sim um sacerdote austero e frio”, cuja ausência de pudor lhe faz mudo e cego no exercício de seu sacerdócio. Isso explica, em parte, o tom supostamente distante e neutro que o Dr. Márcio Nery utiliza na descrição do ilustrado cavalheiro. Para que sua descrição supostamente exata e rigorosa não fosse confundida com a mera bisbilhotice prazerosa, o homem de ciência deveria manter-se “... como um observador escrupuloso, e não um voyeur” (Lanteri-Laura, 1994, p. 40). Ironicamente, ao responder as críticas daqueles que definiram seu livro como imoral, Viveiros de Castro se refere a um dos seus críticos, que sendo

“um grave conselheiro, de uma innocencia mais pura do que o lyrio dos valles e de uma castidade mais branca do que a neve das montanhas, dizia que era nova martinhada,

confessando entretanto que os seus olhos piedosos não tinham pousado sequer um momento sobre as paginas venenosas do perigoso livro” (1932, p. XI).

Conforme observou Foucault, “o prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar” (1984a, p. 45). Dessa forma, a observação do Dr. Viveiros de Castro, muito embora tivesse como objetivo dizer *não* a todos os “atentados ao pudor”, funcionava como “mecanismos de dupla incitação”:

“... prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir”. (Foucault, 1984a, p. 45)

O grave e inocente conselheiro, como muitos homens de sua época, parecia não estar seguro o bastante para entrar em contato com “páginas venenosas” que lhe revelassem que aquilo que ele sempre pensou ser monstruoso, poderia ser uma categoria do prazer. Assim, seus olhos piedosos evitavam o contato com um gozo ameaçador, se é que o grave conselheiro resistiu à tentação de pousar seus olhos sobre tais páginas... Como vimos no primeiro capítulo, os vitorianos preferiam um estilo mais circunspecto de auto-exploração, vendo com reservas revelações consideradas tão impróprias como as de Rousseau. Como se o melhor fosse não publicar episódios sórdidos, mas já que alguém decidiu publicar, por que não dar uma olhadinha e ver se tais páginas eram realmente venenosas...?

O médico-sacerdote não estava sozinho em sua cruzada contra a miséria física e moral dos homens. E é exatamente pensando no aliado do médico-sacerdote que Viveiros de Castro escreveu seu livro:

“[o] magistrado que tem de decidir da liberdade e da honra de um homem, de levar o pranto e a miséria a uma família inocente, deve tremer diante da responsabilidade que lhe incumbe sua *missão social*. E para que ele possa desempenhar com sciencia e consciência os altos deveres de seu cargo, para que possa *punir com severidade os criminosos e absolver os inocentes*, é preciso vencer falsos pudores e saber até que grao de abjeção e de miséria póde descer um homem, enfraquecido pela degenerescência”. (1932, p. IX)

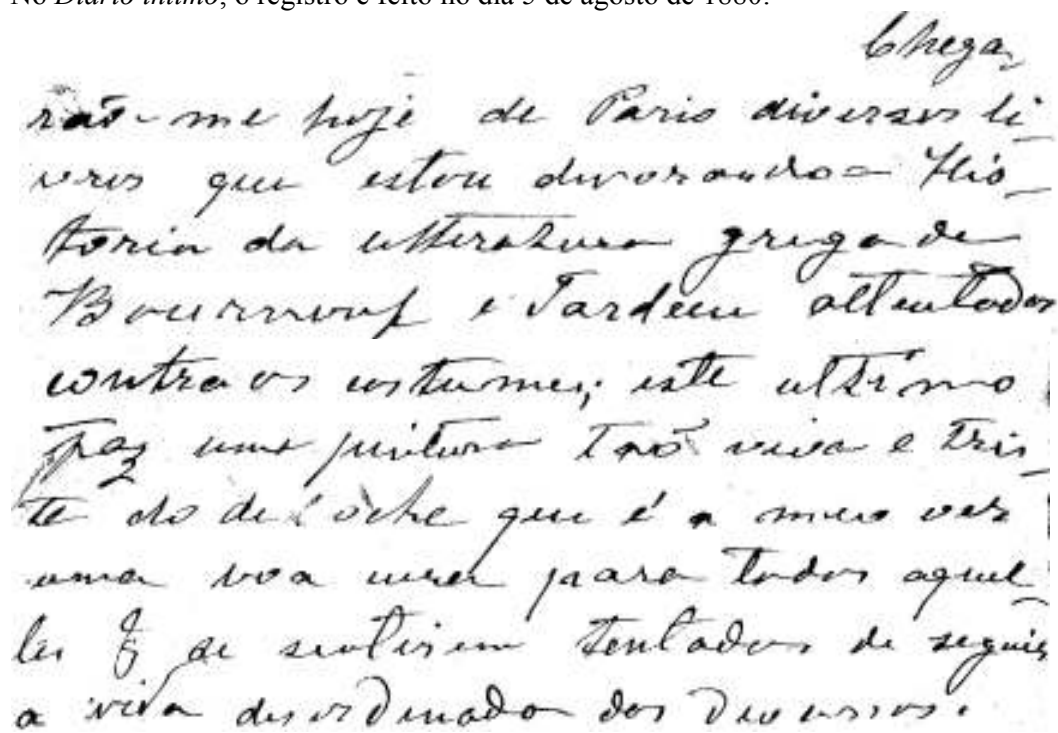
Médicos e magistrados eram, portanto os novos missionários da Ciência, os que decidiam sobre a liberdade e a honra de um homem, mas que, para isso, precisavam vencer falsos pudores e distinguir claramente se um infeliz comparece diante de um tribunal por ter cometido um crime hediondo ou se ao cometer esse crime, ele não estaria sendo vítima “... de um estado nevropathologico” (1932, p. XV). Assim, os que cometessem crimes sob a responsabilidade de uma “nevrose” deveriam ser considerados irresponsáveis por seus atos,

cabendo a Ciência o veredicto de que “... elles devem ser tratados e não punidos, devem ser internados como doentes e não encarcerados como criminosos” (1932, p. XV).

Além de Juvenal, Viveiros de Castro cita outra obra que também aparece citada no *Diário íntimo* de Couto de Magalhães. Trata-se de *E'tude medico-legale sur lês attentats aux mœurs*, de Tardieu. Segundo Viveiros de Castro, no livro de Tardieu

“[v]em ahi traçado um quadro completo, magistral das condições em que se exerce a pederastia em nossos dias, descriptos minuciosamente os signaes physicos que a fazem reconhecer e discutidas as mais interessantes questões de medicina legal”. (1932, p. 218)

No *Diário íntimo*, o registro é feito no dia 5 de agosto de 1880:



chegaram-me hoje de Paris diversos livros que estou devorando - História da Literatura grega de Bourroul e Tardieu attentados contra os costumes; este último faz uma pintura tão viva e triste do deboche que é a meu ver uma boa cura para todos aqueles que se sentirem tentados de seguir a vida desordenada dos devassos.

“[c]hegaram-me hoje de Paris diversos livros que estou devorando – História da Literatura grega, de Borroul, e Tardieu, Atentados contra os costumes; este último faz uma pintura tão viva e triste do deboche que é a meu ver uma boa cura para todos aqueles que se sentirem tentados de seguir a vida desordenada dos devassos”. (1998, pp. 67-68)

Note-se que Couto de Magalhães estava a par das discussões médico-legais que vinham sendo feitas em torno da questão da pederastia. Nem por isso ele deixava de registrar em seu *Diário íntimo* muitas das práticas que eram consideradas “aberrações sexuais”. Por outro lado, seu registro da obra de Tardieu mostra que, muito embora não concordasse com tudo o que era dito sobre os comportamentos sexuais fora do “normal”, ele era contrário ao que se chamava na época de “deboche”, adjetivo utilizado para se referir à “vida desordenada

dos devassos”. Inclusive criticava os debochados contra os quais o jurista Viveiros de Castro acreditava que a lei deveria se voltar com maior rigor:

“[q]uando se trata de debochados, de viciados, uns procurando excitante para a virilidade enfraquecida, outros vivendo do torpe comercio de seu corpo, a repressão penal deve-se fazer sentir enérgica e forte, principalmente contras aquelles que corrompem menores” (Viveiros de Castro, 1932, p. 233).

O registro de Couto de Magalhães nos leva a crer que ele considerava possível o exercício de certas práticas sexuais conflitantes com os padrões de normalidade da época, sem que isso implicasse em ser rotulado de debochado ou devasso. A busca constante da moderação, presente em todo o diário, pode ser um indicativo do que seria para ele o limite entre uma prática e outra.

Imbuído do espírito de missionário da Ciência, Viveiros de Castro estendeu sua cruzada salvacionista além das fronteiras jurídicas. Em 1895, publicou *Diário de um solteirão*,<sup>276</sup> obra em que por meio de 12 pequenos contos, o autor procura “... aplicar o processo da photographia instantanea, apanhar rapidamente um matiz, uma particularidade, um *tic*, que sugerirá ao leitor a reconstrução do character” (1895, p. 19). De fato, conforme aponta José Gondra (2004, p. 102), a inserção no campo da literatura foi uma das estratégias de consagração dos membros do campo médico. Em praticamente todos os contos, Viveiros de Castro procura defender as vantagens que ele identificava no modelo de família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada.

No primeiro conto, cujo título é o mesmo do livro, *Diário de um solteirão*, a narrativa é feita por um homem que aos trinta anos de idade era rico, saudável, alto, esbelto e que “pisava esta terra sem irmãos, sem mulher, sem laços de familia” (1895, p. 24). Apesar de bacharel em direito e apto para seguir qualquer profissão, nenhuma delas o agradou, preferindo gastar sua fortuna viajando pelo mundo. De volta ao Brasil, passou “verões em Petrópolis, estações d’agua em Caxambú” (1895, p. 28), sempre ostentando luxo. Certo dia, acometido por profundo mau-humor, o homem rico afirma que

“... para galvanizar os meus nervos entorpecidos como ferros gastos de uma machina velha, resolvi aturdir-me em dissipações e deboches, em extravagancias de uma vida crapulosa” (1895, p. 29).<sup>277</sup>

---

<sup>276</sup> Cf. VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. *Diário de um solteirão*. Rio de Janeiro: Domingos Magalhães Editor, 1895.

<sup>277</sup> Chamo atenção para a metáfora utilizada pelo médico para se referir ao desgaste de seus nervos, “como ferros gastos de uma machina velha”, conforme associação discutida no capítulo *Corpo, saúde e doença*.

Ao ser acometido por uma congestão pulmonar, muito embora atendido pelos médicos mais ilustres e por seus parentes, compreendeu

“... que não é somente o dinheiro que dá neste mundo a felicidade da vida, é também preciso, para que a existencia se illumine de uma aurora radiante, o meigo olhar de uma mulher, banhado de poesia, banhado de amor” (1895, p. 32).

Enganado pelas duas mulheres com as quais viveu depois de restabelecido, o homem concluiu que “[n]ão ha neste mundo nada de mais estéril e de mais triste do que a vida de um homem solteiro” (1895, pp. 34-35). De nada adiantava ter muito dinheiro, sem “laços de família”, sem uma mulher que completasse a felicidade do homem. No conto, o solteirão se lamenta pela vida de debochado que levou, posto que

“[n]a velhice, quando se acalmam os ardores do sangue é a tristeza, a solidão, o isolamento, o vacuo, e quando mais tarde apparecer a implacável morte, nenhuma mão amiga plantará uma roseira em seu solitario tumulto; nenhuma recordação invocará sua memoria na sentida saudade dos que partiram para a eterna viagem. Ah! Felizes os que morrem entre soluços de mulher e filhos, si é morrer continuar sempre a viver no coração e no pensamento dos que ficam, sombra indelevel e amada. Bemditas alegrias da familia, santos prazeres do lar, eu, solteirão, impenitente, que outr’ora te desprezei, hoje amargo a minha irresgatavel falta e arrependido murmuro o *confiteor mea culpa, mea máxima culpa*”. (1895, pp. 35-36)

Dessa forma, a família, mais do que a fortuna ou a glória, é apresentada como garantia de posteridade, posto que é por meio dela que se invocará a memória do indivíduo, livrando-o do esquecimento. Morrer “entre soluços de mulher e filhos” seria, portanto, ter a certeza de que seu nome seria eternamente lembrado no coração e no pensamento dos que ficam. Os que insistiam na vida de solteirão, sofreriam as conseqüências disso na velhice, estendendo essa condição para após a morte, sendo o túmulo solitário um indício do seu esquecimento. Note-se que Viveiros de Castro constrói o enredo de seus contos com base nas histórias concretas que ele conhecia seja na condição de jurista, seja por meio de amigos médicos como o Dr. Márcio Nery ou na extensa literatura médica que relatava exemplos de homens “debochados” ou “perversos”. Em alguns pontos, o personagem do conto *Diário de um solteirão* lembra o ilustrado cavalheiro atendido pelo Dr. Márcio Nery: trata-se de um sujeito rico, de destacada posição social, “sem laços de família”, um solteirão. Em outros, há de se notar a semelhança com o perfil de Couto de Magalhães que, além de rico, de destacada posição social e solteirão, era bacharel em Direito, havia viajado por países da Europa tais como França e Inglaterra, e Argélia, na África. Assim como o solteirão do conto, o general também recorreu, em 1890, “... aos ares maravilhosamente medicamentosos de poços de Caldas, onde fez uma estação” (Leite, 1936, p. 145).

O segundo conto, chamado *Genial invenção*, narra a história de “um velho usurário, sem filhos e sem parentes. Era colossalmente rico”, guardando em casa toda a sua fortuna (Viveiros de Castro, 1895, p. 37). Rejeitou diversas propostas de casamento com as mais belas mulheres. Depois que o velho morreu, descobriu-se que ele havia deixado um testamento em que legava sua fortuna ao

“sábio que descobrisse a mais genial e útil invenção e deixava a execução de seu testamento à assembléa popular reunida em sessão solene para decidir e julgar das pretensões” (1895, p. 40).

Vinte anos depois, apareceu um sábio anunciando ser portador de uma descoberta digna de conquistar a fortuna do velho usurário. O sábio, chamado Absalão Ramsés, “desde sua mocidade dedicava-se exclusivamente à sciencia” (1895, p. 41). Além de nunca ter ido a uma festa, a um baile, a um espetáculo, não fazer a barba e não tomar banho, “... era virgem. Só conhecia a diferença dos sexos pelos livros de anatomia. Nunca uns labios de mulher roçaram seus labios” (1895, p. 41). No dia marcado, Absalão demonstrou ao povo sua descoberta: “consegui descobrir, combinando ghazes e pondo em jogo poderosas forças occultas da natureza, um novo processo para fabricação da espécie humana. É melhor que o antigo” (1895, p. 45). Não demorou muito para que a multidão, ou melhor, as mulheres “sem excepção de uma só, desde as virgens de quinze annos, no limpido desabrochar da primavera juvenil, até as matronas de cabellos brancos como flocos de algodão, furiosas” (1895, p. 47), comesçassem a gritar: “[n]ão merece o prêmio. Preferimos o systema antigo. Preferimos o systema antigo” (1895, p. 47), destruindo o invento do sábio.

Mais uma vez, trata-se de um homem rico, mas que por ter optado por não constituir família, acabou tendo uma morte solitária, sem sequer deixar herdeiros para sua fortuna ou para invocar sua memória. Em outras épocas, o fato de o homem ser usurário seria um agravante, mas na pena secularizada do jurista a ênfase recaiu sobre a opção em não aderir ao casamento, mesmo com as mais belas mulheres. Por outro lado, o conto *Genial invenção* mostra que a condição de “homem de ciência” não bastava para garantir a felicidade. “Homem de ciência” sem mulher, sem filhos, sem família, não tem como ser feliz. Ele precisa conhecer a diferença dos sexos a partir do “sistema antigo”, via contato com uma mulher de carne e osso, sacrificando sua virgindade em nome da constituição da família.

Mas, lembremos, mesmo ao “homem de ciência” apenas caberia o uso do sexo higienicamente tratado e regulado. No conto *A honra profissional*, Viveiros de Castro deixa isso bem claro ao narrar a história de um médico brasileiro que se apaixona por uma francesa que ele cura no Brasil, mas não se envolve com ela, também infeliz no casamento e apaixonada, preferindo fugir em nome da “honra profissional”. Coerente com o que escreveu em seu *Attentados ao pudor*, diante do corpo da jovem e bela francesa que se estendia diante dele, o médico não deveria se ater aos seus contornos e purezas das linhas. Abstraindo completamente do sexo, deveria ver apenas um sofrimento implorando o auxílio de sua arte. Mudo e cego diante da miséria física e moral daquele corpo que lhe tentava.<sup>278</sup>

Cabe lembrar que este ideal de austeridade diante do sexo feminino fazia parte de um movimento de distinção entre a prática dos médicos e a dos curandeiros, muitas vezes acusados de tirar proveito de sua condição para enganar e seduzir as supostamente frágeis mulheres. Uma década antes de Viveiros de Castro publicar seu *Diário de um solteirão*, os doutorandos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro deveriam fazer o juramento na cerimônia de colação de grau ficando de joelhos, tendo as mãos sobre um livro dos Santos Evangelhos. No entanto, a promessa era feita com o doutorando em pé e com as mãos sobre as obras de Hipócrates. Dizia então o novo doutor:

“[p]rometto sobre as obras de Hippocrates que, penetrando no interior das famílias, os meus olhos serão cegos, e minha língua calará os segredos que me forem confiados; nunca de minha profissão me servirei para corromper os costumes, nem para favorecer o crime”<sup>279</sup>

O ilustrado cavalheiro atendido pelo Dr. Márcio Nery em 1890 pode ter sido pensado por Viveiros de Castro como pertencendo à “Classe dos viciosos”.

“[n]a classe dos viciosos, diz o dr. Chevalier, entram aquelles que durante uma parte mais ou menos de sua vida possuíram aptidões sexuaes normaes, tiveram relações regulares com o sexo opposto, procuravam e praticavam o coito; mas chegados a uma certa idade depois de terem esgotado com as mulheres toda a serie de voluptuosidades, ficam com a sensualidade *blasée*, procuram então o homem como o ultimo excitante para a sua virilidade quasi extincta. Hábitos e abusos dos prazeres sexuaes, saciedade e neurasthenia consecutivas, impotência para com as mulheres, desgosto das relações naturaes, tal é em resumo a carreira que seguem aquelles que Casper e Tardieu consideravam velhos libertinos esgotados. Os pederastas desta espécie se encontram em todas as classes sociaes, principalmente nas mais elevadas. Frequentemente são homens instruídos, distinctos, delicados, occupando no mundo bella situação, logares importantes, gosando de todas as suas faculdades e de uma razão

<sup>278</sup> Nesse sentido, ficou famoso no Rio de Janeiro, em fins de 1870, o curandeiro Juca Rosa, cujo envolvimento com mulheres negras e pobres e também com brancas e ricas senhoras gerou um amplo debate na corte imperial. Conferir, a respeito, Sampaio, 2003. Por outro lado, Gilberto Freyre lembra que “... nas anedotas sobre maridos enganados—aliás, relativamente raros nos dias mais ortodoxamente patriarcais do Brasil—a figura do padre donjuan foi sendo substituída pela do médico. De mais de um médico foram aparecendo histórias de adultério em alcovas ou sofás patriarcais...” (1977, pp. 120-121).

<sup>279</sup> O trecho do juramento dos novos médicos foi retirado de GONDRA, 2004, p. 23.

lúcida, teem algumas vezes grande nome, grande fortuna, mulher, filhos, tudo que faz a felicidade da vida. Desempenham com habilidade suas funções, parecem ter uma vida regular; nada deixa perceber a aberração quando em um bello dia compromettem nome, família, posição, fortuna, todo um passado de honra e de trabalho”. (Viveiros de Castro, 1932, p. 225)

Mas o Dr. Nery indicou em seu relato o diagnóstico que deu ao caso. Para ele, tratava-se de uma “... notável perversão sexual sobre um terreno viciado pela herança nevropathica” (Nery *apud* Viveiros de Castro, 1932, p. 235). Dessa forma, em qualquer crime sexual que viesse a cometer, o ilustrado cavalheiro poderia ser considerado vítima de um “estado nevropathologico”. De acordo com Mott, desde a Constituição brasileira de 1823 a homossexualidade deixou de ser considerada crime, não existindo, a partir de então, “nenhuma lei restritiva ao homoerotismo, a não ser a proibição de sua prática com menores de 18 anos...” (2003, p. 19). Neste caso, o ilustrado cavalheiro poderia ter problemas com a lei, caso se comprovasse seu envolvimento amoroso com um “descuidado menino” de menor idade. Mesmo assim, ele poderia tirar proveito de sua situação de classe: se os “perversos”, apesar de tudo, eram geralmente considerados monstros e se pensava que os mais perigosos pertenciam às classes populares,

“.... é realmente notável observar como, até a última parte do século XIX, a homossexualidade das pessoas da alta roda era tomada por um infortúnio bastante doloroso, que as incomodava, embora elas continuassem muito honradas, certamente lastimáveis e nem um pouco recrimináveis”. (Lanteri-Laura, 1994, p. 23)

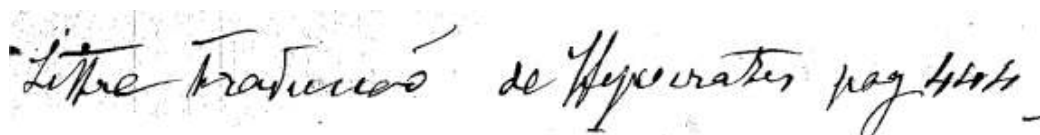
Talvez por isso a “perversão sexual” do ilustrado cavalheiro – que “não era recente” –, foi definida como “congenital”. Assim sendo, ele não poderia ser considerado nem debochado, nem viciado, mas sim um “uranista”, segundo a classificação de Ulrichs, adotada também por Kraft-Ebing. Deveria, então, ser tratado e não punido, posto que nesses casos, a punição seria uma verdadeira crueldade. Segundo Viveiros de Castro, estes casos

“... são os mais curiosos no ponto de vista medico e os mais tristes no ponto de vista moral... Esta inversão não é o resultado de um vicio, de um desequilíbrio mental, de um deboche impellido aos últimos excessos, de uma depravação moral... Em seus sonhos nunca apparece a imagem da mulher, são sempre as fôrmas viris do homem que lhe excitam a imaginação e os sentidos...”. (1932, p. 230)

Nesse aspecto, Viveiros de Castro mostrava-se sintonizado com as teorias que circulavam na Europa quanto à questão do homossexualismo e das chamadas “perversões”. Na “Introdução da 1ª edição” ele define seu trabalho como uma “... vulgarização do que li e estudei sobre as psychopatias do instincto sexual ...” (1932, p. VI) em autores como Kraft-Ebing, Charcot, Magnan, Tardieu, Chevalier, Moll, Lacassagne, Casper, entre outros que

escreveram sobre o tema no século XIX. De fato, assim como se pensava serem diversas as “perversões”, foram muitas as teorias que surgiram tentando dar conta delas e aqui cabe apenas pontuar algumas, as que me parecem ter mais relação com a discussão que venho fazendo.<sup>280</sup>

Tal como aparece no vocabulário médico oitocentista, a palavra “perversão” comporta uma distorção ou uma reelaboração do seu sentido original. Oriundo do latim clássico “*perversum*” o sentido primário do termo era “revirar”, “inverter”, sem que houvesse nenhuma conotação pejorativa no ato de “revirar” ou “inverter”. No entanto, muito rapidamente a palavra assumiu a acepção de “virada inoportuna” ou de reviravolta ruim, mesmo antes de sua utilização pela medicina (Lanteri-Laura, 1994, p. 24). É nesse sentido, por exemplo, que Émile Littré utilizava a expressão em seu *Dictionnaire de la langue française*, de 1875: “perversão. Transformação do bem em mal. A perversão dos costumes. Distúrbio, desarranjo...”, mas o sentido médico da palavra perversão em Littré estava mais ligado a funções fisiológicas e a possibilidade de que elas fossem alteradas (*apud* Lanteri-Laura, 1994, p. 24). Somente a partir de fins do século XIX é que o termo “perversões sexuais” se impõe no vocabulário médico, sendo que “perversão” vai perdendo aos poucos a associação com distúrbios fisiológicos e restringindo-se a questões referentes à sexualidade. Littré, que escreveu tratados médicos e traduziu clássicos gregos, era um dos autores lidos por Couto de Magalhães, que o cita em seu *Diário íntimo* (1998, p. 222), referindo-se a uma tradução de Hipócrates.



“Littré tradução de Hipócrates pág. 444” (1998, p. 222).

Como aponta Lanteri-Laura, “o interesse médico dedicado a esse tipo de fenômenos parece ter sido tardio e bastante indireto” (1994, p. 15), sendo que o conhecimento ou a interferência da medicina nessas questões se dava a partir da demanda dos magistrados. Somente a partir de meados do século XIX é que a medicina começou efetivamente a se interessar pelo problema das perversões. Conforme Patrick Valas, havia um movimento entre

<sup>280</sup> Conforme afirmou Magali Engel, “[i]nspirados nos mais variados matizes teóricos que caracterizariam a medicina mental européia desde suas origens até o princípio do século XX, os psiquiatras brasileiros produziram e difundiram um conhecimento profundamente eclético, marcado por muitas ambigüidades e contradições...”. Conferir ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 160.

os estudiosos europeus no sentido de estabelecer de forma bastante clara determinadas distinções entre aqueles que eram taxados de homossexuais. Valas cita como exemplo, na Alemanha, o jurista

“Ulrichs, [que] para obter um abrandamento da legislação repressiva, faz da homossexualidade uma tendência natural (denominada uranismo, servirá de referência à existência de um ‘terceiro sexo’, defendido pelos primeiros movimentos homossexuais). Ele opõe o uranismo natural ao deboche e à pederastia, bem como à patologia mental. Dentro de um espírito explicitamente darwiniano, desenvolve argumentos biológicos, que terão uma influência determinante”.<sup>281</sup>

Desenvolvidas principalmente nos países de língua germânica, estas pesquisas tinham dois focos básicos:

“... fazer com que se conhecessem melhor os fenômenos em causa e ... modificar, num sentido liberal, uma legislação penal que continuava uniformemente repressiva” (Lanteri-Laura, 1994, p. 29).

O que se pretendia era retirar da homossexualidade o estigma de monstruosidade, afirmando-a como “uma variedade rara e talvez doentia de acesso ao gozo, susceptível de eventual tratamento e imprecisa, mas sobretudo digna de respeito” (1994, p. 29). Ulrichs, “pederasta passivo” segundo Viveiros de Castro (1932, p. 218), bem como os adeptos desta maneira específica de pensar o homossexualismo contrastavam o uranismo, visto por eles como uma prática natural e moral, com a devassidão e a pederastia, vistas como formas doentias de viver a sexualidade.

Da mesma forma, Kraft-Ebbing se interessa, a partir de 1877, por todas as formas de desvios sexuais, cujo estudo agrupa em sua *Psychopathia sexualis*, publicada em 1886. Na sétima edição desta obra, manifestando influência das teses darwinistas, o autor passa a defender a idéia de que a homossexualidade tem sua fonte na bissexualidade originária da espécie e do embrião, enquanto que a heterossexualidade se desenvolve normalmente por repressão e involução da tendência alternativa (*apud* Valas, 1990, p. 14). Multiplicam-se então os estudos e teorias acerca das manifestações do instinto sexual nas crianças, material empírico e conceitual que servirá de base para as pesquisas futuras de Sigmund Freud.<sup>282</sup> A partir de todas essas discussões desenvolvidas ao longo da segunda metade do século XIX, o papel da sexualidade na determinação social passará por uma redefinição: de elemento

<sup>281</sup> Cf. VALAS, Patrick. “As teorias sexuais do fim do século XIX”. In: *Freud e a perversão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 11.

<sup>282</sup> Tanto Valas (1990) quanto Lanteri-Laura (1994) procuram mostrar o quanto o conhecimento das “perversões” desenvolvido por Freud se fez em estreito diálogo com teorias anteriores à psicanálise.

secundário, a sexualidade passará a ser vista como o fator essencial da determinação de toda a esfera de relações interpessoais dos indivíduos. Disso decorria a necessidade de esquadriñar suas mais diversas manifestações, posto que se acreditava que o chamado instinto sexual poderia influenciar “... os mais elevados sentimentos sociais, morais e religiosos da humanidade” (Valas, 1990, p. 10).

A preocupação de Viveiros de Castro em estabelecer um diálogo entre os 18 tipos de “aberrações sexuais” (ver nota 275) que constam em seu *attentados ao pudor* e as teorias médicas de sua época, evidencia o lugar que o estudo supostamente científico dos comportamentos comumente tidos por perversos passou a ocupar na patologia, associada ao desenvolvimento das perícias judiciárias ao longo do século XIX (Lanteri-Laura, 1994, p. 10).

Note-se que ao mesmo tempo em que se aproxima de Ulrichs, ao definir o uranismo como natural e moral, Viveiros de Castro se distancia do jurista alemão ao associar tal prática a um estado patológico, atribuindo ao aspecto congênito do homossexualismo uma significação pejorativa, posto que para ele, os uranistas, se não precisavam ser punidos, precisavam ser tratados. Segundo Viveiros de Castro, Ulrichs “... foi longe em suas conclusões. Chegou a pedir que o casamento entre os homens fosse permitido” (1932, p. 218). Para Ulrichs, que muito provavelmente não definiria o ilustrado cavalheiro como um alienado mental, os uranistas, homens moral e socialmente dignos de estima, deveriam ser deixados em paz, com sua peculiar e natural maneira de satisfação sexual (Lanteri-Laura, 1994, p. 31).

Em todo caso, os aspectos que Viveiros de Castro enfatiza na descrição do ilustrado cavalheiro, homem rico e culto, com “um papel eminente” em acontecimentos marcantes da história do país, evidencia o quanto muitas das pesquisas sobre a homossexualidade realizadas ao longo do século XIX contribuíram para retirar tal prática da esfera do grotesco, inserindo-a no domínio da compaixão. Na condição de especialistas, caberia aos médicos denunciar o quanto alguns homossexuais representavam perigo à vida social e, ao mesmo tempo, indicar em que situações outros deveriam contar com a compreensão do saber médico e da justiça. Sempre que a severidade da justiça ou a estigmatização popular se levantasse contra aqueles indivíduos acusados de atentado ao pudor, eis que surgiria a ciência, “austera, calma, fria”, examinando se o indivíduo constituía uma “alma estragada e corrompida, um perverso a

punir” ou se o ato por ele praticado não passava de uma “degenerescência mental ou nervosa” (Viveiros de Castro, 1932, p. VI).

A partir de fins do século XIX, os estudos científicos em torno das “aberrações sexuais”, bem como em torno da “loucura”, procuram cada vez mais não se ater às relações desses atos com a moral, empenhando-se em determinar sua significação patológica e médico-legal, configurando a consolidação de um novo saber: a psiquiatria (Lanteri-Laura, 1994, p. 18). Conforme Magali Engel, “... no Brasil, as próprias origens da psiquiatria como especialidade autônoma seriam justificadas por meio da ênfase na importância do psiquiatra para uma correta e segura avaliação da responsabilidade legal de indivíduos acusados de crimes ou delitos” (2001, p. 148). Lembre-se, por exemplo, que o ilustrado cavalheiro que ameaçava se acercar de algum menino descuidado, foi atendido pelo Dr. Márcio Nery, médico do Asylo Nacional de Alienados e que deu o diagnóstico de “alienação mental”. A partir deste diagnóstico é que deveriam ser compreendidos os delírios “sobre ideias eróticas e de grandeza”, sendo que a “perversão sexual” por ele exibida não poderia ser interpretada desconectada de sua “herança nevropathica”.

Lembre-se ainda que, ao sofrer uma aparente “crise nervosa” (Machado, 1998, p. 47) ou, um “total eclipse das faculdades mentaes” (Figueiredo, 1898, p. 518), em 1890, Couto de Magalhães foi internado no Sanatório dos Ingleses, no bairro da Consolação, em São Paulo. Antes de seguir para a França, foi examinado “pelos nossos especialistas” (Leite, 1936, p. 146). Um deles teria sido o médico cearense José Cardoso de Moura Brasil (1846-1928), oftalmologista formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, um dos fundadores, em 1881, da revista científica *União Médica*, dedicada prioritariamente a pressionar as autoridades para que tomassem medidas sanitárias contra a progressão da sífilis no país (Carrara, 1996, p. 82). Outro “especialista” que, segundo Aureliano Leite, teria examinado o general foi o médico João Carlos Teixeira Brandão, especialista em moléstias nervosas, “cujo prestígio pode ser avaliado, entre outras coisas, pelo título de primeiro psiquiatra brasileiro” (Engel, 2001, p. 67). Moura Brasil e Teixeira Brandão participaram da fundação da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, em julho de 1882 (Carrara, 1996, p. 82).

Conforme observou Maria Helena P. T. Machado, como Couto de Magalhães sabia, desde 1889, que tinha sífilis, é provável que a referida “crise nervosa” fosse um sintoma desta doença. Isto ajuda a entender porque os especialistas que se reuniram para examiná-lo eram

médicos envolvidos com a chamada sifilografia e com os estudos em torno do que se convencionou chamar “o problema venéreo”. Segundo Sérgio Carrara,

“[a]o longo do século XIX e início do século XX, constata-se que a doença podia atingir órgãos vitais, como o cérebro e o sistema nervoso, o pulmão, o fígado, os rins, o baço, os olhos...” (1996, p. 39).

Nesse sentido, a ida do general para a Europa pode ser pensada como resultado da intervenção terapêutica proposta pelos sifilógrafos que, talvez considerando a alta posição social do general, preferiram aconselhá-lo a viajar do que trancafiá-lo num *Cemitério dos vivos*, forma irônica com que, alguns anos depois, Lima Barreto (*apud* Engel, 2001, p. 90) definiu o Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, onde o escritor esteve internado por duas vezes e, também, onde trabalhava o psiquiatra Teixeira Brandão.<sup>283</sup> Livrou-se assim o general da possibilidade de ser definido como uma ameaça à coletividade, posto que o decreto que criou, em fevereiro de 1890, a Assistência Médica e Legal de Alienados, determinava que todas as pessoas acometidas por alienação mental adquirida ou congênita, que perturbassem a tranquilidade pública ou ofendessem a moral e os bons costumes, deveriam ser colocadas em asilos especiais (Engel, 2003, p. 91). De fato, qualquer que tenha sido o infortúnio doloroso que acometeu o general, suas relações pessoais foram determinantes na resolução do episódio de sua internação no Sanatório dos Ingleses. Conforme Aureliano Leite, “... intervindo no caso o Visconde de Ouro preto, embarcaram-no, em começos de 1891, para a França” (1936, p. 146).

Se Viveiros de Castro construiu uma leitura particular das teorias que circulavam sobre o homossexualismo ao longo do século XIX, como situar o *Bom crioulo* de Adolfo Caminha nesse debate? Ora, a princípio, Amaro é apresentado como um sujeito de cerca de trinta anos, de bom caráter, tanto que mereceu dos oficiais da marinha o apelido de Bom crioulo. Diziam os outros marinheiros que sua desgraça teria começado desde o momento em que se meteu com Aleixo, o belo “marinheirito” de olhos azuis. Desde então,

“... esse movimento indefinível que acomete ao mesmo tempo duas naturezas de sexos contrários, determinando o desejo fisiológico da posse mútua, essa atração animal que faz o homem escravo da mulher e que em todas as espécies impulsiona o macho para a fêmea, sentiu-a Bom crioulo irresistivelmente ao cruzar a vista pela primeira vez com o grumetezinho”. (Caminha, s/d, p. 35)

---

<sup>283</sup> Para uma análise das atribuições de Lima Barreto em sua busca da verdade sobre si mesmo e sobre sua própria loucura, evidenciada em muitas páginas de seu diário íntimo, conferir Engel, 2003. Lima Barreto esteve internado por duas vezes no Hospício Nacional de Alienados (antigo Hospício de Pedro II), em 1914 e 1919.

Assim, num primeiro momento Amaro se sente em luta contra uma espécie de pulsão que, supostamente, em todas as espécies “impulsiona o macho para a fêmea”, configurando uma paixão contra a natureza, conforme se dizia à época. Ocorre que esta paixão transformou-se numa “idéia fixa e tenaz” (s/d, p. 41), numa “obsessão doentia” (s/d, p. 136) que o torturava dolorosamente, fazendo com que ele não pensasse mais em outra coisa, chegando a maldizer o dia em que o jovem grumete pusera os pés a bordo. Aos poucos, ele se sente dominado “... pelo desejo de unir-se ao marujo como se êle fôra de outro sexo, de possuí-lo, de tê-lo junto a si, de amá-lo, de gozá-lo!...” (s/d, p. 41). Depois de consumir o “gozo pederasta” com Aleixo, Amaro, que se mantera virgem até aos trinta anos, “... compreendia nitidamente que só no homem, no próprio homem, êle podia encontrar aquilo que debalde procurara nas mulheres” (s/d, p. 62).

Conforme vimos mais acima, quanto à definição, o Bom crioulo seria um uranista, apesar dos traços de pederasta que aparecem durante todo o romance. Ele é “vítima” de uma “tendência natural”, não patológica, distante da devassidão dos debochados. “[n]ão havia jeito, senão ter paciência, uma vez que a ‘natureza’ impunha-lhe esse castigo” (s/d, p. 63). Próximo ao fim do romance, Caminha se refere ao “Bom-Crioulo da corveta, sensual e uranista, cheio de desejos inconfessáveis ...” (s/d, p. 136). De um modo geral, os preconceitos utilizados contra Amaro no romance (“crioulo imoral”, “maldito”, “animal com formas de homem”) não tem a ver com sua homossexualidade, mas com sua condição de ex-escravo e negro. Nesse sentido, minha análise do romance converge com a de Peter Fry, para quem

“[m]esmo se Caminha vê a homossexualidade como ‘um delito contra a natureza’, ou, contraditoriamente, como ‘um castigo’ desta mesma natureza, nesta história os delitos e os castigos são eminentemente sociais. Não é a prática do homossexualismo em si mesma que leva ao trágico desenlace” (1982, p. 49)

Por essa razão, Fry argumenta que muito embora a percepção de Caminha sobre as relações homossexuais seja colorida pela tinta do médico higienista Pires de Almeida, o autor de *Bom Crioulo* pinta seus personagens com cores diferentes (1982, p. 50).

Voltemos agora para Couto de Magalhães que, na verdade, manteve-se muito próximo durante toda essa discussão. Esse passeio por tantas concepções sobre homossexualismo serviu para nos indicar algumas das idéias que circulavam no mundo em que o general registrava seus sonhos eróticos homossexuais. Era com estas concepções que ele dialogava, ora para concordar, ora para desafiá-las. É bem verdade que todas estas classificações são

indiscutivelmente incapazes de enquadrar as experiências eróticas dos praticantes do “amor que não ousa dizer o nome”. Mais do que procurar aprisionar as experiências e as fantasias eróticas de Couto de Magalhães em qualquer uma das classificações higienistas daquela época, notadamente preconceituosas e discriminatórias, fortemente influenciadas por teorias homofóbicas vigentes na Europa vitoriana, o que se pretende é chamar atenção para o fato de que nosso general da Guerra do Paraguai fazia das páginas de seu diário íntimo um exercício de liberdade e que ele não estava sozinho nessa batalha. Muitos outros homens de sua época utilizaram de outros suportes para este mesmo exercício, seja escrevendo poemas como Bernardo Guimarães, romances como Adolfo Caminha ou Aluísio de Azevedo. Cada um a seu modo, constituíram vozes de uma partitura polifônica.

Dialogando com autores e idéias que circulavam em sua época, Couto de Magalhães construiu uma interpretação bastante particular das possibilidades eróticas que seu mundo lhe permitia. O fato de manifestar sensibilidade pelo mesmo sexo, de ter se envolvido ou não em “jogos aristocráticos”, de ter sido ou não praticante do “amor ante-physico”,<sup>284</sup> de acordo com a gramática nefanda oitocentista, não pesa em nada contra a imagem de homem forte e guerreiro que ele tentou construir de si mesmo ao longo dos muitos diários íntimos que escreveu. Ao contrário, ao responder à incessante petição de saber sobre o sexo, que o século XIX lançou sobre homens e mulheres e, ao fazê-lo em forma de desafio, entrou definitivamente para a história como um grande herói, defensor da liberdade de escolher sua própria forma de amar. Escrito numa época em que alguns explicavam o “enigma” da homossexualidade “... por um descuido de Deus, botando a alma de uma mulher no corpo de um homem e a alma de um homem no corpo de uma mulher” (Viveiros de Castro, 1932, pp. 231-232)<sup>285</sup> seu *Diário íntimo* tem muito a dizer para esta nossa “sociedade heterossexista que discrimina e persegue de forma cruel os amantes do mesmo sexo” (Mott, 2003, p. 124).

---

<sup>284</sup> “Jogos aristocráticos” e “amor ante-physico” são expressões utilizadas por Viveiros de Castro para se referir ao homossexualismo. A primeira expressão, segundo ele, dada a existência de estabelecimentos de banho em São Petersburgo, “... onde se pratica francamente a pederastia e como os freguezes do estabelecimento são grandes senhores o povo chama a estes actos de jogos aristocráticos” (1932, p. 217). A segunda é uma referência a uma prática que se pensava contrária ao “amor natural” ou “contra a natureza” (1932, p. 230).

<sup>285</sup> Nesse caso, Viveiros de Castro ecoava as idéias do jurista Ulrichs, que afirmava que os uranistas tinham, congênita e irredutivelmente, uma alma de mulher num corpo de homem (Lanteri-Laura, 1994, p. 30).

## Couto de Magalhães: outro vitoriano, à guisa de conclusão

Ao escrever sobre a codificação da “marginalidade” social no Brasil do final do século XIX, Peter Fry (1982) manifestou sua esperança de que novas pesquisas trouxessem à tona documentos como os que foram apresentados por Steven Marcus (1966) em seu estudo sobre a sexualidade na Inglaterra do mesmo período. Ao concluir a leitura e discussão do *Diário íntimo* de José Vieira Couto de Magalhães, tive a sensação de ter encontrado “outro vitoriano”. É bem verdade que este personagem não era propriamente um marginal social. Homem letrado, rico, político importante, herói nacional, empresário bem sucedido, são adjetivos que afastam do general qualquer pretensão de lhe conferir o título de “marginal”.

Longe das margens, ele vivia mesmo no centro do poder, podendo dar-se ao luxo de ter contato direto com o imperador do Brasil, viajar mundo a fora, escolher onde passar o resto da vida, publicar livros nos quais expunha suas idéias ou, como afirmei ao longo do trabalho, optar por diminuir a comida por uma questão dietética enquanto grande parte da população mal conseguia garantir o que comer a cada dia. Curiosamente, a marginalidade de Couto de Magalhães não estava naquilo que ele exibia publicamente, mas sim naquilo que ele escondia ou que dizia apenas para si mesmo.

Peter Fry (1982) lamentava o fato de, para o final do século XIX, só poder contar com material impresso fundamentalmente médico. Couto de Magalhães nos brinda com um material repleto de aspectos “marginais” escritos em primeira pessoa, literalmente à mão. Personagem bastante singular este general que inviabiliza qualquer tentativa de explicar a experiência histórica de um sujeito a partir de sua mera inserção dentro do contexto da época em que ele viveu, pelo menos a partir daquilo que se convencionou como alguns dos grandes marcos do século XIX.

Para muitos, o século XIX teria sido marcado pelas “noites monótonas da burguesia vitoriana”, conforme criticado por Foucault (1984a, p. 9). Eis que o *Diário íntimo* nos revela um personagem que vivia agitadas noites de prazeres oníricos, muito provavelmente extensão dos prazeres do dia. Se para outros, seria o século da “imanência política do saber médico” todo-poderoso, garantindo a exclusividade do exercício da profissão aos médicos científicos, conforme crítica de Gabriela Sampaio (2001) as páginas íntimas do general transbordam de

desconfiança, descrédito diante deste saber, recusa de ser mero “paciente” nas mãos do doutor que anuncia saber tudo, mesmo diante de evidentes discursos e práticas discordantes dos seus pares.

Houve quem dissesse que seria difícil penetrar na intimidade do passado em países como o Brasil, cujos habitantes teriam seus segredos pessoais e de família absorvidos pelo confessionalismo (Freyre, 2003). Eis que surge um general que faz de seu diário íntimo o instrumento de sua própria confissão, enriquecendo o estudo de nossa história íntima com seus segredos, com seus muitos desvios do que era considerado como norma.

Aprendemos que foi no século XIX que se consolidou nosso modelo de família higiênica, regulada, cuja existência e reprodução dependeriam da co-habitação no mesmo lar por marido, mulher e filhos, conforme discutido por Jurandir Freire Costa (1979). E o *diário íntimo* aponta para um personagem que se recusa a cumprir este papel, não se casa, não cria seus próprios filhos, vivendo até seus últimos dias como um verdadeiro solteirão. Mais do que isso, registra sonhos eróticos homossexuais sem sentimento de culpa, sem idéia de mácula, sem se referir às verdades médicas que ditavam os limites do que se considerava como perversão, como se, de fato, sonhasse com seus próprios prazeres.

“Herói nacional”, disseram seus biógrafos, libertou o Brasil das mãos dos paraguaios, sempre calmo, moderado, mesmo diante dos maiores perigos. E, a cada página do *Diário íntimo*, constata-se medo, ansiedade, ataques imaginários de epilepsia, cismas, “ataque de nervos” e hipocondria. Herói com sexo, desejos, fantasias, medos, herói de carne e osso.

Deixei para minhas palavras finais um breve passeio pelo não-dito no *Diário íntimo* do general. Couto de Magalhães escrevia seu diário num momento em que os elementos sociais, econômicos e políticos que até então estruturavam a sociedade brasileira começavam a ser postos em questão. A partir da década de 1870, o processo de emancipação dos escravos, as mudanças nas políticas públicas, a emergência de novas idéias políticas e filosóficas, o movimento republicano, a querela religiosa entre monarca, maçonaria e clero constituem “temas palpitantes” na sociedade brasileira, conforme definição de Sidney Chalhoub (2003). Curiosamente, o general José Vieira Couto de Magalhães, que se mostrava tão bem informado quanto aos acontecimentos que marcavam a política internacional, que ocupou diversos

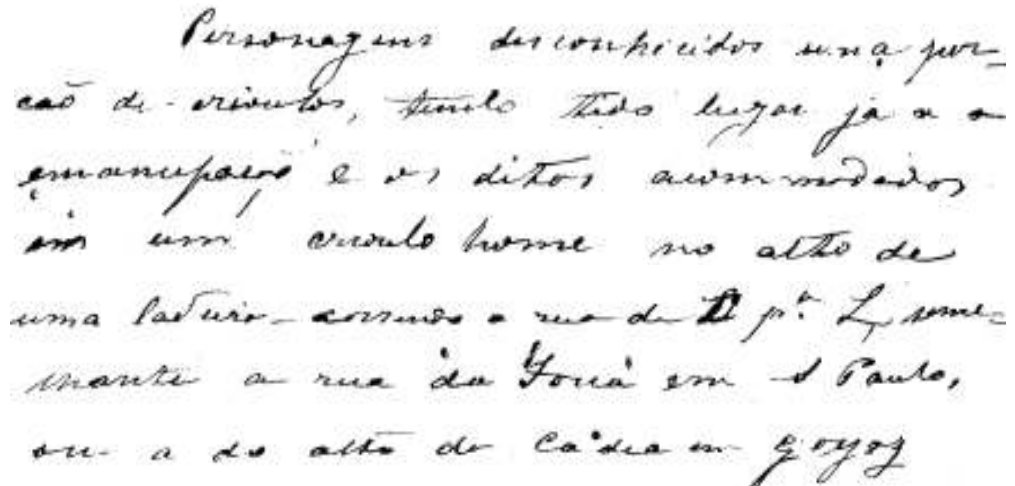
cargos políticos no Brasil durante o reinado de D. Pedro II, que várias vezes colaborou com periódicos nacionais, nada registra em seu *Diário íntimo* sobre estes “temas palpitantes”.

Para não me alongar demais sobre o não-dito nas páginas do *Diário íntimo*, destacarei um dos “temas palpitantes” sobre os quais ele silencia. Pesquisando no Museu Paulista, em São Paulo, localizei um diploma conferido a Couto de Magalhães pela Confraria de Nossa Senhora dos Remédios, em razão dos serviços prestados pelo general à causa abolicionista (Figura 25). Na moldura do diploma, em baixo da palavra “confraria”, um grupo de escravos festivamente segura as mãos de Nossa Senhora dos Remédios, cuja imagem, neste caso, se confunde com a da própria princesa Isabel. Em baixo da assinatura de quem legitimou o diploma, na parte de baixo da moldura, um sugestivo aperto de mãos entre um branco e um negro dava o tom romantizado da união que teria levado à abolição.



(Figura 25)

Para ser mais justo com o general, observo que uma única referência é feita à escravidão no *Diário íntimo*, mas ela se dá no registro de um sonho, de 18 para 19 de fevereiro de 1881. Depois de registrar os nomes dos personagens conhecidos que apareceram em seus sonhos, segue a seguinte anotação:



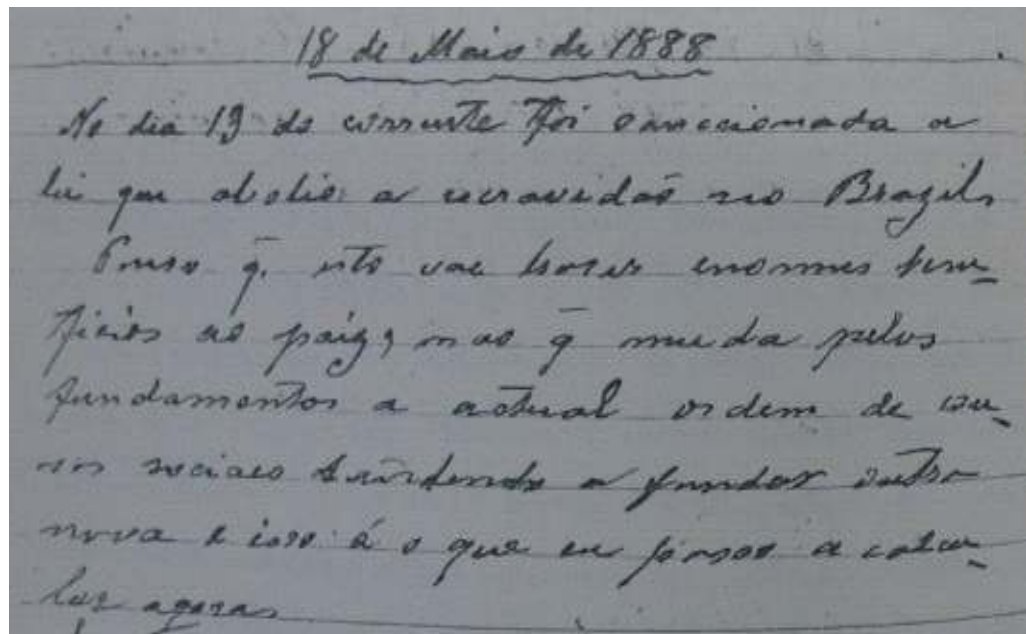
Personagens desconhecidos: uma porção de crioulos, tendo tido lugar já a emancipação, e os ditos acomodados em um crioulo home no alto de uma ladeira, correndo a rua de oeste para leste, semelhante à rua da Força em S. Paulo, ou a do alto da cadeia em Goiás

“[p]ersonagens desconhecidos: uma porção de crioulos, tendo tido lugar já a emancipação, e os ditos acomodados em um crioulo home no alto de uma ladeira, correndo a rua de oeste para leste, semelhante à rua da Força em S. Paulo ou a do alto da cadeia em Goiás ...” (1998, pp. 202-203)

O leitor mais atento poderá observar que, conforme visto no capítulo *Solteirão até morrer*, para Couto de Magalhães sonhar significava trabalhar com o cérebro num momento em que este deveria estar descansando e que, portanto, o aparecimento de crioulos comemorando a emancipação nos sonhos do general pode ser entendido como o prolongamento de preocupações do dia. Em todo caso, não há nenhum registro que remeta às lutas do movimento abolicionista ou aos serviços prestados pelo próprio general em favor da causa abolicionista, conforme atestado no diploma da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios. Mais uma vez, o leitor poderia objetar que tais registros podem ter sido feitos no diário do general correspondente aos anos de 1887-1890, período que compreende a data oficial da abolição, 13 de maio de 1888. Referindo-se a este diário, Pedro Brasil Bandecchi observou que

“[n]o seu ‘Diário’ só se refere à Abolição no dia 18 de maio. Deixa passar 5 dias sem nada anotar e quando o faz é para calcular. De início sua nota traz algumas observações de ordem política, mas, depois, cai nos números. ‘Penso que isto vai trazer enormes benefícios ao país, mas que muda pelos fundamentos a atual ordem de coisas sociais tendendo a fundar outra nova é isso que eu passo a calcular agora’”. (Bandecchi, 1980, p. 112)

O trecho a que Bandecchi faz referência pode ser visto na figura 26, reproduzida da publicação fac-similar do *Diário do General Couto de Magalhães* (1887-1890).



(Figura 26)

Há de fato um distanciamento emocional do general com relação aos significados da abolição, apesar dele dizer que o fim da escravidão traria enormes benefícios ao país. Num momento em que ainda ressoavam os fogos do 13 de maio e em que se via ex-escravos correndo as ruas cantando versos de canções abolicionistas, em cena semelhante ao sonho de Couto de Magalhães, este parecia mesmo mais preocupado em fazer cálculos.

Aos 16 de janeiro de 1882, o general que recebeu diploma pelos serviços prestados à causa abolicionista escrevia uma carta a seu amigo Afonso Celso de Assis Figueiredo, o visconde de Ouro Preto, declarando o seguinte:

“[d]esejo e tenho necessidade de comprar aqui fazenda ou sítio para que mande escravos que não posso vender porque pertencem a famílias que estão em poder da nossa há mais de cem anos e que não posso libertar porque meu irmão necessita dos serviços deles”. (Couto de Magalhães *apud* Bandecchi, 1980, p. 113)

De fato, não há no diário íntimo nenhum tipo de reflexão sociológica como a que podemos constatar no diário de Ina Von Binzer, que analisava as transformações e contradições que se processavam no país naquele período, fazendo da escravidão um dos

temas privilegiados de seus registros, conforme observado por Canen & Xavier.<sup>286</sup> Muito menos se compararmos com os registros dos diários íntimos de André Rebouças (1938) ou Joaquim Nabuco (2006).

Bandecchi mostra-se surpreso com o fato de Couto de Magalhães não manifestar muito entusiasmo pelo Conde d'Eu, genro do imperador e marido da herdeira do trono. Mesmo quando o Conde d'Eu vai a São Paulo e hospeda-se na casa do general, “[n]em uma palavra. Nada no seu ‘Diário’ que tudo registra. Absolutamente nada” (Bandecchi, 1980, p. 112). Nesse aspecto, Bandecchi estava equivocado. A leitura do diário íntimo de Couto de Magalhães evidencia que a preocupação dele não era exatamente registrar tudo. Havia certos temas que eram recorrentes, que mereciam atenção e registro especial, ao passo que havia outros que ele não se preocupava em registrar. Quanto às razões para isso só nos cabe levantar possibilidades.

Talvez ele manifestasse seu apoio ou seu engajamento aos “temas palpitantes” de sua época de outra forma, como o fez em *O selvagem*, obra em que propunha a utilização transitória do índio como mão-de-obra fundamental para a economia brasileira, posto que o general partia do princípio de que os “selvagens”, bem como os negros, estavam fadados ao desaparecimento (Henrique, 2003). De outra forma, talvez reservasse seus registros íntimos para cuidados específicos, para questões sobre as quais ele não se sentia à vontade para discutir publicamente, tais como saúde pessoal, hipocondria ou sonhos eróticos homossexuais. Assim, as páginas do diário seriam o suporte para uma luta íntima entre o desejo de auto-ocultação e o desejo de auto-revelação. Certamente, se os “temas palpitantes” constituem o inventário de omissões no *Diário íntimo* do general, não era por desinformação.

Vimos ao longo do trabalho que assim como um editor rearranja ou melhora o que já é um texto, o diarista faz da escrita de si um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto. Utilizando-se dos recursos da memória, o resultado da edição da vida no diário é marcado por um processo de seleção de experiências e de imagens envolvendo lembrança e esquecimento, omissões, acréscimos, ressignificação, justaposição e justificação. Tudo isso faz parte dos mecanismos da luta íntima em que o indivíduo constrói

---

<sup>286</sup> Cf. CANEN, Ana & XAVIER, Libânia Nacif. “Multiculturalismo, memória e história da educação brasileira: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil imperial”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 63-79.

uma verdade sobre si e para si mesmo, sem desconsiderar a imagem que os outros têm dele. Foi assim que Couto de Magalhães, diante da realidade de um eu múltiplo, fugidio e capaz de todas as metamorfoses, construiu uma identidade estável para si mesmo, mesmo sabendo que cada dia a seguir seria sempre uma surpresa. Fazendo parte da posteridade para a qual ele gostaria de não cair no esquecimento, espero ter ouvido seus segredos, e ter avaliado corretamente os motivos.

## Referências

### Fontes manuscritas citadas

Museu Paulista, São Paulo. Coleção Francisco Ignácio Homem de Mello, arq. 11, doc. 498.  
Museu Paulista, São Paulo. Coleção Francisco Ignácio Homem de Mello, arq. 11, doc. 499.

### Fontes impressas citadas

GOYAZ, Governo. Relatório apresentado à Assembléa Legislativa de Goyaz pelo Presidente da Província, o Ex.mo Sr. Dr. José Vieira Couto de Magalhães, no dia 1º de junho de 1863. Goyaz, Typographia Provincial, 1863.

MATO GROSSO, Governo. Relatório do vice-presidente da Província de Mato Grosso, o Barão de Aguapehy, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1868. Cuyabá, Typ. de Souza Neves & Comp<sup>a</sup>, 1868.

MATO GROSSO, Governo. Relatório apresentado ao Ilmo e Emo Sr Doutor José Vieira Couto de Magalhães, Presidente da Província de Mato Grosso, pelo Vice Presidente Barão de Aguapehy ao entregar a administração da mesma Província. Cuyabá, Typ. da Imprensa & Comp<sup>a</sup>, julho de 1868.

MATO GROSSO, Governo. Relatório do presidente da Província de Mato Grosso, o chefe de esquadra Barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869. Cuyabá, Typ. de Souza Neves & Comp<sup>a</sup>, 1869.

### Jornal citado

A Boa Nova, Belém, 11/10/1876.

### Fontes eletrônicas

ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a Própria Vida”. In: *Revista Estudos Históricos*, CPDOC/FGV, nº: 21, ano: 1998/1. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>, data da captura: 10/12/2005

AZEVEDO, Aluísio de. *Livro de uma Sogra*. Rio de Janeiro: Ediouro (Coleção Prestígio). Disponível em: <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>, data da captura: 10/12/2005.

“Bandeiras do Brasil”. Disponível em: <http://www.brasilimperial.org.br/bandsbr.htm>, data de captura: 23/11/2007.

“Blog”, disponível em: [http://blog.uol.com.br/stc/passeio\\_virtual.html](http://blog.uol.com.br/stc/passeio_virtual.html), data da captura: 03/04/2005.

CORRÊA, Marcos Sá. “Tupi or not tupi”. Disponível em: [http://www.terraviva.pt/Enseada/8084/Couto\\_veja.htm](http://www.terraviva.pt/Enseada/8084/Couto_veja.htm), data da captura: 25/10/2002.

“Couto Magalhães”. Disponível em: <http://www.terraviva.pt/Enseada/8074/Couto.htm> data da captura: 25/10/2002

“Couto de Magalhães p/Curitiba”. Disponível em: <http://www.oselo.com.br>, data de captura: 28/8/2007.

- “Escultores e suas obras”. Disponível em: [http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas\\_autarquias/servico\\_funerario/arte\\_tumular/0023](http://portal.prefeitura.sp.gov.br/empresas_autarquias/servico_funerario/arte_tumular/0023), data da captura: 02/05/2007.
- “Fotoblog”, disponível em: [http://fotoblog.uol.com.br/stc/passeio\\_virtual.html](http://fotoblog.uol.com.br/stc/passeio_virtual.html), data da captura: 28/10/2006.
- “General José Vieira Couto de Magalhães”. Disponível em: [www.calendario.cnt.br-monumentocouto.jpg.htm](http://www.calendario.cnt.br-monumentocouto.jpg.htm). Data da captura: 24.02.2007.
- HALPERIN, David. “Homossexualidad, una categoría en crisis”. Disponível em: <http://www.modemmujer.org/docs/16.82.htm>. Data da captura: 27/02/2007.
- “Herói quem?”. Disponível em: <http://www.ncc.embuste.com.br/archives/000319.html>, data da captura: 26/02/2007
- LEITE, Célia Costa. “Intimidade versus Interesse Público: a Problemática dos Arquivos”. In: *Revista Estudos Históricas*, CPDOC/FGV, nº 21, 1998/1. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/234.pdf>, data da captura: 10/12/2005.
- LEJEUNE, Philippe. “O guarda-memória”. In: *Revista Estudos Históricas*, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, n. 19, 1997. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/213.pdf>, data da captura: 10/12/2005
- MACHADO, Maria Helena P. T. “Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX”. In: *Revista Estudos Históricas*, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, nº 25, 2000/1. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/284.pdf>, data da captura: 10/12/05.
- MONTEIRO, Marko. “O homoerotismo nas revistas *Sui Generis* e *Homens*”. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/~marko/ohomoero.htm>, data da captura: 17/05/2007.
- “Museus - Centro Cultural Três Poderes - Panteão da Pátria”. Disponível em: [http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus\\_06.htm](http://www.sc.df.gov.br/paginas/museus/museus_06.htm), data da captura: 26.02.2007.
- NOGUEIRA, Octaciano. *Relato de um empreendedor no Segundo Reinado*. Disponível em: <http://www.jt.com.br/noticias/98/08/08/sa10.htm>, data da captura: 25/10/2002
- PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!": Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. In: *Revista Estudos Históricas*, CPDOC/FGV, nº: 21, ano: 1998/1. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/239.pdf>, data da captura: 10/12/2005.
- “Projeto de lei do Senado”. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/pls/prodasen/PRODASEN.LAYOUT\\_MATE\\_DETALHE.SHOW\\_INTEGRAL?t=4742](http://legis.senado.gov.br/pls/prodasen/PRODASEN.LAYOUT_MATE_DETALHE.SHOW_INTEGRAL?t=4742), data da captura: 26/02/2007.
- “Projeto de lei nº 954, de 2003”. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/131429.pdf>, data da captura: 26.02.2007.
- Revista Istoé, edição Nº 1883, de 16/11/2005. disponível em [http://www.terra.com.br/istoe/1883/brasil/1883\\_confissoes\\_obscenas.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1883/brasil/1883_confissoes_obscenas.htm), data da captura: 30/11/2005
- SOARES, Maria. *O senhor do Araguaia*. Disponível em: [http://www.terravista.pt/Enseada/8074/couto\\_veja.htm](http://www.terravista.pt/Enseada/8074/couto_veja.htm), data da captura: 25/10/2002.
- VIANNA, Lucia Helena. “Tinta e sangue: o diário de Frida Kahlo e os 'quadros' de Clarice Lispector”. *Rev. Estud. Fem.* [online]. jan./un. 2003, vol.11, no.1 [citado 29 Julho 2006], p.71-87. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2003000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100005&lng=pt&nrm=iso), data da captura: 29/07/2006.
- VILLAS BOAS, Marco. *Discurso de posse de Villas Boas na ATL - Abordagem histórica da hidrovía Araguaia-Tocantins*. Disponível em: [http://www.tj.to.gov.br/exibir\\_noticias.asp?id=224](http://www.tj.to.gov.br/exibir_noticias.asp?id=224), data da captura: 10/12/2005.

## Obras de referência

- Álbum de selos do Brasil*. Rio de Janeiro: Ariró, s/d.
- BOTELHO, Ângela Vianna. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias*. Paris, 1878, vol 2.
- \_\_\_\_\_. *A grande farmacopéia brasileira: formulário e guia médico*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 1996a, vol. 1.
- \_\_\_\_\_. *A grande farmacopéia brasileira: formulário e guia médico*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia, 1996b, vol. 2.
- CRUZ, Gilberto Luiz da. *Dicionário das plantas úteis do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo, Melhoramentos, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.
- MICHALANY, Douglas. *Atlas Histórico e Geográfico do Brasil*. São Paulo: Edições Michalany, 1984.
- PINACOTECA DO ESTADO, Catálogo da exposição “Almeida Júnior: um criador de imaginários”. São Paulo, 2007.
- PINHEIRO, Gilfredo *et. al.* (ed.) *Grande Dicionário Larousse Cultural da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém: AMEL, 1968, vol. 2.
- RODRIGUES, Vicente. *Nova Enciclopédia de Biografias*. S/c, Planalto Editorial Ltda, 1979.

## Bibliografia referida

- ADAM, Philippe & HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da medicina*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- ALEXANDRIAN. *História da literatura erótica*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- AMIEL, Henry-Frédéric. *Diário íntimo*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1947.
- ARENDT, Hanna. *Rahel Varnhagen: judia alemã na época do romantismo*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.
- ARIÈS, Philippe. “O amor no casamento”. In: ARIÈS, Philippe & BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 153-162.
- \_\_\_\_\_. “Por uma história da vida privada”. In: *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 3, pp. 7-19.
- AZEVEDO, Aluísio de. *O Homem*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2003.
- AZEVEDO, Miranda. “Necrologia: General Couto de Magalhães”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. III, 1898. São Paulo: Typographia de *El Diário Español*, 1898, pp. 582-592.

- BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- BANDECCHI, Pedro Brasil. “Prefácio”. In: *Diário do General Couto de Magalhães (1887-1890)*. São Paulo: Coleção Revista de História, 1974.
- BARRETO, Lima. *Diário Íntimo – fragmentos*. Editora: Mercado Aberto, 2001.
- BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Tese de doutorado em história social, IFCH, UNICAMP. Campinas, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- BINZER, Ina Von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BORDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, pp. 183-191.
- BORGES, Vavy Pacheco. “Uma mulher e suas emoções: o diário de Eugénie Leuzinger Masset (1885-1889)”. In: *pagu – Núcleo de Estudos de Gênero, crônicas profanas*, 2002 (19).
- BOUVIER, Bernard. “Introdução”. In: AMIEL, Henri-Frédéric. *Diário íntimo*. Rio de Janeiro: Livraria do Globo, 1947, pp. I-XXXII.
- BOZZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.
- BRAYNER, Sônia. “A obsessão do corpo no romance naturalista”. In: *Cultura*. Brasília, ano 4, nº 13, abr/jun. 1974, pp. 47-53.
- BURKE, Peter. “Gilberto Freyre e a Nova História”. In: *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(2):1-12, outubro de 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. “A história cultural dos sonhos”. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 39-65.
- CALLADO, Antonio. “Em busca de Ina”. In: BINZER, Ina von. *Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CALLIGARIS, Contardo. “Verdades de autobiografias e diários íntimos”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom crioulo*. Rio de Janeiro: Olivé Editor, s/d.
- CANEN, Ana & XAVIER, Libânia Nacif. “Multiculturalismo, memória e história da educação brasileira: reflexões a partir do olhar de uma educadora alemã no Brasil imperial”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 63-79.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Os diários e suas margens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus. A luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CASTRO, Celso. “O diário de Bernardina”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 229-239.
- CASTRO, Hebe Maria. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 337-383.
- CHALHOUB Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- CHALHOUB, Sidney *et. al.* (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Capítulos de História social. Campinas: UNICAMP, 2003.
- CHIAVENNATO, Júlio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2005.
- CORBIN, Alain. “O segredo do indivíduo”. In: PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (1987), pp. 419-501.
- COSTA, Jurandir F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 2004.
- COSTA, Wilma Peres. “A Guerra do Paraguai e a problemática militar no Império”. In: *História*, São Paulo, 14: 33-48, 1995.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Relatório dos negócios da Província do Pará*. Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1864.
- \_\_\_\_\_. “Carta para servir de prólogo”. In: SILVA, Henrique. *Caças e caçadas no Brasil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898, pp. 5-8.
- \_\_\_\_\_. *O Selvagem*. São Paulo: Cia. ed. Nacional, 1940.
- \_\_\_\_\_. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1946.
- \_\_\_\_\_. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Diário do General Couto de Magalhães (1887-1890)*. *Revista de História*, São Paulo, 1974.
- \_\_\_\_\_. (organização Maria Helena P. T. Machado) *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (Coleção Retratos do Brasil).
- CRUZ, Ernesto. *Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Governo da província do Pará (1864-1866)*. Belém: Imprensa Oficial do Governo do Estado do Pará, 1968.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. “Diários íntimos de professoras: letras que duram”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 159-180.
- DANTAS, Audálio. “A atualidade do mundo de Carolina”. In: JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2006, pp. 3-5.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. “O fio da meada no diário de Vargas”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996, pp. 185-203.
- DAUPHIM, Cécile & POUBLAN, Daniele. “Maneiras de escrever, maneiras de viver: cartas familiares no século XIX”. In: BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002, pp. 75-87.
- DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- DOVER, Kenneth James. *A Homossexualidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Brasília: Jorge Zahar Editor, CNPq, 1986.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. São Paulo: ROCCO, 1993.
- EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monárquico 1822-1889*. Publicação oficial do Estado de São Paulo. Comemorativo do 1º aniversário da independência do Brasil. Volume I. 1926.
- ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.
- \_\_\_\_\_. “A loucura, o hospício e a psiquiatria em Lima Barreto: críticas e cumplicidades”. In: CHALHOUB, Sidney *et. all.* (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Capítulos de História social. Campinas: UNICAMP, 2003, pp. 57-98.

- EULÁLIO, Alexandre. "Livro que nasceu clássico". In: MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 7-12.
- FERREIRA, Luiz Otávio. "Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)". In: CHALHOUB, Sidney *et. all.* (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Capítulos de História Social. Campinas: UNICAMP, 2003, pp. 101-122.
- FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. "José Vieira Couto de Magalhães. Subsídios para uma biographia". In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano III, Ouro Preto, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898, pp. 499-518.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. A constituição de um campo de estudo, 1870-1950*. Dissertação de mestrado em história social, IFCH, UNICAMP. Campinas, 1996.
- FIRTH, Raymond. "Introdução". In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997, pp. 15-23.
- \_\_\_\_\_. "Segunda Introdução, 1988". In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997, pp. 25-35.
- FOISIL, Madeleine. "A escritura do foro privado". In: CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 331-369.
- FLORENCE, Amador. "No centenário de Couto de Magalhães". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. 33, 1937, São Paulo: Edição do IHGSP, 1937, pp. 57-64.
- FONSECA, Rubem. *Diário de um fescenino*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1984a.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984b.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- \_\_\_\_\_. "A escrita de si". In: *O que é um autor?* Lisboa, Vega, 1992, p. 129-160 (Série Passagens).
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FRANK, Anne. *O diário de Anne Frank*. Rio de Janeiro: RECORD, s/d, 13ª edição.
- FREITAS, Décio. "Entrevista: Décio Freitas". In: *Os desafios da Amazônia em questão*. Belém: Editora Cabana, ano I, nº 10, junho de 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Casa-Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Tempo morto e outros tempos; trechos de um diário de adolescência: 1915-1930*. São Paulo: Global; Recife, PE: Fundação Gilberto Freyre, 2006.
- FRY, Peter. "Léonie, Pombinha, Amaro e Aleixo: prostituição, homossexualidade e raça em dois romances naturalistas". In: EULÁLIO, Alexandre *et all* (org.). *Caminhos cruzados: Linguagem, Antropologia e Ciências Naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 33-51.
- FUENTES, Carlos. "Introdução". In: KAHLO, Frida. *O diário de Frida Kahlo: um auto-retrato íntimo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, pp. 7-24.
- GALVÃO, Eduardo. Organização, edição e introdução de Marco Antonio Gonçalves. *Diários de campo entre os Tenetehara, Kaioá e índios do Xingu*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Museu do Índio/ Funai, 1996.
- GAMA, Lopes. *O carapuceiro: crônicas de costumes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

- GEERTZ, Clifford. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O Saber local*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GIES Miep & GOLD, Alisno Leslie. *Anne Frank: o outro lado do diário*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 (1947).
- GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GÓMEZ, Antonio Castillo. “Como o polvo e o camaleão se transformam”: modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna. In: BASTOS, Maria Helena Câmara *et alli*. *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002, pp. 13-52.
- GONDRA, José. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GREEN, James Naylor & POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura: medicina, leis e sociedade no fim de siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- HÉBRARD, Jean. “Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias, a escritura pessoal e seus suportes”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio *et alli*. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 29-61.
- HENRIQUE, Márcio Couto. *Histórias em Nheengatú: Couto de Magalhães entre o inventário e a tradução cultural*. Monografia (especialização). Belém: Universidade Federal do Pará, 2001, mimeo.
- \_\_\_\_\_. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)*, Dissertação (mestrado), Belém, Universidade Federal do Pará, 2003, mimeo.
- \_\_\_\_\_. “E o pulso ainda pulsa: corpo, saúde e doença em Couto de Magalhães (1880-1887)”. In: XI CISO. *Anais de Trabalhos Completos*. Aracajú: NPPCS/UFS, 2004. CD ROM.
- \_\_\_\_\_. “Um toque de voyeurismo”. In: *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 15(2): 285-303, 2005.
- HIPÓCRATES. *Conhecer, cuidar, amar: o juramento e outros textos*. São Paulo: Landy, 2002.
- HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil-Colônia (1550-1800)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HURLEY, Jorge. “Noções de História do Brasil e do Pará. De acordo com o Programa de Ensino Primário do Estado do Pará”, In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1938, vol. XI.
- IANNONE, Carlos Alberto. “A vida de Couto de Magalhães”; “A obra de Couto de Magalhães”. In: MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três, 1974, pp. 9-11; 13-14.
- IPHAN. *Círio de Nazaré*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- JESUS, Maria Carolina de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2006.

- KAHLO, Frida. *O diário de Frida Kahlo: um auto-retrato íntimo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.
- LAMBERT, Royston. *Pederastia na Idade Imperial: sobre o amor de Adriano e Antínoo*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990.
- LANGSDORFF, E. de. *Diário da baronesa E. de Langsdorff relatando sua viagem ao Brasil por ocasião do casamento de S.A.R. o príncipe de Joinville: 1842-1843*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000 (1954).
- LANTERI-LAURA, Georges. *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "O imperador e o cotidiano". In: *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976, pp. 116-129.
- LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- LARAIA, Roque de Barros. "Eduardo Galvão, vinte anos depois". In: *Anuário Antropológico 1996*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- LE GOFF, Jacques. "Documento/monumento". In: *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1992, pp. 535-549.
- \_\_\_\_\_. "O historiador e o homem cotidiano". In: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 313-323.
- \_\_\_\_\_. "Os sonhos na cultura e na psicologia colectiva do Ocidente Medieval". In: *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 281-288.
- LEITE, Aureliano. *O brigadeiro Couto de Magalhães*. Rio de Janeiro: Sauer Gráfica, 1936, pp. 91-109.
- LEITE, Risério. "Couto de Magalhães e o senso de Brasil". In: *Cultura*. Brasília: MEC, outubro a dezembro de 1971, ano I, nº 4, pp. 61-65.
- LEJEUNE, Philippe. *L'autobiographie en France*. Paris: A. Colin, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.
- \_\_\_\_\_. "Diários de garotas francesas no século XIX: constituição e transgressão de um gênero literário". In: *Cadernos Pagu* (8/9) 1997: pp. 99-114.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. "Introdução à obra de Marcel Mauss". In: Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974, pp. 1-36.
- \_\_\_\_\_. *De perto e de longe*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- LOPES, Helena de Queiroz Ferreira e TOLEDO, Vera Lúcia Vilhena de. *Itaim Bibi*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988. Série História dos bairros de São Paulo.
- LOWE, Sarah M. "Ensaio". In: KAHLO, Frida. *O diário de Frida Kahlo: um auto-retrato íntimo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996, pp. 25-29.
- MACHADO, Maria Helena P. T. "Introdução". In: *Diário Íntimo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (organizado por Maria Helena P. T. Machado).
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. "O espelho". In: *Contos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Memorial de Ayres*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- MALINOWSKA, Valetta. "Prefácio". In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARCUS, Steven. *The other Victorians – A study of sexuality and pornography in mid-nineteenth-century England*. Nova York: Basic Books, 1966.
- MARRAS, Stelio. *A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

- MATTOS, Claudia Valladão de. “Independência ou Morte!: o Quadro, a Academia e o Projeto Nacionalista do Império”. In: *O Brado do Ipiranga*. São Paulo: EDUSP, 1999, pp. 79-102.
- MAUAD, Ana Maria & MUAZE, Mariana. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo”. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 197-228.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Belém: CEJUP, 1995.
- MAUSS, Marcel. “As técnicas corporais”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU, 1974.
- MEIRA, Sílvio. “Couto de Magalhães e a integração nacional”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 148 (354), jan./mar. 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. “O fim das casas-grandes”. In: *História da vida privada no Brasil*: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1997), pp. 385-437.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio”. In: NABUCO, Joaquim. *Diários (1873-1910)*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006, pp. 13-17.
- MENDONÇA, Estevão de. *Datas matogrossenses*. Nichterói: Escola Typ. Salesiana, 1919.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos o conflito*. São Paulo: Contexto; Cuiabá, MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1998.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio et all. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio et all. “Tecendo educação, História, escrita autobiográfica”. In: *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 17-27.
- MORAIS RÊGO, Clóvis Silva de. “Prefácio”. In: CRUZ, Ernesto. *Ação do Dr. José Vieira Couto de Magalhães no Governo da província do Pará (1864-1866)*. Belém: Imprensa Oficial do Governo do Estado do Pará, 1968.
- MOREIRA, Regina L. “Os diários pessoais e a (Re) construção histórica”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 9, nº 17, 1996, pp. 177-203.
- MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- MOTT, Luís. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas-São Paulo: Papirus, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Um herói gay do Brasil imperial”. In: *Revista Sui Generis*, ano IV, nº 38, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Crônicas de um gay assumido*. Rio de Janeiro: RECORD, 2003.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. “Do navegar e de navegantes”. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio et all. *Refúgios do eu: educação, história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, pp. 181-189.
- NABUCO, Joaquim. *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.
- NABUCO, Vivi. “Nota da editora”. In: NABUCO, Joaquim. *Diários (1873-1910)*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.
- OBELKEVICH, James. “Provérbios e história social”. In: BURKE, Peter & PORTER, Roy (orgs). *História Social da Linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.
- PALARES-BURKE, Maria Lúcia. Prefácio. “‘Um Livro Marcante’, ou uma Autobiografia à Prestação”. In: *Tempo morto e outros tempos; trechos de um diário de adolescência: 1915-1930*. São Paulo: global; Recife, PE: Fundação Gilberto Freyre, 2006, pp. 11-15.
- PAZ, Octavio. *A dupla chama, amor e erotismo*. Editora: Mandarim Editora, 1999.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro: Vértice, 1989, p. 3-15.
- PORTER, Roy. “The Patient’s View: Doing Medical History from Below”. In: *Theory and Society*, vol. 14, nº 2, mar., 1985, pp. 175-198.
- \_\_\_\_\_. “História do corpo”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 291-326.

- PRUDHOMME, Sully. *Diário íntimo e pensamentos*. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1962.
- QUEIROZ, Rachel de. "O diário de André Rebouças". In: *Revista Brasileira de Cultura*. Rio de Janeiro, ano II, julho/setembro-1970, nº 5, pp. 23-28.
- RAGO, Margareth. "O Efeito-Foucault na historiografia Brasileira", *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 7 (1-2): 67-82.
- RANUM, Orest. "Os refúgios da intimidade". In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 211-265.
- REBOUÇAS, André. *Diário*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas brasileiras*. São Paulo: Loyola, 1986.
- RODRIGUES, José Carlos. *O Tabu do Corpo*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1975.
- ROLLEMBERG, Marcello. "Morte e redenção do dândi". In: *Cult*, Revista Brasileira de Literatura, ano IV, novembro de 2000.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As confissões*. São Paulo: Atena Editora, 1959a.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As confissões*. São Paulo: Atena Editora, 1959b.
- ROWLAND, Robert. *Antropologia, História e diferença: alguns aspectos*. Porto: edições Afrontamento, 1997.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.
- \_\_\_\_\_. "Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial". In: CHALHOUB, Sidney et. all. (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Capítulos de História social. Campinas: UNICAMP, 2003, pp. 387-426.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo (aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SCHWARCZ, Lília K. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. "A Guerra do Paraguai: o voluntário número um". In: *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp.295-318.
- \_\_\_\_\_. *O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- SILVA, Franklin Leopoldo e. "Prefácio". In: DAMIÃO, Carla Milani. *Sobre o declínio da sinceridade: filosofia e autobiografia de Jean Jacques Rousseau a Walter Benjamin*. São Paulo: Loyola, 2006, pp. 11-17
- SILVA, Henrique. *Caças e caçadas no Brasil*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1898.
- SIQUEIRA BATISTA, Rodrigo. *Deuses e homens: mito, filosofia e medicina na Grécia antiga*. São Paulo: Ed. Landy, 2003.
- SOARES, Carmem Lúcia. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997.
- TOTA, Anna Lisa. *A sociologia da arte: do museu tradicional à arte Multimédia*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: RECORD, 2002.
- VALAS, Patrick. "As teorias sexuais do fim do século XIX". In: *Freud e a perversão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, pp. 9-16.
- VAUTHIER, Louis Léger. *Diário íntimo do engenheiro Vauthier (1840-1846)*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

- VEYNE, Paul. "A homossexualidade em Roma". In: ARIÉS, Philippe & BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 39-49.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo – uma história da higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VIVEIROS DE CASTRO, Francisco José. *Diário de um solteirão*. Rio de Janeiro: Domingos Magalhães Editor, 1895.
- \_\_\_\_\_. *Attentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 1932.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Santa Maria: UFSM; Bauru: EDUSC, 1999.
- XAVIER, Regina. "Dos males e suas curas: práticas médicas na campinas oitocentista". In: CHALHOUB, Sidney *et. all.* (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Capítulos de História Social. Campinas: UNICAMP, 2003, pp. 331-354.